

FRANCISCO CÉSAR PINTO DA FONSECA

VOLUME I

**A IMPRENSA LIBERAL NA TRANSIÇÃO
DEMOCRÁTICA (1984-1987):
PROJETO POLÍTICO E ESTRATÉGIAS
DE CONVENCIMENTO**

(REVISTA *VISÃO* E JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO*)

NOVEMBRO/1994

FRANCISCO CÉSAR PINTO DA FONSECA *n/F 733*

VOLUME I

**A IMPRENSA LIBERAL NA TRANSIÇÃO
DEMOCRÁTICA (1984-1987):
PROJETO POLÍTICO E ESTRATÉGIAS
DE CONVENCIMENTO**

(REVISTA *VISÃO* E JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO*)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. †

*100. Moraes, Reginaldo C. (Regina de Carmello
Correa), 1950-*

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação, defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 29/12/94.



Novembro/1994

Dedico este trabalho à causa da efetivação da democracia brasileira.

Dedico este trabalho para Cáthya. Por tudo... que as palavras talvez não contemplem.

AGRADECIMENTOS

Após cinco longos anos de pós-graduação - dos quais três diretamente envolvido nesta dissertação -, com a miríade de ganhos e perdas que tal envolvimento acarreta, agradecer torna-se ao mesmo tempo um tributo de justiça e um reconhecimento de débitos.

Em vários sentidos, pessoas e instituições colaboraram direta e indiretamente para que este trabalho se consumasse.

Do ponto de vista institucional, estruturas acadêmicas e pessoas que nela labutam possibilitaram a este pesquisador a inserção no universo do pós-graduação. À UNICAMP como um todo mas especialmente ao IFCH e seus funcionários, entre os quais destaco os que trabalham na secretaria de Pós-Graduação e na Biblioteca, só há o que agradecer, pois têm como traço distintivo a simpatia e a cortesia.

Ao CNPQ, à CAPES e ao FAEP/FUNCAMP agradeço a concessão de bolsas que contribuíram para a viabilização do mestrado que ora se encerra.

A árdua pesquisa dos materiais primários - as edições da revista VISÃO e do jornal O ESTADO DE S. PAULO - só foi possível percorrendo-se as bibliotecas da PUC-SP, ECA-USP, FGV e Biblioteca Municipal "Mário de Andrade", as quais - instituições e funcionários - agradeço pela atenção e destreza dispensadas.

Agradeço imensamente a inefável generosidade e apoio de Maria Theza Macnair, sem os quais certamente esta dissertação não teria sido possível.

Aos colegas do pós-graduação, aos colegas e ouvintes do Congresso dos Sociólogos e da reunião anual da SBPC, aos quais expus partes desta dissertação, e aos colegas e alunos da Escola de Sociologia e Política, tendo em vista as discussões travadas - a todos, de diferentes maneiras, agradeço pelos comentários, discordâncias... e apoio. Aos velhos amigos, igualmente só posso agradecer por toda a força e carinho típicos das amizades sólidas.

À generosidade, força e sugestões na reta finalíssima deste trabalho, agradeço enormemente a Iracema.

Pela imensidão do carinho, compreensão, apoio e grandeza de espírito, agradeço mais do que especialmente a Cáthya.

Enquanto encaminhamento desta dissertação - inicialmente muito polemizadora e pouco acadêmica - agradeço aos professores Sebastião Velasco e Caio Navarro, que compuseram a banca no Exame de Qualificação, pelas dicas, críticas e sugestões, pois permitiram que a mesma enveredasse por uma perspectiva mais analítica a respeito da imprensa liberal.

Por fim, no que diz respeito ao “norte” deste trabalho, o que necessariamente passa por questões de ordem teórica e metodológica, esta dissertação só se consumou devido à seriedade profissional, competência intelectual e saber incontestes do prof. Reginaldo Moraes, orientador desta dissertação desde seu início. Ao Reginaldo agradeço imensamente, para além de qualquer formalismo, as dicas, o rigor analítico, o respeito às divergências e estilo e à cortesia. Agradeço, enfim, à sua orientação, pois decisiva a este trabalho e à maturação intelectual de seu autor.

SUMÁRIO

VOLUME I

INTRODUÇÃO.....	1
-----------------	---

PARTE I

REVISTA VISÃO	29
CARACTERÍSTICAS GERAIS	30
(POSIÇÕES DA REVISTA PERANTE OS ITENS QUE COMPÕEM A AGENDA DA TRANSIÇÃO:)	
I) A CAMPANHA PELO RESTABELECIMENTO DAS ELEIÇÕES DIRETAS PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	37
II) A QUESTÃO SOCIAL	42
III) O "ENTULHO" AUTORITÁRIO	53
IV) A TUTELA MILITAR	60
V) OS "NOVOS PERSONAGENS" - PT/CUT - OU O "OUTRO" DOS LIBERAIS	69
VI) O PLANO CRUZADO	89
VII) A FORMA DA CONSTITUINTE	98

PARTE II

JORNAL "O ESTADO DE S. PAULO"	102
CARACTERÍSTICAS GERAIS	103
(POSIÇÕES DO JORNAL PERANTE OS ITENS QUE COMPÕEM A AGENDA DA TRANSIÇÃO:)	
I) A CAMPANHA PELO RESTABELECIMENTO DAS ELEIÇÕES DIRETAS PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	109
II) A QUESTÃO SOCIAL	128
III) O "ENTULHO" AUTORITÁRIO	151
IV) A TUTELA MILITAR	167
V) OS "NOVOS PERSONAGENS" - PT/CUT - OU O "OUTRO" DOS LIBERAIS	195
VI) O PLANO CRUZADO	232
VII) A FORMA DA CONSTITUINTE	258

VOLUME II

NOTAS	269
DA INTRODUÇÃO	270
 PARTE I (REVISTA VISÃO)	
DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS	274
DO ITEM A CAMPANHA PELO RESTABELECIMENTO DAS ELEIÇÕES DIRETAS PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	275
DO ITEM A QUESTÃO SOCIAL	276
DO ITEM O "ENTULHO" AUTORITÁRIO	285
DO ITEM A TUTELA MILITAR	287
DO ITEM "OS NOVOS PERSONAGENS" - PT/CUT - OU O "OUTRO" DOS LIBERAIS	289
DO ITEM O PLANO CRUZADO	300
DO ITEM A FORMA DA CONSTITUINTE	304
 PARTE II (JORNAL "O ESTADO DE S. PAULO")	
DO ITEM A CAMPANHA PELO RESTABELECIMENTO DAS ELEIÇÕES DIRETAS PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	305
DO ITEM A QUESTÃO SOCIAL	318
DO ITEM O "ENTULHO" AUTORITÁRIO	332
DO ITEM A TUTELA MILITAR	337
DO ITEM "OS NOVOS PERSONAGENS" - PT/CUT - OU O "OUTRO" DOS LIBERAIS	344
DO ITEM O PLANO CRUZADO	354
DO ITEM A FORMA DA CONSTITUINTE	377
 CONCLUSÃO	388
 BIBLIOGRAFIA	399

INTRODUÇÃO

Esta dissertação estuda o *projeto político* - no qual a *concepção de democracia* ocupa lugar privilegiado - de um segmento do liberalismo brasileiro: a imprensa paulista assim autoproclamada. Por projeto político, em sentido amplo, entendemos o conjunto de pressupostos modeladores da *ideologia liberal* que informa tanto os diagnósticos que fazem - seus representantes - da sociedade brasileira como as soluções que propõem. Em outras palavras, interessa-nos verificar a partir de quais matrizes intelectuais formulam imagens, adotam conceitos e articulam idéias a respeito de uma série de temas que compõe uma sociedade capitalista, periférica e profundamente desigual quanto aos recursos políticos e econômicos entre as classes, entre outros elementos fundantes da sociedade brasileira. Portanto, averiguar-se-á como o projeto político liberal, que supõe a liberdade, a concebe para a sociedade como um todo e, como síntese de todos esses elementos, concebe a democracia - o universo da igualdade.

O estudo do *pensamento liberal* é de fundamental importância tanto em termos teóricos como empíricos (observação de casos particulares). Teoricamente, o liberalismo possui *relevância intrínseca* ao informar o modo de produção capitalista, por um lado, e, por outro, por terem contribuído, alguns de seus pressupostos, para a *consolidação da democracia*. Em relação a esta, segundo N. Bobbio: “o Estado liberal é o pressuposto não só histórico mas jurídico do Estado democrático. Estado liberal e Estado Democrático são interdependentes em dois modos: na direção que vai do liberalismo à democracia, no sentido de que são necessárias certas liberdades para o exercício correto do poder democrático, e na direção oposta que vai da democracia ao liberalismo, no sentido de que é necessário o poder democrático para garantir a existência e a persistência das liberdades fundamentais”. (1)

Como se sabe, a própria denominação “liberal-democracia” - característica de sociedades capitalistas consideradas democráticas - indica esta união, por mais que uma e outra não tenham a mesma origem assim como o fato do liberalismo ter-se originado como ideologia da burguesia, tendo posteriormente se constituído em ideologia da *ordem burguesa*, necessariamente mais ampla que uma classe.

O liberalismo, contudo, tem sido alvo de controvérsias quanto à sua significação, caso de A. Hirschman, entre outros, que discorda da consideração de que as “liberdades fundamentais” - pressupostos liberais à democracia no esquema de Bobbio - tenham sido concedidas facilmente e sem traumas, segundo a evolução do conceito de cidadania esquematizado por T. H. Marshal em seu clássico “Classes Sociais, Cidadania e Status”. Para Hirschman, a posição conservadora/reacionária - aí incluído o liberalismo - lutou constantemente contra os avanços sociais, entre os quais as “liberdades fundamentais” e a democracia, para o restante da sociedade, pois quereria reservá-los às classes dominantes. O liberalismo, ao invés de pressuposto, teria sido, portanto, um óbice à democracia.(2)

Em termos específicos, caso da *sociedade brasileira*, constata-se que os valores liberais não se arraigaram. Afinal, determinados elementos fundantes do ideário liberal historicamente estiveram ausentes no país, tais como: o estrito individualismo burguês, definidor da precedência do indivíduo (privado) em relação ao público; a separação entre a esfera pública e a esfera privada; o risco como “ethos” ao qual todos estariam submetidos; o caráter dirigente - econômica, política e ideologicamente - do empresariado como um todo ou de suas principais frações, para além de sua posição enquanto classe dominante; entre outros. Conseqüentemente, não modelaram *hegemonicamente* o Estado, a sociedade, a economia e a cultura (tomada em sentido amplo) brasileiros. Ao contrário, a secular precedência do Estado em relação à sociedade (em sentido amplo e diverso), o patrimonialismo, a submissão da burguesia ao Estado enquanto aparato dirigente etc caracterizam a *ordem burguesa* no país.

Apesar desse quadro adverso, valores liberais têm sido importantes na história brasileira, pois os mesmos recorrentemente estiveram presentes no imaginário e no discurso - e eventualmente na prática - de determinados agentes sociais.

Durante o Império partidos assumiram retoricamente o liberalismo - um deles adotando a própria denominação correspondente -, o mesmo ocorrendo em certos períodos republicanos, caso da UDN após a dissolução do “Estado Novo”. A independência e a República, mesmo levando-se em conta suas pecu-

liaridades militares, tiveram forte influência de fatos e autores/idéias ligados ao liberalismo, tais como, entre outros, as revoluções norte-americana e francesa e Adam Smith e John Locke respectivamente. Segundo Wanderley Guilherme dos Santos, “durante mais ou menos os cinquenta anos que antecederam a Independência Brasileira parte da elite intelectual e política foi exposta a algumas das idéias que estavam moldando o novo mundo” [liberalismo/iluminismo - FCPF]. (3) O que, entre outros fatores, demonstra, portanto, a presença do ideário liberal na sociedade brasileira.

A ideologia liberal, contudo, por motivações diversas - que certamente valeriam uma reflexão a parte -, não tem sido objeto de estudos sistemáticos e aprofundados em quantidade e estofo suficientes, comparativamente ao que ocorre com outras ideologias e tradições intelectuais, como o socialismo e o marxismo.

Por fim, a *década de 1980* (a qual este trabalho observa parcialmente, como veremos mais abaixo) foi palco, em nível internacional, da *hegemonia (neo)liberal* enquanto ideologia propagadora de certos princípios, fossem eles clássicos e/ou renovados. A contenda ideológica com o socialismo e todas as formas consideradas “intervencionistas”, declinantes portanto, influenciou a maioria dos países, que passou a adotar programas (através de grupos e partidos que assumiram a bandeira neoliberal) identificados, em maior ou menor grau, com: a) a precedência do mercado e do privado em relação ao Estado e ao público no que tange à economia e à sociedade como um todo; b) (como consequência) o “Estado mínimo”; c) a descentralização e a desregulamentação, ao menos ao nível retórico; entre outras.

Por todas essas razões, o liberalismo como um todo mas especialmente o brasileiro, necessitam estudos que desnudem seu projeto político, mormente no que diz respeito à democracia.

A análise do liberalismo através de órgãos da (grande) imprensa - revista *VISÃO* e jornal *O ESTADO DE S.PAULO* - dá-se fundamentalmente por três motivos.

Primeiro, por representarem autênticos *aparelhos privados voltados à inculcação de valores ideológicos*. A constância de sua circulação - semanal, no caso da revista, e diária, no do jornal -, o imiscuir sutil da opinião e do viés ideológico à informação, a emissão unilateral das mensagens, entre outras características, possibilitam aos meios de comunicação atuar decisivamente nos embates político/ideológicos. A carga ideológica que transmitem, em especial os que se perfilham ostensivamente a determinadas correntes de pensamento - caso da imprensa autoproclamada liberal -, difere da impossibilidade humana à neutralidade absoluta. Seja pelos interesses (em sentido amplo) que defendem, seja por deterem o poder da comunicação, isto é, de inculcação de valores com vistas à reprodução, seja por atuarem como agentes sociais político/ideológicos, entre outros fatores, a não neutralidade destes órgão de comunicação representa facciosismo.

A imprensa escrita, ao estilo dos agentes específicos observados nesta dissertação, atinge, no Brasil - devido ao baixíssimo número de leitores existentes -, justamente a parcela formadora (ou melhor, reprodutora) de opinião.

O jornal "*O Estado de S. Paulo*" é reconhecidamente um dos principais do país em importância política, influência político/ideológica e tiragem/circulação, tendo a tradição de mais de um século a lhe sustentar. Já a revista *VISÃO* é considerada, exclusivamente em termos de circulação, uma das vinte principais revistas brasileiras, sem diferenciação dos segmentos editoriais. Vejamos, comparativamente, a *circulação média* de ambos e seus concorrentes diretos - respectivamente o jornal "Folha de S. Paulo" e a revista VEJA:

Ano	Jornal		Revista	
	"O ESP"	"Folha"	Visão	Veja
1983	558.022	-	156.873	502.280
1984	529.716	521.998	145.606	499.602
1985	558.133	564.892	131.060	562.829
1986	623.679	695.204	147.664	733.480

Observe-se que “O ESP” não circula às segundas-feiras e que a fonte também não a publica para nenhum jornal. Igualmente, o ano de 1987 não consta da mesma (4).

É para esse *parco universo leitor* - minoria absoluta num país marcado pelo analfabetismo de extensas parcelas da população - que a imprensa em questão procura modelar a visão de mundo, sendo constituído pelos *estratos médios e superiores na hierarquia social brasileira*. Portanto, o acesso à leitura e a capacidade intelectual para o consumo de informações “sérias”, em contraste com o sensacionalismo de boa parte dos periódicos populares, são componentes constitutivos desses segmentos.

Segundo, pelo fato da imprensa atuar “fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”. (5) O que representa defender, normalmente de forma orgânica, certos interesses sociais específicos - como o dos proprietários por princípio, personificados nos detentores dos meios de produção - com vistas, contudo, à *generalização*, à *reprodução das relações sociais capitalistas*. Portanto, tal organicidade implica na capacidade de espraiamento de uma visão de mundo assentada na propriedade privada.

Alternativamente, Francisco Weffort defende que a atuação política de jornais como “O Estado de S. Paulo” e “Folha de S. Paulo”, respectivamente na conspiração que culminou no golpe de 1964 e na campanha pelas eleições diretas para a presidência da República em 1984, representam a faceta empresarial destes meios de comunicação, especialmente devido à sua constituição familiar. A imprensa assumiria, de acordo com a conjuntura, o papel de verdadeiros partidos políticos, pois: “Jornais são empresas e, portanto, posições de classe. Posições que, às vezes, se vêem ameaçadas e que se defendem como podem”. (6)

A posição que adotamos nesta dissertação difere relativamente deste autor, pois consideramos caracterizar-se, a imprensa, além de seu *aspecto empresarial*, como *agente político/ideológico* e como *porta-voz de interesses específicos e gerais*. A conjunção destes três elementos ora ocorre de forma complementar ora tensa. O fator exclusivamente empresarial não parece contemplar, portanto, a complexidade da atuação dos agentes observados em nosso trabalho. Até por que

a imprensa representa uma instituição “onde se mesclam o público e o privado, [onde] os direitos dos cidadãos se confundem com os do dono do jornal. Os limites entre uns e outros são muito tênues”. (7)

Terceiro, por possibilitar, a *imprensa periódica*, o acompanhamento contínuo e detalhado das *vicissitudes das conjunturas políticas*. O que significa poder observar as modificações (ou permanência) dos posicionamentos acerca de certos temas, com as conseqüentes justificativas, com vistas a desnudar seu projeto político.

A revista *VISÃO* e o jornal *O ESTADO DE S. PAULO* (8) generalizam, no sentido aludido, o particular representado pelo capitalismo, conseqüentemente não atuando como representantes corporativos de setores empresariais (ou quaisquer outros) específicos, diferenciando-se, sob este ponto de vista, de outros órgãos da imprensa escrita. Parte desta, por outro lado, não faz de um princípio (qualquer que seja, e notadamente o liberal) uma questão essencial e definidora de sua linha editorial, a qual procuram propagar de forma ostensivamente militante.

Caso típico do jornal “Folha de S. Paulo”, de importância inquestionável a partir da campanha pelo restabelecimento das eleições presidenciais diretas em 1984 (e concorrente direto em termos comerciais com “O ESP”, como vimos), que assumidamente se notabiliza por não perfilhar-se a uma ideologia, procurando propagá-la. Segundo seu diretor-responsável e proprietário, Otávio Frias Filho:

“(…) é muito mais útil que a sociedade tenha um jornal que é sensível às mudanças que ocorrem a cada dia, muito mais útil que os leitores tenham um jornal que se modifica à medida que a disposição deles, leitores, vai se modificando, do que ter um jornal fossilizado, que é uma ideologia incrustada na sociedade, que não se modifica há décadas. [isto é, “O ESP” - FCPF] (...) Eu acho que o jornal tem que ser movido pela conjuntura mesmo. E a Folha faz isso. (...) Quando esses leitores tinham uma atitude politicamente neutra, quando eles tinham uma atitude até de endossar o regime, a *Folha* tinha uma atitude correspondente nessa linha e, quando os leitores se deslocam para uma posição mais crítica, mais reivindicante, a *Folha* se desloca também”. (9)

Esta declaração de certa forma sintetiza parte considerável da imprensa escrita, demonstrando a escassez de periódicos filiados a correntes ideológicas (em sentido forte), especialmente de forma ostensiva e auto-requerida como principista. É curioso observar que, para jornais com esse perfil, como a "Folha de S. Paulo", o perfilamento ideológico é considerado ausência de renovação, fossilização das idéias. O caráter empresarial parece, à guisa da análise de F. Weffort, representar aqui a principal faceta deste segmento; ainda assim, acreditamos, outras possibilidades não podem ser descartadas liminarmente.

Aos fins deste trabalho, contudo, o relevante a perceber diz respeito ao fato de *VISÃO* e "*O ESP*" serem exceções enquanto periódicos assumidamente propagandadores do liberalismo, o que por si só é bastante significativo, especialmente por ser a liberdade de expressão um dos elementos-chave no discurso dessa ideologia.

A transição política para a democracia, no Brasil, ocorrida a partir de 1984, representa um momento singular para a observação dos projetos políticos dos diversos *agentes sociais* (10), dos quais o dos autoproclamados liberais têm grande importância na medida em que se assumem como lídimos representantes da referida configuração liberal/democrática da sociedade.

Tal singularidade da transição refere-se ao caráter necessário do *reordenamento das instituições e das relações sociais*, autoritariamente modeladas pelo regime militar. O ideal de uma sociedade democrática por parte dos diversos agentes sociais que povoaram a cena política brasileira, encontra, portanto, nesse momento condições inigualáveis para se expressar, e de maneira relativamente articulada.

Se, contudo, em *tese* identificamos o significado de transição política - quaisquer que tenham ocorrido, de regimes autoritários à democracia - na história brasileira, o *recorte temporal* que fazemos em seu interior, *1984 a 1987*, possui certas implicações.

Em primeiro lugar, diz respeito à consideração de que a democracia brasileira nesta década de 1990 em muitos aspectos resulta dos acontecimentos

modeladores deste período, evidenciando a *contemporaneidade da transição em foco*.

Em segundo lugar, e mais importante, refere-se à constatação de que o início da transição fora antecipado pela sociedade civil/partidos de oposição através da campanha pelo restabelecimento das eleições presidenciais (1984), ocorrendo, até 1986, a formulação de uma agenda pelas forças sociais que o Congresso (ou Assembléia) Nacional Constituinte viria corroborar. Este expressaria seja um acordo (conjugação de partes de projetos diversos) seja um projeto hegemônico. Já o ano de 1987 representa o início da viabilização desta agenda tendo em vista o processo constituinte. Portanto, o recorte temporal adotado significa mais do que uma amostra representativa da *última transição brasileira para a democracia*; significa o próprio *momento de elaboração da referida agenda política* (veremos mais abaixo seus itens principais), impossibilitada de ocorrer antes da campanha pelas eleições presidenciais diretas por causa do monopólio político (recursos de poder) nas mãos dos militares, a despeito do imenso desgaste destes. Por outro lado, seria extemporânea e por isso também impossível, a elaboração de tal agenda após 1986, isto é, após a eleição para os executivos estaduais e para o parlamento constituinte, pois este teria prerrogativas justamente para reescrever a nova Carta Constitucional.

É claro também que a elaboração de uma agenda (essencialmente política, mesmo ao tratar de temas econômicos) é resultante de múltiplas variáveis.

Os anos de 1977 (“Missão Portela”), 1978 (revogação do AI-5) e 1979 (anistia) representaram tanto a abertura a temas futuros como, intrinsecamente, o início da própria formação da agenda, que fora, desse modo, se constituindo paulatinamente, de acordo com o programa “gradualista” de transição projetado pelos militares. O fato da oposição (MDB) desde 1974 vir se fortalecendo eleitoralmente, aumentando suas bancadas e, principalmente, a partir de 1982 - restauração de eleições diretas para os executivos estaduais - ter saído vitoriosa em Estados importantes, como São Paulo, representam variáveis relevantes por terem aumentado os recursos políticos dos que se opunham ao regime. Tanto na denominada sociedade civil como nos Parlamentos e Executivos - ocupação de espaços institucionais -, a oposição aos poucos pode participar da elaboração da agenda

entre 1984 e 1986. Reafirme-se, contudo, ser a partir de 1984, com a campanha pelo restabelecimento das eleições diretas, que o quadro político da transição se altera, renovando e recolocando certas pautas em andamento além de instaurar outras.

O escopo desta dissertação, portanto, não contempla a análise do embate constituinte em si. Observa-o no ano de 1987 mas com vistas à avaliação do encaminhamento da agenda anteriormente elaborada, sendo dispensável, para este fim, o acompanhamento dos anos posteriores.

Enfatize-se que o Congresso Constituinte (e mesmo a chamada “comissão de notáveis”, que formulou um projeto constitucional prévio) refletiu e debateu acerca de um conjunto de questões erigido no embate das diversas forças sociais no período que antecedeu sua eleição.

Em terceiro lugar, a *transição política colocou frente a frente interesses e projetos, que os contemplava, dispares*. Liberais, pragmáticos, nacionalistas, socialistas, social-democratas, entre outros, se defrontaram, cada qual, combinados a outros ou não, objetivando tornar hegemônico seu projeto político. Relativamente às classes sociais, as quais tais tradições ideológicas se personificam - ténue ou tenazmente -, procuraram mover-se, através de seus representantes, com claro sentido tático e estratégico. Dessa forma, entre outros, trabalhadores proletarizados organizados em sindicatos, centrais sindicais, partidos, movimentos sociais e o que se convencionou chamar de sociedade civil; setores médios autônomos; micros, pequenos e médios e, de outra forma, grandes empresários, se defrontaram, de forma não-monolítica, pois fragmentados em múltiplas representações.

A transição construiria, portanto, como aludimos há pouco, uma *agenda* que contemplasse um conjunto de questões de interesse direto das classes sociais, tais como: a participação destas na riqueza produzida; os termos da relação capital/trabalho (em sentido amplo); o papel do Estado - na economia e nas relações de poder; a configuração jurídica do Estado de Direito; o modo de funcionamento do mercado; o papel jurídico e político das Forças Armadas; entre inúmeras outras questões relevantes, especialmente de cunho político e econômico.

Os projetos políticos se defrontavam tendo-as como elementos subjacentes, contempladas por concepções distintas - eventualmente contrastantes - acerca da democracia.

Tais questões representam o conteúdo geral de uma *agenda concreta*, constituída, por sua vez, por *sete grandes itens definidores dos rumos da transição* e, conseqüentemente, da democracia que passaria a vigor. Vejamos, individualmente, como se configuram:

1) *a campanha pelo restabelecimento das eleições diretas para a presidência da República*. Como aludimos há pouco, foi esta campanha a causadora da relativa alteração dos termos da transição projetados pelos militares, que pretendiam a eleição de um civil das hostes do partido governista (PDS) ou mesmo de um militar através do Colégio Eleitoral - composto, este, por parlamentares eleitos em 1982, senadores biônicos e representantes das Assembléias Legislativas de todos os Estados da Federação. A campanha, apesar de não ter logrado seu intento, iniciou o processo de transição à democracia, refazendo a agenda - gradualista e tutelada - do regime militar, pois colocou em pauta a imperiosidade do sufrágio universal para o mais importante cargo político no sistema presidencialista. Impulsionou, além do mais, a dissidência do partido governista, com a conseqüente fundação da "Nova República".

Por outro lado, a campanha pelas "diretas-já", como ficou nacionalmente conhecida, representou para o cidadão comum mais do que o resgate de um direito golpeado. A escolha direta do presidente da República, por tudo o que significa em termos de recursos institucionais de poder e de expectativas da capacidade executiva do cargo por parte da população - reforçada, além do mais, pela tradição personalística na história brasileira -, sintetizou a exaustão popular em relação ao regime militar com o conseqüente desejo de mudanças. Estas estavam associadas à democratização em geral, à moralização do aparelho do Estado e, principalmente, à melhoria das condições de vida. O empobrecimento de extensos setores sociais, a proletarização de parcelas expressivas da classe média e o aprofundamento da exclusão social - resultantes do modelo econômico do regime militar e da crise iniciada em meados da década de 1970 e extensiva à

toda a década de 1980 - fizeram com que as eleições diretas representassem enorme esperança de transformação.

O acesso rotativo ao poder do Estado através do sufrágio universal é, além do mais, característica distintiva dos regimes liberal-democráticos. As posições de VISÃO e “O ESP” a respeito deste item são, portanto, decisivas para que se desnude a concepção de democracia de ambos;

II) *a questão social*, observada, neste trabalho, através dos *programas de atenuação à miséria* (públicos e/ou privados) e da consecução da *reforma agrária*. O estado crítico da desigualdade social brasileira, desencadeadora de todo tipo de exasperação dos segmentos sociais parcial ou totalmente excluídos (consensualmente reconhecidos, um e outro, pelos principais agentes sociais, sendo, contudo, o diagnóstico de suas causas e as propostas de solução díspares), compôs a agenda da transição.

Aumento vertiginoso da violência, saques, “quebra-quebras”, invasões de terrenos urbanos e propriedades rurais, corrupção generalizada, entre tantas outras expressões exasperadoras e outras, denunciavam o caos do quadro social em nível nacional, tanto nas cidades como no ambiente rural.

Os programas estatais com vistas à mitigação de tal quadro, como por exemplo a doação ou subsídios a produtos elementares, assim como o papel das empresas em minorar a corrosão salarial - via recompensas indiretas aos seus funcionários e mesmo arcando com maior contribuição tributária -, serão observados no discurso dos agentes liberais. Trata-se, portanto, por um lado (e mais importante) da concepção do papel do Estado enquanto aparato coordenador da *redistribuição de renda* e, neste aspecto, reparador dos efeitos negativos do mercado; por outro lado, refere-se ao papel conferido à iniciativa privada no tocante aos trabalhadores sob sua jurisdição.

Em relação à reforma agrária, a histórica e crescente concentração fundiária pareceu ter contribuído decisivamente para o agravamento do quadro social, pois teria encarecido os alimentos e expulsado parcelas expressivas da população rural, agravando por sua vez o já caótico quadro urbano etc.

Os números de tal concentração são controversos; contudo, generalizadamente os envolvidos pró-reforma agrária constatavam sê-la de dimensões significativas, o que fora corroborado pelos próprios organismos oficiais, pois:

“Estima-se que entre os latifúndios, aproximadamente 41% da área aproveitável não está sendo utilizada. (...) há no Brasil 342 latifúndios por dimensão que ocupam 47,5 milhões de hectares enquanto 2,5 milhes de minifúndios ocupam 42,5 milhões de hectares”. (11)

Estes níveis de concentração de terras, impressionantes tendo em vista as dimensões continentais do país, são ainda mais significativos quando comparados a países de extensão mais ou menos semelhantes ao Brasil, caso dos EUA, onde a pequena propriedade produtiva tornou-se realidade. É interessante observar tal comparação pelo fato dos EUA serem referência paradigmática aos liberais da imprensa, como veremos.

O governo da “Nova República”, ao adotar o programa de reforma agrária, aceitando desta forma a demanda dos segmentos representados pelos “sem-terra”, institucionalizou este item na agenda da transição. Dessa forma, a observação das posições dos liberais procura, em primeiro lugar, desvendar a concepção que possuem acerca da propriedade privada - se intocável ou não, tendo em vista alegar o programa governamental objetivar seu espraiamento.

Em segundo lugar, procura identificar se e como avaliam as conseqüências sociais da concentração fundiária;

III) o “*entulho*” *autoritário*. Este arcabouço jurídico do regime militar, modelado pela Doutrina de Segurança Nacional, informou o conjunto da legislação restritiva nas mais diversas áreas, possibilitando o controle e a repressão aos opositores do regime.

Sintetizado na Lei de Segurança Nacional (LSN), constituiu-se à revelia da sociedade “objetivos nacionais permanentes”, dos quais a manutenção do capitalismo ocupara lugar primordial. Os discordantes de tais objetivos permanentes foram taxados de “inimigos internos” (a par dos inimigos externos, ambos

normalmente vistos como associados em prol do comunismo), o que implicou na repressão militar que abarcava desde greves por melhores salários a movimentos guerrilheiros. Como forma de viabilizar tais objetivos criou-se órgãos tipicamente autoritários, dos quais se sobressaíam ... o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o Serviço Nacional de Informações (SNI), entre inúmeros outros.

Ativistas políticos perfilhados à correntes à esquerda no espectro, tradicionalmente militantes, entre outros, nos meios intelectuais, partidos, sindicatos e movimentos sociais, e especialmente como representantes de trabalhadores organizados, tiveram suas ações tolhidas com vistas a possibilitar a acumulação capitalista acelerada. A gestão da economia pela tecnocracia civil/militar igualmente procurou coordenar, com sentidos diferentes, trabalhadores e empresários, pois ao mesmo tempo regulou o mercado e fez com que o Estado interviesse diretamente, atuando como empresário (o que significou o aprofundamento do padrão de intervenção instaurado nos anos 30). O “entulho” autoritário, mormente o relativo ao cerceamento dos direitos civis e políticos (em sentido amplo), mas também o referente à gestão econômica, ocupou espaço significativo na agenda da transição.

Os posicionamentos dos liberais perante tal “entulho”, ainda mais considerando-se a vigorosa e ostensiva coalizão empresarial/militar até pelo menos 1974 (após este período, apesar do distanciamento havido, o empresariado continuou a receber estímulos, em vários aspectos, do regime militar), nos possibilita analisar um ponto chave para o pensamento liberal: a liberdade, em alguns de seus desdobramentos. Implica, portanto, verificar se o projeto político da imprensa liberal requer, e em que medida, a supressão dos cerceamentos, pois estes serviram a fins diversos;

IV) *a tutela militar*. Note-se, antes de tudo, que “entulho autoritário” e tutela militar diferem num ponto principal, apesar de que estiveram intimamente interligados no pós-64. O “entulho” poderia ser utilizado pela (formalmente civil) “Nova República” caso assim o desejasse, como, aliás, o fez em várias situações, pois simplesmente representava uma estrutura jurídica autoritária (sem nos esquecermos de que a vontade política e a militarização do regime foram decisivas).

A tutela é, por excelência, como expressa seu próprio enunciado, militar, assentada no poderio incontrastável das forças armadas. Portanto, refere-se, este item, a uma tutela única, específica - a militar, ocorrida diretamente entre 1964 e 1985, e mitigada entre 1985 e 1989.

Tutela esta que, devido às características da transição brasileira colocava-se como ponto de pauta "natural" na agenda. Tais características constituíram-se em um dos "modelos" de transição por causa de certos elementos distintivos que a informaram, diferenciando-se de outros modelos, notadamente o argentino e o espanhol.

Como atesta G. O'Donnell, no âmbito de uma vasta bibliografia acerca das transições políticas, o caso brasileiro representou, antes de tudo, uma "transição transacionada", donde setores consideráveis do regime militar - civis e oficiais - se coligaram com parte majoritária da oposição, "conciliando-se pelo alto", culminando na fundação da "Nova República". Para o autor:

"Em contraste com os outros casos, os governantes de regimes autoritários economicamente bem sucedidos [desenvolvimento industrial acelerado, "milagre" econômico etc - FCPF] e relativamente pouco repressivos [em comparação com o modelo argentino, substituído por colapso - FCPF] costumam obter um alto (embora declinante com o decorrer do tempo) controle sobre os ritmos e agendas da transição. (...) os governantes autoritários costumam conseguir impor à oposição boa parte da sua agenda". (12)

A transição brasileira, *formalmente* civil a partir da "Nova República", chegou a esta por intermédio de um mecanismo do regime militar - o Colégio Eleitoral -, tornando-se presidente da República justamente um dos próceres de todo o ciclo militar, o civil José Sarney. Portanto, o peso civil/militar do "antigo" regime mantivera-se significativamente presente, tanto nas relações políticas como econômicas, durante a "Nova República". Como o regime militar representou vinte anos de tutela explícita e ostensiva, um regime democrático somente se justificaria por sua autonomia perante as Forças Armadas.

Por tudo isso, durante a transição quatro temas essenciais informaram o item em foco como item imprescindível à democratização que os diversos agentes sociais (com seus projetos políticos díspares) requeriam: a) a interferência militar em assuntos civis, como greves, reforma agrária, temas constituintes, entre outros; b) a permanência de oficiais em cargos caracteristicamente civis; c) a autonomia militar em relação ao manuseio nuclear (notadamente o projeto secreto de fabricação da bomba atômica) e em relação à determinação e ocupação de fronteiras de segurança; e d) (especialmente importante) o papel constitucional das Forças Armadas - se submetido ao poder civil ou tutelar das instituições.

É sintomático do estilo continuísta da transição brasileira que a transformação dos três ministérios militares, além do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) e da Casa Militar em um único ministério e civil - o da Defesa -, sob o comando também de um civil, não conseguiu colocar-se como tema componente deste item na agenda. É interessante notar que a maioria dos países tidos como democracias consolidadas - dos quais a imprensa liberal têm como modelo - adota este sistema.

Portanto, observar-se-á como os liberais da imprensa se posicionam perante este crucial e insuprimível item, pois diz respeito justamente à autonomia civil (o pensamento liberal tradicionalmente associou o termo "paternalismo", em especial no âmbito da economia, à tutela, criticando-os) e, nesse sentido, democrática, contribuindo, também aqui, para o desnudamento do projeto político destes liberais;

V) os "novos personagens" - PT/CUT - ou o "outro" dos liberais. A caracterização do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) como "novos personagens" e como o "outro" dos liberais sintetiza um conjunto de questões colocadas durante a transição.

O célere desenvolvimento econômico experimentado pelo país no período militar engendrou, mesmo sem o desejar, a criação de interesses sociais muito mais diversos e complexos do que os havidos no pré-64. A modernização do capitalismo nacional, no intuito de transformar o país em "grande potência econômica", por sua vez contribuiu para a transformação de segmentos proleta-

rizados (e criação de outros), atuantes especialmente nos setores dinâmicos da economia. Tais trabalhadores erigiram ao final da década de 70/início da de 80 entidades que expressavam esse dinamismo, representando um salto em termos de organização político/sindical no país.

Foram, portanto, o PT e a CUT que, desse período em diante, hegemonizaram - no âmbito da força de trabalho - a luta dos segmentos organizados que representavam. Atuando nos parlamentos (paulatinamente também nos executivos) mas principalmente nos movimentos popular, social e sindical, os “*novos personagens*” traduziam a disposição política de parte significativa dos trabalhadores em inserir-se à cidadania. Esta, necessariamente entendida em sentido amplo, significou a busca de maior participação tanto nos recursos econômicos quanto políticos, modelada, tal participação, pela idéia de justiça e de direitos.

Por outro lado, a expressão “*novos personagens*” procura demonstrar a diferenciação destas entidades e dos trabalhadores que representam em relação ao populismo vigente até 1964, pois a autonomia perante o Estado e o empresariado significou efetivamente uma brusca alteração em sua prática político/sindical, entre outras transformações.

Já a caracterização de ambos como “*o outro*” dos liberais diz respeito antes de tudo ao fato de postarem-se à esquerda no espectro político/ideológico. Isto é, por professarem o primado da igualdade, seja por intermédio da adesão (real ou retórica) ao socialismo ou simplesmente por requerer maior participação no excludente crescimento econômico/sistema político.

A idéia que preside a questão do “*outro*” diz respeito àquilo que difere do “*eu*” (alteridade) de algo ou alguém - o pensamento e os agentes à esquerda em relação ao liberalismo, neste trabalho. Conceito utilizado por diversas áreas de conhecimento, cada qual com suas peculiaridades, tais como a psicologia, a semiótica, a filosofia e as ciências sociais, tem em comum a postura relacional. A maneira como se enxerga e concebe o “*outro*” denuncia a concepção de si próprio e, conseqüentemente, do “*meio ambiente*” em que esta relação ocorre. O “*outro*”, do ponto de vista do trabalho social, “*está constituído substancialmente por tudo*

aquilo que atribuímos àquele ser posto a nossa frente, por tudo aquilo que imaginamos e concebemos que ele seja. O outro, desta forma, não é apenas uma realidade física objetiva pois vive e existe, também, em nós. O outro é, em suma, constituído por nós mesmos”. (13)

Para a antropóloga Sylvia Caiuby Novaes, em seu estudo sobre a questão do “outro” na relação de uma comunidade indígena brasileira com os brancos, ao utilizar-se de conceitos como identidade, auto-imagem, entre outros, procura “ver como cada um destes grupos [comunidades indígenas - FCPF] elabora uma representação deste outro e de si próprio, e incorpora esta representação em termos de uma atuação política concreta”. (14) Mais ainda, afirma ser a relação ancorada na idéia do “outro” um *jogo de espelhos*, onde “cada imagem refletida corresponde a uma possibilidade de atuação. A avaliação desta atuação pelo grupo leva à formação de uma nova imagem, que, por sua vez, possibilitará uma nova atuação”. (15)

Estas considerações explicitam, portanto, o inextricável relacionamento entre dois seres, sejam eles pessoas, grupos, classes, idéias, tradições intelectuais etc - ou uma junção destes -, com implicações na concepção que fazem (os dois pólos da relação) do outro. No caso desta dissertação, o pensamento liberal ao defrontar-se com uma tradição que historicamente lhe opôs - e vice-versa - necessariamente teria de se colocar perante aqueles que a expressavam ao representar os trabalhadores.

Os liberais da imprensa demonstrariam, como num jogo de espelhos, como concebiam seus contendores históricos e que papel lhes concediam em seu projeto político. Ao fazê-lo, mesmo que numa sinuosa retórica, desnudariam a si próprios; sua atuação, por outro lado, vincula-se diretamente à maneira como concebem o “outro”.

A contenda clássica entre liberais (ou correntes à direita no espectro) e esquerda implica, para os fins deste trabalho, na observação de como os primeiros concebem a última: se legítima ou não sua existência intrínseca e, a partir daí, que tipo de consideração lhes fazem (aliados, adversários, inimigos etc).

Concretamente, o PT e a CUT encarnam ao mesmo tempo a filiação ao pensamento à esquerda e a representação de vastos segmentos de trabalhadores, envolvendo-se na crucial relação com os empresários. Tal relação, por sua vez ao implicar diretamente nos termos da produção/distribuição de riquezas necessariamente colocou-se como ponto obrigatório na pauta da agenda - afinal, a imprensa liberal analisada postula justamente a reprodução das relações sociais capitalistas. Resta-nos observar de que maneira, com que considerações;

VI) *o Plano Cruzado*. A importância das medidas econômicas de choque representadas pelo Plano em questão nos possibilita averiguar as concepções da imprensa liberal em relação a dois pontos centrais numa sociedade capitalista: o mercado e o papel do Estado nas relações econômicas.

O quadro de altas taxas de inflação, recessão e desemprego - com todos os desdobramentos daí advindos - constituiu o cenário econômico ao qual o governo da "Nova República" se defrontou, mas que, por sua vez, insere-se no contexto da chamada "década perdida" (década de 80). Para diversos intelectuais esta década evidenciou a falência de um modelo de intervenção do Estado, pois referente à sua capacidade indutora do desenvolvimento. Segundo Brasília Sallum Júnior a transição apenas exteriorizou com vigor o esgotamento de um modelo estatal - nos âmbitos político e econômico - tendo em vista, entre outras causas, as transformações da ordem econômica internacional, pois:

"Estão em crise o padrão anterior de articulação entre capitais locais - privados e estatais - e o capital internacional; a forma existente de agregação e representação de interesses econômico-sociais gerados em uma sociedade cada vez mais complexa; e a relação entre setor público e privado no processo de desenvolvimento capitalista". (16)

Alguns números atestariam tal quadro:

"Além da redução drástica do financiamento externo a suas atividades [do setor público - FCPF], a capacidade extrativa do Estado, que já fora afetada pela redução do ritmo de crescimento econômico ocorrida a partir de 1974, se comprime mais ainda com a recessão dos anos 80. Ao passo que entre 1970 e 75

a receita tributária bruta situava-se em torno de 26% do PIB, em 1980 este percentual caía para 24,2 e em 1985 chegava a 22,1%. (...) a dívida pública interna cresce quase 19% em 1984, aumentando mais de 16% em 1985. (...) A poupança líquida do setor público cai vertiginosamente, de 4,67% do PIB em 1975 para 2,24 em 1980, tornando-se negativa em 1985. Os investimentos públicos que correspondiam em 1975 a 4,1% do PIB caíram para 2,3% em 1985, pequena taxa ainda assim mantida graças a um *déficit* de 3,08% em relação ao PIB. (...) Em 1985, os juros da dívida pública, externa e interna, já alcançavam a mais de 10% do PIB e não fora a emissão de novos títulos, o seu pagamento deveria consumir mais de 50% da receita do setor público". (17)

Apesar de maçantes, esses dados revelam as dificuldades macroeconômicas da transição, num contexto estrutural de mudanças globais. O Plano Cruzado mover-se-ia, portanto, em meio a esses condicionantes macroeconômicos.

O viés heterodoxo do programa adotado - congelamento de preços e salários e intervenção estatal crescente, entre outros elementos - significa momento privilegiado para a observação das referidas concepções de mercado e de Estado.

Concepções estas que são classicamente vistas de maneira dispar pelas correntes político/ideológicas. Por outro lado, para além dos elementos fundantes nestas correntes, no interior das mesmas há diferenciações eventualmente significativas que apenas uma observação detida consegue apreender. Por isso, o Plano Cruzado ao sintetizar tais questões necessariamente instala-se como ponto de pauta na agenda da transição. Em conseqüência, dois aspectos de um mesmo e fundamental problema serão objeto de observação.

O primeiro diz respeito à avaliação dos liberais acerca da transferência de renda entre setores empresariais e/ou da economia como um todo e entre as classes. O segundo refere-se ao fato do empresariado ter sido alvo de fiscalização popular e governamental e de confiscos, no contexto de uma certa hostilidade popular motivada pela breve estabilização econômica e pela propaganda. A importância destas questões está na possibilidade de podermos averiguar se realmente VISÃO e "O ESP" defendem a universalização das relações capitalis-

tas, e não, portanto, demandas específicas ou corporativas de segmentos determinados - atitude esta típica de porta-vozes setoriais. Por outro lado, estará em foco aqui a relação dos liberais com os empresários e sua avaliação do apoio (no início do Plano) e contenda destes com o Estado.

Por fim, também a utilização política do Plano - através da postergação do congelamento dos preços e salários - com vistas a influenciar as eleições (em novembro de 1986) para os executivos e parlamentos, notadamente o federal devido à Constituinte, assume grande importância, por causa do apoio inicial dos liberais à "Nova República". Afinal, a economia para o pensamento liberal possui leis próprias que a interferência política no mercado muitas vezes transgride. Este conjunto de problemas, traduzido e sintetizado pelo Plano Cruzado, será, portanto, objeto de detida observação nesta dissertação; e

VII) *a forma da Constituinte*. Tendo em vista, como afirmamos anteriormente, que a agenda da transição fora construída no período entre 1984 e 1986, à Constituinte caberia contemplar ou o projeto político hegemônico ou um acordo entre os projetos dos contendores com maior recursos de poder. Se o embate pela hegemonia (veremos mais abaixo seus balizamentos) estava dado antes da elaboração da nova Carta, a *forma* como o processo constituinte fosse configurado elevou-se também a ponto de pauta. A controvérsia acerca do exclusivismo de uma Assembléia Nacional, se eleita tão-somente com o fim, temporário, de elaborar uma nova Constituição em lugar da proveniente do regime militar, ou se congressional, compartilhando o processo constituinte com as funções corriqueiras da Câmara, Senado e Congresso, assume importância por regular os termos do embate constituinte.

Conjugado a isso, a possibilidade ou não de membros "avulsos" da sociedade civil - isto é, desvinculados de partidos políticos - também participarem, como representantes, da elaboração constitucional, igualmente encontrou ressonância entre os agentes sociais, increvendo-se na agenda da transição - isto devido à desagregação partidária e associativa promovida pelo regime militar. Afinal, a forma de elaborar a Constituição interferiria nesta - à guisa da relação entre meios e fins. Enfatize-se que estas duas questões - Constituinte congressional ou exclusiva

e representação somente partidária ou também avulsa - foram objeto de disputa tendo em vista o embate pela hegemonia.

O fato da nova Constituição se projetar para o futuro, para as “novas” relações sociais que, imaginava-se, encerrariam o ciclo autoritário e a própria transição, conferia tanto ao embaie em si como, previamente, à forma de regulá-lo, enorme peso político. Estavam em jogo, afinal, o reordenamento formal, jurídico, das instituições, os termos da relação capital/trabalho, o papel do Estado, a configuração do sistema político, entre inumeráveis outras questões que os itens da agenda aqui elencados procuram analisar. O sentido tático e estratégico dos diversos agentes sociais modela o discurso e a ação dos contendores envolvidos na transição, o qual (tal sentido) observaremos em relação aos que, na imprensa, proclamam-se perfi lhados ao liberalismo.

Através dessa agenda pode-se, portanto, *analisar o discurso* da imprensa liberal, dele retirando o conteúdo ideológico oculto e expresso. A estrutura e a lógica de pensamento, os recursos retóricos e argumentativos, a utilização de expressões, conceitos e idéias provindas de certas tradições político/ideológicas, enfim, seus *pressupostos e projeções* podem ser desnudados, fazendo emergir o projeto político.

Observe-se que, eventualmente, determinados temas originalmente atinentes a um item específico serão expostos em outro item. Assim o fizemos (sendo que, quando necessário, lembraremos o rol dos temas a serem observados em cada item assim como explicitaremos quando tais modificações ocorrerem) para demonstrar a própria *concepção da imprensa liberal em relação ao que deveria conter em cada item da agenda*, caso típico, antecipemos, de determinados temas referentes aos itens “tutela militar” e “entulho autoritário”, dispostos no item “Os Novos Personagens...”. Com isso, a exposição dos posicionamentos de VISÃO e “O ESP” se torna mais articulada, contribuindo para a emersão de seu(s) projeto(s) político(s). Por outro lado, eventualmente temas e questões não previstos poderão ser inseridos nos itens, caso contribuam para a configuração de tal projeto liberal.

A pesquisa empírica - acompanhamento das edições semanais (a revista) e diária (o jornal) das posições acerca dos itens dessa agenda -, lastreada contudo nos recursos da investigação ideológica (acima parcialmente expressos), implica *historiar as idéias*, na medida em que procura mapear as matrizes intelectuais as quais os agentes sociais em foco se vinculam. (18)

Por outro lado, é importante esclarecer que esta dissertação não seguirá, em sua explanação, qualquer ordem cronológica de citação de passagens (fragmentos) dos agentes observados; apenas os itens da agenda da transição guardam alguma relação cronológica. Isto se dá pelo fato de que boa parte dos temas - que compõe os itens da agenda - aparecerem em diversos momentos na argumentação da imprensa liberal. Como o objetivo deste trabalho é desnudar o projeto político desta, a freqüente não-observância, para fins de exposição, das datas de publicação não acarreta qualquer prejuízo para a racionalidade, inteligibilidade e coerência lógico/expositiva.

Por fim, também é importante esclarecer que *não observaremos* ou citaremos obrigatoriamente *os mesmos fatos* constitutivos dos temas em que VISÃO e "O ESP" se posicionam. Isto é, não necessariamente exporemos a posição do jornal acerca de uma determinada greve, por exemplo, apenas porque o fizemos em relação a revista. Importa-nos *desconstruir, para reconstruir, a ideologia* dos agentes em questão observando-os em relação aos temas que compõem os itens da agenda.

Enfatize-se, contudo, que *nosso estudo não objetiva analisar a transição para a democracia nem proceder a uma análise de conjuntura*. Trata-se de investigar, de maneira diligente, o projeto da ideologia liberal, representando a transição em foco momento singular para tanto.

Estudos anteriores que procuraram desvendar o discurso ideológico, notadamente relativos ao pensamento liberal (19), são *referências teórico/metodológicas* à esta dissertação. Enquanto *conceitual analítico*, contudo, determinadas categorias provindas do cabedal teórico de A. Gramsci subsidiam nossas observações e análises.

O fato dos agentes sociais investigados serem órgãos de comunicação - grande imprensa escrita - e assumida e ostensivamente voltados à propagação de idéias e valores que consideram consentâneos ao liberalismo os insere na *problemática gramsciana da hegemonia*. O que implica a formação de um "ethos" liberal, de afirmação dos cânones do capitalismo, pois atinente à função generalizante (como afirmamos no início) de VISÃO e "O ESP". Atuando como verdadeiros combatentes na *contenda político/ideológica* que se travou durante toda a transição, se utilizam de suas características - meios de comunicação periódicos - enquanto aparelhos privados com a finalidade, enfatize-se, de obter a hegemonia das idéias que pregavam como liberais para que estas norteassem a ação dos indivíduos e grupos, no âmbito e fora do Estado, contribuindo para formar-lhes a visão de mundo. A imprensa funciona, portanto, como uma das *trincheiras ideológicas*, especialmente nesses momentos críticos - pois incertos e permeados por múltiplas alternativas - representados pelas transições políticas. O embate (político/ideológico, reafirme-se), devido a complexidade da economia e sociedade civil brasileiras, adquire a forma de uma "guerra de posições", donde a imprensa como trincheira tem papel fundamental.

Atuando, por outro lado, como *intelectual coletivo e orgânico*, defende (tal imprensa) os interesses dos proprietários em geral - afinal o liberalismo tem na propriedade privada um pressuposto primordial -, objetivando, nunca é demais repetir, a generalização, a reprodução da sociedade capitalista, ao postar-se, dessa forma, como *porta-voz ideológico* desta, donde a propriedade e seus detentores, gestores e agregados deveriam possuir a primazia.

A utilização de tais categorias analíticas gramscianas não significa, contudo, pretender, esta dissertação, perfilhar-se ao pensamento do autor como um todo, ou, alternativamente, averiguar empiricamente a validade teórico/epistemológica dos postulados do pensador italiano.

A influência de certas *categorias teóricas* deste, aliada à *observância de matrizes intelectuais* as quais os representantes da imprensa liberal em questão parecem (diferencialmente) se enquadrar - tais como o conservadorismo, o autoritarismo, o positivismo, entre outras -, como dissemos *subsidiariamente* nossas observações e análises. Certas *referências pressupostas* - universo de interesses;

conflitos, tomados em sentido amplo; embate político/ideológico; pluralidade de correntes no âmbito de uma mesma ideologia; sobreposição de matrizes intelectuais; ocultação/revelação de valores fundantes etc -, entre outras razões fazem com que este trabalho seja influenciado por uma miríade de tradições teórico/metodológicas. Do ponto de vista mais propriamente teórico - norteador das linhas gerais do encaminhamento do trabalho -, contudo, a temática gramsciana possui certa preeminência.

É importante esclarecer, por outro lado, que utilizaremos certas categorias de Gramsci muitas vezes de forma *metafórica* - com a preocupação, no entanto, de não transgredir os cânones do pensamento deste autor -, tendo em vista a própria *malleabilidade* propiciada por sua obra. Certas obras e mesmo o pensamento como um todo de determinados pensadores são apropriados de diferentes maneiras, podendo inclusive nortear grupos político/ideológicos opostos. O legado da obra de K. Marx, frutificado em inúmeras correntes políticas e tradições intelectuais - do qual o pensamento de A. Gramsci é uma ramificação sofisticada com elementos originais -, talvez seja o maior exemplo.

No caso do liberalismo, R. Wolf afirma ser a obra de Stuart Mill reapropriada, nos EUA, de forma antitética por “progressistas” e “conservadores”. Os primeiros retirando-lhe argumentos favoráveis à instauração de um “Estado de bem-estar-social” e os últimos um de “Estado Mínimo”. (20)

No Brasil, é curioso observar que Oliveiros Ferreira - um dos editoriais de “O ESP” - expressa categorias gramscianas nos editoriais, tendo inclusive escrito um livro sobre parte da obra deste pensador. (21)

No que diz respeito à significação da *imprensa liberal* para esta dissertação, a tomamos como uma *amostra representativa do liberalismo aqui vigente* por representar o pensamento médio, a *síntese* de valores e concepções modeladores dos interesses gerais relacionados à *reprodução da sociedade capitalista*. Tal imprensa congrega pessoas, grupos, partidos e instituições representantes das classes sociais detentoras, gestoras e agregadas do capital. Em outras palavras, sintetiza o particular capitalista (emoldurado pelo liberalismo), de forma a universalizá-lo.

É claro que o liberalismo, assim como outras ideologias, se espraia em diversos segmentos sociais, diferenciando-se, eventualmente de forma contrastante; trata-se, contudo, da imprensa enquanto expressão ora de linhas mestras ora de um programa concreto (caso da transição) mas que sintetiza, reafirme-se, a média do pensamento e dos interesses capitalistas, possibilitados por seu caráter universalizante.

Enfatize-se que, especificamente, VISÃO e "O ESP" possuem tal capacidade universalista por: a) serem principistas, conseqüentemente não defendendo interesses corporativos; b) espraíarem ostensivamente a ideologia liberal; e c) representarem organicamente o capitalismo. Reúnem, portanto, condições relacionadas à veiculação e à defesa político/ideológica do capital e da sociedade capitalista que o informa; conseqüentemente, reafirme-se, possibilitam a esta dissertação tomá-los como uma amostra razoavelmente representativa do liberalismo vigente no país.

Por outro lado, estudos anteriores acerca da imprensa liberal, também como síntese do *liberalismo brasileiro*, e deste como um todo em seu desenvolvimento no país, afirmam seu caráter *conservador e autoritário*. (22) O que é plausível devido à *maior ou menor convivência com valores igualitários (democráticos)*, em vários sentidos, havida diferencialmente em cada país. Valores estes erigidos, ou não, em prática como resultante da *dialética* relação entre conquista e concessão levada a efeito por proletários, capitalistas e o Estado em meio a embates de classe.

Por tudo isso, e por ser o liberalismo, como afirmamos no início, historicamente presente - em diversos aspectos - na sociedade brasileira, *esta dissertação intenta colocar à prova esta característica - conservadora e autoritária - apontada*.

Note-se, contudo, não pressupor, esta dissertação, nem um possível caráter intrínseco do liberalismo enquanto ideologia, em qualquer sentido, nem uma especificidade, também intrínseca, do liberalismo brasileiro. Não possuímos elementos que nos permita generalizar num e noutro sentido. Mais ainda, *não se constitui em problema - do ponto de vista teórico e do escopo deste trabalho -*

versar acerca de uma possível natureza do liberalismo em geral, caracterizada por qualquer configuração determinada, e brasileiro em particular. Em relação a este último, os referidos estudos em que nos baseamos, ao afirmarem a característica conservadora e autoritária de seu desenvolvimento no país, ainda assim *não nos permite tomá-lo como traço distintivo na sociedade brasileira (e/ou de sociedades periféricas)*, pois isso implicaria conceber a existência de um liberalismo de outro tipo em algum outro lugar, o que necessariamente recoloca este problema teórico específico não adentrado. (23)

Por fim, em relação à *estrutura desta dissertação*, a organizamos objetivando a explanação dos *posicionamentos de VISÃO e "O ESP"* de forma separada, enquanto *PARTES independentes*, a começar pela revista. Nestas, serão investigados item por item da agenda da transição de modo que, ao final da segunda parte ("O ESP") - ou mesmo concomitante, caso sejam lidos sucessivamente os mesmos itens de cada parte -, possa-se cotejar as posições de ambos.

Por sua vez, as discussões efetivadas às *NOTAS*, nas duas partes que retratam os agentes liberais, são especialmente importantes, pois nelas procuramos: a) explicitar as matrizes intelectuais modeladoras da visão de mundo que expressam, no sentido de efetuar sua genealogia; b) realizar contrapontos às idéias apresentadas; c) demonstrar eventuais desditos e contraditos; e d) desenvolver discussões paralelas e/ou auxiliares aos itens da agenda que contribuam para a compreensão e caracterização dos agentes observados. Além disso, possibilitam também o acompanhamento de certos temas e questões *ad hoc* tendo em vista o *constante remetimento à discussões similares* havida nos diversos itens. Por tudo isso assumem grandes dimensões.

A desproporção de espaço referente tanto ao corpo do texto como às notas concedido aos agentes investigados - a parte relativa ao jornal é quase duas vezes maior que a da revista - justifica-se secundariamente por ser o jornal diário, em contraste com a periodicidade semanal da revista. Mais importante, contudo, como veremos detidamente na exposição de ambos os agentes e na *Conclusão* deste trabalho, diz respeito às características e funções que um e outro possuem.

A estrutura simplificada que adotamos, portanto - além desta Introdução, as duas partes referentes aos agentes analisados compõem o VOLUME I, sendo as Notas e a Conclusão pertencentes ao VOLUME II -, objetiva facilitar a comparação entre a revista e o jornal. No decorrer do texto e na articulação das Notas, no entanto, diversas conclusões parciais emergirão desnudando o projeto político e as estratégias de convencimento da imprensa liberal.

PARTE I
REVISTA VISÃO

CARACTERÍSTICAS GERAIS

A revista VISÃO é parte de um *complexo e heterogêneo grupo empresarial* pertencente a Henry Maksoud. A composição do grupo, que veremos a seguir, representa um importante elemento, entre outros, à compreensão de seus posicionamentos:

a) empresa de engenharia de projetos e gerenciamento de obras “Hidro-service”. Com várias filiais, escritórios regionais e escritórios no exterior, empresa cerca de três mil funcionários, a maioria com vinculação permanente. A área de atuação da empresa cobre todo o território nacional e vários países em quase todos os continentes. Seu campo de atuação é vastíssimo, abrangendo praticamente todos os ramos da engenharia, tais como: “Hidráulica e Energia, Transportes e Comunicações, Engenharia Industrial, Engenharia Ambiental, Indústria, Mineração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Pesquisa Operacional e Administração. Os serviços compreendem todas as atividades de projetos, desde os estudos de concepção de planejamento e otimização econômica até o gerenciamento de projetos e da construção e colocação em serviço das obras e instalações”. (1)

Esta gama de segmentos é voltada principalmente ao *setor público*, para o qual, enfatize-se, a Hidro-service planeja, constrói, executa e mesmo gerencia obras executadas. Como exemplo pode-se citar o planejamento e construção do aeroporto internacional do Rio de Janeiro. Tanto a variedade das atividades como a dimensão que possuem faz com que a empresa subcontrate indiretamente (por intermédio de empreiteiros e subempreiteiros) o impressionante contingente de cerca de quinhentas mil pessoas para a execução das grandes obras, ou de obras concomitantes. Tal magnitude fez com que se tornasse *a maior empresa brasileira de engenharia e uma das maiores do mundo*;

b) Hidro-service - Centro-Oeste Agropecuária e Industrial Ltda. e Hidro-service Amazônia S.A. - Agropecuária Industrial Ltda. Aqui, a atuação do grupo volta-se aos empreendimentos rurais, onde também majoritariamente dominados pelo Estado que, entre outros mecanismos, intervém por intermédio de *incentivos fiscais* concedidos por órgãos de desenvolvimento federais com atuação regional, caso, entre outros, da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). Observe-se que vários dos projetos desenvolvidos ocorreram durante o regime militar, no contexto da ampliação das fronteiras agrícolas do país;

c) Sisco - Sistemas e Computadores S.A. Empresa fabricante de *hardware* e *software* para computadores de micro, míni e médio porte. É importante ressaltar que as empresas nacionais de informática foram por vários anos protegidas da concorrência internacional através da *reserva de mercado*;

d) empresa de engenharia “HM Empreendimentos e Participações”, especializada em elaborar projetos de hotéis de alto luxo;

e) hotel de alto luxo “Maksoud Plaza” e atuação no mercado imobiliário;

f) editora *VISÃO* que, além da revista em foco, edita *revistas setoriais voltadas à iniciativa privada*, tais como a “Dirigente Industrial”, a “Dirigente Rural” e a “Dirigente Construtor”, cada qual, como indicam seus respectivos títulos, voltadas a segmentos específicos. Publica também, anualmente (antes mesmo da revista pertencer ao grupo Maksoud), o balanço empresarial “Quem é Quem” com o *ranking* das maiores empresas brasileiras e atuantes no Brasil, segundo faturamento, investimento etc. Ainda no que diz respeito a revistas setoriais, porém *voltadas ao setor público*, publica a “Dirigente Municipal” e o informe “Perfil” (panorama da administração pública). A editora também traduziu, sozinha ou coligada a outras editoras, autores que propagavam idéias neoliberais, dos quais destaca-se o livro “Os Fundamentos da Liberdade”, de F. Hayek, em parceria com a editora da Universidade de Brasília com tradução e prefácio do próprio H. Maksoud. *Observe-se que tal diversidade editorial contempla praticamente todos os segmentos privados e públicos.*

O próprio H. Maksoud escreveu os seguintes livros, publicados pela editora: “Idéias para a Nação Progredir com Liberdade e Empreendimento”; “Demarquia, um Novo Regime Político e Outros Ensaios”; “A Revolução que Precisa ser Feita”; “Um Legislativo sem Partidarismo”; “Os Poderes do Governo”; “Ensaio sobre a Liberdade”; “Os Mistérios sobre a Inflação”; “Constituinte Independente e Apartidária”; “O Cruzado e Outras Ilusões”. Todos estes livros seguem a linha ideológica da revista, isto é, o neoliberalismo hayekiano.

Essa diversificação de investimentos do grupo Maksoud o vincula a múltiplas relações no mercado com grupos empresariais heterogêneos, sejam eles

clientes, fornecedores e mesmo concorrentes, no âmbito da iniciativa privada e principalmente do Estado. Tais relações reforçam, através da revista VISÃO, a *defesa dos interesses gerais do "fator" capital e do capitalismo enquanto modo de produção*, colocando-se (a revista) como porta-voz atuante dos mesmos. Assim, não parece plausível que VISÃO defenda interesses corporativos, até porque a variedade de atuação do grupo é tão grande que lhe seria inviável. A revista deve ser observada, portanto, como agente social que objetiva interferir no debate político/ideológico travado no país com vistas a influenciar os rumos da política, da economia e mesmo da cultura, entendida, esta, como formação de uma concepção de mundo.

A revista VISÃO atua como órgão essencialmente ideológico, com linguagem, temas e matérias totalmente voltados à doutrina e à propaganda neoliberal no limite do *panfletário*. Por isso, necessariamente não se pode separar os editoriais (local onde formalmente se expressam as opiniões institucionais dos órgãos de imprensa) das "reportagens" e mesmo de pequenas "notas informativas" (denominadas como "Agenda", "Aconteceu" e "Registro"), pois a forma, o tom, o estilo e o conteúdo são rigorosamente iguais. Isso pode ser constatado, como dissemos anteriormente, pelo fato de que por longos períodos simplesmente não há editorial. Ocorre, portanto, que a opinião (neoliberal) está em toda revista, especialmente em matérias e temas fundamentais, como "política" e "economia", sendo dispensável um espaço reservado exclusivamente ao posicionamento formal. As próprias propagandas institucionais da revista afirmam que esta caracteriza-se como "*uma revista diferente de opinião*".

O caráter ostensivo da propaganda ideológica indica que, do contrário, isto é, quando as "reportagens" aparentam simplesmente "relatar" ou "reportar fatos" - postando-se, aparentemente, com certo distanciamento frente a eles -, em verdade trata-se de apoio dissimulado aos "fatos relatados". Como veremos, esta prática é um recurso comumente utilizado por VISÃO.

A revista constantemente divulgou o pensamento de autores que considerava liberais; promoveu debates a respeito de questões relevantes, relativas por exemplo à Constituição (inclusive formulando um projeto constitucional) e alternativas de desenvolvimento econômico; promoveu, no Brasil, a reunião do *Mont*

Pélerin (espécie de internacional liberal entre intelectuais), do qual H. Maksoud era membro; trouxe a opinião de “liberais” e “conservadores” brasileiros a respeito das conjunturas nacionais; e, talvez mais importante, entregou (como faz anualmente desde a década de 1970) o prêmio “Homem de VISÃO” àqueles que, segundo sua avaliação, tivessem se destacado a cada ano na “defesa da livre iniciativa e dos princípios liberais”. O próprio H. Maksoud teve, especialmente no período em foco deste trabalho (1984/1987), constante participação em debates, palestras, simpósios, congressos e solenidades várias nos mais diferentes locais - de escolas a associações comerciais -, por todo o país, com vistas a propagar os “ideais liberais”.

Essa intensa atividade da revista e do próprio H. Maksoud deve ser creditada, em grande parte, ao momento político representado pela transição. Enfatize-se que todo esse período é marcado por incertezas, na medida em que se tratava do (re)ordenamento institucional do país, que poderia implicar em alterações “estruturais” tanto da configuração jurídico/política como sócio/econômica.

Por fim, antes de conhecermos as posições de VISÃO perante a agenda da transição política, torna-se necessária uma breve e introdutória exposição de sua auto-alegada filiação ideológica. Esta poderia resumir-se, como já o indicamos, ao pensamento de um autor: Friedrich von Hayek. Grande parte de seus posicionamentos tem como referência direta não só as idéias como as próprias denominações em geral deste pensador, aclamado como “o maior filósofo político do século XX” (sic). Tal perfilhamento é total - com várias transgressões, tendo em vista a lógica que o preside, como veremos - e apresenta-se como uma espécie de “plágio assumido”.

Hayek, assim como outros expoentes da versão conservadora do liberalismo contemporâneo - o assim denominado *neoliberalismo* -, notabilizou-se pela *radicalização* de determinados postulados do liberalismo clássico assim como pela concomitante oposição, igualmente radicalizada, a todas as formas de socialismo e de “intervencionismo” (termo este tornado um estigma).

Tal linhagem, da qual Hayek tornou-se referência obrigatória, concebe a (denominada) “liberdade negativa” como o pressuposto ao qual os homens se

associam para viver em sociedade. Como consequência enfatiza-se a *redução do Estado a funções mínimas*, como a segurança interna e externa dos cidadãos e de seus bens. Remete exclusivamente ao indivíduo (tomado como referência conceitual) e ao comportamento característico deste, o *individualismo*, sintetizado no *esforço pessoal*, os custos e benefícios de suas ações, donde resultaria a maior ou menor participação na renda produzida. A recompensa ou não por tal esforço interpõe-se um elemento fundamental a todo pensamento neoliberal - o *risco*.

Note-se, contudo, que a *propriedade privada* é concebida tanto como uma das expressões da *liberdade* como fator gerador de *progresso material*. Este se daria devido ao estímulo ao trabalho com vistas seja ao lucro seja ao salário, havido respectivamente com a apropriação privada do excedente e com os frutos do trabalho. Seriam, portanto, os *interesses particularistas* que contribuiriam (mesmo sem teleologicamente intentar e de forma individual) para o progresso, coletivo, das sociedades.

Tal progresso, porém, somente poderia se realizar caso o *mercado*, concebido como uma "*entidade*" *auto-reguladora* dos fatores e agentes econômicos, estivesse livre de toda e qualquer intervenção do *Estado*. Este, por sua vez, é por excelência concebido como *discriminante*, na medida em que sua intervenção é tida como objetivando fins e segmentos determinados. Além do mais, somente o mercado desobstruído faria com que as "informações" relativas aos preços - tomado em sentido amplo - circulassem de forma fidedigna. O *mercado* seria, então, uma verdadeira *panacéia*.

Por outro lado, o mercado livre somente poderia ter vigência caso a configuração política e jurídica do Estado o permitisse, o que se daria de duas maneiras: a) pelo instituto da *separação de poderes*, possibilitador da divisão e controle das ações estatais; b) pela formulação institucional e política de que os *governos devem ser erigidos em leis e não em homens*, pois, estes, seriam possuidores de vontades falíveis e imperfeitas.

Um Estado que garantisse a liberdade e a propriedade dos indivíduos deveria, portanto, caracterizar-se como de Direito, isto é, baseado na *igualdade de todos perante a lei* e na formulação de normas gerais, abstratas, prospectivas

e não destinadas nem à obtenção de resultados específicos nem a pessoas ou grupos determinados. Tal conformação do Estado teria a virtude de encarar os indivíduos como seres independentes e maduros, pois, afinal, a liberdade teria como preço justamente o risco. O *Estado de Direito*, além do mais, só teria validade se fundado no *ideal da liberdade*, e jamais no da igualdade material, pois os indivíduos seriam por natureza desiguais.

Vejamos, enfim, como o neoliberalismo de VISÃO se posiciona perante a agenda da transição e como o pensamento de Hayek se estrutura em situações concretas, informando-a

**I) A CAMPANHA PELO
RESTABELECIMENTO DAS ELEIÇÕES
DIRETAS PARA A PRESIDÊNCIA DA
REPÚBLICA**

A posição de VISÃO em relação a este tema não é incondicional, pois aprisionada à adoção de determinados critérios baseados em três dos princípios acima aludidos: o Estado de Direito, a Separação de Poderes e o Estado Mínimo (reafirme-se que estes conceitos serão, em detalhe, abordados ao longo da exposição das posições da revista).

Para VISÃO, o simples restabelecimento das eleições diretas, dissociado destes princípios, significaria um logro. Mais importante do que a fonte do poder - o povo, através da maioria -, seria a limitação do mesmo o esteio da liberdade. VISÃO condena a inexistência dessa discussão, de acordo com sua avaliação, e que seria o fulcro do debate, pois teria havido apenas a luta pelo ato de votar que implicaria somente na alternância de potenciais “tiranos” no poder, devido aos poderes dependentes de sua vontade. Assim, afirma:

“O fim do arbítrio dificilmente será definitivo se só confiarmos na mera existência de eleições para preservá-lo. O que é preciso é que se fale a todo tempo das instituições políticas que devem existir [expressas nos princípios anteriormente delineados - FCPF] para que possa ter, sempre, não só eleições livres para os governantes mas também a contínua liberação da energia humana individual disponível no país [leia-se mercado desobstruído de todas as interferências - FCPF] para realizar o progresso (...) Nossos homens públicos não querem saber disto. Preferem pregar que basta votar para que tudo se conserte”. (1)

Mas se seus argumentos baseados nos princípios norteadores condicionam prévia e abstratamente a questão da restauração do voto popular, a campanha em si (com seus agentes políticos concretos) foi também alvo de críticas. A revista considera que tal campanha, levada a efeito pela oposição ao regime então vigente, possuiria caráter demagógico (e não democrático) e casuístico (e não cívico) por “vender” à população as eleições diretas como uma panacéia. Haveria, na verdade, uma disputa pelo poder tão-somente por parte dos oponentes ao regime. Além disso, acredita que a eleição direta do presidente da República deixou de ser um meio de consulta à vontade da maioria para se tornar um fim em si mesma, desvirtuando, portanto, sua função.

Todas as objeções feitas pela revista à campanha seriam amplamente corroboradas, segundo ela, pela estrutura de poder no Brasil, que teria levado ao paroxismo a concentração de poderes no executivo como resultado de duas décadas de regime militar, abarcando inclusive o mercado. Acredita que:

"A concentração de poderes em mãos do governo é, hoje, no Brasil, superior à detida pelas monarquias absolutas. O poder político assumiu diretamente o poder econômico, por meio tanto das empresas estatais como dos órgãos do dirigismo econômico. E é este o poder de vida e de morte que se pretende entregar ao próximo presidente, sem se dar conta de que o monarca do povo, eleito diretamente, ganhará com isso auras de legitimidade para usá-lo, com mais 'razão' ainda, de maneira ilimitada". (2)

A magnitude da campanha, contudo, que a cada comício superava o número de pessoas presentes no comício anterior, obrigou VISÃO a se justificar perante seus leitores para além da afirmação de princípios, com respostas objetivas a perguntas que pairavam no ar e a colocavam sob suspeita. Assim, em editorial Henry Maksoud procura contestar os que pensavam que ele - e conseqüentemente VISÃO - fosse contrário: a) ao sufrágio universal por excelência; b) às eleições diretas naquele momento (1984) por apoiar algum candidato ao Colégio Eleitoral (observe-se que isto não é inteiramente verdadeiro, pois VISÃO apoiara Aureliano Chaves, como veremos mais adiante); e c) por ser "*de direita ou reacionário*" (sic).

Por isso as edições imediatamente posteriores à derrota da emenda de restabelecimento das eleições diretas no Congresso Nacional mostraram-se habilidosamente favoráveis às enormes mobilizações que precederam e acompanharam a votação. O caráter cívico e democrático fora ressaltado como exemplar, comentário este até então inexistente.

A necessidade de se justificar perante seus leitores pode ser compreendida pelo fato de VISÃO ter adotado uma posição que os contrariou. Como a revista, para além do aspecto comercial, tem como escopo influenciá-los à aceitação de uma nova hegemonia (anti-socialista e neoliberal), a eventual perda daqueles lhe seria prejudicial. O sentido de influência diz respeito, acreditamos, ao inculcamento das idéias neoliberais com vistas à sua retransmissão, alargando,

desta forma, o espectro do contingente liberal. Para tanto, seus leitores precisariam de justificativas, ainda mais porque (a revista) os considerava de “alto nível”, ou, em outras palavras, acreditamos, “formadores de opinião” (retransmissores, em verdade). Por outro lado, o elogio a algo que fora derrotado representa uma oportuna estratégia. Contudo, apesar das explicações que fez, reitera, também em editorial, que: *“Julgo imprescindível continuar dizendo que as discussões que aí estão não focalizaram até agora o precário cenário institucional que é o que realmente importaria construir”*. (3)

Portanto, os princípios balizadores do neoliberalismo de VISÃO são firmemente reafirmados após a derrota da emenda Dante de Oliveira. Já aqueles que, também coerentes com seu ideário, pregavam a insistência na conquista das eleições diretas e não conferiam legitimidade ao Colégio Eleitoral, como o grupo “Só Diretas” do PMDB e o PT, são considerados “radicais”. VISÃO defende a continuidade do processo sucessório pelo mecanismo constitucional vigente - o Colégio Eleitoral. O comparecimento neste é requerido com a justificativa de sê-lo necessário para que se evitasse um “vazio institucional”, caso a proposta dos “radicais” de não permitir o *quórum* à votação fosse aceita pelos congressistas.

Assim, a candidatura de Tancredo Neves foi abraçada por VISÃO com a ressalva de que o processo político brasileiro baseava-se em pessoas e não em idéias e princípios político/filosóficos - pelos quais lutava.

Neste processo, as vontades imperfeitas e paixões dos homens implicariam em discriminação, privilégios etc, possibilitando o advento de tiranias. Somente um governo pautado rigidamente pela lei e guiado pelo ideal da liberdade poderia impedi-las. Ocorre, contudo, que as razões do apoio a Tancredo, com a conseqüente oposição a Paulo Maluf, nunca foram convincente e exaustivamente esclarecidas. Apenas vagas menções ao caráter “mudancista” de Tancredo e “continuista” de Maluf, este associado à tecnocracia, justificaram o apoio ao primeiro.

Note-se, entretanto, que antes mesmo do advento das manifestações pelas eleições diretas VISÃO apoiara a candidatura de Aureliano Chaves ao Colégio Eleitoral e mesmo pela via do sufrágio direto, caso este vingasse, pois o

definía como um político sério, ético, comprometido com mudanças, defensor de idéias liberais e digno de confiança - independentemente desses qualificativos terem servido ao regime militar (configurando-se, o agrupamento ao qual Aureliano pertencia, como o esteio civil/parlamentar do regime), ocupando, inclusive, a vice-presidência do último governo do ciclo autoritário.

Em conclusão, é possível dizer que, se a revista não foi contrária ao voto direto, condicionando-o apenas à limitação dos poderes do presidente, de acordo com seu princípio de garantir a liberdade, também é correto dizer que: a)jamais se entusiasmou com o movimento de massas representado pela campanha das eleições diretas, talvez por receio de vitória de uma candidatura à esquerda, talvez pelo receio da influência e da pressão popular daí advindas. Preferiu, conseqüentemente, o caminho seguro do Colégio Eleitoral, como atestam os apoios à Aureliano, primeiro, e a Tancredo, depois, e mesmo a Sarney, por fim (note-se que o apoio aos dois últimos representou, em verdade, apoio à “Nova República”, observado nas propagandas institucionais e nos comentários elogiosos quando da proximidade de sua instauração); b)jamais considerou sem legitimidade o processo sucessório indireto, não apontando qualquer outra alternativa depois de derrotada a emenda Dante de Oliveira; e c)apoiou o caráter “conciliatório” (4) da “Nova República”, que implicou na exclusão dos agentes políticos e sociais à esquerda do espectro ideológico na tomada de decisões básicas, assim como no abafamento das mazelas do regime que formalmente findara, expresso no clamor em “não se revolver o passado”, utilizado pelos segmentos que lutaram pela manutenção do *status quo*.

II) A QUESTÃO SOCIAL

A questão social, tomada pelo viés da Reforma Agrária e dos Programas de Atenuação à Miséria (como os relativos ao leite, ao seguro-desemprego e aos subsídios sociais em geral) é vigorosa e frontalmente combatida por VISÃO, pois crê representar intervenção estatal indevida no mercado. Este, uma vez concebido como “entidade” auto-regulável e natural, necessitaria da mais absoluta desregulamentação e desobstrução para permitir que as forças “espontâneas” - capital e trabalho, com a conseqüente circulação de produtos, serviços e pessoas - fluíssem livremente. (1)

A miséria de boa parte da população brasileira, tanto no campo como nas cidades, dever-se-ia justamente a décadas de intervencionismo estatal na economia, com seus regulamentos, normas, subsídios, privilégios, benesses etc. Esse intervencionismo seria resultante da concentração do poder nas mãos do Estado através do Executivo, jamais podado devido à inexistência histórica da separação dos poderes, bem como da não limitação da potência estatal.

Portanto, para que houvesse crescimento econômico e a miséria diminuísse ou acabasse bastaria ao Estado eximir-se de intervir no mercado. A reforma agrária e os subsídios às populações carentes atuariam apenas e tão-somente nos efeitos produzidos pela própria intervenção do Estado que, dessa forma, em nada resolveriam.

A propriedade privada, além de um direito daqueles que legitimamente a adquiriram, representaria um pilar das sociedades ocidentais e livres e fator de desenvolvimento econômico, pois propulsora da divisão social do trabalho - causa, esta, do aumento incessante da produtividade - e do desempenho individual baseado no esforço. (2)

Em suma, essa é a concepção genérica do neoliberalismo de VISÃO em relação à questão social. Vejamos, em termos específicos, como é justificada a oposição aos seus diversos aspectos.

a) A Reforma Agrária

Esta, como se sabe, fora uma iniciativa do governo Sarney devido às reivindicações das entidades representativas dos agricultores sem-terra. Pretendia-se, durante a “Nova República”, assentar milhares de trabalhadores rurais, espalhando, desta forma, a propriedade. Todos os aspectos do Projeto foram criticados pela revista, dos quais destacam-se a forma, os prazos e os papéis indenizatórios. A idéia mestra que preside a avaliação da revista baseia-se na crença de que o direito à propriedade estava sendo punido:

“Sanção’ é a palavra chave. Seu uso traduz a intenção dos autores do plano de impor uma penalidade, um castigo ao exercício da propriedade privada. A punição se materializa no iníquo critério de desapropriação (...) que entende por ‘justa indenização’ um ressarcimento abaixo do valor de mercado do imóvel, pagável a perder de vista, em vinte anos, por meio de Títulos da Dívida Agrária, papéis de emissão governamental carentes da menor confiabilidade (...)” (3)

A “Nova República” é então vista como anticapitalista, pois tocar na propriedade privada significaria tocar no direito à mesma. Por isso, para VISÃO: *“A proposta do Governo presta-se em gênero, número e caso a promover o processo de solapamento das sociedades capitalistas(...)” (4)*

O flanco aberto pela Reforma Agrária, donde o conceito de “justa indenização” da propriedade é visto como uma violência contra o direito à mesma, poderia se espalhar para o ambiente urbano, atingindo as indústrias, o comércio e até os bens pessoais dos cidadãos. Trata-se de uma *previsão catastrófica do devir* por causa da mácula ao dogma da intocabilidade da propriedade, que se assemelharia à estratégia descrita por Marx para destruir o capitalismo, segundo a revista, pois:

“Verdadeiro confisco, o conceito de ‘justa indenização’ do projeto do governo é um desses precedentes que Marx se deliciaria em testemunhar - uma vez aplicado à propriedade privada rural, nada há que impeça sua futura ampliação a outros setores, da propriedade industrial à financeira ou mesmo aos bens de uso familiar ou pessoal, como a casa e o automóvel”. (5)

Note-se que tal catastrofismo para com a propriedade em particular e o capitalismo em geral é justificado tendo em vista o espectro do socialismo. Isto

é, esse ataque a um dos pilares da sociedade capitalista fortaleceria o Estado e, conseqüentemente, o intervencionismo que, ao final do túnel, desembocaria numa sociedade socialista. Tal quadro representaria o “caminho da servidão”, título do famoso “livro-alerta” de Hayek, publicado em 1944 (e citado há pouco), sobre os perigos para as sociedades capitalistas representados pela intervenção do Estado. Toda a obra do autor, no entanto, reforça esta tese. (6)

A contramobilização dos proprietários rurais, capitaneadas pela União Democrática Ruralista - UDR -, que atuara em mobilizações de rua ostensivas, em *lobbies* e no Parlamento é entusiasticamente saudada por VISÃO. Esta coloca-se inteiramente ao lado dos ruralistas e critica o privilegiamento pelo governo das (segundo sua avaliação) supostas áreas de “tensão social” - locais onde o conflito entre proprietários e “sem-terra” ocorreriam abertamente - para fins de reforma agrária. Tal privilegiamento faria com que os invasores forjassem deliberadamente a tensão, produzindo artificialmente um clima conflituoso. Dessa forma, e eis um aspecto fundamental na postura da revista, *os proprietários rurais estariam corretos e agindo de forma legítima em armar-se com vistas à autoproteção de suas propriedades e, mais do que isso, do direito à propriedade*. Tal movimentação seria necessária para a revista, pois:

“Como nem sempre se pode esperá-la [a segurança das propriedades - FCPF] do poder público (...) eles, [os proprietários - FCPF] desde julbo, estão articulados no Pacto de Unidade e Resposta Rural, movimento que inclui a compra de armas com finalidades defensivas”. (7)

Observe-se que a quebra do monopólio da coerção do Estado é aceita com absoluta naturalidade, o que daria margem, do ponto de vista das regras do jogo político, a que os trabalhadores fizessem o mesmo, obtendo a mesma legitimidade que VISÃO confere aos proprietários. Há, neste aspecto, contudo, uma evidente transgressão aos seus próprios princípios, portanto nos marcos de sua lógica teórico/ideológica. Isso porque nem o liberalismo clássico nem o neoliberalismo advogam a tese de que, quando do risco à propriedade (suposto ou real), seus detentores possam “fazer justiça com as próprias mãos”, como enuncia o conhecido adágio. O próprio sentido de “Estado Mínimo”, em consonância com o ideal do Estado de Direito (este, hayekiano, no caso do neoliberalismo) implica,

como parte de suas funções exclusivas, ... a defesa dos indivíduos e suas posses, notadamente a propriedade privada. Se quiséssemos voltar ao universo dos jusnaturalistas tal proposição de autodefesa seria considerada típica da era pré-contrato, isto é, da sociedade natural (estado de natureza), onde o homem era o “lobo do homem”, segundo a máxima hobbesiana.

Portanto, para estar de acordo com seus alegados cânones, somente restaria a VISÃO exigir a enérgica e decisiva ação do Estado no sentido de coibir rigorosamente *qualquer* desrespeito à sua prerrogativa exclusiva de aplicar a violência. No entanto, alega que com o princípio (ou dogma, pode-se dizer) da propriedade privada não pode haver transigência de espécie alguma, pois esta é:

“(...) matriz da civilização ocidental, essência da liberdade do indivíduo e fundamento do Estado de Direito - o que invalida, de resto, sua alegação de ser o plano [de Reforma Agrária - FCPF] destinado a disseminar a propriedade. Com princípios não há como fazer concessões”. (8)

Assim, tanto o governo como os trabalhadores sem-terra que, com suas ações violaram tal princípio elementar, através respectivamente da adoção e implantação do Projeto e das invasões de terras, legitimariam a autodefesa armada dos proprietários.

As mortes de agricultores sem-terra bem como dos apoiadores desse movimento, como padres, advogados, políticos, entre outros, são justificadas seja pela imprudência das lideranças do próprio movimento seja pela existência mesma do Projeto de Reforma Agrária, que, segundo alegara, “faz acirrar tensões”. Portanto, os proprietários jamais seriam culpados, por mais que tivessem sido eles e seus capatazes os autores dos crimes. Afinal, a defesa da propriedade é, para a revista, ao mesmo tempo um direito e uma obrigação. Os conflitos e as mortes deveriam ser creditados exclusivamente a fatores exógenos e perturbadores à propriedade privada.

Por tudo isso é possível dizer que a extrema concentração fundiária em minguados proprietários não é encarada por VISÃO como: a) criadora de conflitos rurais entre proprietários e a miríade de seres sociais ligados ao campo, especial-

mente os despossuídos de terra; b)propulsora da migração de vastos contingentes de mão-de-obra desqualificada para as grandes cidades, com todas as implicações daí decorrentes, notadamente o inchaço incontrollável do ambiente urbano, acompanhado da deterioração da qualidade de vida; c)fator inibidor de maior produtividade no campo devido a costumaz ineficiência do latifúndio, exigente que é de grandes somas de capital e tecnologia avançada para ser produtivo, mas dificilmente encontrável em tal estrutura fundiária, entre tantas outras conseqüências.

Estas colocações, na verdade argumentos dos próceres da reforma agrária, não foram rebatidas ou contra-argumentadas por VISÃO, pois a afirmação do princípio geral - a propriedade privada como pilar da civilização e por isso intocável - parece lhe bastar para, conseqüentemente, tornar inócuo *qualquer* argumento relativo à propriedade.

Não obstante, parece-nos claro que o momento político vivido pelo país, com facções político/ideológicas em luta pela manutenção/transformação de determinadas estruturas sócio/político/econômicas, assentadas que estavam nas incertezas da transição, fez com que VISÃO se utilizasse do princípio geral como forma de resguardar (conservar) tais estruturas. Dessa forma, não daria margem a transformações significativas, como se afigurava *inicialmente* a reforma agrária, podendo (em seu imaginário e/ou na realidade) se alastrar para outros setores.

b) Programas Sociais de Atenuação à Miséria

Como aludido há pouco, a adoção de programas sociais pelo Estado, na concepção neoliberal de VISÃO, atacaria somente as conseqüências de uma economia já debilitada pela própria intervenção deste mesmo Estado, como no caso brasileiro. Teria o aparato estatal tolhido as "virtudes espontâneas" do crescimento econômico/distribuição "natural" de renda. As amarras ao mercado não se referem apenas à intervenção estatal na esfera econômica, mas também à ação "predatória" e "antinatural" dos sindicatos, que defenderiam salários acima da capacidade do mercado (a posição detalhada de VISÃO em relação aos sindicatos está contida no item "Os Novos Personagens...") e também dos Pactos Sociais que tentariam selar acordos entre preços e salários, subvertendo os arranjos espontâneos que o próprio mercado criaria, entre outras amarras.

Os programas e subsídios sociais, como veremos, reforçam, para VISÃO, a idéia de que o Estado brasileiro excede, e em muito, suas funções. Sua própria crise financeira jamais seria estancada se tais programas continuassem.

Mas se esse é o caráter fundante do pensamento de VISÃO para opor-se aos programas sociais, outros argumentos são igualmente importantes para que se compreenda em profundidade sua posição nesse tema complexo. Tal complexidade explica-se, pois, devido aos agentes mobilizados, aos volumes de recursos requeridos, às implicações políticas e eleitorais propiciadas e às questões programáticas que congrega.

Enfatize-se que o postulado neoliberal de VISÃO credita ao indivíduo o papel de, pelo esforço pessoal, conquistar seu próprio bem-estar: acesso aos bens e serviços produzidos pela sociedade a qual pertence. É a competição entre os indivíduos em busca de uma vida material melhor, através do aumento da produtividade, que os faz serem cada vez mais diligentes, conseqüentemente aumentando a produtividade geral da economia. A mesma lógica que preside os indivíduos (trabalhadores) guiaria os empresários.

O *risco*, elemento vital numa sociedade que se quer livre, seria podado com a intervenção do Estado. Portanto:

"(...) Abjurar o paternalismo oficial, como conseqüência lógica [da liberdade - FCPF], é imperativo aplicável tanto à empresa como ao indivíduo. Daí ser a questão primordial das sociedades verdadeiramente livres (...) deixando ao indivíduo a tarefa de cuidar de si mesmo, segundo sua aptidão e desempenho". (9)

A concessão de subsídios sociais a parcelas da população seria, por si só, uma *discriminação estatal* transgressora do ideal do Estado de Direito - que postula a norma igual, abstrata e universalizante -, impelindo os não beneficiados a também demandarem por privilégios. (10) Se não bastasse isso, quem pagaria a conta pelos subsídios sociais seria a sociedade como um todo. Tais subsídios ou programas seriam também "demagógicos" e "populistas" por visarem dividendos eleitorais e por conceberem o indivíduo como dependente da

proteção paternal do Estado. (11) Representariam, contudo, segundo suas palavras, “*caridade com chapéu alheio*”. Nesse sentido, o próprio termo *justiça social* seria impreciso e inadequado, pois os que não se esforçassem o suficiente não poderiam receber os benefícios dos que o fizessem. (12)

Por outro lado, os programas sociais patrocinados pelo Estado trariam conseqüências perniciosas à sociedade na medida em que, ao inflar o aparelho burocrático estatal com vistas à administração de novos programas (e mesmo os vigentes), contribuiriam decisivamente para o aumento do *déficit* público, fonte emanadora da inflação.

Percebe-se claramente como, para VISÃO, a intervenção do Estado no mercado, via subsídios sociais, faz desencadear uma série de disfunções, verdadeiras catástrofes, que resultariam no contrário do que pretendiam. (13) Ou seja, se a intenção do Estado era atenuar a miséria subsidiando setores sociais carentes, jamais atingiria seu objetivo, pois produz inflação e esta, ao encarecer todos os custos, torna a todos mais pobres, inclusive aqueles subsidiados. Assim, o início da intervenção (o subsídio) carrega um conjunto de “males”, à guisa do efeito “bola de neve” (14), que confluiria para o prejuízo geral de todos, representando uma verdadeira catástrofe econômica e social.

Por outro lado, aquelas formas de subsídio aos trabalhadores pagas pelas empresas privadas por imposição do Estado como resultado, segundo VISÃO, da influência do pensamento “esquerdista” de determinados partidos e sindicatos, acarretariam as mesmas conseqüências do subsídio estatal, se bem que por caminhos diferentes. O caso símbolo foi a implantação do “Vale Transporte”, que obrigou ao pagamento de parte do deslocamento da mão-de-obra ao trabalho. VISÃO acredita que, neste ritmo, as empresas: “(...) terão tantas tarefas intermediárias e sociais que poderão não ter tempo nem interesse (por causa dos custos e tributos) de se dedicar às atividades produtivas”. (15)

Especificamente em relação ao Vale Transporte as implicações na relação Capital/Trabalho seriam várias, sempre na linha catastrófica. Isso porque os trabalhadores poderiam se sentir motivados a residir longe do trabalho, na medida em que não mais se preocupariam com os gastos de locomoção; contra-

riamente, os empresários poderiam se recusar a empregar mão-de-obra que residisse distante do local trabalho. Como se vê, a subversão da ordem “natural” do mercado faria com que todos perdessem.

O baixo nível de qualificação da mão-de-obra brasileira - com incidência direta na produtividade - não é considerado por VISÃO como condição suficiente para a existência de qualquer tipo de subsídio. Igualmente, o fato da média salarial do país ser extremamente achatada (em vista do potencial produtivo e das margens de lucro praticadas) não a dissuade de que os subsídios, sejam estatais ou privados, representam, respectivamente, privilégio e imposição. Note-se que tais formulações são argumentos dos por ela considerados “intervencionistas”. As modernas gestões empresariais, que concebem a mão-de-obra como um investimento estratégico (por variadas formas) são, portanto, implicitamente descartadas pelo seu receituário. (16)

O “Vale Transporte”, contudo, fora apenas um preâmbulo da posição da revista perante as discussões travadas durante a “Nova República” e que confluíram para a nova Constituição a ser elaborada a partir de 1987. VISÃO, descartando não só os subsídios como também qualquer regulamentação do trabalho, alertara para o fato de que uma carta constitucional dedicada a isso contribuiria decisivamente ao atraso do país.

Uma Constituição existiria somente para regulamentar e limitar os poderes do Estado, entre eles, obviamente, o de intervir no mercado. Legislação que dissesse respeito às relações de trabalho jamais poderia ser contemplada na Carta Magna. Assim, as propostas de estabilidade no emprego; jornada de 40 horas semanais; aposentadoria aos 30 anos de serviço para homens e 25 para mulheres; remuneração em dobro no período de férias, entre outras, são vigorosamente combatidas. VISÃO desdenha do (considerado suposto) caráter “progressista” proclamado pelos seus propositores, os “intervencionistas”. Todas estas propostas amarrariam ainda mais o mercado, impedindo o progresso econômico e social.

A mesma lógica preside, para o postulado neoliberal da revista, a idéia de distribuição de renda via imposto progressivo - aquele que é progressivamente

maior conforme aumentem as faixas salariais e de lucro. A tributação progressiva seria:

"(...) filha do equívoco conceitual de justiça social [dos que] advogam a punição da competência, do trabalho e do sucesso, desestimulando todo impulso ligado ao espírito de realização". (17)

A tributação ou taxaço progressiva pretenderia, além do mais, "*redistribuir a renda segundo o molde socialista*" (sic), coincidindo com as propostas de Marx. Conseqüentemente, apenas a taxaço proporcional seria justa e equitativa. (18)

Se é verdade, como vimos, que a posição neoliberal se opõe ideologicamente à progressividade, associando-a à versão socialista, é igualmente correto - porém não abordado pelos neoliberais - que as estruturas produtivas capitalista e socialista diferem suficientemente para não provocar avarias no capitalismo caso se adotasse a progressividade. Esta, a rigor, além de existir em vários países capitalistas desenvolvidos, é aplicada simplesmente como uma opção fiscal e tributária. A aversão a tal opção pode, portanto, ser explicada pelos princípios (gerais e abstratos) que informam a doutrina - contanto que não se desconsidere o momento histórico da formulaço do neoliberalismo. (19)

Para além dos princípios (ou sob o manto destes) deve-se considerar tanto o papel de VISÃO como *porta-voz dos interesses gerais do capital* - o que faz com que se oponha à maior tributação associada aos maiores ganhos do capital - como o *caráter empresarial* do grupo ao qual pertence. Em relação a este último, reafirme-se estar a revista vinculada a um complexo empresarial, atuante em múltiplos segmentos, no Brasil e no exterior, voltado à iniciativa privada e principalmente ao Estado. Por isso, aqui VISÃO também expressa a posição do grupo, em seu caráter empresarial portanto, mas que, a rigor, não difere das demandas do empresariado, corroborada (tal posição) pelo pensamento neoliberal.

A transição política para o que os diversos agentes (com seus projetos dispare) entendiam por democracia, tendo como marco a elaboração de uma nova Constituição, parece tê-los impellido a uma "guerra de posiço". Nesse sentido, tentariam, cada qual (como VISÃO), por um lado conquistar aliados e, por outro,

obstar as idéias e ações dos adversários, muitas vezes estigmatizando-os. Tal quadro da transição necessita ser constantemente relevado.

Assim, as próprias idéias de “justiça social”, “distribuição de renda”, “sociedade mais justa”, entre outras, são descabidas para seus postulados neoliberais. O que lhe importa é fundamentalmente a idéia de liberdade, negativa, (20), que se traduz: a) no mercado livre (da interferência estatal, principalmente); b) no esforço pessoal de cada um em se prover, pois somente dessa forma a liberdade de escolha de estilos de vida, comportamentos etc estaria garantida; e c) no risco de cada indivíduo, empresário e trabalhador, ir ao mercado somente com sua capacidade de empreendimento, tornando-se verdadeiramente independente. O exemplo socialista seria a antítese deste modelo.

III) O “ENTULHO” AUTORITÁRIO

A revista VISÃO posicionou-se implícita ou explicitamente, e de forma sinuosa, perante o “entulho autoritário”. Aqui interessa-nos especialmente sua posição em relação à permanência - parcial ou integral - da LSN, ou sua recusa, assim como, de um modo genérico, sobre o caráter autoritário da legislação como um todo.

Antes de observarmos seus posicionamentos específicos, note-se que, estes, em relação à organização sindical/greves, serão detalhadamente tratados no item “Os Novos Personagens...” por duas razões: a) como estes “novos personagens” (PT/CUT) hegemonizaram a defesa dos interesses populares, especialmente dos trabalhadores organizados, tendo como prática constante o recurso à greve, VISÃO os indissocia de tal recurso. Daí ser conveniente explaná-la (a posição neoliberal da revista, possuidora de uma concepção particular a respeito da paralisação do trabalho) juntamente aos “novos personagens”; b) o direito à greve, tanto em termos conceituais como mecanismo de pressão dos trabalhadores tem impacto de vulto numa sociedade assentada na produção de bens e serviços, sendo encarada de forma principista pela revista. Esta, expressa opiniões sobre tal direito de forma a engendrará-lo num universo conceitual que põe a nu seu próprio imaginário sobre o papel e o direito dos trabalhadores enquanto fator de produção e agentes sociais. Os impedimentos à atuação destes “novos personagens”, provindos do “entulho”, serão, portanto, observados no item em que VISÃO a eles se coloca.

Num primeiro momento, a “Lei de Segurança Nacional” (LSN) foi implicitamente defendida por VISÃO ao se opor ao projeto do então ministro da justiça, Fernando Lyra, de substituí-la pela “Lei de Defesa do Estado Democrático”, em janeiro de 1986. Classificando tal iniciativa de “fúria legiferante”, por considerar haver excesso de leis, e “equivoco especial”, por causa do *status* de lei especial do projeto, afirma:

“É vício nacional a crença, aparentemente insanável, de que basta redigir e promulgar leis para consertar o país. O ministro da justiça Fernando Lyra, achou que a Nova República não podia conviver com os 35 artigos da Lei de Segurança Nacional (LSN), em vigor, instrumento autoritário elaborado sob o governo do General Ernesto Geisel e relativamente abran-

dado na gestão João Figueiredo. Lyra não quis esperar a eleição e instalação da Assembléia Nacional Constituinte, que inevitavelmente analisará o tema". (1)

Vê-se que, mesmo explicitando seu caráter autoritário, VISÃO desdenha da "impaciência" do ministro em esperar até a Constituinte para a aprovação de uma nova legislação. Esta posição é dissimulada na edição seguinte, ao apresentar posições de especialistas sobre a nova lei. Tendo como mote o caráter "legiferante", e não o conteúdo autoritário da LSN, faz um painel daqueles favoráveis à nova lei, caso dos secretários de Justiça dos Estados da Federação, e dos contrários à mesma, como alguns juristas eminentes. Ocorre, contudo, que estes últimos recusavam a edição de uma nova lei que substituísse a LSN simplesmente porque propunham sua extinção, com o argumento de que o Código Penal contemplava os crimes ali previstos, sem sê-lo autoritário. O que VISÃO faz, porém, é, em nome da "fúria legiferante", afirmar que não deve-se criar mais leis, procurando ver corroborada esta posição com a opinião dos juristas. A dissimulação se dá no sentido de que a "reportagem" não apresenta mais a proposta de manutenção da LSN até a Constituinte de forma explícita. Procura, ao ver "corroborada" pelos juristas a desnecessidade de nova lei, dar a impressão de que estes apóiam tal permanência, quando, na verdade, simplesmente sugerem sua supressão.

Portanto, ao *privilegiar questões secundárias*, como o excesso de leis vigentes e de proposição das mesmas, em lugar do conteúdo autoritário da legislação em vigor, ratifica seu apoio à permanência da LSN.

Este posicionamento pode ser ilustrado quando do comentário à proposta do prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, de utilização das Forças Armadas nas grandes cidades com vistas a garantir maior segurança a seus habitantes. VISÃO se opõe frontalmente com argumentos que aceitam a LSN ao "constatar" que: "*(...) o papel das Forças Armadas é a segurança nacional, que destina-se a superar os óbices aos objetivos nacionais permanentes, que não se aplica à delinquência comum (...)*" (2)

Como se observa, não há críticas ao (autoritário) papel constitucional das Forças Armadas. A oposição à utilização destas como forças policiais deve-se

não a razões técnicas, como o despreparo do militar para tratar com a criminalidade comum, e sim em nome das finalidades (autoritárias, repita-se) do poder militar no país. Qualquer outro argumento, como o caráter ostensivamente político que assumiria uma polícia das Forças Armadas, entre tantos outros, teria uma conotação democrática.

O mais importante, porém, diz respeito ao fato de que, *como a nova Constituição ficaria pronta somente em 1988, praticamente toda a "Nova República" e conseqüentemente a transição política se daria sob a égide da LSN*, podendo seus instrumentos serem utilizados segundo a vontade do presidente da República. Portanto, as razões para que VISÃO apoiasse a postergação da LSN não localizam-se em seus argumentos explícitos - o excesso de leis - e implícitos, o "legalismo", este resultante dos princípios do "império da lei" e da interpretação neoliberal do "Estado de Direito". (3) Uma vez mais, à guisa da reforma agrária, os meandros e contornos da transição com sua contenda político/ideológica e caráter estratégico - que implica, no caso específico da revista, em *jamaís se fazer "concessões" aos adversários* -, parecem esclarecedores. Por outro lado, contudo, a revista - no âmbito do grupo ao qual pertence - parece expressar também sua vinculação enquanto classe economicamente dominante, o que contribui para o caráter autoritário e conservador de suas proposições.

Como dissemos no início deste item, VISÃO se posiciona de forma sinuosa em relação ao "entulho autoritário" como um todo, pois se apoiou a postergação da LSN o mesmo não ocorreu em relação à permanência do Decreto-Lei. A este se opôs considerando-o um recurso autoritário e abusivo por ser, sua edição, prerrogativa exclusiva do Poder Executivo, rompendo assim a desejável e necessária (segundo seu perfilhamento neoliberal) "separação de poderes". (4)

Em média, até 1987 a "Nova República" editara três Decretos-Lei por mês. VISÃO aponta a contradição do PMDB que, quando na oposição, criticara tal "entulho autoritário", utilizando-o à vontade agora que estava no poder e sem nenhum prurido. O fato dos planos econômicos terem sido adotados por este instrumento, tendo em vista a repercussão em todo o mercado - e especialmente em relação ao capital - pois maculara o princípio de liberdade das "forças

espontâneas”, fez com que a revista voltasse sua ira contra este instrumento autoritário.

Contrariamente, o que uma vez mais corrobora o caráter sinuoso de suas posições, apóia e, mais que isso, exorta à censura - uma forma de “entulho autoritário”. Isto aparece explicitamente num caso aparentemente sem importância, porém revelador. Trata-se da revolta de alguns pais de alunos, capitaneados por um padre, descontentes com a adoção de um livro escolar que supostamente ofendia a religião através da figura de Cristo. VISÃO apóia tais pessoas ao considerar o livro realmente ofensivo à religião e típico de uma postura ideológica “esquerdizante” (pois identificado com a “teologia da libertação”). Sua proposta, em consonância com a daquelas pessoas, foi a *censura* pura e simplesmente. Afirma que as Secretarias de Educação:

“(...) não podem assistir passivamente a transformação das escolas em campo fértil à pregação ideológica, tenha ela a cor que tiver. (5)

Portanto, o pluralismo ideológico e de opiniões, especialmente no âmbito da escola, onde a autonomia dos professores há muito é requerida tendo em vista os cerceamentos impostos pelo regime militar, parece não ser avalizada por VISÃO quando refere-se ao pensamento à esquerda. A afirmação de que na escola não cabe qualquer ideologia deve ser vista com suspeita, pois, em primeiro lugar, já tornou-se lugar-comum a idéia de que neutralidade absoluta é uma impossibilidade humana; em segundo lugar, supor que um eventual projeto pedagógico de VISÃO não passasse pelo crivo dos pressupostos (ideológicos) neoliberais seria, no mínimo, ingenuidade. A revista critica a postura do Estado, na figura do secretário de Educação, por não intervir, deixando aos professores autonomia para adotar os livros que quisessem. VISÃO, portanto, no melhor estilo autoritário, cobra do Estado suas “responsabilidades”, eufemismo de censura:

“O Estado, useiro e vezeiro em se intrometer na liberdade individual e na vida dos cidadãos, recorre à livre-iniciativa para se eximir de suas tarefas em áreas que lhe cabe absoluta responsabilidade”. (6)

Estas passagens - retiradas da mesma reportagem - são particularmente importantes por desnudarem o caráter contencioso da luta político/ideológica que se travava no período. A intolerância para com as idéias, supostas ou reais, denominadas "intervencionistas" e/ou colocadas à esquerda do espectro político/ideológico, entre as quais as expressas pela "teologia da libertação", fica patente. Tais passagens revelam implicitamente o ataque a esta teologia, que une marxismo e religião - o papel da Igreja como exclusivamente evangelizador fora, conseqüentemente defendido, mesmo não tendo, a temática religiosa, grande importância para a revista.

Cabe agora observar a ênfase dada a aspectos secundários das leis (consideradas) autoritárias em detrimento de outras tantas leis essenciais à vivência democrática. São secundários, ao menos, se se tem, numa escala de prioridades, o desmantelamento das normas, leis e mecanismos cerceadores da agregação e expressão dos interesses como o principal ponto a ser atingido. Os casos da oposição à permanência da "Voz do Brasil", programa radiofônico de informação dos poderes Executivo e Legislativo, e da propaganda eleitoral gratuita são ilustrativos. Para VISÃO, portanto:

"Assim como a propaganda eleitoral gratuita, a Nova República não dá sinais de querer tirar do ar esse antigo entulho autoritário [isto é, a Voz do Brasil - FCPF], verdadeiro confisco de horário imposto às emissoras, que não são remuneradas pela retransmissão". (7)

Este reclamo de VISÃO, apesar de respaldado em concepções programáticas neoliberais, não se justifica plenamente, pois omite que o funcionamento de TVs e rádios deve-se à concessão do Estado. (8)

Apesar de ser uma atividade privada e portanto lucrativa para os empresários que a exploram, possui caráter especial por ser a comunicação de massa considerada de utilidade pública. Esta característica especial implica, para os empresários do setor, em isenções diversas (especiais), devendo, conseqüentemente, implicar em obrigações igualmente especiais, como a abertura de espaço à propaganda institucional e político/eleitoral, entre outras. VISÃO, contudo, procura requerer apenas os benefícios desta característica dos meios de comuni-

cação - pois nada comenta acerca disso -, eximindo o empresariado das obrigações da mesma.

Por outro lado, os possíveis ganhos que a cultura política do país poderia obter não são relevados, especialmente quando se considera tanto o baixo nível de informação da população brasileira como a existência de verdadeiros monopólios dos meios de comunicação. *O que lhe parece importar mesmo é portanto o livre mercado, sendo os problemas políticos por vezes um corolário deste. A grande reclamação da revista, portanto, é que: "Não se leva às últimas conseqüências, por exemplo, a remoção do entulho estatista que embaraça o livre funcionamento do mecanismo do mercado".* (9)

Concluindo e reiterando, as posições de VISÃO indicam que esta: a) aceita a permanência da LSN até, pelo menos, a elaboração da nova Constituição. O até então papel constitucional dos militares, resultante da vigência da LSN é, portanto, aceito durante a "Nova República; b) não toca, ou o faz de forma parcial ou dúbia, em pontos essenciais da legislação autoritária, privilegiando aspectos secundários; e c) é favorável à legislação autoritária em geral que obstrua o pensamento à esquerda, conforme demonstra a intolerância a este. (Observe-se que a posição da revista a respeito do papel constitucional das Forças Armadas na Carta elaborada em 1987/88 será analisada no próximo item: "A Tutela Militar". No item agora em questão - "O Entulho Autoritário" - o que se observou diz respeito à permanência da LSN na Constituição até então vigente).

IV) A TUTELA MILITAR

A revista VISÃO se posicionou contrariamente à intervenção militar no processo político em algumas situações e apoiou-a em outras, reforçando o caráter sinuoso, expresso num vaivém constante de posições, anteriormente observado. (Ressalte-se, uma vez mais, que o apoio à intervenção militar, desta vez na contenção às greves, no bojo da relação capital/trabalho, será analisado no item apropriado, isto é, “Os Novos Personagens...”).

A oposição explícita da revista à intromissão militar pode ser observada ainda no governo do General Figueiredo quando as Forças Armadas provocaram uma reunião dos presidenciáveis do PDS com o presidente da República com vistas a garantir um nome de consenso do partido. Tal fato foi avaliado por VISÃO como uma intervenção no processo sucessório, na medida em que afirmava acreditar caber ao próprio partido (civis governistas) decidir-se. Por outro lado, não se pode descartar que o apoio a Aureliano Chaves fizera com que a revista procurasse elevar seu nome como o melhor candidato do regime, daí se opondo à manifestações contrárias à sua candidatura.

Outro fato ocorrido e de maior importância diz respeito à resposta das Forças Armadas a supostas ofensas proferidas por parlamentares de oposição à Figueiredo. A importância do caso refere-se ao comentário de VISÃO, para quem: *“(...) se o propósito da abertura é revitalizar as instituições, a palavra [isto é, a resposta do governo aos deputados ofensores - FCPF] cabia ao ministro da Justiça”*. (1)

Ainda no Governo Figueiredo, e num momento vital para os rumos da transição - a votação da emenda Dante de Oliveira -, VISÃO ao mesmo tempo constata e se opõe à tutela militar. Diz que, derrotada a emenda de restabelecimento das eleições diretas:

“A palavra está com o Congresso, mas as cartas permanecem nas mãos do Governo. Sem o Governo não há possibilidade de aprovação de qualquer emenda constitucional. Isto é visível não apenas nas medidas de emergência [aplicadas no dia da votação da emenda - FCPF] - um indício claro de que se mantém a tutela militar sobre o processo de abertura -, mas também na análise fria da votação das diretas-já”. (2)

É claro que esse “realismo político” de VISÃO enveredou para a aceitação e defesa do Colégio Eleitoral (conforme vimos no item “A Campanha...”). Não obstante, o tom é crítico para com a tutela. Esta posição revela, então, um duplo aspecto: a oposição ao caráter tutelar, *neste caso*, e a aceitação do mesmo como um fato político dado, irrefutável e irreversível. Tal aceitação transformou-se na senha do apoio à “transição transacionada” (3) que vigiu desde antes da formação da “Nova República”. Portanto, tal duplicidade de opiniões parece indicar que a contrariedade para com este caráter tutelar muito rapidamente se rendeu ao pragmatismo impelidor à “conciliação”.

Um dos aspectos do que aqui chamamos de “conciliação” pode ser observado na aludida (no item “A Campanha...”) exortação feita pela revista à classe política em relação aos militares para que não se “revolvesse o passado”. O objetivo desta exortação alerta para que se evitasse “conturbações” e “instabilidades” durante a transição, pois, para tanto:

“O controle político do Legislativo [que seria o lugar onde poderia se dar a devassa no passado dos militares - FCPF] (...) é imprescindível para que Tancredo Neves possa honrar o compromisso de fazer um Governo sem traços de revanchismo. Só com as rédeas do Congresso Nacional firmemente seguras nas mãos ele terá como impedir a constituição de comissões parlamentares de inquérito destinadas a revolver o passado, como nos casos de corrupção envolvendo servidores civis ou militares da Administração anterior e episódios obscuros como bombas detonadas no Riocentro e na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro.

“As mesas da Câmara e do Senado e as lideranças partidárias têm poderes e meios para poupar o futuro presidente destes incômodos”. (4)

A passagem acima é ilustrativa, pois revela explicitamente que a “conciliação” entre a “Velha” e a “Nova República” deveria garantir a “proteção” aos militares dos (oposicionistas) que pregavam o “revanchismo”, isto é, a apuração das responsabilidades em corrupção e principalmente nos crimes cometidos.

Chama-nos a atenção o fato de VISÃO encarar a instituição do Parlamento, com suas prerrogativas, como fator possibilitador de “revanches” que levariam a instabilidades se, por excelência, esta instituição é representativa dos diversos segmentos da sociedade assim como a oposição à “Nova República” ser minoritária. Por mais que VISÃO reconheça a existência de corrupção e arbitrariedades (que, inclusive, vitimaram fatalmente pessoas), o temor “revanchista” fora por ela aceito e invocado. Note-se que, se seus argumentos se baseassem num projeto político e numa concepção efetivamente democratizante da sociedade no pós-regime militar, a solicitação desta anistia seria compatível. Ocorre, contudo, que a invocação do “revanchismo” simplesmente parece perpetuar e legitimar a tutela das Forças Armadas que, dos quartéis e no que havia de essencial, continuavam comandando os rumos da transição.

É possível indagar, contudo, qual oposição teria interesse neste “revanchismo” com vistas à conturbação política. VISÃO responde ao afirmar que:

“Pronuncia-se como fator de instabilidade (...) a possível convocação de Comissões Parlamentares de Inquérito para apurar casos de corrupção ocorridos em governos passados e tudo mais que se possa esperar de um quadro político propício à movimentação das esquerdas”. (5)

Seriam, portanto, as esquerdas em geral, mas que, como se sabe, personificavam-se no PT, PDT, PC do B e numa pequena parcela do PMDB, no âmbito do Parlamento. O caráter socialista destes agrupamentos faria com que procurassem a instabilidade com vistas à obtenção do “totalitarismo”, pois, para VISÃO, socialismo e intervencionismo seriam seus sinônimos. A questão colocada permanece, isto é, como o Parlamento no pleno uso de suas prerrogativas poderia desestabilizar o regime? Além disso, como as esquerdas, consideradas totalitárias, poderiam fazê-lo pela via democrática, ainda mais estando em minoria?

Enfatize-se, pois fundamental, que o princípio da separação de poderes, um dos proclamados princípios rígidos do neoliberalismo de VISÃO (6), obscurce-se completamente em nome da “estabilidade”. Paradoxalmente, porém, faz loas ao mesmo quando combate a autonomização do Serviço Nacional de Informações (SNI), que em tese se submetia ao Poder Executivo. O importante a

perceber diz respeito ao argumento utilizado, que reclama da “falta de controle” do órgão e não de sua extinção, reivindicação esta da quase totalidade da oposição e da sociedade civil. VISÃO preocupa-se, portanto, somente com a não separação dos poderes que o caso representa, pois:

“(...) querer que o SNI permaneça imune a uma ação fiscalizadora [conforme queriam certos setores militares - FCPF] é reflexo da distorção presente ao longo de nossa história em que o Executivo sempre se julgou no direito de não prestar contas de seus atos a quem quer que seja”. (7)

A tutela militar manifestou-se em diversos aspectos e sentidos, além dos até aqui apresentados. A ocupação de cargos tipicamente civis por militares na Administração Pública Federal - um legado das duas décadas de regime militar - em muito continuou vigente na “Nova República”. VISÃO relata, sem se posicionar explicitamente, que determinado administrador fora convidado para assumir a presidência do Conselho Nacional de Petróleo (CNP), órgão subordinado ao então ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, mas se recusou por causa do veto deste em afastar militares que ocupavam cargos de direção no órgão. Tal procedimento do ministro Aureliano teria se dado por este não querer dar, uma vez mais, a impressão de “revanchismo”.

O que nos chama a atenção é justamente o “não posicionamento” de VISÃO, que procura apenas “relatar” o fato, como que aceitando-o como natural. (É importante reprimir aqui o que dissemos nas “Características Gerais” em relação ao seu caráter eminentemente opinativo e panfletário da revista. Assim, seus eventuais não- posicionamentos parecem revelar, em verdade, apoio ou aceitação implícita ao que está sendo “relatado” ou “reportado”).

A permanência quase que compulsória (para os civis) dos militares significou que o Estado continuava militarizado neste aspecto e que a tutela militar vigia explicitamente, corroborando, aliás, a vasta literatura sobre o tema. (8) Assim, o sistemático vaivém de posições transita do ideário neoliberal (retoricamente afirmador da liberdade) à aceitação da tutela dos militares sobre o Estado e a sociedade, ao menos durante a transição. Outras situações confluem para a mesma conclusão.

A “Nova República”, no que diz respeito à dotação orçamentária das Forças Armadas, foi bastante generosa. Estudiosos da questão militar, especialmente nos momentos de transição, apontam que uma das formas dos novos regimes democráticos evitarem conflitos com os militares têm sido através da satisfação de suas demandas orçamentárias. Alfred Stepan, ao analisar a transição brasileira relacionando-a aos potenciais níveis de conflito entre civis e militares, afirma:

“Em relação aos orçamentos militares, a situação que apresenta o menor grau de conflito potencial seria aquela em que, por algum motivo, os militares, enquanto instituição, percebem que as suas necessidades orçamentais são mais favorecidas pelo novo regime democrático que pelo regime autoritário que está saindo, e, no contexto de capacidades orçamentais gerais, na qual o novo governo acredita poder aumentar as parcelas militares. (...) O Brasil e a Espanha são os países que mais se aproximam desta posição. Os orçamentos militares de ambos os países decaíram na década que antecedeu a democratização e aumentaram de modo significativo - e sem maiores conflitos - no período da pós-democratização”. (9)

VISÃO novamente “não se posiciona” perante esta situação, “constatando” que as relações entre os militares e a “Nova República” seriam sólidas, pois:

“O Governo Sarney e as Forças Armadas protagonizam um casamento que está dando certo. A Razão é muito simples: nunca, ao longo dos últimos 21 anos de regime autoritário, os militares, por paradoxal que possa parecer, foram contemplados com tantos recursos, atenções e apoios a suas reivindicações profissionais como nestes nove meses de existência da Nova República”. (10)

Como se observa, a passagem acima corrobora integralmente a análise de A. Stepan. Do ponto de vista de recursos orçamentários a democracia da “Nova República” foi mais vantajosa aos militares do que a última década da própria ditadura. No que diz respeito à posição da revista, sua aludida “constatação” de tal fato afasta-a de qualquer reflexão sobre o tipo (ideal) de relacionamento entre os poderes civil e militar. Ou, contrariamente, sua aceitação implícita - portanto não apologética - de tal aspecto da tutela militar responderia possivelmente ao

relacionamento considerado apropriado, ao menos, uma vez mais, durante a transição, por tudo o que estava em jogo nesta.

Ainda na mesma “reportagem”, VISÃO expõe outros termos da aliança referida, agora num tom de aprovação ao que “relatava”, pois afirma que:

“O cordão umbilical [trata-se de um computador que seria instalado no gabinete de Sarney, conectado aos executivos estaduais e municipais e aos comandos militares a ser utilizado em situações graves - FCPF] que atará o planalto ao EMFA é talvez o símbolo mais propício para definir a sólida relação que se desenha sob a Nova República entre o governo e os militares. Um relacionamento que permite até a gradual assimilação, por parte do Exército, do tema da conciliação política e desenvolvimento social”. (11)

É significativa a última afirmação da passagem acima sobre a “assimilação” militar da “conciliação”. É isto por dois motivos: primeiro, porque o caráter tutelar é sutilmente aceito pois aquele que “assimila” - o Exército - é colocado como parâmetro. Isto é, *a sociedade será mais ou menos democrática conforme a aceitação, pelo Exército ou pelas Forças Armadas em geral, de suas características e demandas*; segundo, o tema da “conciliação política”, na verdade (como vimos há pouco) foi justamente o que fez surgir a “Nova República”, conseqüentemente mantendo-se durante toda sua vigência. Portanto, VISÃO *aventa uma possibilidade que estava mais do que concretizada*, o que parece demonstrar o padrão político requerido para a transição.

Em outra passagem, esta ocorrida em agosto de 1987, em pleno debate constituinte, VISÃO “informa” que os militares passaram a opinar ostensivamente sobre o sistema de governo a ser contemplado pela nova Constituição. Registre-se que tal “opinião militar” representou uma “intromissão” em assuntos de natureza civil bem como um veto a outros sistemas que não o defendido por eles, como aliás detectado por militantes democratas de todas as matizes e por diversos analistas políticos. Novamente, é importante notar o “silêncio” da revista ao não se colocar perante esta questão crucial da intervenção militar que, ao retirar

a autonomia do Congresso Constituinte, tutelou também para o futuro as instituições do país como um todo. Para VISÃO:

"Aparentemente, a cúpula militar brasileira abandonou sua postura discreta em relação à constituinte. O ministro do Exército, Gal. Leonidas P. Gonçalves, informou que o Alto-Comando do Exército apóia o sistema de governo que é chamado de 'presidencialismo mitigado', uma fórmula confusa que pretende ao mesmo tempo manter os poderes do Executivo e fortalecer o Legislativo. O presidente Sarney também defende esse sistema de governo". (12)

Observe-se que o fundamental nesta passagem não é o sistema de governo preferido por VISÃO e sim a naturalidade com que aceita a intervenção militar (também o fato de considerar confusa a fórmula prevista igualmente em nada altera nossa conclusão). *A razão para tal apoio tutelar encontra-se no fato de que a presença atuante dos militares garantia o caráter conservador da transição, evitando-se ao máximo alterações que julgava estruturais.* Esse cálculo político parece ter feito parte de seu imaginário e de sua estratégia. Alternativamente, caso se objete esta análise, há um fato por si só revelador: a oposição em relação à intervenção no mercado (que veremos detidamente no item "O Plano Cruzado") é incomparavelmente maior e mais radicalizada do que a relativa ao jogo político, sendo isso sintomático.

Por fim, o papel constitucional das Forças Armadas, tema de vital importância para a vivência democrática, pois definidor da submissão ou não dos militares ao poder civil, é explicitado por VISÃO num projeto constitucional por ela elaborado com o fim de subsidiar e influenciar a elaboração da nova Constituição. No capítulo referente às Forças Armadas afirma, em seu parágrafo 1º: "As Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria e à garantia da ordem constitucional. Cabe ao presidente da República a direção da política de guerra e a escolha dos Comandantes-Chefes". (13)

Como veremos agora, o projeto de VISÃO é parcialmente semelhante ao artigo 142 da Constituição de 1988 - que manteve a definição da Constituição autoritária de 1969 -, que afirma destinarem-se as Forças Armadas "(...) à garantia

dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.

Se é verdade que VISÃO não chega a conferir às Forças Armadas a garantia da “lei e da ordem”, como o faz a Constituição, repete-a ao destinar a tais Forças a garantia da “ordem constitucional” (chamada de “poderes constitucionais” pela Constituição, mas com idêntico significado).

A implicação desta colocação diz respeito à prerrogativa militar de assegurar as instituições, isto é, a tutela-las. Como afirma Walder de Góes ao analisar tal prerrogativa na Constituição, assim como a interferência militar no processo constituinte: “A intervenção ostensiva e radical de militares no debate que se travou sobre a nova constituição caracterizou intromissão indevida em assunto político e civil, além de ter evidenciado a imposição de limites à soberania da Constituinte. Ora, o papel constitucional atribuído às Forças Armadas é lesivo à democracia. Atribuir às Forças Armadas a função de garantir a lei e a ordem significa conceder-lhes o direito de intervir na gerência do Estado. A garantia da ordem é função da polícia, sob controle civil e político. A função de defesa das instituições também não pode ser atribuída com exclusividade às Forças Armadas. Isso é tarefa de todas as instituições”. (14)

A análise acima aponta com precisão a questão da tutela militar que permaneceu na nova Constituição e, mais importante tendo em vista os fins deste trabalho, foi mantida pelo projeto do periódico. O reiterado caráter sinuoso uma vez mais deve ser apontado, pois refere-se à incompatibilidade entre tutela militar (que significa cerceamento, ausência de autonomia) e liberdade, *em tese* um princípio liberal da revista. A razão para tanto, enfatize-se pois fundamental, provém do caráter conservador e autoritário de VISÃO - contemplado por seus princípios neoliberais -, temerária que pareceu estar em liberalizar todas as forças da sociedade, que não apenas o mercado e o capital, mesmo para além da transição. A tutela militar serviria para refrear ou impedir as “esquerdas” (pessoas, partidos e sindicatos desta matiz) de fazer com que o país enveredasse pelo “caminho da servidão”, isto é, o socialismo, ou, de outro modo, ampliar a escala “poliárquica” até então existente. (15)

**V) OS “NOVOS PERSONAGENS” -
PT/CUT - OU O “OUTRO” DOS LIBERAIS**

Para os setores democráticos a transição deveria implicar na reinstitucionalização política - Estado de Direito democrático -, o que, entre inumeráveis questões, implicaria no restabelecimento de prerrogativas dos poderes legislativo e judiciário e eleições diretas gerais e universais. Igualmente, necessitaria desobstruir todas as formas de cerceamento à agregação e expressão dos interesses e opiniões, especialmente daqueles setores mais diretamente impedidos de fazê-lo durante o ciclo autoritário.

No universo nevrálgico das relações de produção, existente entre os interesses das empresas e dos trabalhadores, esta questão da representação por parte dos últimos foi pauta constante para a liberalização do regime, demonstrando claramente como os agentes liberais encaravam os que hegemonizavam aqueles interesses: o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

As bases destes “novos personagens” - o “outro” dos liberais - representavam um enorme contingente por contemplar os que estavam total ou parcialmente excluídos da posse de recursos políticos e econômicos na proporção que lhes cabia respectivamente nas relações de poder e na distribuição da renda. Do ponto de vista político, a exclusão seria decorrente tanto de *fatores indiretos* - como subproduto da desagregação típica dos contingentes mais diretamente atingidos pela opressão político/econômica que, associada a outros fatores estruturais, produz conseqüências deletérias à participação política - como *diretos*, que mais nos interessam neste trabalho. Estes dizem respeito aos óbices, impedimentos e amarras de toda ordem impostos aos representantes dos trabalhadores (especificamente, ao PT e à CUT) para que se constituíssem efetivamente como “outro”, passíveis, portanto, de interesses (em sentido amplo) diferentes dos liberais ou dos que, por quaisquer critérios, possuísem recursos econômicos e de poder privilegiados.

VISÃO procura falar sempre em nome de *princípios neoliberais*, que se contrapõem, como veremos exaustivamente, aos sindicatos e partidos representantes dos trabalhadores. Por trás de tais princípios, contudo, como procuramos demonstrar, em outras questões, nos itens precedentes, há o pertencimento à classe

detentora do capital e o papel de porta-voz dos interesses da mesma e do capitalismo como um todo.

Muitas situações revelam tal pertencimento e conseqüentemente a feroz oposição às ações dos trabalhadores e seus representantes. Tal engajamento é explícito e sistemático, como demonstram os próprios termos utilizados, como uma cantilena, contra estes adversários, na verdade tidos como *inimigos*. Note-se que é exatamente este o significado que possui para VISÃO os “novos personagens” em questão. Não são adversários, mercedores de consideração político/ideológica, pois não portadores, para a revista, de legitimidade. A própria adjetivação conferida a tais personagens e suas ações se mostrará reveladora, pois, em muitos casos, associada a doenças. No caso da ação grevista, crê ser:

“(...) um germe que ameaça de infecção generalizada o organismo sócio-econômico. Antes de ser utilizada como remédio heróico, última instância de negociações honestas e razoáveis, o recurso à greve deixa de ser exceção para fazer-se regra, um instrumento de chantagem acionado indiscriminadamente pelas mais variadas categorias profissionais”. (1)

À guisa deste, muitos outros comentários demonstram toda sua ojeriza para com os patrocinadores da greve. Assim, intitulando uma “reportagem” como “A Endemia do Grevismo”, afirma:

“Como de costume, o sobressalto da greve, com sua corte de lesões à liberdade individual, à produção de bens, ao mercado de trabalho, à tranqüilidade pública e ao convívio civilizado, foi imposto por obra da Central Única dos Trabalhadores [a “matéria” refere-se às greves havidas no ABC paulista - FCPF], o braço sindical do Partido dos Trabalhadores, monarca absoluto do operariado da mais estratégica região industrial brasileira, sobre o qual reina acima da lei, do bem e do mal”. (2)

Além do efeito acima descrito que, como qualquer endemia, se não controlada pode se alastrar de maneira inesperada e indesejável, assumindo um caráter epidêmico, VISÃO crê também estar a “natureza” do mercado sendo pervertida com as greves, pois: “*Não têm limites os danos produzidos à ordem espontânea do mercado pelo poder da força sindical descontrolada*”. (3)

Essa concepção genérica do “outro”, tanto no sentido da representação de “outros” interesses como, devido aos fins deste trabalho, daqueles que personificam tais interesses - o PT e a CUT - imiscui-se, para VISÃO, às suas ações. Tais ações, simbolizadas pela paralisação do trabalho, são vistas por ângulos variados que, no entanto, convergem para a mesma definição, a de que as greves prejudicam: a) a ordem “natural” do mercado, por excelência auto-suficiente; b) a liberdade dos indivíduos, personificados em usuários e consumidores, ao privá-los da fruição dos bens e serviços, assim como da “opção” por trabalhar daqueles que assim o desejam mas são impedidos pelos piquetes dos grevistas; c) o país, que deixaria de produzir, sofrendo avarias em sua já debilitada economia; e d) o próprio trabalhador, devido ao desemprego que seria causado como consequência da necessária (e enfatizada) diminuição dos lucros, entre outras.

Observe-se que tal negação do “outro” e de suas ações por princípios se dá por múltiplos argumentos, entre eles o do hiper poder dos sindicatos (4), que, além do mais, seriam desnecessários, pois cada indivíduo deveria viver por conta e risco próprios, *podendo prescindir desses instrumentos coletivos de agregação de interesses*. As passagens que se seguem ilustram claramente esta concepção, pois, ao referirem-se às tentativas de deflagração de greve geral havidas em 1985, afirmam:

“(...) toda a conversa fiada de que os assalariados são a parte fraca nas relações de trabalho - argumento que justificaria sua organização em sindicatos, de modo a negociarem em condições de igualdade com os empregadores - ainda uma vez mais foi desmascarada na prática como um grande embuste. Trata-se, na verdade, da parte forte, pois detém o monopólio da chantagem, por meio da greve”. (5)

Para VISÃO, portanto, a greve:

“É o resultado da contaminação das mentes, décadas a fio, pelas idéias abrigadas sob o conceito de ‘justiça social’. Parte-se do pressuposto pessimista e equivocado de que os indivíduos não possuem os dons que lhe permitiriam vencer na vida em uma sociedade livre e competitiva”. (6)

Dessa forma, toda ação coletiva, seja voltada à organização sindical, às greves, ou à viabilização da idéia de justiça social (esta, como vimos no item “A Questão Social”) é veementemente descartada em nome, aqui, do esforço pessoal, portanto individual. (7) Assim, a inexistência dos sindicatos seria “melhor”, mais “útil” para o país como um todo. (8)

Em relação à concepção acerca dos “novos personagens” enquanto agentes concretos, há, para VISÃO, características *intrínsecas* que a fazem rejeitá-los/negá-los, o que se constitui numa outra categoria de argumentos na sua vigorosa oposição aos mesmos. Assim, o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores, postados à esquerda do espectro ideológico, serão radicalmente “condenados” pelos males que produziriam à sociedade, pois, para a revista:

“Colorida por um sem-número de matizes que induzem o eleitorado em equívoco, muitas vezes dissimuladas num discurso que não revela suas verdadeiras afinidades com concepções socialistas, coletivistas e totalitárias de governo, as diversas modalidades de esquerda se estendem por um longo varal.”

“Mais difícil de detectar é a esquerda que se considera moderada - socialistas de todos os naipes que, a despeito de uma dissertação alegadamente democrática, acreditam na compatibilidade de um regime de verdadeira liberdade com idéias vagas e imprecisas como ‘justiça social’, ‘função social da propriedade’ ou ‘justiça distributiva’. Espraiam-se eles, na maior parte, pelo PMDB, PDT e mesmo no PT, biombo no qual se escudam radicais de todos os naipes”. (9)

Para VISÃO, portanto, o próprio pensamento à esquerda seria intrinsecamente totalitário, sendo o PT, no caso partidário, e a CUT, na ação sindical (esta, como veremos a seguir), suas personificações. Em certas ocasiões, contudo, crê ser o PT um partido oscilante entre o jogo partidário/eleitoral legal e o “radicalismo” - efetivado pela CUT, concebida como seu “braço sindical” -, devido às influências nesta de antigos militantes de organizações clandestinas perseguidos pelo regime militar. PT e CUT se confundiriam, portanto, para a revista, numa espécie de mimese, objetivando a instauração do socialismo (coletivismo), que se

realizaria tão logo houvesse a tomada do poder. (Note-se que em diversos momentos estas agremiações são observadas pela revista de forma individualizada) O discurso dissimulante do “outro” não revelaria sua verdadeira face e intenção; suas práticas, contudo, sem exceção, o desnudaria, pois faria emergir seu objetivo de conquistar o socialismo. Assim, para VISÃO:

“Para chegar lá, o partido, e principalmente seu braço sindical, a CUT, não perde oportunidade de insuflar uma greve aqui, invadir uma fazenda acolá, sempre exercitando formas ilegais e totalitárias de coação, seja através de piquetes ou de ocupações de terras albeias (...)

“Onde houver uma situação de conflito passível de render ganhos políticos [em vista da conquista do socialismo - FCPF], lá estarão os infatigáveis ativistas do PT”. (10)

Tais práticas “totalitárias” se dariam tanto ao nível da ação externa - nos conflitos havidos no campo e nas cidades - como no âmbito interno do próprio partido, onde não haveria democracia, pois posições discordantes da cúpula partidária seriam proibidas. Trata-se, aqui, do pedido de intervenção requerido pelo Diretório Nacional no Diretório Estadual da Bahia, devido a posição deste em coligar-se com o PMDB do então candidato ao governo daquele Estado, Waldyr Pires. (Note-se que tal proibição deveu-se à deliberação nacional do partido, que rejeitou coligações com as agremiações e, conseqüentemente com os políticos, que apoiassem a “Nova República”).

VISÃO utilizou-se, neste caso, de um sofisma, na medida em que omitiu intencionalmente ser o Diretório Nacional a *instância máxima* de deliberação, devendo os diretórios municipais e estaduais submeterem-se às suas decisões, desde que respeitadas as normas internas de consulta. Tal sofisma incorre justamente no mesmo objeto das críticas feitas pela revista - o embuste representado pela auto-alegada crença democrática do PT -, pois VISÃO logra seus leitores ao adotar *deliberadamente* uma falsa premissa para atingir aqueles aos quais se opõe. Assim, abre flancos ao apontar os embustes dos “outros” quando ela própria os pratica. Além do mais, omite também que as deliberações do Diretório Nacional foram: a) legais, por basearem-se (as prerrogativas para tanto) na lei orgânica dos

partidos e no regimento interno do PT; e b) legítimas, pelo fato do partido como um todo ter aceito tanto a prerrogativa como a decisão específica da não coligação, adotada pelo critério da maioria.

Especificamente em relação à CUT, esta não seria em nada confiável, pois qualquer acordo com ela realizado não vingaria devido ao seu “radicalismo”. Para VISÃO, aquela entidade aparece quase como uma *organização paramilitar*, subversiva e hostil a qualquer negociação transparente e séria. Dessa forma, quando das (reiteradas) propostas de “pacto social” do governo Sarney (que, aliás, discordara, a revista, por considerar uma subversão à ordem “natural” do mercado, conforme aludido anteriormente), o descarta, ao pressupor que, se a CUT: *“não costuma cumprir acordos de trabalho, observar a Constituição e seguir as leis, não terá igualmente porque honrar o pacto”*. (11)

Por tudo isso, a CUT será alvo constante de críticas da revista, o mesmo não ocorrendo com as outras centrais sindicais, apesar da concepção ostensivamente negativa do sindicalismo como um todo - que, além do mais, demandaria sempre por maiores salários e menores jornadas de trabalho, jamais relevando a situação das empresas e a realidade do mercado - e do pensamento à esquerda em geral. Tal discriminação em relação à CUT, quando da renhida disputa eleitoral pelo poderoso sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, então dominado pela então central sindical CONCLAT (precursora da CGT - Central Geral dos Trabalhadores), fez com que VISÃO se posicionasse abertamente favorável à vitória desta. Acreditava ser positiva a derrota cutista tanto por dividir o movimento sindical, pois *fator fundamental para a preservação da liberdade*, como por evitar o brutal poder que obteria caso fosse ela, especificamente, a vencedora. Acredita que:

“Se o estratégico sindicato (...) acabar nas mãos da CUT, o jogo do poder sindical sofrerá um dramático desequilíbrio. Dotada de força sem igual, a mais radical corrente do sindicalismo poderá rasgar a fantasia e retomar às claras os projetos que hoje procura esconder sob uma mal-ajambrada pele de ovelha”. (12)

Observe-se que este apoio aberto a uma das facções em disputa a coloca ainda mais *ostensivamente* como agente político (e ideológico). Aposta, portanto,

na divisão dos trabalhadores (dizendo, inclusive, que “felizmente” não há unidade sindical) como forma, agora velada, de manter o *status quo*. Assim, novamente a crítica que faz ao “outro” pode lhe ser imputada no que tange ao ocultamento dos verdadeiros propósitos que presidem sua posição. É certo que os princípios constitutivos de seu perfilhamento neoliberal possuem um peso a ser relevado nesta questão (13); ocorre, contudo, que este perfilhamento inúmeras vezes esconde tanto os interesses advindos do *caráter empresarial* do grupo ao qual pertence como seu papel (da revista) enquanto porta-voz do capital e da sociedade que o modela - sendo, ambos, convergentes.

Retornando às posições específicas sobre a CUT, VISÃO insistiu, sempre que pode, em associá-la à conquista do socialismo. Por isso, os pilares capitalistas (e liberais) da sociedade e do Estado brasileiros correriam perigo. Numa “reportagem” intitulada “O Socialismo à Moda da CUT”, afirma:

“É inegável que o objetivo específico dos sindicatos é a elevação dos salários. Entretanto, o controle dos salários não constitui hoje a única função dos sindicatos. O sindicalismo atual tende a ser controlado por uma organização unificada para a produção do sistema socialista que se transformaria não apenas no maior poder dentro do Estado, mas até num poder que o controlaria totalmente. Estas frases...resumem com excepcional clareza os propósitos da CUT, apêndice sindical do PT, que nos primeiros dias de agosto, no Rio de Janeiro, aprovou, ao final de seu 2º Congresso, a luta pela implantação do socialismo no Brasil”. (14)

Reafirme-se que, reiteradamente, o poder sindical é superestimado, podendo transformar-se numa espécie de “República Sindicalista”, título aliás de uma “nota” dada ao final de 1985 como forma de “relatar” a dimensão das greves ocorridas naquele ano, pois:

“A pretexto de que lutam pela liberdade de associação e pela melhoria das condições de vida dos assalariados, o que desejam [os sindicatos - FCPF], na realidade, é poder político. Querem instalar no país uma república sindicalista”. (15)

O sindicalismo, portanto, representaria um duplo perigo para a sociedade brasileira: primeiro, devido ao caráter intrínseco, possuidor de um *hiperpoder*, que, além do mais, como veremos a seguir, encontraria espaço para se alastrar por causa da pusilanimidade do governo da “Nova República” em reprimi-lo; segundo, por ser o sindicalismo hegemônico praticado no Brasil (leia-se CUT) de caráter socialista e, conseqüentemente (para VISÃO) *anticapitalista*. Tais ameaças advindas do sindicalismo de um modo geral, e da CUT em particular (aliada, como vimos, ao PT), seriam comprovadas, para além de suas ações típicas, pelo teor de suas demandas, que se colocariam, na maioria das vezes, segundo a revista, “*completamente fora do âmbito trabalhista*”. Reivindicações como eleições diretas para a presidência da República, reforma agrária, entre outras, não deveriam compor a agenda dos sindicatos, que teriam sua razão de ser apenas e tão-somente para defender questões relativas ao universo estrito da produção, assim como (é possível inferir) de sua respectiva corporação. (16)

A bateria de argumentos contrários ao “outro” é, então, ampla e variada, recorrendo tanto a formulações “estruturais” e abstratas como circunstanciais e concretas. Efetivamente, como continuaremos a observar, não haveria nenhum ganho para a sociedade a existência e atuação dos “novos personagens”. As greves, que só poderiam, para a revista, ocorrer *em última instância*, depois de esgotadas todas as possibilidades de acordo através de negociações exaustivas, teriam (sua deflagração) de observar as circunstâncias do país. Estas, no período em foco (a transição política), exigiriam dos “novos personagens”, compreensão. Contrariamente, contudo, estes teriam sistematicamente desrespeitado os momentos “delicados” da vida nacional. Tais momentos, em verdade, perduraram durante toda a transição, e, no contexto desta, na constituição do governo Tancredo Neves e, posteriormente, nos abalos advindos do falecimento do presidente eleito - a tudo isso os “novos personagens” teriam desprezado com vistas à “açodada” deflagração de greves. Para VISÃO:

“(...) o extemporâneo surto de pressão sindical no ABC, sem sincronia com o calendário de negociações trabalhistas da categoria, possui inequívoco sentido de desafio político a Tancredo Neves. Trata-se, em suma, de demonstrar, por meios de atos de força [isto é, as greves - FCPF] contra o livre funcionamento dos mecanismos de mercado, que as correntes

sindicais ligadas ao PT rejeitam a proposta de pacto social levantada pelo candidato da Aliança Democrática (...)" (17)

As greves serão, portanto, nesta categoria de argumentos, *sempre fora de tempo e mesmo de lugar*. O “desafio político” a Tancredo Neves promovido pelos grevistas (como demonstra a passagem acima) seria descabido num momento em que ainda nem se iniciara o governo da “Nova República”. Não se estaria dando tempo à nova conformação política, açodando-se estratégica e oportunisticamente em sua oposição. Para VISÃO, enfim:

“Não levando na devida conta a delicadeza da situação política, com o novo Governo, recém-empossado, impotente, à falta do líder [época em que Tancredo Neves encontrava-se internado - FCPF], para dar pronto e consistente tratamento à desatinada herança econômica recebida da Administração anterior, as lideranças sindicais insistiram no caminho da greve”. (18)

O que nos parece significativo neste tipo de argumentação diz respeito ao *impedimento das circunstâncias*, onde seria necessário, *tendo em vista a situação do país*, relevar as questões, os momentos e os problemas antes de se tomar a decisão traumática da greve. Contrariamente, porém, a circunstância do arrocho salarial, com a conseqüente diminuição da já debilitada qualidade de vida jamais é considerada pela revista como o contraponto legítimo para aqueles que sofrem os efeitos mais fortes das crises econômicas. O patronato e suas associações (aos quais se inclui VISÃO), assim como o novo governo, não teriam de se preocupar (relevar, compreender) com o “outro”. A clássica relação tripartite - Estado/Capital/Trabalho - suprime então uma de suas partes, em nome do país, das possibilidades do mercado, da estabilidade política e econômica, enfim das “circunstâncias” modeladoras da transição.

Nesta linha discricionária de argumentos, junta-se outro ponto, essencial para percebermos o próprio significado da transição para VISÃO, pois remete à posição desta sobre a tutela militar e o “entulho autoritário” *em relação aos “novos personagens”* (que foram apenas indicados nestes respectivos itens). Trata-se do cerceamento à organização e ações (notadamente as greves) dos

“novos personagens”, requeridas e apoiadas ostensiva e sistematicamente pela revista, o que implicará, como veremos, no uso da força. Assim, alertará constantemente ao novo governo e aos empregadores sobre os riscos e prejuízos da “liberdade sindical”, identificada à “permissividade”. Tal alerta objetivava a adoção de ações concretas, isto é, o uso da violência estatal pelos mecanismos e órgãos existentes: a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Greve, o SNI, as Forças Armadas etc. Como, em sua opinião, muitas vezes isso não ocorrera, afirma, descontente, que:

“(...) diante do quadro [surto grevista - FCPF], o Governo optou por incentivar no limite o entendimento entre empregadores e empregados, sem apelar para a legislação trabalhista de que dispõe, por considerá-la uma herança do regime autoritário (...) Resultado: muita conversa e pouca ação. Enquanto isso, as greves multiplicam-se, causando transtornos a milhares de pessoas e danos profundos à economia do país.

“À falta de instituições aperfeiçoadas, no entanto, e enquanto se providenciam novas leis, é lógico esperar, de qualquer Governo, que ao menos cumpra as que estão em vigor. Se não for assim, impera a lei da selva”.
(19)

Note-se que esta solicitação do uso do “entulho autoritário” se faz com um discurso que enfatiza a defesa da liberdade - de trabalhar, para aqueles que assim o quisessem, porém impedidos pelos piquetes; de produzir, de ir e vir; de consumir etc. “Os Novos Personagens” não exerceriam portanto um direito legítimo ao defender seus interesses por intermédio da greve. Ao contrário, se utilizariam de um poder descomunal, por excelência cerceador de todas as outras - “verdadeiras” - liberdades. Por isso, VISÃO relembra ao governo da “Nova República” . . . que:

“O esquecimento temporário de tal ensinamento [que se configura no dever do cumprimento da lei vigente, mesmo se autoritária - FCPF] bem como a obsessão de não se assemelhar à velha República, tornou o Governo permeável a mais uma onda socializante que grassa pelo país, com seu inevitável cortejo de conceitos demagógicos e intelectualmente

espúrios, tais como 'justiça social', 'direito de greve' etc. Ao mesmo tempo, flanqueou espaço para a ação dos radicais". (20)

A clareza das afirmações acima não deixa dúvidas quanto a concepção do que seja a greve: um procedimento espúrio, desencadeador de conseqüências deletérias para a sociedade. O remédio para tal "doença" será, simplesmente, a lei em vigor. Afinal, para a revista: "Quando a greve é declarada ilegal, a providência prevista em lei é a destituição das lideranças sindicais e a intervenção nos sindicatos (...)" (21)

O caráter fluído, indeterminado e voltado à negociação, típico dos períodos de transição (proveniente de um contexto autoritário, com vistas a se chegar a outro contexto, com características democráticas, para que assim se possa considerá-lo) é inócuo para a revista no que diz respeito ao "outro", os "novos personagens". Nenhum argumento de seus opositores foi suficiente para dissuadi-la da concepção de que greve e agregação de interesses por parte dos trabalhadores eram procedimentos ilegítimos caso se quisesse realmente a democracia e a liberdade, pois estas só se tornariam vigentes se contemplassem todos os agentes sociais, segundo a *lógica dos interesses* que preside o universo capitalista (22). Isto é, as "regras do jogo democrático", especialmente num momento de (re)ordenamento das instituições com vistas a consolidá-las, deveriam necessariamente possibilitar o mais amplo dissenso possível entre os atores políticos e sociais. Esta regra básica foi sistematicamente transgredida por VISÃO. Além do mais, conforme veremos no item referente ao Plano Cruzado, somente para o empresariado o caráter *transitório* do período seria relevado. De qualquer forma, mesmo aqui, a solicitação para que houvesse "consideração" (da gravidade) do momento político por parte dos trabalhadores não encontra como contrapartida a mesma solicitação para os empresários. O pertencimento à classe dos detentores do capital, com interesses objetivos na manutenção do *status quo* na relação com o "fator" trabalho ressoa forte nesta posição intransigente - justamente neste momento de reordenação, enfatize-se - contra as greves. O adágio popular afirmador do "dois pesos, duas medidas" uma vez mais encontra guarida. (23)

As posições anti-sindicais da revista são, por excelência, radicalizadas. Sempre em nome da lei (vigente), propugna não só a aplicação do "entulho

autoritário”, como vimos, como também a tutela militar sobre os trabalhadores e suas entidades. Dessa forma, o SNI e as Forças Armadas serão apoiados em suas investidas e, mais do que isso, incitados ao “cumprimento da lei”, isto é, aplicação da repressão. Assim, quando da chamada “Operação Cambalacho” (cuja estratégia visou não paralisar o trabalho mas produzir pequenos defeitos nos automóveis recém-fabricados) na Ford de São Bernardo do Campo, VISÃO “relata” com absoluta naturalidade a participação do SNI nas investigações sobre os culpados por tal operação. A atuação deste órgão, (por excelência autoritário, enfatize-se), é vista, portanto, como normal (e, na verdade, desejável) nesse momento de abertura política com vistas à democracia. Com o tom de quem relata um acontecimento corriqueiro, afirma:

“O SNI recebeu denúncias de que a CUT (...) teria realmente incentivado o ‘cambalacho’ e se a Polícia Federal constatar que houve a participação do presidente da CUT (...) Brasília poderá decretar a intervenção no sindicato”. (24)

Enfatize-se que as informações do SNI deveriam servir para que o governo chegasse às últimas conseqüências da questão sindical: a intervenção nos sindicatos e a destituição de suas lideranças, tal como fizera por duas décadas o regime militar. Poder-se-ia, então, indagar: se a tutela militar e o “entulho autoritário” sobre o fator trabalho deveriam ser mantidos, qual deveria ser o escopo da transição?

Talvez seja necessário conjecturar a respeito das possíveis respostas. Certamente a premissa do mercado livre como panacéia (25) embasaria qualquer tentativa. Tal premissa, ao associar-se à outra - afirmadora do espírito empreendedor do capital, aparentemente à guisa de J. Schumpeter, mesmo sem expressá-la - transforma-se num silogismo que resulta, conseqüentemente, no progresso econômico. Assim, aqueles que, por qualquer forma e motivo, impedissem a articulação destas premissas (os trabalhadores, com suas demandas descabidas e ações grevistas) estariam obstruindo tal progresso. Como este, por sua vez, resultaria das sociedades livres, um desdobramento daí advém: os trabalhadores cerceariam a liberdade. Em conseqüência deveriam sofrer as represálias - das leis e instituições vigentes, no caso - com vistas à perfeita equação deste silogismo.

As greves, consideradas um mal em si, seriam ainda mais graves caso tivessem “conotação política”. Donde depreende-se não encontrar-se o caráter político intrinsecamente presente nas mesmas. Há, portanto, uma disjuntiva entre demandas e greves trabalhistas (que, para VISÃO, como aludido, *em tese* poderiam até ser legítimas) por um lado, e greves políticas, caracterizadas por reivindicações e práticas exógenas ao universo do trabalho, por outro. O que importa, porém, é que VISÃO reclama e solicita por coerção, clamando, às vezes em forma de “reportagem”, para que o governo acionasse os órgãos de espionagem e repressão, como no caso da greve no setor de transportes, pois:

“Embora informado pelo SNI de que as paralisações eram políticas e visavam tumultuar o processo eleitoral de 15 de novembro, o Governo não tomou nenhuma atitude para contê-las (...)

“(...) o Governo acompanha os movimentos mas age com cautela e até com excessiva timidez para contornar as greves que sabe ser de caráter político (...) o presidente José Sarney telefonou ao ministro do exército (...) pedindo-lhe que mantenha as tropas do Comando Militar do Sudeste (SP) atentas para qualquer eventualidade”. (26)

Por fim, adotando o instituto da “pedagogia da ameaça”, conclui:

“Da saída dos militares às ruas [quando da greve dos petroleiros - FCPF] se deveria extrair [os sindicatos, e por extensão os “novos personagens” - FCPF] pelo menos uma lição: a de que o sindicalismo desregrado não pode continuar representando uma ameaça à liberdade”. (27)

Estes últimos argumentos, contudo, referem-se a situações “limites” representadas pelas greves. Estas, ao significar ruptura para com o fim para o qual existe o trabalho e os agentes deste, implicam, para VISÃO, num “desvio” intolerável, pois subvertem um dos pilares de sustentação das sociedades industriais, notadamente a capitalista: a produção.

Outras posições, como veremos agora, aprofundam o nível de intransigência da revista perante os “novos personagens”, pois trata-se da negação destes em momentos “normais”, isto é, quando do funcionamento do universo produtivo,

sem as rupturas, portanto. Nestes momentos, os “novos personagens” não colocariam em risco a acumulação do capital, resultante da produção, cumprindo a finalidade a qual se destinam. Para VISÃO, porém, nem mesmo nesses momentos “normais” deveriam eles existir. Sua negação ao “outro” é, então, completa, total (relembre-se que a revista indissocia o PT e a CUT das greves e das ações político/sindicais consideradas totalitárias). É exatamente isso o que as passagens a seguir demonstram ao referir-se ao chamamento governamental às centrais sindicais tendo em vista a proposta de *Pacto Social*. Para VISÃO:

“O Governo cede à pressão dos grupos organizados de dirigentes sindicais que manipulam as massas sem qualquer respeito às normas em vigor e concede um tácito aval às suas ambições autoritárias de acumular ainda mais poderes e privilégios ao instituir reuniões regulares com a CUT e a CONCLAT. (28)”

Com isso, todos acabariam pagando o preço por tal erro do novo governo, mesmo se o Pacto se efetivasse, pois:

“Dê ou não algum resultado prático, o fato é que a proposta governamental já concede um espaço político à CUT e à CONCLAT de que a Nova República - e a sociedade como um todo - poderá arrepender-se amargamente (...)” (29)”

Todo o problema seria, portanto, *dar vez e voz* aos “novos personagens”, mesmo se estes eventualmente aceitassem participar do Pacto. Deveriam ser marginalizados, excluídos do livre embate de interesses. Embate este, como sabemos, permitido nas sociedades perfilhadas à “democracia liberal”, a qual a revista afirma requerer. A “Nova República”, no entanto, teria sido permissiva com o “outro”, ao convidar as centrais sindicais para conversar, pois: *“(...) conferiram um indesejado status, quicá de legitimidade, a duas entidades que desejam expressamente obter o monopólio da força sindical no país”*. (30)

Assim, reafirme-se que, em primeiro lugar, para VISÃO as entidades sindicais são *inimigas*, e não adversários políticos, pois sequer possuiriam legitimidade; em segundo lugar, e conseqüentemente - infere-se -, não poderiam, nem

deveriam, ser legalizadas, restando-lhes, portanto, o banimento, a exclusão, a clandestinidade caso quisessem se expressar. (31)

E isso, enfatize-se, pela significação que adquire em tempos de "normalidade" no âmbito do universo produtivo. VISÃO, dessa forma, mostra por excelência sua oposição "radical" - uma vez mais, à guisa das críticas que faz ao radicalismo dos "novos personagens" - aos sindicatos, confirmando seu caráter conservador. (32)

Já em relação ao PT, desde logo legalizado como uma agremiação política, a revista, por argumentos outros - como o "totalitarismo socialista" ao qual crê pertencer; a vinculação umbilical com a CUT; a existência de grupos terroristas em seu interior, caso dos assaltantes de um banco na Bahia em 1985 etc - e de forma talvez menos explícita, chega, contudo, ao mesmo ponto, isto é: por que conceder espaço aos grupos à esquerda se esta corrente é radical, anticapitalista, socialista, totalitária, além de utilizar-se dos instrumentos democrático/liberais de forma estratégica, com vistas a instaurar o socialismo? A radicalidade das posições da revista torna adequada esta formulação, que, ora implícita ora explicitamente transparece em suas páginas. A resposta, como sempre, passa pelo mercado - como panacéia, sinônimo de liberdade e progresso etc.

É interessante notar que, mesmo quando da convergência de posições (em raríssimas ocasiões, diga-se de passagem), entre VISÃO e os "novos personagens", a revista faz questão de afirmar que ocorre por motivos muito diversos. Os casos do exclusivismo de uma Assembleia Nacional Constituinte, e não seu caráter congressual, e da oposição ao Plano Cruzado, são ilustrativos. Em relação ao primeiro, crê ser a matiz socialista o que os levou a apoiar aquela conformação constituinte, pois teriam pretensões de hegemonia na elaboração da nova Constituição, sendo este modelo tido como mais adequado para tanto; já no que diz respeito ao Plano Cruzado, afirma que a oposição a ele levado a cabo deu-se por razões essencialmente estratégicas, isto é, segundo sua expressão, devido à perda da "freguesia", da "clientela" (os trabalhadores) para as hostes governistas, havida com a imensa popularidade do Plano durante quase toda sua vigência. A pregação dos "novos personagens" não mais ressoaria enquanto o Plano fizesse sucesso. Não seria, portanto, o "totalitarismo", resultante do intervencionismo

obsessivo na economia efetivado pela “Nova República”, o cerne de sua oposição. A rigor, os “novos personagens” fariam o mesmo, ou ainda pior, caso estivessem no poder, pois, como exaustivamente demonstrado, perfilhariam ao autoritarismo (socialista/intervencionista)...

Por fim, o próprio governo, através do então ministro das comunicações, Antonio Carlos Magalhães, assumiu, quando das grandes greves sob jurisdição de seu ministério, uma postura de *negação pura e simples* dos “novos personagens”. Isto é, importava menos que houvesse greves, e sim *quem* eram seus organizadores. A questão era, portanto, individualizada, baseada na discricionariedade. VISÃO, ao contrário do que se poderia esperar, não se declara abertamente sobre este fato (talvez para manter a declarada independência para com o governo) preferindo “reportá-lo”, o que, como procuramos demonstrar à sociedade, resulta em seu apoio. Assim, “informa”:

“O assessor do Ministério das Comunicações (...) afirma que o ministro não pretende negociar [com os trabalhadores do correio, que ameaçavam fazer greve - FCPF] antes de 1987 [início da Constituinte - FCPF] e acrescenta que o ‘movimento de pressão é ilegítimo porque é a CUT que quer fazer a greve’”. (33)

Como se observa, os termos oficiais do ministério assemelham-se perfeitamente ao discurso de VISÃO. Na edição seguinte à passagem acima, já com a greve deflagrada, a revista volta a “informar”:

“(...) o ministro das comunicações (...) determinou à autarquia [a Empresa de Correios e Telégrafos - FCPF] (...) uma investigação para apurar o eventual envolvimento da CUT e do PT nas paralisações. Caso seja comprovada a intervenção da central sindical e do PT o ministro prometeu demitir sumariamente os grevistas”. (34)

Ambas as passagens revelam que VISÃO transgride os princípios e conseqüentemente a lógica que afirma presidir suas posições. Isso porque o significado do Estado de Direito (haiekiano, como já o demonstramos) tem como premissa regras gerais e abstratas, *válidas para todos, sem distinção*. (35) Ora, tal aceitação tácita da revista em relação à postura discriminante do Ministério das

Comunicações demonstra que este princípio deixa de ser válido em certas ocasiões, pois, ao personalizar, individualizar um específico agente social (no caso, o seu “outro”) faz com que a lei torne-se distintiva e privilegiante. No jargão do Direito tal postura é classificada como “discriminação odiosa” por não estabelecer uma *categoria* de delitos (as normas gerais e abstratas) que englobe toda e qualquer pessoa ou grupo que eventualmente a transgrida.

Ao contrário, aceita (e deseja) a punição a um determinado (suposto) transgressor, assim considerado *não* por transgredir as tais normas gerais, e *sim* por ser considerado inimigo político. A semelhança com os regimes tirânicos torna-se evidente na medida em que o caráter persecutório tem como precondição justamente a inexistência da definição de crimes antes de culpados (36) e a prática da punição dos opositores (grupos determinados, portanto), pois o pluralismo não é permitido.

Contrariamente, VISÃO apóia a greve dos empresários de transporte coletivo urbano - *lockout* - quando do Plano Cruzado, com o pretexto de que este, ao mesmo tempo resultante e propiciador de intervenção do Estado na economia, perverteu as relações “naturais” desta. VISÃO “relata” o fato da seguinte maneira:

“A ser verdadeira essa interpretação [o lockout - FCPF], será preciso atribuir alguma responsabilidade pela greve ao plano cruzado, que congelou as tarifas e está tornando inviável, do ponto de vista financeiro, a manutenção do serviço - denunciam as empresas concessionárias de transporte”. (37)

Portanto, para os empresários (fator capital) a greve é permitida, devendo ser encontradas as causas de seu advento nas condições exógenas à vontade dos mesmos, isto é, na intervenção do Estado. Ocorre aqui, então, uma segunda forma de “discriminação odiosa”, vindo de encontro, uma vez mais, ao adágio do “dois pesos e duas medidas”. A paralisação da produção, com os males e cerceamentos que causaria à sociedade, o “totalitarismo” que obsta a vontade daqueles que querem trabalhar, entre outras conseqüências nefastas da greve, esvaem-se subitamente do discurso da revista.

Igualmente, quando do estabelecimento do direito à apresentação de emendas populares, VISÃO, devido à mobilização das entidades (de caráter popular), opõe-se, inclusive à própria prerrogativa para tanto - que implicaria na obtenção de determinado *quantum* de assinaturas da população propondo questões determinadas. Contrariamente, quando da utilização do mesmo direito pela FIESP, faz loas à “mobilização dos empresários”. Vejamos ambas as posições. Em relação aos segmentos populares (identificados, por VISÃO, com a esquerda), afirma:

“É nesse caldo [Congresso Constituinte permeável aos grupos à esquerda e cumplicidade dos meios de comunicação à influência dos intelectuais dessa matiz etc - FCPF] que proliferam grupos, todos orientados por partidos e organizações de esquerda, que se dedicam a coletar assinaturas nas periferias das grandes metrópoles para apresentar emendas ao anteprojeto de Constituição - as tais iniciativas de cunho popular que o PMDB demagogicamente incluiu no Regimento Interno.

“Quem poderá garantir a efetivação de todas essas aspirações [relativas à justiça social - FCPF] se elas forem transformadas em artigos de uma Carta Constitucional e se os partidos, as CUTs, as CONTAGs e demais sindicatos e associações forem às ruas para exigir o cumprimento da Constituição? A resposta é: apenas um governo centralizador e planejador, dotado de enorme leque de poderes - deste modo, fatalmente arbitrário e autocrático”. (38)

Assim, se observa que as conseqüências de tal prerrogativa das camadas populares seriam nefastas, culminando num regime ditatorial. (39) Inversamente, para os empresários (que, ironicamente, estariam se utilizando de um instrumento popular) a mesma iniciativa será saudada, pois:

“(...) contrastando com o clima circence montado no Congresso [pelas centrais sindicais e partidos de esquerda, que teriam ofendido os parlamentares contrários às suas propostas - FCPF], os dirigentes da FIESP entregaram a Ulysses Guimarães duas emendas com mais de um milhão de assinaturas, uma em defesa da livre-iniciativa e outra pela preservação do SESI, SESC e SENAC, entidades mantidas pela indústria e comércio e

que estão ameaçadas de desaparecer se for aprovado o atual projeto constitucional". (40)

Como procuramos demonstrar em todo este item (a rigor, sintomaticamente longo tendo em vista os anteriores), a relação capital/trabalho é vivenciada de form? crucial por VISÃO - como empresa, porta-voz empresarial e agente politico/ideológico. A manutenção do *status quo* (que lhe interessaria sob vários aspectos, pois enormemente favorável ao capital) sintetiza o fulcro de suas razões, perfilhando-se, além do mais, a concepções de cunho ora conservador ora reacionário. Certos princípios do neoliberalismo hayekiano, ao informarem as posições da revista atuam como um guia completo.

VI) O PLANO CRUZADO

À guisa dos “novos personagens”, o Plano Cruzado foi, por argumentos variados, sistemática e ostensivamente combatido por VISÃO. A rigor, não há sequer um único aspecto aceito. A questão crucial, consentânea à pregação neoliberal da revista, diz respeito à intervenção do Estado na economia, com a conseqüente subversão do “espontaneísmo” auto-regulador do mercado. Aqui, da mesma forma que no item relativo à “Questão Social”, bastaria uma primeira interferência no mercado para que toda economia fosse controlada pelo Estado. Para VISÃO, portanto, tratar-se-ia do chamado “efeito bola de neve” (1), pois:

“Ao decretar o congelamento e/ou tabelamento, o Governo pôs em marcha um mecanismo do qual se tornou prisioneiro. Se tabelar um setor da economia, tem de tabelar outro, e assim por diante, até a hora em que nada estará a salvo de alguma tabela inventada pelas autoridades. Daria mais certo se o Governo saísse de cena e deixasse o mercado ajustar os preços”. (2)

Assim, os resultados pretendidos quando do início da intervenção estatal - a eliminação da inflação e a estabilidade da economia - redundariam no “contrário”, isto é, ocorreria justamente o oposto do que a ação almejava. (3) O prognóstico da revista afirma:

“(...) o próprio Governo começará a sentir na carne os efeitos de seu ‘pacote’ congelador; com isso crescerá seu déficit e haverá necessidade de expansão da base monetária (emissão de títulos e papel-moeda); em síntese, pressão sobre os preços e, quando do descongelamento inevitável, novo surto inflacionário de conseqüências imprevisíveis”. (4)

Ambas as passagens remetem diretamente à concepção de mercado da revista. Assim, VISÃO é, neste aspecto, coerente com seus princípios, o que só reforçará, uma vez mais, como veremos, seu papel de estentor do Capital. Há aqui, contudo, um complicador, na medida em que o empresariado como um todo, e por certos períodos, aderiu ao Plano. Haverá, assim, uma colisão direta e aberta entre ambos, perdendo, a revista, parcial e momentaneamente a representatividade de falar em nome dos capitalistas. A defesa que faz destes se dará sob a égide do princípio não-intervencionista, como dissemos. *Haverá, portanto, maneiras diferenciadas de se defender os interesses do Capital como um todo.* VISÃO, ao que

parece, permanece como porta-voz do Capital global, tomado abstratamente, e de um “capitalismo liberal”, no âmbito da economia, pelo viés do “Estado Mínimo”. (5) VISÃO não se conforma como os empresários puderam apoiar medidas (por ela consideradas) punitivas, restritivas e cerceadoras do Capital. Assim, acredita que:

“Os empresários brasileiros parecem muitas vezes mais dispostos a defender decisões e programas Governamentais do que os próprios interesses. Mesmo quando as autoridades tomam medidas lesivas à iniciativa privada e ao bom funcionamento das leis de mercado, alguns representantes do setor empresarial teimam em buscar uma identidade com os pontos de vista governamentais. [casos da Fiesp e da Abdib - Associação Brasileira da Indústria de Base - FICPF]

“(...) o apoio às autoridades só pode ser moeda corrente em um país que, como o Brasil, o Estado controla 70% da economia. Também é verdade que muitos setores colheram benefícios com a primeira fase do plano cruzado, devido ao aumento da produção que resultou do crescimento da demanda. Essa visão imediatista, no entanto, não leva em conta as repercussões futuras da intervenção do Estado na economia. Não se altera o livre funcionamento do mercado impunemente”. (6)

Para além da diferença de posições, expressamente colocadas, deve-se assinalar que, para a revista, o empresariado brasileiro não seria possuidor de projetos de médio e, principalmente, longo prazos, pois seriam imediatistas. Há, por parte de VISÃO, portanto, uma preocupação com a perspectiva futura do liberalismo (ou liberismo) no Brasil, com vistas, ao que parece, à edificação da hegemonia desta matiz de pensamento.

Os empresários, conseqüentemente, não se apegariam a princípios, como a primazia do mercado em detrimento da intervenção estatal, entre outros. Logo, pode-se dizer, não pensariam o capitalismo de forma global tendo em vista a formação de estruturas sólidas que universalizassem seja o capital, seja o “capitalismo liberal”, seja ainda a ideologia deste. Teriam transigido, pois, com princípios. Para VISÃO, o Brasil não teve a “sorte” de produzir elites liberais, à guisa dos Estados Unidos; além do mais, não possuiriam (nossas elites) “profundos conhecimentos sobre a filosofia da liberdade individual, o ideal político do

Estado de Direito e a doutrina da Separação de Poderes” (princípios enfatizados à saciedade por Hayek, recorde-se, e insistentemente repetidos pela revista), caso daquele país. (7)

A subversão de valores, normas e princípios ocorridos como consequência do Plano Cruzado não teria sido apercebida pela sociedade como um todo - e particularmente pelo empresariado -, extasiada que ficara com a experiência do consumo, inicialmente (que teria estimulado o empresariado a investir na produção), e com a “ilusão” da estabilidade econômica.

Concretamente, não teria se apercebido ... que: a) o princípio do esforço pessoal, para os trabalhadores (pilar da liberdade individual), no que diz respeito aos salários, fora destronado em nome de um congelamento “intervencionista/coletivista”. Por outro lado, os lucros foram, progressivamente, regulados e os empresários, quando dos primeiros sinais de fracasso do Plano, considerados pelo Governo como “bodes expiatórios” por “especularem” e, depois, “sabotarem” as medidas econômicas - o que, ainda assim, não teria sido suficiente para que rompessem com o Governo. Quando estes pretextos se desgastaram, a “Nova República” teria eleito o “*consumismo da classe média*” e, posteriormente, os credores internacionais, ao decretar a moratória, como os novos “bodes expiatórios”. (Apesar disso, em relação à negociação da dívida externa, eventualmente reclamou da desigualdade entre países do norte e do sul, apoiando medidas cautelosas para reverter esta situação); b) as bases liberais (ou melhor, burguesas), personificadas na *elaboração de contratos* (8), teriam sido vigorosamente atingidas, na medida em que os acordos comerciais foram maculados com a subversão jurídica do Plano, que não teria respeitado regras do livre mercado, como taxas de juros, prazos em geral, direitos e deveres de credores, devedores etc; e c) o nível de consumo (artificial), estimulado pelo congelamento de preços, teria feito com que o Tesouro emitisse enormes quantidades de papel-moeda, gerando inflação, entre inúmeras outras consequências não observadas pela população como um todo.

Para VISÃO, as táticas utilizadas pela “Nova República” para popularizar o Plano Cruzado equivaleram, em muitos aspectos, às práticas totalitárias do comunismo e do nazismo. Provas disso seriam a “censura e autocensura” da

imprensa (9) havida durante quase toda sua vigência, onde discordar da medidas econômicas e do governo teria se tornado proibido. Por isso, VISÃO se considerou a única voz destoante desse enredo, autoproclamando-se como vanguarda da luta pela liberdade (e pelo liberalismo) no país.

Seus próprios leitores, no entanto, protestaram veementemente contra a postura editorial radicalmente contrária ao Plano Cruzado - por intermédio de cartas publicadas em sessão destinada aos leitores -, o que a levou a justificar-se freqüentemente, inclusive comentando tais cartas e vinculando-as à hegemonia estatista dos meios de comunicação. Além disso, o próprio Henry Maksoud e seu filho, denunciados que foram por "majoração indevida" de preços nas empresas do grupo que dirigiam, tiveram de prestar depoimentos aos órgãos governamentais - tudo isso contribuiu para o fortalecimento das convicções antiplano de VISÃO. Repita-se que a comparação com as práticas dos sistemas totalitários foi um argumento fundamental para demonstrar toda sua contrariedade (no limite da ira) em relação ao conjunto das medidas adotadas.

Por isso, alterou-se a disposição gráfica da editoria incumbida de cobri-lo, que fora criada com a denominação "O Pacote da Inflação Zero", dando grande destaque à cobertura das medidas econômicas; também houve um brutal aumento de páginas destinadas a tanto, que variou de quatro a doze por edição, sendo a parcimônia até então norma, isto é, variando de uma a três páginas em média por "matéria" - todo este tratamento especial conferido ao Plano Cruzado, pois diretamente interveniente no mercado, demonstra sua importância para a revista. Tanto o aspecto *ideológico* - propagação de um capitalismo liberista e de uma sociedade assentada em valores liberais - como *empresarial*, através do grupo ao qual pertence, parecem explicar esta radical oposição de VISÃO ao conjunto das medidas adotadas.

A crítica enfática ao Plano durante toda sua vigência demonstra, por outro lado, que VISÃO sentiu-se atingida em seus princípios por praticamente todos os segmentos: pelo governo, ao editá-lo; pelos empresários, ao apoiá-lo, mesmo que parcial e temporariamente; pelos trabalhadores e suas entidades, sendo que estas, segundo suas palavras, "*fariam o mesmo ou pior caso estivessem no poder*"; pelos próprios liberais, espriados pela sociedade, ao não erguerem-se

contra as arbitrariedades do Plano; e pela grande imprensa, que o teria apoiado por razões várias, entre as quais a dependência em relação ao governo da “Nova República”. VISÃO, como voz solitária, ao seu ver cumpria uma missão ao bater-se pela liberdade.

No entanto, e para além das estratégias utilizadas pela revista para expressar seu descontentamento, o aludido adágio - “dois pesos e duas medidas” - novamente se faz presente. Trata-se do combate visceral ao “entulho autoritário” e às práticas (consideradas por VISÃO) autoritárias em geral, *no âmbito da economia*, adotados pela “Nova República” mas similares ao regime que a precedeu, agora utilizados pela oposição de então, o PMDB. A Lei Delegada Nº 4, que permitia o confisco de produtos e mercadorias foi, entre outras, sistematicamente considerada como a permanência do “entulho autoritário” (de caráter econômico, repita-se).

Aqui, VISÃO vincula diretamente o atual com o “antigo” regime, na medida em que qualquer setor empresarial poderia, em nome, por exemplo de sonegação de mercadorias, sofrer o confisco e penalidades outras. O velho adágio remete ao “peso menor” dado à Lei de Greve. Isto é, por que a Lei Delegada e também o Decreto-Lei seriam autoritários, devendo ser suprimidos, e a Lei de Greve não? A resposta, pode-se inferir, diria respeito à “liberdade” de produzir (para os empresários, diga-se), obstaculizada pela prática da greve e pela intervenção, via confisco etc. O paradigma, portanto, seria exclusivamente a reprodução do capital, com seus benefícios à sociedade; tudo o mais, isto é, os “outros” interesses, deveriam se submeter àquele.

A manipulação casuística da sociedade como um todo (e da economia em particular, caso dos expurgos de índices) pelo novo governo fora igualmente correlacionado ao regime militar, com a diferença que:

“O casuísmo político, que foi a marca registrada do antigo regime, trocou de pé na chamada Nova República, que agora pratica o reverso da medalha: o casuísmo econômico. Nessa República os meios não importam, desde que no frígir dos ovos os números sejam favoráveis aos objetivos dos fazedores de decretos-leis do Planalto. O que não favorece é expurga-

do. (...) *calcular o déficit público através da manipulação grosseira dos números é o mais recente exercício da tecnoburocracia em Brasília*". (10)

Observe-se, uma vez mais, que *apenas determinados pontos, criteriosamente pinçados, compõem o arcabouço autoritário* em geral digno de comparação entre as "duas" Repúblicas.

Por isso, no universo da retórica, a perseguição política resultante do AI-5 no regime militar (assim como inúmeras outras práticas deste) é transposta para a "Nova República" sob a forma de *perseguição política de cunho econômico*; comerciantes e empresários, alvos do Plano Cruzado, foram considerados por VISÃO como os tais perseguidos da "pseudo" democracia do regime em questão. Literalmente, todas as ações que viabilizaram a aplicação das medidas econômicas foram condenadas sumariamente e tidas como extensão do regime anterior.

Voltando ao aludido adágio, um outro exemplo significativo diz respeito à oposição (com ameaças) dos proprietários rurais ao projeto agrícola vigente. VISÃO "reporta" tal fato dizendo da deliberação daqueles pelo "*não pagamento de suas dívidas até que o Governo resolva mudar a política agrícola*". (11)

Como se vê, a velha arenga de que deve-se cumprir a lei vigente, mesmo se autoritária, como no caso das leis de regulação dos sindicatos e greves, perde validade. A política agrícola, autoritária ou não, injusta ou não, deveria ser cumprida (segundo a própria lógica e os próprios princípios declarados da revista), simplesmente por ser a existente. Afinal, não seria preferível a aplicação de uma "má" lei do que a ausência anárquica de legislação, como dissera antes? O adágio, repita-se, assume impressionante validade.

Já a questão relativa à *transferência de renda* entre classes e setores não é assim considerada, pois todo o eixo de sua argumentação refere-se apenas e tão-somente à intervenção no mercado e seus efeitos deletérios. Nesse sentido, quando reporta-se à transferência de renda como resultante do Plano, o faz tendo em vista o Estado. Isto é, teria sido este o grande beneficiário do Planos na economia. Considera, portanto, que *o Plano transferiu, genericamente, recursos do setor privado ao Estado*, sem discriminar se determinado setor fora mais ou

menos prejudicado. Assim, não faz a defesa deste ou daquele setor empresarial - distanciando-se completamente de uma atuação corporativa -, pois fixa-se na defesa do capital global e de um capitalismo liberal, o que vem, a rigor, corroborar nossas observações acerca de seu papel enquanto porta-voz dos mesmos.

Em relação ao uso político/eleitoral do Plano, inclusive com a postergação do congelamento de preços para além do inicialmente previsto pelos seus autores, a revista será implacável em combatê-lo. A aproximação da data da eleição, acreditara, fez com que o governo voltasse inteiramente suas ações com vistas a fazer da “Aliança Democrática” a grande vitoriosa no pleito, para torna-lá folgadoamente seu esteio político. A crescente crise e desorganização na economia teria sido “abafada” com medidas ao mesmo tempo demagógicas e autoritárias, pois:

“Incapaz de conter a alta de preços, o Governo lança uma cortina de fumaça [trata-se da efetiva punição dos empresários e comerciantes sonegadores de produtos e de todos aqueles que procuraram driblar o congelamento de preços - FCPF] para enganar a opinião pública. Na realidade é mais uma tentativa desesperada de iludir a população, fazer crer que o pacote está dando certo. É preciso continuar mantendo as aparências principalmente devido às eleições de novembro”. (12)

Portanto, a partir de um certo momento a adoção de medidas econômicas visaria fins políticos, notadamente eleitorais. Para tanto, qualquer meio, por mais destrutivo que fosse ao mercado, teria sido utilizado. Praticamente todas as “alquimias” antiliberais teriam composto o arsenal da “Nova República”, para a revista. Assim, comentando a crise no abastecimento de carne, associa o estoque governamental desse produto a um “estoque de votos”, ao “informar” que:

“O Governo estaria estocando carne congelada para inundar o mercado às vésperas das eleições. Tudo para ajudar seus candidatos e criar a ilusão de que o abastecimento foi solucionado”. (13)

Finalizando, o Plano Cruzado representou, para VISÃO, o supra-sumo do autoritarismo e do anti-liberalismo do governo da “Nova República”. Todo o apoio dispensado a esta até então, ora velado, ora explícito, desvaneceu-se quase que totalmente; somente não foi completa sua oposição devido às “corretas”

medidas adotadas na coerção às greves, especialmente a mobilização das Forças Armadas, a infiltração do SNI nos movimentos grevistas, entre outras medidas. Mesmo aqui, contudo, teria falhado a “Nova República” ao não fazer desses procedimentos a conduta, a norma para com os grevistas, pois utilizou-se desses expedientes apenas esporadicamente. Não fosse por isso, a execução do Plano Cruzado por si só bastaria para comprometer completamente o apoio de VISÃO à configuração de poder representada pela “Aliança Democrática”.

VII) A FORMA DA CONSTITUINTE

A rigor, não há muito a dizer sobre a posição da revista no tocante a este item, pois todo ele relacionado aos princípios constitutivos da Demarquia. Esta, estaria:

"(...) fundada no ideal político metalegal do Estado de Direito, na doutrina da Separação dos Poderes, no princípio federalista e no método democrático de tomada de decisões e de escolha de representantes; e tem por finalidade a permanente salvaguarda e inviolabilidade dos direitos fundamentais da vida, da liberdade, da propriedade e da dignidade dos indivíduos". (1)

O sentido da Demarquia, portanto, diz respeito à formulação clássica de que o poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido, *limitado*, contudo, esse exercício, pelas regras do Estado de Direito - aquele em que, repita-se, as leis, para terem validade e vigência, devem ser normas de conduta justa individual, equânimes, conhecidas e certas a todos, além de aplicáveis a número indeterminado de casos futuros... A Demarquia seria uma complexa formulação político/jurídica que garantiria a efetividade dos princípios edificantes do neoliberalismo hayekiano. A distinção entre as verdadeiras leis - elaboradas por uma *Casa Legislativa Apartidária*, composta por pessoas eleitas por juizes e impedidas de se reelegerem, garantiria sua independência - e meros regimentos e normatizações (adotados pelo Executivo); a absoluta autonomia de um Tribunal Constitucional, incumbido de julgar as transgressões às verdadeiras leis inscritas na Constituição - salvaguarda da liberdade, pois definidora dos *princípios gerais* norteadores da sociedade, entre inúmeras outras funções - seriam possibilitadas pela Demarquia. Haveria também uma Câmara dos Deputados, composta por membros vinculados aos partidos e postada no âmbito do Poder Executivo - seu poder, contudo, seria diminuto. (2)

Dessa maneira, uma Assembléia Constituinte deveria ser *exclusiva*, com vistas unicamente a produzir uma Constituição - totalmente vinculada aos princípios acima delineados. Deveria, igualmente, ser *integralmente apartidária*, pois os legisladores seriam pessoas e não partidos, sendo o voto dos eleitores dado a eles enquanto tal, e não como membros de máquinas (facciosas) partidárias. Os

partidos representariam parcelas da população, o que contrastaria frontalmente com o caráter genérico, abstrato e universalizante de uma Carta Constitucional.

A razão do exclusivismo da Assembléia Constituinte será, então, devido à necessidade de formulação “isenta” da Constituição, o que não seria conseguido com um Congresso com poderes constituintes, pois os parlamentares, neste caso, legislarão em causa própria, na medida em que eles mesmos estabeleceriam suas prerrogativas, conseqüentemente não havendo limites ao poder destes. Se congressual e também partidária a representação constituinte, pior ainda, pois os partidos procurariam colocar na Carta todo o facciosismo de suas posições, pois referido (tal facciosismo) a setores sociais específicos, e não à sociedade como um todo.

O importante a ressaltar nessas posições de VISÃO diz respeito ao caráter “idealizado” das relações sociais, pois requerida, a sociedade, como uma grande comunidade espontaneamente cooperativa. É claro, como vimos fartamente nos itens precedentes, que há um interesse objetivo na manutenção da dominação político/econômica por trás da maioria das posições da revista. No caso, a universalização do particular “liberal/burguês” interessaria a todos os detentores, gestores e agregados do mesmo. O ocultamento destes reais objetivos é a forma adotada para tanto. A transgressão, por parte da própria revista, de tal concepção idealizada representa que a realidade, assentada no conflito, não cabia no ideal formulado.

Por fim, o sentido de *embate* político/ideológico, presente em toda a transição, mas de forma especial no processo constituinte - onde a disputa pela hegemonia ocorreria de forma aberta e ostensiva -, pode ser comprovado, no que diz respeito à revista, quando da entrega do prêmio “Homem de VISÃO” em dezembro de 1985 ao presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos. Em formato de “reportagem”, diz VISÃO:

“O clima da festa (...) teve como tônica a necessidade imperiosa de o pensamento liberal brasileiro articular-se em defesa da livre iniciativa e contra as investidas tributárias insaciáveis do Estado, mobilizando-se, inclusive, para o advento de uma assembléia constituinte, onde uma

importante confrontação ocorrerá entre os defensores da verdadeira liberdade e as falanges estatôlatras e tecnoburocratas, aliadas, como habitualmente sucede, aos adeptos dos vários socialismos e aos inocentes úteis que a eles se atrelam, quer por demagogia, quer por modismo, quer por aversão ao debate político. (...) A utopia inventada pelos socialistas seduziu de tal modo os intelectuais que se tornou uma espécie de 'onda intelectual quase universal', amplamente disseminada pelos meios de comunicação (...) Trata-se de um fenómeno grave, ao qual é preciso contrapor (...) a luta por uma 'Utopia Verdadeiramente Liberal'". (3)

A “confrontação” é, portanto, assumida pela revista que, um ano antes da eleição à Constituinte, concita seus pares empresariais ao embate. Suas posições *panfletárias* teriam um importante papel a cumprir neste momento de redefinição institucional. Tais posições não dispensaram, contudo, como o afirmamos anteriormente, a elaboração de um projeto constitucional. A importância deste, no entanto, nem de longe se compararia à retórica monotemática, simplista, radicalizada e repetitiva.

É curioso, por outro lado, a afirmação de que a “utopia” liberal, em contraste com a socialista, para ser erigida necessitaria recuperar os aparelhos ideológicos das mãos dos grupos à esquerda. Afinal, os meios de comunicação pertencem a empresários, como o próprio H. Maksoud, essencialmente não adeptos do pensamento à esquerda. Os jornalistas, por sua vez, por serem empregados necessariamente não podem se afastar da linha ideológico/editorial de onde trabalham; logo VISÃO demonstra simplesmente, uma vez mais, a importância do panfleto em sua atuação como agente político/ideológico. De qualquer forma, o apelo à instauração de uma *utopia* - (neo)liberal - sintetiza com perfeição o que representara, para a revista, o processo Constituinte. (4)

PARTE II
JORNAL “O ESTADO DE
S. PAULO”

CARACTERÍSTICAS GERAIS

O secular jornal “O Estado de S.Paulo”, fundado em 1875 com o nome “A Província de São Paulo”, partícipe de inúmeros embates político/ideológicos, possui características heterogêneas que, amalgamadas, lhe conferem certa especificidade.

Sua auto-alegada *filiação liberal* postula: a) a propriedade privada como fator central da civilização humana; b) a precedência do mercado (iniciativa privada), em detrimento do Estado; c) a proteção da liberdade e dos direitos do indivíduo perante o aparato estatal; d) a configuração democrático/liberal do Estado de Direito (democracia exclusivamente representativa, justiça e lei neutras, pois acima dos interesses privados, cumprimento dos contratos etc). Em consequência, o Poder Judiciário é considerado o mais importante dos três poderes; e) a retórica pluralista no âmbito da política.

À esta vinculação ao liberalismo convive certa tradição *positivista*, reforçadora da autoridade - vista como “*entidade mística e enigmática*” (sic) -, da ordem, da hierarquia, da unidade do Estado, entre outras. Igualmente, o jornal enfatiza valores tais como Moral, Nação e Pátria (sentimentos de civismo, nacionalidade e patriotismo) como elementos centrais da vida pública, donde se sobressaem as Instituições Nacionais, notadamente as Forças Armadas, concebidas como formadoras e síntese da “alma” e Nação brasileiras. O próprio lema positivista “Ordem e Progresso” é, várias vezes, assumido. A variante “Ordem e Liberdade” - expressão perfeita do amálgama das tradições positivista e liberal - é, igualmente, observável com frequência.

Especificamente em relação à concepção de *progresso*, esta parece ser influenciada tanto pela tradição liberal quanto positivista, valorizadoras do desenvolvimento técnico material assentado, porém, na harmonia entre detentores e produtores, e na ordem para estes últimos.

O jornal prega, como princípio, o “*ocidentalismo*” - vinculação às tradições éticas, estéticas, políticas e econômicas, entre outras, do Ocidente, o que implicaria necessariamente a manutenção e desenvolvimento do capitalismo (em sua versão e visão liberal, sendo os EUA tomados como paradigma). Tal filiação ao legado ocidental é ostensivamente contraposta às feições comunistas, que se

opõem à propriedade, ao mercado, à religião e ao indivíduo. Concretamente, acarreta o apoio à vinda do capital estrangeiro, visto como indutor do desenvolvimento, a defesa da divisão clássica entre os três poderes como o arranjo ideal ao impedimento da tirania e a concepção clerical do universo - notadamente a crença assumida em Deus, na religião católica/apostólica/romana, entre outras. Tal clericalismo não é tido como antitético ao legado iluminista implícito às tradições liberal e positivista, diferentemente do ocorrido quando do advento de ambos.

O *tradicionalismo* é outra de suas características marcantes, que se expressa na reverência ao passado: seus feitos, seus heróis, seu legado enquanto norteador das ações do presente e do futuro. A relevância da moral e da religião também pode ser entendida como componente desse universo tradicional, assentado em formações pré-capitalistas. O significado de ações que representem “exemplos”, atuantes como força moral pedagógica, realizadas pelos que detêm a autoridade, pois capaz de influenciar os que devem obedecer, é resultante deste tradicionalismo, por excelência hierárquico.

Em sintonia direta com o tópico acima a ponto de quase confundir-se com o mesmo, porém conceitualmente diferenciado, é visível em “O ESP” sua vinculação ao *conservadorismo*. Isto porque é a manutenção das estruturas sócio/político/econômicas a causa que advoga, a despeito de sua retórica afirmadora de mudanças. Na realidade, contudo, seu temor é justamente que elas se realizem, ainda mais se fora do controle dos grupos e classes dominantes. Assim, certas mudanças, se operadas por aqueles que detêm a propriedade dos meios de produção além dos grupos e classes que se agregam e gestam o capital, são aceitas, no melhor estilo da tradição instaurada por E. Burke: reformar para conservar.

Tais assertivas são corroboradas pela ênfase que o jornal confere ao comedimento, à moderação e ao equilíbrio nas ações políticas e sociais. Como premissa, a visão de fundo que o norteia concebe a sociedade ideal como harmônica, daí propugnar insistentemente a “comunhão social”, primordialmente entre as classes. Conseqüentemente, a existência de tensões sociais, como greves, e mesmo a propagação de ideologias não-liberais, em especial à esquerda no espectro, são consideradas sintomaticamente como “anomia”.

Apesar de mitigado, tendo em vista o evolucionismo spenceriano que advogara no passado, ainda é possível perceber uma certa permanência de “*darwinismo social*” na visão de mundo do jornal no período estudado. A proposição de que a sociedade (tomada em seus múltiplos aspectos) deveria ser franqueada “*aos melhores e mais capazes, venham de onde vierem*” (sic) encerra uma postura que concebe potencialidades individuais espraiadas, e que, por isso, necessitariam de “*elevadores sociais*” para que pudessem, por mérito, ascender. Tal ascensão deveria ocorrer especialmente para os que seriam investidos de autoridade, nos três poderes e no âmbito da escola - seleção das capacidades. Os que alçam ao papel de informar a opinião pública - os proprietários dos meios de comunicação -, igualmente seriam líderes, elites em seu campo. Isto se daria em diversos setores de atividade.

O mote liberal de “O ESP”, propagandeador do pluralismo democrático quanto às visões de mundo, correntes de pensamento e atitudes políticas, entre outros, é constantemente infringido tendo em vista circunstâncias concretas que, suposta ou realmente, colocassem em risco os interesses que defende. Aos agentes sociais e às idéias que, direta ou indiretamente, de forma ostensiva ou não, contestassem a essência de seus princípios - e que chamamos de o “outro” do liberalismo em geral -, sua atitude não será propriamente democrático/pluralista. Nos âmbitos partidário, sindical, ideológico, acadêmico e religioso a contrariedade em relação ao “outro” se expressa sob a forma de intolerância, por excelência fundada no *autoritarismo* e, portanto, não pluralista.

Já a auto-imagem que o jornal projeta é claramente *cabotina*, pois além de afirmar deter a verdade, sua atuação secular é apresentada sempre como coerente com os princípios apregoados; acredita vir cumprindo desde sua fundação o imprescindível papel de combatente pela moral pública, como zelador do bem comum ao fiscalizar e denunciar as mazelas do Poder Público. A existência da Universidade de São Paulo (USP), fundada pela disposição das elites paulistas na década de 1930, capitaneadas pelo jornal, é praticamente apropriada pelo mesmo, que se considera patrono e proprietário moral desta universidade pública. Sua auto-imagem, portanto, com a existência da USP (no período estudado cinquentenária) é confirmadora de seu papel sobranceiro, enquanto elite intelectual - com funções político/ideológicas. Frequentemente o jornal comenta a si

próprio, seja suas - coerentes e "doutrinárias" - ações passadas (feitos), o que lhe daria isenção para adotar as posições atuais (mesmo se contrastantes ao legado liberal), seja para se colocar ostensivamente como ator político/ideológico, universalizando suas posições, resultantes de interesses específicos, particularistas portanto.

Seu *papel político*, afirmado como missão e erigido em fim último de sua existência, diz respeito ao (ambíguo) papel de *formar e informar* a Opinião Pública - e mesmo, por outro lado, *refleti-la*. Tal ambigüidade assim se apresenta pelo fato de que estes três papéis, se concomitantes, são antitéticos. Em consequência, concita e instiga o Estado, os partidos, as classes e os agentes sociais a adotarem, ou deixar de fazê-lo, as posições consideradas as mais apropriadas tendo em vista o "interesse nacional". Mais incisivamente ainda, e de fundamental importância, procura *guiar/orientar* politicamente o empresariado e os agrupamentos liberais/conservadores no Parlamento e nos embates cotidianos, com vistas a universalizar as relações sociais capitalistas - o que lhe confere a característica de *negociador*, tendo em vista relevar as consequências das ações que apóia ou veta, por mais que muitas vezes adote um discurso radicalizante.

Sua *estratégia retórica* utiliza-se de conceitos universais, que indiferenciam interesses e posições contrastantes, tais como Nação, Pátria, Povo, Bem Comum, entre outros. "O ESP", portanto, afirma assumir as posições que assume em nome destes universais, logo incontestáveis, pois se se está ao lado da verdade, da Nação e do Povo não seria admissível outra postura que não as assumidas pelo jornal.

O *regionalismo* (paulista) também é, ainda, uma persistência histórica no jornal. Seu conservadorismo e a defesa, influenciada pelo positivismo (mesmo que não exclusivamente), do patriotismo e da nacionalidade (mas não do nacionalismo) há pouco aludidos, misturam-se a este tema. Isso porque o regionalismo de "O ESP" remonta aos feitos passados dos paulistas, com atenção especial à assim chamada Revolução Constitucionalista de 1932 (que teve no jornal participação ativa), mas também à industrialização etc, que colocaram São Paulo no comando da "locomotiva" da Nação. O regionalismo paulista do jornal confun-

de-se, enfim, para o próprio jornal, com a defesa da Nação: seu desenvolvimento, seus valores, sua glória.

A *linguagem* e o *estilo editorial* que adota, sendo-lhe peculiar desde suas origens, parece corroborar o conjunto de características aqui levantadas. Isto porque se expressa, nos editoriais, de forma empolada e formalista. É reverencial com os aliados e cínico/ácido e muitas vezes beligerante com os adversários/inimigos. Demonstrando certa erudição na tratativa dos diversos assuntos do cotidiano do país e da conjuntura internacional, dá um tom elitista a seus comentários.

Por fim, quanto ao *caráter empresarial*, o jornal faz parte de um *grupo exclusivamente voltado ao ramo das comunicações*, de propriedade da família Mesquita. Tal grupo, atuante no Estado de S. Paulo, além do jornal em foco detém o “Jornal da Tarde”, a agência de notícias “Estado”, a rádio Eldorado (nas frequências AM e FM) e a gráfica “O ESP” - que, por vários anos, editou as listas telefônicas da cidade de São Paulo, sendo o contrato realizado com o governo do Estado colocado sob suspeição por segmentos do mercado tendo em vista acusações de favorecimento político/ilícito comercial.

**D) A CAMPANHA PELO
RESTABELECIMENTO DAS
ELEIÇÕES DIRETAS PARA A
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

A observação das posições do jornal “O Estado de S.Paulo” perante a campanha que empolgou o país por meses não é tarefa fácil tal a incessante mudança de postulações que advogou, enveredando por verdadeiros ziguezagues argumentativos.

Sua atuação se dá no sentido de influenciar tanto seus leitores (posição típica dos órgãos formadores de opinião com vistas a tê-la reproduzida) como os detentores de recursos de poder, seja no executivo seja no legislativo seja ainda nas entidades patronais (objetivando a efetivação de medidas que defendesse e/ou o veto das que discordasse).

A ilegitimidade do Colégio Eleitoral, considerada por todos aqueles que queriam o advento das eleições diretas o mais breve possível, foi, inicialmente, contestada por “O ESP” por duas ordens de razão. A primeira diz respeito ao oportunismo/casuismo das oposições, que sabiam serem as eleições de 1982 formadoras do referido Colégio e nada fizeram no sentido de denunciar e/ou explicitar tal regra ao eleitorado. Numa palavra, aceitaram-na, recusando-a agora simplesmente por não terem maioria. Assim, afirma que:

“(...) comparecendo às urnas de 15 de novembro de 1982 (...) a oposição sabia que estava ajudando a formar o dito colégio; e o que é mais importante, teve as oportunidades de que carecia para ocupar, nele, a maioria almejada, a fim de eleger, ela, o sucessor do general João Batista Figueiredo. Não consumou tal maioria (...) Não consta, porém, que haja sido feita, antes do pleito de 1982, ressalva alguma a respeito da ilegitimidade do colégio eleitoral, por parte do PMDB. Vale a pena lembrar esta pergunta: dispusesse ele de maioria, quem esperaria vê-lo, neste momento, bater-se com tanto entusiasmo pelas diretas! Ninguém de bom senso, é claro”. (1)

Mas esta primeira ordem de razão contempla ainda outros elementos, pois relacionados com: a) as propostas de certos setores oposicionistas (como por exemplo o PDT de Leonel Brizola) de prolongamento do mandato (“tampão”) de Figueiredo por mais dois anos, o que garantiria aos governadores disputar as eleições presidenciais logo após o término de seus mandatos; b) o desinteresse da

oposição em aprovar a emenda (por intermédio do impedimento deliberado da existência de *quórum*) que restabelecia as eleições diretas para as prefeituras das capitais e outras, consideradas pelo regime militar como de “segurança nacional”; c) o caráter panacéico conferido ao voto, agravado pelo uso indevido e imoral da máquina pública tanto para promover como para facilitar o acesso do público aos comícios.

Este último aspecto acarretaria, além do mais, o perigo - superdimensionado pelo jornal devido a ênfase que confere à ordem, e que veremos no decorrer deste trabalho - da frustração das expectativas da população, com consequências imprevisíveis, pois:

“Iludido pela propaganda que vem sendo estipendiada em toda a parte, o povo passaria de um estado de espírito que se pode denominar de esperança incontida para outro, de frustração irreversível. A crise, persistente e profunda, agravando-se, o levaria a um paroxismo de revolta que o faria descren das virtudes do remédio que ele tinha sido convocado a ministrar à Nação enferma. A democracia se lhe afiguraria o maior dos logros; e o primeiro demagogo que conseguisse fazer-se ouvir poderia ser bem-sucedido no propósito de conquistar parcelas ponderáveis da opinião pública para qualquer aventura liberticida, que marcaria o fim trágico do processo de abertura política que o Brasil singra lenta e penosamente”. (2)

A segunda ordem de razão relaciona-se à concepção mesma do Colégio Eleitoral, conceitualmente considerado legítimo. Ocorreria, contudo, que os candidatos da “oligarquia” (3) o estariam conspurcando, devido aos procedimentos corruptos/clientelistas que adotariam para conquistar os votos dos congressistas. Portanto, o Colégio não seria ilegítimo por excelência mas assim estaria se tornando. “O ESP” é explícito ao afirmá-lo, pois:

“O colégio eleitoral não é um mal em si. Democracias avançadas o admitem, conciliando-o com a preferência popular que se expresse limpamente. (...) No máximo, admita-se que, para respeitar formas jurídicas, seja mantido esse colégio, não havendo quórum para modificar a Constituição. Mas, desde que funcione, o que se espera dele é que delibere com lisura, atento às aspirações da opinião pública. Os membros do colégio

eleitoral são representantes do povo; e, se não decidirem nessa qualidade, deixando-se levar por promessas ou retribuições espúrias, estarão por si mesmos viciando a eleição de que participam - seja porque, por intermédio dela, contrariam frontalmente a vontade do eleitorado, seja porque, denegrindo-a lhe atribuem a marca da ilegitimidade". (4)

O jornal, mesmo reconhecendo a magnitude e justeza das manifestações populares pró-diretas, parece preferir, neste momento, a solução constitucional do Colégio, até porque apoiara ostensivamente o nome de Aureliano Chaves; mais do que isso, concitou à exaustão o regime militar, na figura do general-presidente Figueiredo, a apoiá-lo como o candidato oficial do PDS (pois, além do mais, as pesquisas de opinião indicariam ser o até então vice-presidente favorito numa eventual disputa direta), conseqüentemente desbaratando as candidaturas corruptas de Paulo Maluf e Mário Andreazza. A passagem acima implicitamente indica que a opinião pública (5) confere credibilidade a Aureliano Chaves, aceitando-o ao Colégio Eleitoral caso a emenda de restabelecimento das eleições diretas fosse derrotada. Afinal:

"Importa, sim, deixar bem claro que ninguém, a curto ou a médio prazo, ganha em desacreditar o colégio eleitoral, transformando-o em valbacouto de pretensões escusas (...) É que o movimento pelas diretas está na rua, ganha força, tem a ampará-lo a adesão da imensa maioria do povo brasileiro, e o colégio, tomado como órgão instituído para impedir o prevalecimento do princípio da soberania popular, tem de cuidar-se para não se desmoralizar e perder os últimos traços de legitimidade capazes de sustentá-lo". (6)

Será, portanto, a candidatura de Aureliano Chaves, num primeiro momento ao Colégio Eleitoral e, posteriormente, como veremos, pela via direta, tema de reincidentes editoriais, pois somente ela, nas hostes pedessistas, teria a capacidade de *restaurar* a legitimidade avariada (do Colégio) pelas candidaturas Maluf/Andreazza. Assim, é patente o apoio de "O ESP" ao autoritário Colégio e, neste, a um prócer do regime.

O discurso do jornal, contudo, procura transformar um e outro: o primeiro, como vimos, não sendo intrinsecamente ilegítimo, além do casuismo da

oposição; o segundo, possuidor de qualidades distintas, a ponto de ter participado do poder (por vinte anos, diga-se) mas passado incólome por suas mazelas. Sua ascensão à presidência poderia, segundo “O ESP”, “*passar o país a limpo*”, o que implicaria a punição dos escândalos de corrupção e o fim da imoralidade administrativa em geral. Por isso, todos aqueles que, direta e indiretamente, por ação e/ou omissão, se locupletaram (ou permitiram que isso ocorresse) do poder no atual regime temeriam, conspirando contra, a candidatura Aureliano, pois:

“Sendo homem digno e de mãos limpas, não assumiria, para exercer o Executivo, compromissos suscetíveis de, por exemplo, impedi-lo de apurar irregularidades administrativas que pudessem incriminar titulares da corte, parentes, amigos do peito etc. Sendo assim, torna-se incômodo, do ponto de vista de quem se preocupa em dormir tranqüilamente o sono dos injustos, comprado a peso de ouro, depois de 15 de março de 1985. (7)

Aureliano seria, portanto, “*hostilizado pelos centros de decisão da República, apesar de integrá-los.*” (8) O país poderia ter a oportunidade de transformar seu sistema político e sanar suas mazelas depois de anos de descaso e desgoverno. (9) O vice-presidente da República capitanearia esta transformação, que visaria, fundamentalmente, recompor a autoridade pública, a unidade do Estado e a moralidade da administração pública; proporcionar a precedência da iniciativa privada sobre o Estado; combater sem tréguas a inflação; entre outras. Para tanto, “O ESP” faz campanha ostensiva por sua candidatura, seja para o Colégio Eleitoral seja para as eleições diretas, caso fossem aprovadas, pois:

“No pleito direto, dentro do PDS, só o sr. Aureliano Chaves tem possibilidades de ser eleito. As pesquisas realizadas com os que votam indicam que, abertas as urnas amanhã, ele derrotaria folgadoamente todos os demais presidenciais de todos os demais partidos. Por que, pois, renunciar a manifestar sua opinião [o presidente Figueiredo - FCPF] favorável à consulta popular (...); também por intermédio do colégio poderá ele ser alçado à chefia do governo. Basta que se apresente por alguma das legendas partidárias existentes e reúna em torno de sua candidatura o contingente situacionista que o apóia e as oposições, que o vêem com bons olhos, formando então a maioria entre os que participarão do pleito indireto. (...) Afinal, não se devem desprezar as possibilidades de renova-

ção do regime de acordo com as regras que ele impõe à Nação. É essa capacidade de saber aproveitar as oportunidades (...) que distingue os estadistas dos vulgares políticos.”(10)

Como se observa, o jornal jamais se entusiasmou, como o fizera a maioria da população, pelas eleições diretas em 1984 ou, no máximo, em 1985. Se é verdade que nunca chegou a rejeitá-las preliminar e taxativamente, sempre deixou escancaradamente aberta a porta ao Colégio Eleitoral.

Na realidade, por mais que a alegada liderança nas pesquisas de seu candidato (a rigor apoiado desde o primeiro momento) fosse tranquilizadora aos seus interesses, propôs insistentemente que o *regime* - militares e PDS -, enquanto tal, assumisse a candidatura Aureliano. Este nos parece ser o fato a ser ressaltado em seus posicionamentos até a derrota da emenda Dante de Oliveira. Por isso, fez questão de demonstrar seu estranhamento e contrariedade com a cúpula do regime, especialmente a militar (temerária, esta, com a possibilidade da “argentinização” - reprimendas jurídico/políticas do poder civil às Forças Armadas), que teria em Aureliano Chaves a garantia de que os desmandos políticos não seriam revolidos, tendo, ainda por cima, certa credibilidade da população. A não encampação da candidatura Aureliano pelo regime equivaleu, para “O ESP”, a um desperdício injustificado, ingênuo e pouco inteligente, pois manteria o *status quo* com um discurso associado à mudanças.

Com a não aprovação do restabelecimento das “diretas-já” passou a aceitar, e mesmo a concitar enfaticamente, uma aliança de setores do regime, e mais especificamente, do PDS (contrários especialmente à liderança e à influência de Paulo Maluf) com o PMDB, tendo em vista que a convenção do partido situacionista apontava claramente a vitória do ex-governador de São Paulo. Apoiaria, sem qualquer titubeio, caso não fosse possível a cabeça da chapa a Aureliano, a candidatura de Tancredo Neves. Ressalte-se que a formação do que veio a configurar-se como “Aliança Democrática” foi *impacientemente requerida* pelo jornal. Este, passa, portanto, a defender certas estruturas básicas do regime (como os termos da distribuição de renda e a estrutura fundiária vigente, entre inúmeras outras) em aliança com a oposição, que, por seu turno, devido à

heterogeneidade ideológica de seus componentes, encarara o acordo de forma dispare.

No leque de alternativas surgidas (e, muitas vezes, não levadas adiante) no decorrer, rigorosamente, de todo o período da transição, “O ESP” procurou apoiar todas aquelas que implicassem em “conciliação”, com vistas a reerguer a “Nação” de acordo com o “Bem Comum”. (11) Nesse sentido, concitou o governo e a oposição à negociação tão logo o presidente Figueiredo enviara emenda constitucional (apelidada de “emendão”) ao Congresso, como consequência da derrota da emenda Dante de Oliveira, propondo as eleições presidenciais em 1988 - e que possibilitaria desde a inclusão (pela oposição) de subemenda propondo as “diretas-já” à postergação da mesma a uma data a ser acordada, mas principalmente uma aliança entre setores do PDS e setores da oposição, tendo em vista o Colégio Eleitoral.

Requereu, portanto, uma saída institucional e política que envolvesse o regime e a oposição considerada “moderada”, o que necessariamente implicaria no alto nível de continuidade do regime militar num governo civil saído de acordos tão amplos e profundos a ponto do passado dos políticos e partidos ter de ser “esquecido”, suprimindo duas décadas de memória do regime militar.

Aos que resistiam ao Colégio Eleitoral, derrotada a emenda Dante de Oliveira, o jornal procura interpor dificuldades irremovíveis (que serão exequíveis, algumas, dependendo de seus interesses), tais como: a) a possibilidade do governo retirar seu “emendão”, impedindo assim uma manobra regimental dos próceres das “diretas-já”; b) a falta de tempo para alterar o processo eleitoral estabelecido na Constituição; e c) mesmo que houvesse tempo, a impossibilidade de se conseguir o *quorum* suficiente. Logo, só restaria o caminho único do Colégio Eleitoral para se derrotar os continuadores da “oligarquia”. Por isso, acredita que:

“(...) a conciliação é imperativa, caso se queira efetivamente alterar o quadro institucional que aí está - e pode dar ensejo a que, realizada a convenção do PDS em setembro, as forças políticas se defrontem com o impasse maior de caminhar para a reunião do colégio eleitoral (...) para

vê-lo referendar o nome do sr. Paulo Maluf ou do sr. Mário Andreazza, sabendo-se que o povo repudia solenemente um e outro.

"Portanto, há que negociar - em termos altos e patrióticos [suprimindo-se qualquer nusga pessoal, havidas devido à convivência oposta durante o regime militar - FCPF]. Primeiro, uma emenda constitucional que assegure ao processo de escolha a legitimidade imprescindível [isto é, regulamentar o Colégio, donde sobressai a questão do "voto infiel" etc - FCPF]. Depois, um conjunto de medidas para a reconstrução nacional. Por último, o nome de um homem de Estado para ascender ao poder amparado pela opinião pública [Aureliano Chaves ou Tancredo Neves - FCPF] (...)" (12)

O caráter conservador do jornal, eufemisticamente autodenominado como "moderado" e autopostado ao "centro" do espectro ideológico, assume por diversas vezes tonalidades reacionárias, sendo possível ser desdobrado: a) no apoio à "conciliação pelo alto", típica dos acordos que procuram levar as soluções políticas, dentre as quais a transição em foco, para os círculos restritos de poder; b) na ênfase à retórica impelidora da "conciliação", "moderação", "equilíbrio" e afins dos (e entre os) agentes políticos e sociais; e c) no temor à mobilização popular, associada à massas desorganizadas, infrenes, desordeiras etc.

O primeiro destes desdobramentos (colégio eleitoral como personificação da conciliação entre elites) foi visto acima. Os dois últimos, intimamente relacionados àquele tanto em termos de categorias conectivas como enquanto mote conservador desta transição concreta, serão agora analisados.

Conforme a figura de Tancredo Neves fora se impondo como o candidato da aliança que uniu setores do PDS com o PMDB, "O ESP" passa a ressaltar a característica política de Minas Gerais (13), marcada pela moderação, equilíbrio, entre outros módulos de contenção. Seu candidato de primeira hora - Aureliano Chaves -, também mineiro, ao abrir mão de sua candidatura em nome da aliança, teria confirmado, para o jornal, virtudes expressivas, como probidade e espírito de estadista. Observemos, então, como o jornal concebe a tradição política de Minas Gerais, personificada no candidato da "Aliança Democrática":

“(...) Minas. É de lá que pode vir o sopro de renovação dos quadros dirigentes do País - a redenção nacional. A índole mineira marcou, em vários momentos difíceis, o sentido da civilização brasileira, mostrando como, pela causa de interesses superiores, se aliam facções opostas, conciliando a tradição com as exigências da evolução (sobretudo da evolução social), sob o signo da moderação, característico das Gerais. (...) Desse espírito de união nasceu o equilíbrio entre liberdade e autoridade - a grande contribuição de Minas para a estabilidade política na qual lançaram raízes as instituições republicanas.

“São Paulo tem condições de contribuir para que, agora, a índole mineira prevaleça (...) Na hora da decisão, esse apoio se traduzirá na manifestação da opinião popular, devidamente informada e formada pela imprensa livre. Não é assim que cumpre proceder, tratando-se de aperfeiçoar o regime no rumo da democracia?” (14)

A lógica das idéias que preside a passagem acima apresenta matizes antitéticas, pois renovação implica necessariamente em alteração, mudança, transformação etc, contrariamente à moderação/conciliação/tradição/equilíbrio, que significam estabilidade, permanência, continuidade. Assim, percebe-se que o discurso de “O ESP”, ao requerer a renovação associada à tradição, requer, em verdade, a manutenção, conservação das estruturas sociais (tomadas em sentido amplo), pois quer alterar para manter, isto é, realizar certas modificações secundárias que mantivessem o essencial (mote conservador).

É este o sentido do proselitismo das assim consideradas virtudes mineiras. A figura de Tancredo Neves, secundada por Aureliano Chaves, transmitia claros sinais de tranquilização para os interesses defendidos pelo jornal. Veremos mais abaixo o que pareceu significar, para “O ESP”, a manutenção do *status quo*.

Coligada a essa perspectiva retentora - o terceiro desdobramento reacionário que falávamos há pouco - transparece claramente nos editoriais o medo das manifestações das “massas” (termo utilizado pelo jornal). Tal afirmação é corroborada justamente pela constante ênfase ao caráter ordeiro, pacífico e organizado das manifestações populares pelas eleições diretas - apesar de ter havido grande

quantidade de “bandeiras vermelhas” nos comícios, como informara - e não no significado político das manifestações em si, a rigor as mais expressivas, quantitativa e politicamente falando, de toda a história do país.

As manifestações populares em massa poderiam virtualmente se transformar em *baderna* - termo símbolo, verdadeiro horror do conservadorismo e fartamente utilizada pelo jornal -, aniquilando a autoridade, a ordem e o Estado. Esta avaliação pode ser observada em toda sua plenitude quando de uma manifestação - ocorrida alguns dias depois da derrota da emenda Dante de Oliveira -, considerada por “O ESP” como típica do lumpemproletariado, que teria se aproveitado da mobilização conjunta promovida pela CUT e pela CONCLAT no sentido de insistir-se na realização das “diretas-já”.

Tal lumpemproletariado - conjunto normalmente inorgânico dos “*sociologicamente desclassificados*”, segundo os termos do próprio jornal - teria saqueado lojas comerciais ao infiltrar-se naquela mobilização política, promovendo, portanto, atos de vandalismo. Por isso, conclama a sociedade brasileira à reflexão:

“Em primeiro lugar, de parte das autoridades, que de forma alguma podem confundir um movimento de marginais com manifestação política, por radical que seja. Depois, pelos próprios grupos radicais, que devem ter em mente que suas palavras de ordem podem ser folgadoamente aproveitadas pelo lumpem. Finalmente, pelos moderados da oposição, capazes de verificar que, se porventura os desclassificados se juntarem aos que protestam politicamente, será difícil distinguir quem é quem e, conseqüentemente, as autoridades não terão alternativa senão reprimir com a força para defender a ordem pública, doa a quem doer. O que apenas agravará o clima político.”

Logo, deduz o jornal:

“Tentar, a esta altura dos acontecimentos, provocar ampla mobilização de massas para forçar a aprovação de qualquer subemenda que repita o conteúdo da emenda Dante de Oliveira será desconhecer os riscos inerentes ao desafio [novas infiltrações do lumpem - FCPF]”. (15)

Portanto, os perigos seriam iminentes e suficientemente explosivos. Requereriam, em consequência, cautela e moderação, retirando-se definitivamente das ruas o problema sucessório. Ocorreria, contudo, que:

"Há, nos arraiais dos que se dizem contra o regime [no caso, a ditadura militar - FCPF], os que imaginam, Luís Ignácio Lula da Silva à frente, que as soluções políticas passam pelas praças públicas e que o inimigo é só o regime. Pelas ruas (...) só passaram as soluções fascista e nazista (...)" (16)

O que se extrai da passagem acima confirma a adoção, por parte do jornal, de práticas políticas marcadas pelo conservadorismo, pelo elitismo e pela reação à participação popular, pois são as negociações transcorridas nos "gabinetes" - *locus* contrastante às praças públicas - que deveriam encaminhar o processo político a contento. Ressalve-se, entretanto, que não nos fundamentamos na dicotomia "praças públicas x gabinetes", ou, formulando de outra maneira, mobilização popular x negociação política, para analisarmos esta posição do jornal. Ao contrário, a teoria democrática, à guisa por exemplo do *modelo poliárquico* (17), associa debate e negociação políticos, efetivados por políticos profissionais, com participação popular, variada, pois mesclada a representação clássica à formas diretas de participação e de pressão. Ao jornal, contudo, a dicotomia é evidente.

Por fim, utilizando-se uma vez mais de categorias conceituais universais e abstratas, como forma de sepultar em definitivo a mobilização popular "pró-diretas-já" para consolidar o Colégio Eleitoral, no bojo de supostas crises nas hostes oposicionistas, afirma que:

"(...) o povo dá mostras de não mais crer nelas [as eleições diretas-já - FCPF]; e, seguramente, intui que um fator preponderante as liquidou: conflitos dentro dos partidos oposicionistas [leia-se aqueles que persistiam nas "diretas-já" - FCPF], irremediavelmente divididos por rivalidades resultantes de ambições incontidas e interesses pessoais conflitantes". (18)

O ziguezague das posições do jornal acerca da sucessão, de que falávamos no início, apresenta-se muitas vezes de forma absolutamente paradoxal, como

veremos a seguir, pois apóia ou deixa de apoiar alternativas, respectivamente há pouco criticadas ou defendidas.

Como já o dissemos anteriormente, houve uma miríade de proposições para o encaminhamento sucessório, tendo em vista que a brecha aberta pelo movimento das diretas iniciou um período de incertezas para o desfecho da transição, embaralhando completamente regras estabelecidas e atores políticos.

“O ESP”, no contexto dessas incertezas, manteve de uniforme apenas o objetivo de conservar certas estruturas do sistema político e econômico, procurando apenas e tão-somente alterar de certa forma o regime autoritário. Isto porque, no tocante às estratégias e alternativas para viabilizar tal intento, professou um verdadeiro malabarismo de sugestões, contra-sugestões e vetos.

Assim, seja como forma de atenuar a frustração da população pela rejeição das “diretas-já”, seja porque considerava serem maiores as chances de eleição de seu candidato ideal (Aureliano Chaves), seja ainda por outros fatores associados, propôs a transformação do Colégio Eleitoral em intermediário à vontade da população. Isto é, o referido Colégio receberia todas as candidaturas disponíveis, porém seus membros selecionariam apenas duas, as quais, a partir daí disputariam o voto direto do eleitor. A este arranjo o jornal considerou uma *“fórmula aceitável de solução”*. Uma variante desta proposição, porém de caráter exclusivamente político, pois sem reformulações nas regras estabelecidas, também foi sugerida: ao Colégio Eleitoral concorreriam igualmente duas candidaturas, ambas, contudo, confiáveis ao jornal, pois uma do PDS “aurelianista” (na figura do próprio Aureliano, como se deduz), exorcizadas, portanto, com a ajuda do regime, as candidaturas Maluf/Andreazza, e outra do PMDB “moderado” (donde se sobressairia naturalmente a figura de Tancredo Neves).

Ora, o que depreende-se destas proposições, sugeridas no mês de junho de 1984, é seu caráter conservador e casuístico. A primeira, por garantir, no rol aparentemente democrático da apresentação de diversas candidaturas, a supremacia de dois candidatos requeridos pelo jornal, pois seriam, na correlação de forças existente, necessariamente Aureliano e Tancredo. No máximo, caso a candidatura Maluf conseguisse vingar, teria contra si um dos dois a vencê-la, devido a

dissidência do PDS. A segunda, que redundaria no mesmo que a primeira, pois deixaria os conservadores à vontade para escolherem entre iguais, do ponto de vista político.

Note-se que, para estes e outros eventuais arranjos políticos e/ou institucionais, o jornal requereu a não validade do instituto da “fidelidade partidária”, a despeito de sua retórica favorável ao fortalecimento dos partidos (19). O argumento utilizado é puramente casuístico, pois só seria válida (tal fidelidade) no âmbito do Congresso Nacional em suas funções ordinárias. Esqueceu-se, contudo, de que o Colégio Eleitoral era formado majoritariamente pelo Congresso Nacional, apenas adicionando-se a este delegados das Assembléias Legislativas. Ocorreria, contudo, que o apoio aos agrupamentos políticos que disputavam o poder requeria soluções para os impecilhos que fossem surgindo - “O ESP” notabilizou-se em tê-las, sempre.

Nas idas e vindas de suas posições, passa a apoiar, subitamente, a aprovação da emenda do deputado Theodoro Mendes, também de restabelecimento das “diretas-já” e sucedânea da emenda Dante de Oliveira. A alternativa de se aproveitar de recurso regimental, via subemenda, através do “emendão” do governo, se esvaira pelo fato deste ter sido retirado. Assim, contrariando seu discurso pró-Colégio (apesar, como já o dissemos, de nunca ter se colocado radicalmente contra as “diretas-já”), afirma:

“Não bã como admitir que tal desejo [de votar já] tenha mudado desde a derrota da emenda Dante de Oliveira e posterior definição das candidaturas indiretas, e mesmo diante da boa possibilidade de Tancredo Neves vir a sagrar-se vencedor no colégio eleitoral. Não mudou: o povo brasileiro quer as 'diretas-já' hoje, como as quis ontem e quererá sempre, até obtê-las. (...) Que venham, pois, as 'diretas-já'. Em favor de Figueiredo [que deveria propô-la - FCPF], em favor da conciliação do Estado com a Nação, em favor da mudança e, sobretudo, em favor de uma legítima, intensa e fervorosa aspiração do povo brasileiro.” (20)

A passagem acima aparenta ser de um vigoroso opositorista, por princípio arredo a eleição indireta. Impressiona a capacidade do jornal de trans-

mutar posições, assumindo feições que se adequem às circunstâncias, mantendo-se, todavia, sua linha discursiva (a defesa da Pátria, do Bem-Comum etc) e o sentido dos interesses que defende.

O apoio à aprovação da emenda em questão, para além da “carta de princípios” desfiada acima, foi argumentada no sentido de que pouparia os recursos públicos do ilegal/imoral favorecimento ao candidato do governo ao Colégio; não discriminaria os Estados da Federação que não apoiassem, pelos seus representantes, a candidatura governista; e por não serem confiáveis os votos declarados ou acordados a Tancredo Neves, pois poderiam, até a eleição, ser revertidos em favor da candidatura Maluf, por ser esta justamente a especificidade do candidato.

As razões para o apoio subitamente entusiasta às “diretas-já” podem, contudo, ser creditadas: seja (a única coincidente com suas justificativas) ao temor real de que fosse possível uma reversão pró-candidatura Maluf, erigida em inimiga número um do jornal; seja por considerar que a candidatura Aureliano pudesse, efetivamente, sair vitoriosa nas eleições diretas, dispensando a convivência incômoda com o PMDB - partido ao qual “O ESP” nunca se aproximou política e ideologicamente, pois o considerava estatizante, populista etc; seja por considerar que o arranjo político alicerçado através da “Aliança Democrática” era suficientemente heterogêneo para tornar o país ingovernável, produzindo desavenças insanáveis; seja (secundariamente) pela hegemonia que o jornal “Folha de S. Paulo”, seu concorrente direto, logrou conquistar com seu apoio de primeira hora às “diretas-já” e a toda campanha que daí adveio (21), entre outras.

Por outro lado, com as eleições indiretas sendo consolidadas e, nelas, a candidatura Tancredo, amparada pela coalizão PMDB/FL, entra em cena os “vetos” de “O ESP”.

Fundamentalmente, as propostas de eleições diretas tão logo Tancredo Neves tomasse posse assim como a realização de um referendo que legitimasse seu mandato indireto, entre outras, foram taxativa e vigorosamente combatidas. O fato de serem setores à esquerda no espectro, renitentes quanto às eleições diretas, os proponentes, fez aumentar a ênfase dos “vetos”, pois:

“Legitimou-se (...) plenamente a candidatura do ex-governador de Minas Gerais, para a opinião pública (...) mesmo que ‘de nariz tapado’ tenha de se submeter ao espúrio colégio eleitoral gerado ao tempo da exceção político-jurídica, escudada na tutela das Armas. Mesmo que vá a tal colégio para fazer que ele exista pela última vez, para enterrá-lo, para transformá-lo em simples adubo circunstancial de nossa próxima democracia. (...) Parece cada vez mais frustrado o sr. Lula com a aproximação inexorável da vitória de Tancredo Neves, porquanto que apostava ele, na verdade, era na vitória de Paulo Maluf, para que o circo pegasse fogo de vez e lhe proporcionasse o espaço político que não pode conquistar pelas urnas. Por isso é que, tanto quanto Brizola, passou a encampar aquela idéia, simplesmente ridícula, de Tancredo Neves convocar eleições presidenciais diretas logo que tomar posse no 15 de março próximo”. (22)

A argumentação que embasa o “veto” associa ao proponente - a esquerda - objetivos escusos, inconfessáveis e contrários aos interesses nacionais. Estes, passam pela agora novamente irreversível eleição indireta. A concepção do caráter intrinsecamente legítimo de tal Colégio, justificada no início da campanha das diretas, como vimos, altera-se, representando uma importante mudança no discurso, pois passa a considerá-lo “espúrio”. Ainda assim, por alegar a inexistência de qualquer outra alternativa viável, apóia sua utilização.

A análise fundamental a reter, contudo, diz respeito, uma vez mais, ao senso de oportunidade política do jornal, pois àquela altura (novembro de 1984) as eleições indiretas estavam mais do que consolidadas, a ponto do próprio jornal afirmar não haver mais “*apreensões no tocante ao resultado eleitoral*”; assim, denegrir o Colégio Eleitoral, imputando-lhes os impropérios que a oposição historicamente o fizera, justamente quando apresentava-se irreversível, nada mais significa do que retórica destituída de conexão com a realidade.

Já em relação ao referendo, visto como típico do sistema plebiscitário (e que implica na concepção de democracia, como veremos detidamente no item “Os Novos Personagens...”), portanto não ancorados na democracia representativa, nesta última só deveriam ser realizados:

"(...) sobre fatos concretos, não sobre questões de princípio. O sr. Tancredo Neves, eleito presidente, seguramente não pretenderá reacender em praça pública e pelos meios de comunicação a disputa doutrinária que se travou durante a campanha das 'diretas-já'. Correria o risco enorme de ver o país paralisado por uma campanha política extemporânea, que satisfaria apenas meia dúzia de puristas [isto é uma alusão irônica ao PT - FCPF], alguns de estranha origem, e tão-só criaria as condições para um acirramento de tensões de todo indesejável.

"Afora os riscos institucionais implícitos (...) não acarretaria coisa alguma à campanha ou ao governo do sr. Tancredo Neves. (...) referendo, ou 'diretas-já', ou diretas em março, ou mandato-tampão, são produto da mente daqueles que (...) só pensam em si e não no Brasil" [a esquerda - FCPF]. (23)

Portanto, todos aqueles que continuaram a propugnar por eleições diretas ou qualquer outro arranjo que não o cumprimento integral das regras estabelecidas (Colégio Eleitoral), seriam impatrióticos. Não seria casual sê-lo a esquerda, que, como expressa a passagem acima, não se interessaria pelo bem comum (veremos exaustivamente a concepção de esquerda também no item "Os Novos Personagens..."). Por isto, a proposição deste segmento em negar a existência de *quorum* ao Colégio Eleitoral é vista como criadora de um "impasse institucional".

No jogo da retórica, os adversários do jornal (muito heterogêneos entre si, casos do PDS malufista e do PT) são, por vezes, colocados como se tivessem os mesmos interesses e as mesmas estratégias de atuação. Assim, considera que as extremidades, direita e esquerda (24), representadas pelos adversários acima citados, são contrárias, por objetivos semelhantes, à "Aliança Democrática". Queriam, cada qual a sua maneira, conturbar o processo político, pois estariam alijados das possibilidades da vitória eleitoral: Maluf tanto em eleições diretas quanto indiretas e o PT nas diretas. A ameaça do bloco malufista de votar favoravelmente a uma emenda pró- diretas, já ao final do processo, foi considerado "golpe" pelo jornal.

Por fim, é importante ressaltar a auto-missão conferida por “O ESP” durante todo este período: apoiar - formando e informando a opinião pública - a “Aliança Democrática”. Sua atuação procura firmar-se como típica dos “magistrados” - aqueles que, sobranceiramente, infensos à lógica dos interesses, que não apenas o geral e comum, indicam, orientam e guiam o processo político, sem que pareçam se envolver com as paixões e interesses (repita-se) do mesmo.

Na realidade, contudo, “O ESP” estava completamente absorto pelas contendas da transição, atuando como agente político/ideológico. A postura de “magistrado”, que implicitamente deixa transparecer, é apenas um recurso estrategicamente utilizado para não se expressar como contendor. Eleito Tancredo Neves, o jornal concita a coalizão que fundaria o que se convencionou chamar de “Nova República” (25) a “renovar” os costumes políticos do país, moralizando a administração pública e punindo os escândalos de corrupção sem, contudo, “*revolver o passado*” no que dissesse respeito ao arbitrio político:

“Do passado haverá de retirar, para o presente, os ensinamentos que lhe facilitem a construção do futuro - e só. Seria insensato revolvê-lo para alimentar o espírito de vingança, a desunião entre os patrícios, desviando-lhes a atenção que precisam concentrar na realização de objetivos comuns para meios indevidos de cobrar insucessos ou ajustar contas. Isso é subalterno diante da necessidade de rasgar horizontes novos, a emoldurar os dias melhores que estão por vir”. (26)

A solicitação de cautela para com o passado político do regime será extensiva ao programa como um todo da “Nova República”, tendo em vista a agenda de reformas políticas e econômicas a ser implementada por Tancredo Neves. Este, deveria imprimir ao governo que iria comandar as características da tradição de Minas Gerais, tão bem sintetizadas nele próprio, garantindo a prudência, eufemismo de conservação. Vejamos como “O ESP” reafirma, enfaticamente, e que é de fundamental importância para a compreensão de sua essência, a tônica das mudanças a serem implementadas pela “Nova República”, que deveria ser, tal tônica:

"(...) balizada de um lado pela firmeza, de outro pela prudência - porquanto o mais desejável será sempre o ponto de equilíbrio entre a firmeza nas mudanças e a prudência nas inovações."

E relembra ao presidente em exercício, José Sarney, devido ao impedimento de Tancredo Neves:

"(...) sem jamais se esquecer de que a Nova República foi criada sob o signo do equilíbrio, por inspiração do grande estadista Tancredo Neves".(27)

Como se vê, a "Nova República", com a doença de Tancredo Neves, não poderia alterar seus compromissos e características. Não poderia, em última instância, depender exclusivamente das ações dos agentes políticos e sociais. Seria necessário a existência consistente de princípios, de uma concepção do poder aliada a um projeto político e econômico, pois:

"O Brasil estará amadurecido para a democracia quando a observância de princípios, tendo em vista o bem comum, depender menos dos homens que se encontrem no poder do que da pressão da opinião pública para que eles atuem a contento, no sentido de assegurar o exercício da liberdade, a manutenção da ordem, o desempenho correto da economia, a paz social, sob a égide do Direito."

Já o aludido projeto político e econômico para o país:

"(...) consiste em respeitar a Constituição, reconstituir o Direito, restaurar o prestígio da autoridade, conferindo-lhe credibilidade, combater a corrupção, identificando e punindo exemplarmente os que se beneficiaram dela, reviver a Federação, preservar a ordem, debelar a inflação, estimular a poupança interna, desenvolver a agricultura, refazer os laços de solidariedade que exprimem a comunhão social - força centrípeta que opera em favor desses objetivos". (28)

O desfecho do processo sucessório pareceu ser, portanto, satisfatório para o jornal, que nem por isso deixou de continuar criticando os pontos que considerava em desacordo com o "programa para o bem comum", acima delineado.

O que deve ser ressaltado em todo o complexo e incerto período sucessório diz respeito ao sentido de defesa dos interesses de que é porta-voz - fundamentalmente de manutenção do *status quo* - que o jornal mostrou possuir, pois o labirinto da sucessão lhe exigiu capacidade de adaptação - que, num periódico diário, implica em recursos retóricos estratégicos, que omitam os interesses defendidos, além da afirmação de um projeto nacional relativamente articulado.

O conservadorismo de suas posições - diversas vezes no limite da reação -, dissimulado e diluído num discurso afirmador das mudanças (assentado, tal discurso, em categorias conceituais universais) e emoldurado pelo auto-alegado zelo moral na consecução de projetos e ações políticos, representa, ao nosso ver, o fulcro de sua atuação político/ideológica.

II) A QUESTÃO SOCIAL

Observar os posicionamentos do jornal em relação à “Questão Social” (que, relembre-se, contempla os temas da Reforma Agrária e dos Programas Sociais de Atenuação à Miséria) requer a observação paralela de outros temas a ela relacionados direta ou indiretamente. Estes referem-se à valorização espiritual (clericalismo católico) do mundo - frontalmente contrastada, segundo crê o jornal, pela atuação “política e materialista” da igreja denominada “progressista”, através da “Teologia da Libertação”, especialmente empenhada na reforma agrária, entre outras - e à concepção idílica e, de certa forma sagrada, da Educação, em especial a universitária. O fato de “O ESP” ter sido um dos fundadores da Universidade de São Paulo, quando da interventoria de Armando Salles de Oliveira - um de seus editores a época - na então Província de São Paulo, é fato marcante e recorrentemente lembrado em seus editoriais. (1)

Portanto, como os valores religiosos (que veremos detalhadamente ainda neste item) e educacionais fazem parte da visão de mundo mesma do jornal, e como informam relativamente sua concepção da “Questão Social”, entre outras mais diretamente relacionadas, como a propriedade privada, a distribuição de renda etc, as veremos de forma conjunta.

De modo geral, as razões da existência da miséria no país não são exploradas, e em especial, o que é sintomático, o tema do alto nível de concentração de renda (e de terras). Genericamente, contudo, é explicada devido à atuação do Estado como compressor da iniciativa privada: unicamente responsável, esta, pela criação de riquezas.

A auto-alegada filiação liberal do jornal é, por um lado, coerente com esta postulação privatizante em detrimento da maior atuação do aparato estatal na economia; por outro, contudo, ao não se deter em causas outras, que não apenas esta, reforça simplesmente o *status quo*, encarando todos aqueles que criticassem o capitalismo, seja *per se* seja pela sua até então incapacidade em distribuir com maior equanimidade a riqueza produzida, como desestabilizadores da ordem.

Afirma ser favorável à atuação compensatória do Estado em áreas sociais clássicas, como saneamento, saúde, educação etc, mas requer também

espaço à iniciativa privada nestas áreas para aqueles que quisessem e pudessem pagar. Afirma, portanto, relevar os problemas relativos à miséria, pois:

"A preocupação com as questões sociais não chega a ser privilégio da esquerda; há de ser, sim, comum a quantos brasileiros, marcados pelo ideal democrático, anseiem por um regime apto a encurtar caminho para um futuro melhor, mais próspero, mais digno, mais justo, mais humano; ou, resumindo, mais cristão". (2)

O problema social é afirmado, conseqüentemente, na perspectiva do humanismo cristão. Contudo, no dia posterior à afirmação acima, um outro editorial aparentemente a contrasta, pois solicita cautela ao governo nos investimentos sociais:

"De modo geral, expressões do tipo 'prioridade social', decisão política a partir de uma 'visão social do problema' etc têm sido usadas (e abusadas) pelos gestores neo-republicanos [trata-se dos programas sociais que a "Nova República" intentava realizar, adotando, inclusive, posteriormente, o slogan "Tudo Pelo Social" - FCPF] na consideração de todos os assuntos, especialmente os de natureza econômica. É óbvio hoje - que nada mais de anti-social existe do que a inflação. Quaisquer atendimentos de reivindicações setoriais, sejam trabalhistas ou de outra ordem, sejam justas, razoáveis ou não, mas que resultem em comprometimento do prioritário combate à inflação, serão sempre medidas anti-sociais". (3)

O humanismo cristão adequa-se, como se percebe, às leis capitalistas, numa espécie de "ética cristã e o espírito do capitalismo". (4) O pressuposto religioso, contudo, várias vezes invocado em nome da humanidade, também justifica a acentuada preocupação do jornal com os perigos da "explosão demográfica" no país. Isto porque:

"(...) não se pode aceitar que o assim dito 'sapiente plano de Deus' ao colocar Adão e Eva no Éden tenha sido fazer, de seus descendentes, miseráveis. (...) Problemas demográficos (...) equacionam-se a partir de dados numéricos [crescimento da população maior do que o da economia - FCPF]. O plano de Deus é sublime exatamente porque deu a Razão ao

homem - não por havê-lo feito mero repetidor de frases feitas, que muitas vezes contradizem o sentido humano profundo do Evangelho". [caso dos adeptos da "Teologia da Libertação" - FCPF] (5)

Note-se que, por mais realista que seja o problema demográfico na maioria dos continentes, é igualmente real, porém omitida pelo jornal, a necessidade de maior equanimidade na distribuição de renda. Isto é, o problema demográfico existirá ou não e será maior ou menor desde que se articulem crescimento populacional tanto com a criação como com a distribuição da riqueza. Esta colocação pode ser comprovada pelo fato de existirem países com pequena população e enorme pobreza ao mesmo tempo em que há países com vasta população porém ricos (da mesma forma que alta demografia/pobreza é igualmente existente, o que só confirma a necessidade de análise tópica de cada país a partir dos três elementos).

"O ESP" suprime, portanto, um dos pilares do tripé, ao desconsiderar sistematicamente o altíssimo nível de concentração de renda (e de terras) no país, constatação, a rigor, reconhecida por entidades insuspeitas ao jornal, como Banco Mundial, UNESCO e FMI. Seu discurso se circunscreve ao argumento de que a distribuição de renda é exclusivamente resultante do progresso econômico, como se a primeira fosse consequência necessária e inextricável do último. Tal alegação equivale à famosa "teoria do bolo", de autoria do então ministro Delfim Neto, na década de 70, que afirmava a necessidade do bolo (a economia) primeiro ter de crescer para, aí sim, poder ser distribuído.

Como se sabe, a maior participação dos salários no conjunto da economia de uma país (e, localizadamente, no percentual de custos de cada empresa ou setor empresarial) é fator por excelência, entre outros direta e indiretamente envolvidos, redistribuidor de renda. Para "O ESP", contudo - que, reafirme-se, atua como porta-voz dos interesses empresariais e, mais importante, da reprodução da sociedade capitalista -, a elevação salarial acarreta dois grandes males: a diminuição dos lucros, que implicaria menos investimentos e, daí, menos empregos, e o aumento da inflação. Por isso, propõe:

“A solução para a questão [a miséria existente no país - FCPF] reside numa nova visão da política de salários (que atente para a grande discrepância existente entre eles hoje em dia) e na exata compreensão de quais são os instrumentos de redistribuição de renda mais funcionais e práticos - não o aumento indiscriminado de todos os salários, mas o fornecimento de serviços públicos de qualidade para a população, especialmente os setores socialmente mais carentes”. (6)

Portanto, não seria por intermédio dos salários que a renda se tornaria mais equânime, por mais que o jornal afirmasse requerer o menor distanciamento entre eles. Caberia ao Estado prestar bons serviços públicos aos “mais carentes” (observe-se que tal expressão, eufemística por excelência, suprime a magnitude da miséria/concentração de renda no país); *a este Estado, contudo, como vimos acima, caberia, prioritária e obstinadamente, por meio de uma política econômica ortodoxa, combater a inflação - considerada a maior responsável pela concentração de renda*. Logo, o círculo se fecha, e a questão da distribuição de renda se recoloca como subordinada quase que exclusivamente ao primado do desenvolvimento e estabilidade econômicos.

Assim, após esse breve levantamento de pontos centrais acerca da visão do jornal em relação à “Questão Social”, notadamente sua concepção da intervenção do Estado com vistas à atenuação à miséria, iremos dedicar todo o espaço deste item a sua concepção sobre a reforma agrária, pois primordial devido ao conjunto de problemas que suscita.

O tema da reforma agrária é visto com grande desconfiança pelo jornal, pois, como liberal e conservador que é - como procura demonstrar esta dissertação -, este tema traz o inconveniente de tocar num aspecto crucial para os que se perfilham ao liberalismo: a propriedade privada.

É claro que uma ideologia heterogênea, como o são todas as ideologias, diga-se, possuidora de diversas correntes, não encara do mesmíssimo modo mesmo os pontos fulcrais por ela postulados. Assim, há o liberalismo conservador/reacionário que convive com o liberalismo democrático, entre outros, pois influenciada (a ideologia liberal) pelas peculiaridades de cada país, sendo mais ou

menos democrática dependendo da síntese produzida pela dialética relação entre valores liberais e democráticos ocorrida por embates entre proletários e capitalistas, entre outros fatores, como já o havíamos indicado na Introdução. Para “O ESP”:

“A propriedade particular, que se pode transferir livremente a compradores ou transmitir também livremente a descendentes, está integrada no conceito de dignidade da pessoa humana. Extingui-la [isto é, fazer a reforma agrária por qualquer meio e utilizando-se de qualquer princípio, ou mesmo efetivar a reforma urbana que tocasse na propriedade - FCPF] é queimar etapas na caminhada para um regime que cria o homem-formiga, peça de engrenagem da máquina burocrática onipotente e onipresente (...)” (7)

Observe-se que tocar na propriedade é tido como sinônimo de coletivização, isto é, supressão de seu caráter privado, mesmo que seus proponentes afirmassem objetivar espalhá-la, aumentando o número dos possuidores. “O ESP” descreve, pois:

“Dizer que (...) a reforma agrária não é coisa de comunistas, mas de capitalistas - citando como exemplo o Japão -, é desconhecer a História ou pretender mascarar com segundas intenções os fatos reais”. (8)

A idéia mesma de uma reforma agrária é contestada, como se observa, pois a propriedade seria intocável num regime que se quisesse capitalista. Os que intentam realizá-la, procurando exemplos em outros países, teriam uma visão facciosa da história pois influenciados por proposições extemporâneas quanto ao desenvolvimento provindas de preconceitos ideológicos à esquerda. A questão fundiária é, então, normalmente atrelada à questão mais ampla da agricultura (produção de alimentos, crédito agrícola etc), diluindo-se o fato inequívoco da histórica concentração de terras, simbolizada pelo latifúndio. Assim, procurando influenciar a formação do ministério de Tancredo Neves neste particular, afirma que:

“A agricultura é função econômica séria (...) Não só não deve o Ministério da Agricultura ser entregue a um político qualquer [isto é, de esquerda - FCPF] (...) como também não pode ser transformado em pousada dos que pretendem realizar a reforma agrária, distribuindo terras ao deus-dará.

Os problemas da agricultura, por sua gravidade, demandam um tratamento sério, que não se compadece com panacéias universais herdadas dos anos 30 e reiteradas nos 50". (9)

Na verdade, além de diluir a questão fundiária ao tratá-la no contexto maior dos *problemas agrícolas*, num certo sentido despolitizando-a, tal tratativa representa um contra-argumento vigoroso no combate à reforma agrária, mesmo que não estivesse colocada enquanto disposição política clara do então presidente eleito. Isto porque o tema da reforma agrária no Brasil tem sido colocado historicamente como verdadeiro tabu entre os setores proprietários e/ou conservadores, dos quais se inclui "O ESP", que se insurgiram toda vez que sua concretização foi tentada, como no caso do governo João Goulart.

Ao enfatizar *exclusivamente* a necessidade do país produzir alimentos, o jornal clama por uma "política agrícola" que incluísse também subsídios e créditos, entre outros itens. Este contra-argumento é interessante por não ser defensivo, isto é, não combate a reforma agrária realçando nela problemas intrínsecos (o que será paulatinamente feito, sendo que observaremos a seguir), e sim procurando mostrar, esclarecer, que o problema brasileiro de fundo é a produção/custo dos alimentos, o que implica na existência de pessoas que passam fome. Sendo o problema outro que não o fundiário, a solução será igualmente diversa. A questão da reforma agrária estaria, portanto, deslocada, vindo à tona devido a influência, na sociedade e no governo da "Nova República", do pensamento à esquerda. Além disso, outras vantagens acarretaria a instauração de uma "política agrícola", como o aumento de divisas com a exportação e a queda da inflação, devido, esta, ao barateamento dos alimentos. Afinal:

"(...) a função social da propriedade rural é produzir alimentos para as cidades, especialmente tendo em vista que o processo de urbanização no Brasil está fazendo que mais e mais pessoas vivam no meio urbano e, portanto, menos pessoas se dediquem à atividade agrária (...) Não é com dramas de consciência pela má distribuição da terra no Brasil que se resolverá o problema de dar de comer a 130 milhões de habitantes, a custo baixo". (10)

Assim, o que o país necessita é de:

"(...) política agrícola. Essa deveria ter sido a preocupação do governo Sarney nesses nove meses - e de seus princípios e diretrizes decorreriam as demais medidas, no campo da redistribuição fundiária (se necessária), da irrigação (sempre necessária, mas a que custo?) e do abastecimento popular". (11)

A possível abertura à realização de uma reforma agrária, dada timidamente pelas passagens acima - tanto ao reconhecer, mesmo que eufemisticamente, a concentração de terras, como ao colocar no condicional uma eventual necessidade da mesma - será, por um rol imenso de argumentos, radicalmente combatida de acordo com a evolução dos acontecimentos, ativados, estes, pelo governo, pelo movimento dos "sem-terra" e pelos proprietários.

Assim, as críticas, argumentos e contra-argumentos utilizados pelo jornal foram por nós agrupados em cinco categorias relativas: a) à reforma agrária em si, devido aos males que acarreta; b) aos próceres da mesma e suas práticas, notadamente as invasões; c) aos adversários tanto da reforma agrária quanto dos seus proponentes/apoiadores; d) ao caráter institucional de seu planejamento e execução; e e) a margem de negociação, ou limites à sua implantação, aceitos pelo jornal de acordo com a conjuntura.

Os males que causariam ao país a reforma agrária seriam de várias ordens, entre elas as que dizem respeito à estrutura produtiva (fuga de capitais, tecnologia, pesquisa) e a provocação de conflitos (incitação à luta de classes e rompimento da paz no campo), desembocando na diminuição da produção agrícola, com o conseqüente encarecimento dos alimentos e, daí, no aumento do número de pessoas que passam fome e dos índices de inflação, entre outras. A lógica mesma desta reforma, contudo - assim como das reformas urbanas, tentadas por certas prefeituras e governos de Estados, pois atinentes a desapropriações/invasões de terrenos e imóveis, particulares e públicos, caso do governo paulista -, seria perversa, injusta e inconstitucional. Isto porque:

"O que sempre fundamentou o direito que tem o Estado de efetuar desapropriações - e por fundamento entendemos não só o Direito Positivo, consubstanciado no ordenamento jurídico, como os princípios éticos que o norteiam - foi o interesse público. E por interesse público sempre foi entendido o bem comum, isto é, benefício que diz respeito à coletividade, à comunidade social como um todo, e não a grupos determinados de cidadãos, por maiores que sejam suas necessidades ou carências específicas. Dessa forma, a desapropriação de uma área urbana - ou rural - para a construção de obras públicas (...) não terá sua legitimidade contestada. Coisa bem diversa, entretanto, é arvorar-se o Estado em redistribuidor de áreas, de terras ou de terrenos de propriedade privada, utilizando-se de seu poder de desapropriar para transferir o domínio de particulares para particulares". (12)

É claro, portanto, que, para o jornal, o formalismo da lei (perante ela todos seriam iguais) assim como a configuração jurídica do Estado (que deveria somente servir a fins públicos), emoldurados por uma certa convicção ético/política (a esfera pública diferenciada da esfera privada), deveriam subordinar os problemas relativos às carências da sociedade brasileira, notadamente a que as sintetiza - a miséria.

Ora, tais postulações, à primeira vista democráticas, representam, em verdade, no melhor estilo da lógica burguesa pós-Revolução Francesa, a manutenção do *status quo*. Isto se deve à horizontalização das classes e grupos, tomados como iguais perante a lei que, por seu turno, assim deve tratá-los. Não abordaremos com denodo, aqui, as implicações filosóficas do direito advindo da ordem burguesa, por não ser este o objeto desta dissertação. Interessa-nos, isto sim, o caráter politicamente justificador, requerido pelo jornal, da postura "neutra" do Estado para com o enorme contingente de miseráveis relacionados à questão fundiária.

Em nome do direito e da ética (a qual caberia indagar, tendo em vista seu clericalismo cristão, se justa) justifica, como vimos, a continuidade da concentração de terras e afins, sendo a reforma agrária considerada injusta por excelência. Como veremos em outros tópicos deste trabalho, esta será uma de suas

estratégias mais usuais. Sinaliza-nos, desde já, porém, quando e como se utiliza dos formalismos jurídicos para assegurar a manutenção dos interesses que defende.

Os males que sua implantação causaria não se esgotariam aqui, como enunciamos acima, pois uma série de conseqüências nefastas adviria da própria publicidade da intenção de implantá-la, especialmente devido ao critério de se privilegiar, para fins da reforma em questão, as áreas em conflito. Os conflitos seriam artificialmente criados pelos interessados na distribuição fundiária, pois:

“(...) campanhas de reformismo agrário (...) têm o condão de estimular as invasões, que por sua vez provocam violências de parte a parte: entre invasores e proprietários. (...) o distributivismo fundiário, estribado tão-só na demagogia política, ou político-ideológica [da esquerda - FCPF], faz a insegurança somar-se ao abandono [trata-se do reclamo que vem fazendo o jornal para maiores créditos e mesmo subsídios etc à produção agrícola - FCPF] que sofrem os produtores, no campo, o que por sua vez determina o êxodo dos trabalhadores rurais - a fuga para as cidades (...)” (13)

A reforma agrária traria, como se vê, a violência ao campo e isolaria o “produtor rural” - eufemismo de fazendeiro ou latifundiário, estrategicamente utilizado pelo jornal como forma, por um lado, de diluir o sentido pejorativo que estes termos, especialmente o segundo, possuíam a época e, por outro, de associar a imagem do latifundiário à produção; daí o perspicaz termo “produtor rural”. O terceiro dos males arrolados pela passagem acima é contraditado pelo próprio jornal que, na ânsia de combater a reforma a todo custo e por todos os meios diversas vezes se desdiz. Isto é atestado pela consideração (que veremos abaixo) de que a produção agrícola moderna assenta-se na mecanização, sendo, esta, por excelência poupadora de mão-de-obra, expelindo para os centros urbanos o excedente populacional estruturalmente desalojado do campo.

Tal afirmativa, portanto, nega a colocação anterior de que a reforma agrária produz êxodo rural na medida em que esta já seria uma tendência natural no Ocidente. Pois, afinal, se a prevista mecanização necessariamente iria economizar mão-de-obra, não há sentido em temer justamente este efeito por parte da

referida reforma. Assim, citando o caso dos EUA, aonde apenas 3% da população trabalha na agricultura e alimenta a contento o restante daquela sociedade, afirma:

“A tendência observada, invariavelmente, é de substituir o braço do trabalhador rural pela máquina, que agiliza o trabalho e lhe permite alcançar graus elevados de rentabilidade.

Neste mesmo editoria diz enxergar uma perspectiva sombria para a agricultura brasileira. Esta argumentação se encaixa perfeitamente, como veremos, à “tese da ameaça” de A. Hirschman, pois:

“Esboça-se um quadro em que, muito cedo, a produção entrará em colapso, o abastecimento aos grandes centros urbanos ficará prejudicado e as filas para comprar gêneros de alimentação serão rastilho de pólvora para a explosão de manifestações, cujas conseqüências a ninguém é lícito subestimar, tamanha a gravidade delas.

Por fim, e ainda nesta passagem, podemos agora observar a “tese da futilidade”:

[os sem-terra - FCPF] *“(...) estão condenados a dedicar-se a uma lavoura de subsistência, que logo abandonarão, atraídos pela miragem das capitais. Dentro de seis meses a um ano as reportagens (...) mostrarão o abandono em que se encontram. Não é preciso ser profeta para antever esse resultado”.* (14)

Vejamos agora como se coloca o jornal perante a segunda categoria de argumentos que classificamos: *os próceres da reforma agrária e suas ações*. Pode-se dizer que, de modo geral, por um lado o pensamento à esquerda e, por outro, sua personificação, dada especialmente através da CUT e da CNBB, são vistos como deletérios ao regime capitalista e ao liberalismo. Serão (como veremos detidamente no item “Os Novos Personagens...”) tidos como inimigos. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) será, contudo, em especial combatida. Isto se deve tanto ao clericalismo do periódico como à concepção que possui acerca da religião/Igreja. (15)

O anúncio pelo governo do programa de reforma agrária teria contribuído para estimular os radicalismos dos que anteriormente já a propunham, pois:

“O presidente da entidade eclesiástica [CNBB] não se contenta com o que já foi sugerido pelo Incra; vai mais longe, quer que se acabe com todos os latifúndios [note-se que o jornal só utiliza este termo para ironizar ou criticar - FCPF], ‘mesmo produtivos, a fim de possibilitar a democratização da posse da terra’. Enquanto isso, no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (...) foi aprovado documento (...) [que] contém uma série de propostas radicais, defendidas principalmente por trabalhadores ligados à CUT e ao movimento dos sem-terra (...) [que] advoga a conquista da reforma agrária, ainda que para tanto ‘se derrube o sistema capitalista e se implante um governo democrático’”. (16)

As invasões de terras ocorreriam fundamentalmente porque os líderes do movimento pró-reforma manipulam pessoas pobres, incitando-as, além da invasão, à violência etc. Por isso e pelo fragoroso desrespeito à lei concita constantemente o governo a não negociar com invasores. Além do mais, toda sorte de oportunistas se aproveitariam desse movimento, caso de pessoas “que já seriam proprietárias” - as quais, contudo, o jornal não informa como conseguiu descobri-las. Tais ações significariam, portanto, “esbulho” à propriedade particular e a seus detentores, colocando em questão o próprio poder do Estado, encarregado que é de garantir a vida e a propriedade dos cidadãos. Seriam movimentos que fazem da reforma agrária um tema essencialmente político. Suas cúpulas, compostas também pelo PT e pelas diversas entidades eclesiais à esquerda “*desejam é agitar, criar a tensão social e não levar em conta dados essenciais*”. (17) Assim:

“Não se culpem os invasores pelo que acontece; na sua maioria, são pessoas bumildes, que imaginam que a posse - mesmo que provisória - da terra resolverá seus problemas, e que seu vigor físico é alternativa bastante para a falta de capitais e conhecimentos técnicos [esta suposição do desconhecimento das técnicas agrícolas é uma forma do jornal desacreditar os que demandam pela reforma, encarando-os como seres não provindos, nem expulsos, do campo - FCPF]. Responsáveis pelo que vem acontecendo no campo são os que incitam à invasão, por não confiar na

capacidade de o sistema capitalista e a democracia representativa resolverem os problemas do povo (...) (18)

Depreende-se que tanto o sistema econômico (o capitalismo) quanto o sistema político (a democracia representativa) respondem às demandas de todos os agentes sociais. Isto significa ser desnecessária a mobilização/organização dos que ou não participam ou o fazem tenuemente da riqueza produzida. Afinal, votar é o “ato em que se resume toda a cidadania”. (19) Eleger os representantes e esperar exclusivamente destes o encaminhamento das demandas, sem, contudo, pressioná-los, como veremos, é o que propõe “O ESP” (por mais que ele próprio pressione, por variadas formas, o poder). Tais pressões seriam feitas pelos próceres da reforma agrária, e bem demonstrariam a confusão que se estaria fazendo no país entre reivindicações legítimas e exigências que intentam subordinar o governo, sendo que:

*“Entre as ‘pressões impertinentes’ exercidas sobre o Incra, sobressaem as cartas ou telegramas via telex enviados pela Arquidiocese de S.P., pela Comissão Pastoral da Terra, por escolas ligadas à Igreja, pelo PT, CUT e sindicatos tipicamente urbanos [que não teriam, estes últimos, nenhuma relação com o campo, objetivando, portanto, fins políticos ligados à subversão da ordem e do regime - FCPF]. (...) tais mensagens (...) se caracterizariam (...) pelas expressões **exigência, solicitação imediata, urgência** etc. (...) tudo pode ser ‘exigido’.*

*“Essa é a noção de democracia [desses grupos - FCPF] (...) a classe política brasileira (...) estimula a participação grupal de forma desarrazoada, deixando-se substituir pelos que se arvoram em **representantes** de qualquer coisa, sem o ser. Esse **participacionismo**, na verdade, acaba tirando a própria função da classe política, tornando inútil a representação parlamentar”. (20)*

Com os fragmentos desta passagem quisemos mais do que mostrar o combate do jornal às ações dos que se empenhavam em prol da reforma agrária; quisemos, além disso, desnudar a concepção mesma de democracia (que, como veremos em outras partes deste trabalho, concede tratamento diferenciado aos detentores, gestores e agregados do capital). Ao assim chamado movimento

popular, contudo, propõe o exclusivismo formalista clássico da democracia representativa; se esta não fosse acatada e as invasões - rurais ou urbanas - ocorressem, restaria “às forças policiais do Estado que desalojassem os esbulhadores”. (21) Ocorreriam também invasões quando do início dos governos, nos três níveis, com vistas a testá-los, isto é, se não fossem reprimidas logo ao começo expandiriam estas práticas.

A democracia como o regime que deixa aflorar toda sorte de conflitos, que possibilita pressões e formas de participação direta (além da representativa) etc não é propriamente o modelo que “O ESP” cultua - ironica e pejorativamente denomina de “participacionismo” toda e qualquer tentativa de participação que não pela via parlamentar. Mais ainda, o fato do país encontrar-se em plena transição - momento de ruptura com a velha ordem autoritária sem que a nova ordem democrática estivesse configurada - absolutamente não é relevado pelo jornal. Seu discurso assenta-se na pregação do Direito, da Lei, mesmo que estes tenham sido erigidos durante o período autoritário. Se há lei, que se cumpra-a, poderia ser o lema do jornal (veremos, contudo, no transcórrer deste trabalho, que quando os interesses que defende o exigirem, os argumentos serão outros; da mesma forma, veremos com ainda mais ênfase como se apega ao cumprimento da lei por parte dos trabalhadores no item “Os Novos Personagens...”).

A terceira categoria de argumentos utilizados pelo jornal diz respeito aos *adversários da reforma agrária*, dos quais se incluí o próprio jornal enquanto agente político/ideológico. A principal entidade representante dos proprietários, a União Democrática Ruralista (UDR), tão logo surgiu encontrou em “O ESP” um bastião de apoio tanto à sua existência como às suas ações - contestadas, contudo, pelos próceres da reforma e mesmo por certos segmentos governamentais desde há muito comprometidos com a redemocratização, além de parte da chamada sociedade civil.

O jornal sempre reclamou de que o governo Sarney “tratava mal” a UDR, o mesmo não acontecendo com as entidades líderes da reforma, a CNBB, especialmente, e a CUT. Haveria uma espécie de, no dizer do velho adágio, “dois pesos e duas medidas” por parte do governo, que estaria privilegiando os “esbulhadores”, que desrespeitam o direito à propriedade, os seus detentores, a autori-

dade constituída e a lei, como vimos acima, em detrimento de uma entidade que defende o legítimo direito dos proprietários em não serem “esbulhados”, seja pela lei (da reforma) seja pela força, dos invasores.

Estaria ocorrendo uma inversão de valores, pois como poderia um governo tido e requerido, pelo jornal, como conservador das estruturas essenciais da sociedade brasileira, dentre elas a fundiária (22), promover uma reforma agrária e combater justamente a entidade porta-voz dos interesses dos proprietários?

Todo esse quadro pareceu-lhe um verdadeiro contra-senso, sendo sua perplexidade respondida com: a) *apoios tópicos*, com vistas ao seu espraiamento, a certas ações governamentais, algumas vezes providas do ministro da Justiça, Paulo Brossard, que, vez por outra, lhe pareciam corretas nesta questão; b) apoios entusiásticos a tudo e a todos que combatiam a reforma; e c) ameaças de retirar seu apoio à “Nova República” como um todo. A retórica diversas vezes panfletária, superestimadora tanto do poder dos requerentes da reforma quanto das catástrofes que adviriam de sua implantação, vistos acima, também fora adotada.

O jornal coloca-se claramente como ator político/ideológico ao afirmar que a atuação da UDR se assemelharia à sua ao denunciar um suposto boicote - devido à ação dos “patrulheiros ideológicos” - dos meios de comunicação contra a entidade, especialmente na figura de seu presidente, pois:

“É claro que Ronaldo Caiado [presidente da UDR - FCPF] erguerá sua voz contra o patrulhamento ideológico que O Estado de S. Paulo denunciou com denodo idêntico ao que o levou a insurgir-se contra a censura à imprensa, para ser fiel à tradição que segue desde que foi lançada à circulação A Província de São Paulo, em 1875”. (23)

A afirmação de que a UDR sofreria boicote da imprensa não parece corresponder aos fatos, pois, como se sabe, as redes de comunicação, regionais e nacionais, pertencem historicamente a poucos grupos que, por sua vez, detêm também forte influência no aparelho do Estado. Ao nível regional, parte considerável dos Estados da Federação, nos três poderes, são dominados por oligarquias que possuem justamente complexas redes de comunicação e latifúndios, caso

inclusive do então presidente, José Sarney, no Maranhão. Se é verdade, contudo, que houve empenho, ao menos no início, do governo para a aplicação da reforma em questão, e que os meios de comunicação, quase sem exceção, apoiaram a “Nova República” de forma geral, a dimensão do apoio fora incomparavelmente menor do que a havida nos primeiros meses do Plano Cruzado. De qualquer forma, a UDR obtivera espaço na mídia, especialmente emissoras de TV, tanto nos Estados da Federação como nas redes nacionais, como atesta, aliás, um editorial tecendo elogios à performance do presidente da UDR num programa da TV Cultura de São Paulo.

Segundo o jornal, a UDR, por intermédio de seu presidente, deveria por todos os motivos procurar influenciar a opinião pública para a justeza de suas causas, objetivando que esta opinião moldasse as posições dos parlamentares que fariam a nova Constituição, pois:

“(...) a opinião pública por intermédio da ação decidida do presidente da UDR, cuja voz soa com tonalidades de esperança para os democratas sinceros, que anseiam por um regime aberto e uma sociedade justa. (...) erguida [tal voz] em defesa da liberdade”. (24)

As críticas que os próceres da reforma agrária e os grupos à esquerda fizeram à UDR, no sentido de que tratava-se de uma entidade defensora da estrutura latifundiária, muitas vezes improdutiva, e por métodos violentos, foram respondidas, por “O ESP”, com argumentos defensivos. Antes de tudo, porém, discordou de que o problema rural do país fosse fundiário, como vimos; depois, negou qualquer característica conservadora de privilégios e autoritária da entidade em questão, pois:

“(...) se constituiu agrupando fazendeiros preocupados com duas coisas sérias: a visão doutrinária que o então ministro Nelson Ribeiro tinha da reforma agrária e as invasões de propriedades rurais, estimuladas por setores notoriamente conhecidos do governo e da sociedade. (...) se até agora a Polícia Federal não indiciou os dirigentes da UDR, se a associação não está sendo oficialmente investigada é porque nada se evidenciou contra sua atuação, que até prova em contrário se desenvolve dentro dos limites da lei”. (25)

Portanto, sua atuação se daria nos marcos da defesa de seus interesses, que, contudo, se confundiriam com o progresso, a liberdade, a democracia... Já a violência no campo foi vista com preocupação pelo jornal. Requereu insistentemente a intervenção civil do Estado, seja por meio das Polícias Militares Estaduais, seja através da Polícia Federal (quando os conflitos fossem interestaduais), opondo-se sempre à qualquer solicitação ou proposta de intervenção das Forças Armadas. Temia que tal intervenção se desse às custas novamente do regime civil/democrático, pois os militares poderiam se convencer de que “*o poder civil é incapaz de assegurar a defesa da lei e da ordem*” (26); além de não estarem preparados para conflitos deste naipe, se politizariam, dividindo o país, na medida em que tomariam o partido de uma das facções. (27)

A preocupação de que a reforma agrária desencadeasse uma onda de violência incontrollável, a ponto da intervenção militar se tornar consensual, foi, aos poucos, cedendo lugar ao discurso da legitimidade, portanto da aceitação da violência dos proprietários, por sê-la um “direito de autodefesa”.

O apelo à não interferência militar aliada à inoperância, para o jornal, tanto dos governos estaduais como de suas polícias, além da própria Polícia Federal, por um lado, e, por outro, a necessidade de espantar os reformistas invasores, desestimulando-os, talvez explique esta mudança de posição.

Seria uma espécie de solução intermediária, que garantiria a propriedade ao mesmo tempo em que não incluíam nos conflitos as Forças Armadas, sendo o aparato bélico dos proprietários incomparavelmente superior às enxadas e foices dos “sem-terra”. Assim, aceitando completamente o tom conflituoso, antítese da “harmonia social” que tanto prega, coloca-se integralmente ao lado dos “produtores”, pois:

“É evidente que os mentores de tal programa não são ingênuos a ponto de julgar que todos aqueles proprietários rurais ameaçados (...) permanecerão de braços cruzados, impassíveis e dóceis, esperando ser expulsos de suas terras pela força ou candidatando-se a permanecer como apenas vítimas dessa 'luta de classes' insuflada. A defesa da propriedade ou da posse legítima pelo desforço pessoal é prevista pela própria lei civil.

Recomenda, também, aos membros da “Igreja Progressista” para não fazerem-se:

“(...) de pobres vítimas, quando suas propostas e ações violentas vierem a merecer reações com o mesmo teor de violência (...) Também não venham preten-der a proteção das leis, ou do Estado [perceba-se que o jornal afirma como se fizesse parte do Estado - FCPF], aqueles que apregoam um confronto direto contra as leis e contra o Estado. Os que pretendem insuflar uma permanente guerra no campo não poderão ficar imunes a seus efeitos”. (28)

Como se observa, o jornal, a partir de um certo momento assume completamente o conflito, arrogando-se a alertar, como se tivesse o poder represor nas mãos ou, o que é plausível, como se fosse um dos porta-vozes da UDR - que notabilizara-se em agir violentamente. Talvez por um certo período “O ESP” o tenha sido.

A quarta categoria de argumentos do jornal, referente ao *caráter institucional do projeto e da execução da reforma agrária*, implica nas constantes críticas, reparos e solicitações que fez à cúpula dos três poderes. No âmbito da execução prática da reforma, centrou suas críticas ao INCRA, órgão subordinado ao Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário.

Do Poder Legislativo cobrou que fiscalizasse e opinasse o projeto de reforma, interferindo no que fosse possível nos aspectos inconstitucionais e abusivos, aos olhos do jornal, caso das restrições à possibilidade, a qualquer momento, dos proprietários contestarem judicialmente a adoção de suas terras para fins da reforma em questão.

Por outro lado, criticou veementemente a proposta de criação de uma Justiça Agrária, considerada “tribunais de exceção, para que não se criem problemas aos progressistas [observe-se a ironia - FCPF] que querem ver realizado tudo às pressas”. (29)

Os poderes de Estado, que deveriam frear os ânimos pró-reforma, não estariam, portanto, atuando como o jornal requeria, pois:

(...) o Congresso assiste passivo à provocação [proposta da criação da referida Justiça - FCPF], o presidente da República parece não se dar conta do que de fato está em processo e o Judiciário, agora sob pressão, não tem como resistir". (30)

É interessante notar que o jornal encara como um desprestígio ao Poder Judiciário como um todo a existência de uma tal Justiça. A aura com que afirma conceber o Direito, a Lei e a aplicação da Justiça estaria sendo conspurcada, transgredida. A existência de outras justiças setoriais, como a do consumidor, ambiental e do trabalho, ainda assim não justificariam uma específica às questões fundiárias. O temor relaciona-se, para além do alegado ou real desprestígio do Judiciário enquanto Poder constituído, à possibilidade, por um lado da agilização da reforma e, por outro, da sua consumação como um fato político dado e irreversível. É instrutivo lembrar que, seja pela Justiça Comum seja por meio do Supremo Tribunal Federal, a maioria absoluta dos processos encaminhados de desapropriação fora barrado, satisfazendo plenamente o jornal.

Constantemente fez campanha contra ministros específicos, notadamente à esquerda no espectro, sendo os casos mais marcantes, por ordem de intensidade, relativos aos ministérios da Reforma e Desenvolvimento Agrário, do Trabalho, da Economia e da Justiça. A primazia do primeiro ministério demonstra claramente a importância assumida da questão fundiária.

Também constantemente, "O ESP" objetou a reforma com argumentos que concebiam o Estado como incapacitado tanto política e ideologicamente como administrativa e materialmente a realizar uma reforma desta monta. Ao fazer um balanço das causas que levaram ao fracasso do programa, para além, portanto, das divergências em si com o mesmo, crê ter sido o Poder Executivo seu maior responsável. Neste, a adoção do programa pelo presidente da República teria se dado por querer passar (Sarney) a imagem de um "progressista", o que vem a significar que o jornal assim não o considerava. As causas dos diversos erros do Poder Executivo assim foram vistas:

"Em primeiro lugar, porque permitiu que o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário fosse ocupado por pessoas inimigas dos proprietários rurais, provocando naturais reações de quantos temiam pela sorte de seu patrimônio; em segundo lugar, por haver permitido que critérios ideológicos se sobrepusessem a normas técnicas; em terceiro lugar, por não haver dotado o ministério de estrutura capaz de atender ao que se pretendia, nem muito menos de verbas suficientes para a execução de qualquer programa, por mais racional que fosse". (31)

É interessante observar que, mesmo se o inverso dos três quesitos acima, além de outros que arrolaremos a seguir, fossem adotados, dificilmente "O ESP" se posicionaria favoravelmente a uma redistribuição fundiária. E pelo simples motivo de ser-lhe intrinsecamente contrário, além da conjuntura política da transição fazê-lo combater toda e qualquer mudança que lhe parecesse estrutural, pois possivelmente acarretaria outras.

Outras incapacidades do Estado e equívocos da formulação do projeto de reforma em questão, contudo, impediriam sua realização, pois um programa sério - que apenas retoricamente parece existir para o jornal - exigiria um complexo aparato e uma visão abrangente dos problemas agrícolas e fundiários.

Assim, formula idealmente um programa - *conceitual* - de reforma agrária, assentado em critérios "desideologizados" e sérios, a partir dos quais o Estado atuaria, pois:

"(...) se se concedem posse e domínio, se se titula corretamente a área objeto de ocupação, há que assistir o beneficiário da medida com informações que o habilitem a, usando maquinário adequado, adquirido a preço módico e por intermédio do crédito, explorar com utilidade o solo, produzir para si e também excedentes que venderá para auferir lucro da atividade a que se entrega. [contudo, o órgão governamental encarregado de executá-la, o INCRA - FCPF] (...) já não dá conta de suas atribuições e se debate com crise provocada por corrupção interna [que o deixa, portanto, sem credibilidade para atuar em terras alheias - FCPF]. (...) [e] não tem estrutura para levar adiante essa reforma". (32)

O que está subjacente na argumentação acima é uma concepção ideal dum plano de reforma agrária que, justamente por isso, o impede. Isto significa que, ao exigir tantos critérios e condições (coerentes e articulados, diga-se), não transigindo em nenhum ponto, alça-a a um nível de perfeição que faz com que se nos apresente, reafirme-se, como mero exercício retórico. Este serviria para o jornal não mostrar-se exclusivamente contrário,positor a todas as iniciativas governamentais, mormente as controvertidas; afinal seu discurso sempre se pautou pelo argumento de que a imprensa tem o dever, a missão de colaborar para o bem comum, por meio de *críticas aos erros e mazelas, portanto construtivas*, do Poder Público e formando e informando a opinião pública (33).

Portanto afirma procurar fazer, sempre, críticas que contribuam para a resolução dos problemas (mesmo quando é altamente mordaz e deletério, conforme veremos especificamente em relação à esquerda, seu “outro”, no já aludido item), *sugerindo propostas alternativas* etc. Por outro lado, no referido projeto de reforma “ideal”, muitas das críticas/proposições que fez, como a necessidade de créditos e maquinário agrícola, entre outras, faziam parte do programa de diversos setores requerentes e apoiadores da reforma agrária (o que não é reconhecido, ou declarado, pelo jornal, por razões estratégicas).

Já certas exigências, como a não adoção de “critérios ideológicos” para a determinação das áreas para fins de reforma e mesmo a concepção geral desta, implicam em subjetivismo que, além do mais, procura suprimir o caráter ideológico, isto é, tudo aquilo que não esteja assentado na “doutrina” liberal, a única (ideologia) não-ideológica, logo “neutra” e tida como da natureza humana. (34) Também a compatibilização entre o ideal requerido e as possibilidades reais existentes, típicas da implantação de qualquer projeto em qualquer área, é completamente descartada.

Por fim, a quinta e última categoria de argumentações do jornal diz respeito à *margem, aos limites de concessão de pontos do projeto de reforma agrária*, devido à necessidade de se apresentar contrapropostas que delimitassem a extensão e aplicabilidade do projeto, tendo em vista que por certos períodos temeu por sua concretização. Tal perspectiva difere dos últimos comentários da categoria anterior de argumentação pelo motivo que esta margem de concessão é

reativa às ações concretas governamentais e dos próceres da reforma. Será então para dizer até onde, *qual o limite máximo permitido*, pois se lhe é impossível barrar, estancar o processo, que ao menos se lhe impusesse balizamentos.

Assim, o Estatuto da Terra, elaborado pelo regime militar e, segundo sua avaliação, transgredido em muito pelo governo Sarney, deveria voltar a nortear todo e qualquer projeto de reforma da terra, pois “*não atentatório à propriedade individual produtiva*”, ao contrário, valorizando-a. Assim, requer que se atente:

“(...) para a importância de não se ultrapassar aquele estatuto, máxime no tocante à preservação das terras onde já se planta e se colhe, sem distinguir se são elas grandes ou pequenas”. (35)

Portanto, a extensão das terras jamais poderia ser critério de reforma, e sim a produtividade - isso no âmbito maior, como já vimos, de uma subordinante “política agrícola”. Note-se que esta condição basicamente mantém intactos os latifúndios, pois os critérios de produtividade são muito mais complexos (o que gerou, inclusive, polêmicas sobre sua mensuração ou não pela média) e de difícil identificação do que através do tamanho. Preferencialmente, também, as terras visadas para fins de reforma deveriam ser as (devolutas) do Estado. Caso não fossem suficientes, aí sim as propriedades particulares improdutivas seriam utilizadas.

Todo o encaminhamento dado deveria, conseqüentemente, ser radicalmente alterado, pois:

“(...) seria tudo mais simples se o presidente Sarney decidisse passar a limpo essa questão da reforma agrária e começasse tudo de novo, com nova gente e nova mentalidade. Capitalista e empresarial, sem perder de vista o interesse social”. (36)

Observe-se, como dissemos, que o jornal não mais nega simples e preliminarmente a idéia mesma de uma reforma. Afirma aceitá-la *desde que baseada no antigo Estatuto* que, como visto acima, aprofundaria o capitalismo no

campo, contrariamente ao que ocorreria com a reforma pretendida pelos grupos à esquerda. Note-se, contudo, não ser correta esta avaliação do jornal, pois a pequena propriedade, aliás vigente em muitos países capitalistas, tem garantido justamente tanto uma maior produtividade agrícola como a estabilização das relações capital/trabalho. Ao contrário, os latifúndios, seculares no Brasil, têm sido associados à improdutividade, ao baixo uso de tecnologias contemporâneas e à relação de certo modo ainda permeada por práticas e valores pré-capitalistas. A tudo isso, que os próceres da reforma argumentavam, "O ESP" renegara, interpondo o escudo de que tocar na terra é caminhar para o socialismo.

Por sua vez, o valor a ser pago aos proprietários devido às desapropriações, estimado em 200 bilhões de cruzados, não poderia, indaga afirmativamente o jornal, ser melhor aproveitado "*para reativar a construção civil e erguer para populações urbanas habitações populares?*" (37)

Por fim, como limite último (e alternativo) à reforma, relembra que "*o Estado tem na tributação a grande arma democrática e distributiva para resolver eventuais falhas na estrutura fundiária.*" (38) Esta afirmação é interessante por dois motivos: primeiro por ressaltar o caráter eufemístico com que "O ESP" sempre trata a concentração fundiária; segundo, por propor para este objetivo específico uma solução normalmente execrada pelo pensamento liberal, e mesmo pelo jornal de modo geral - impostos, além de progressivos, como parece subentendido. Para não tocar na grande propriedade, contudo, limitando rigidamente o escopo de uma reforma, aceita-o.

Assim, vimos as cinco categorias de argumentos, com todas as suas ramificações, utilizadas pelo jornal para combater a implantação de uma reforma agrária. É instrutivo observar que as duas primeiras (referentes aos males da reforma e aos seus próceres e suas práticas) são basicamente de *objeção e veto*; a terceira (adversários da reforma), de *apoio*; a quarta (a institucionalidade da execução), majoritariamente de *objeção*, mas também de *proposição*; e a quinta (limites de aceitação à reforma), fundamentalmente de *negociação*.

III) “O ENTULHO” AUTORITÁRIO

As posições de “O ESP” perante o denominado “entulho” autoritário são também ambíguas, pois ao mesmo tempo em que requer a derrogação de uma série de mecanismos erigidos pelo regime militar apóia a manutenção de outros. A concepção de certas leis como autoritárias terá claramente uma motivação assentada em princípios liberais mas que desconsideram a situação “poliárquica” do país, recém-saído de uma ditadura vintenária.

A tentativa, promovida pela “Nova República, de reformular certas leis do regime autoritário, produzindo no lugar delas leis juridicamente ”especiais”, como a “Lei Especial de Defesa do Estado Democrático” e, mais especificamente, a Lei de Imprensa, será vigorosamente combatida pelo jornal por significar entraves à normalização do regime democrático. Este prescindiria totalmente do *status* “especial” em sua norma jurídica. Apenas à legislação ordinária - Códigos Civil e Penal - caberia enquadrar os crimes previstos nestas leis produzidas pelo governo.

A Lei de Imprensa, regulatória dos meios de comunicação no que concerne à expressão das opiniões, atingiria, além do mais, justamente o próprio jornal. Crê sê-la totalmente dispensável, num regime democrático, pois é neste regime:

“(...) onde todos os cidadãos devem responder igualmente pelo mesmo crime - e onde nada melhor que a Lei e a Justiça comuns para defender a sociedade. (...) [além do mais, haveria - FCPF] o risco da elasticidade, da amplitude e da vacuidade, que em última instância sempre significam a possibilidade de uma 'interpretação' mais abrangente das cominações, dando margem ao exercício do poder intimidatório de agentes - diretos ou indiretos - da administração pública contra os profissionais da comunicação, caso se sintam contrariados por matérias publicadas, a respeito dos órgãos públicos que dirigem”. (1)

O receio do jornal, se por um lado consentâneo ao liberalismo que proclama, por propugnar a maior liberdade possível da opinião ou, em outras palavras, a ausência de controles desta por parte dos que estão no poder, por outro lado não se preocupa com igual denodo com os limites a esta liberdade,

tendo em vista seu poder de denegrir imagens. O remetimento ao Código Penal, especialmente no que tange aos crimes de calúnia, injúria e difamação, não possibilita a real defesa do cidadão comum e dos políticos perante o poder da imprensa. Nos embates políticos em que “O ESP” se envolveu fez inimigos históricos, no passado e no presente, como Getúlio Vargas e João Goulart no primeiro caso, e Leonel Brizola e Orestes Quéricia no segundo, sem contarmos a marcação implacável com todos os políticos à esquerda, notadamente Lula e Jair Meneguelli, pois representantes do “outro” dos liberais (e que veremos detidamente no item apropriado).

Tais inimigos, mais do que adversários portanto, são alvos de ácidas críticas e de oposição sem tréguas por parte do jornal, oposição esta que tem implicado, na maior parte das vezes, em considerações facciosas das ações e posicionamentos daqueles. A tudo isso, prefere parodiar Rui Barbosa em sua afirmação de que “os defeitos da imprensa são compensados pelas suas virtudes” (sic), não cabendo qualquer forma de normatização específica. A tradição liberal, advinda especialmente de Stuart Mill, é convenientemente seguida tendo em vista a atuação ostensiva, em toda a história do jornal, como porta-voz de interesses definidos e de uma visão de mundo que os contempla, apesar de jamais admiti-lo.

A rigor, tudo o que dissesse respeito, direta e indiretamente à emissão de opiniões, no âmbito ou não dos meios de comunicação, será objeto maior de preocupação do jornal em se tratando do “entulho” em questão, mas que se postará, como veremos, ambigualmente.

A legislação que então regulava a concessão de canais de rádio e TV delegando ao Executivo federal muitos poderes, é criticada, pois:

“(...) traz suspensão sobre a cabeça de todas elas [as emissoras - FCPF] uma autêntica espada de Dâmoçles. É possível suspendê-las ou tirá-las do ar por simples providências administrativas suscetíveis de causar-lhes tamanho prejuízo, até mesmo financeiro, que a liberdade de informar e de opinar que teoricamente lhe é atribuída fica valendo nada. E não é só. Que dizer do critério (ou falta de critério) com que são atribuídas as concessões? A distribuição delas (...) cujo resultado só os ingênuos não

saberiam antecipar, beneficia quase sempre, por motivos meramente políticos ou razões pessoais do poder concedente, os amigos (...)

Por isso, para “O ESP”:

“O ideal seria que se distinguissem as empresas idôneas, seja por sua capacidade financeira, seja pela linha editorial ou de trabalho que as credencia ao apreço da opinião pública”. (2)

A crítica à lei autoritária tem como proposição alternativa algo igualmente autoritário, pois se os critérios adotados eram políticos e de compadrio, os propostos são, em última instância, também políticos e de compadrio. Isto porque, especialmente “linha editorial”, e em menor escala “capacidade financeira”, por serem subjetivos implicam necessariamente, enquanto critério, em discriminação. No caso da capacidade financeira, por possibilitar monopólios ou oligopólios, além de perpetuar a concentração da informação pública nas mãos de grupos economicamente dominantes; também o fato dos grupos à esquerda e representantes dos trabalhadores normalmente não terem capital suficiente para tanto os excluiria da posse dos meios de comunicação, o que faz com que a liberação dos chamados rádios e TVs livres e comunitárias tenha grande importância.

No caso do critério editorial, trata-se de discricionariedade explícita, pois óbvio que “O ESP” jamais teria em mente a concessão a correntes à esquerda. Ao contrário, como procuramos demonstrar nos itens “A Questão Social”, “Os Novos Personagens...” e “A Forma da Constituinte”, o jornal teme o acesso desta matriz de pensamento aos meios de comunicação e ao comando do sistema educacional, devido à possibilidade de influenciar segmentos sociais no sentido de inculcar as idéias (subversivas ao jornal) que defendem. Em verdade, portanto, ambos os critérios propostos impediriam, na prática, que os segmentos à esquerda no espectro pudessem alçar aos meios de comunicação.

O horário eleitoral gratuito será alvo de oposição por impor, aos eleitores e aos proprietários dos veículos de comunicação, respectivamente a obrigatoriedade de assistir aquele programa (como alternativa só poderiam desligar a TV e o rádio) e o prejuízo financeiro. Contrariamente, os debates entre os candidatos

a cargos majoritários promovidos espontaneamente pelas emissoras, também de tv e rádio, será saudado como exercício da liberdade. Para o jornal, não bastasse a desproporcional divisão do tempo para a propaganda entre os partidos, o horário eleitoral gratuito teria sua origem no período autoritário. Afinal:

“Não surgiu ele com a própria Lei Falcão, aquela dos retratinhos imóveis na TV? Por acaso esse sistema (...) é próprio dos regimes verdadeiramente democráticos, é algo corriqueiro entre as democracias do mundo contemporâneo que conhecemos? É claro que não é. Ocorre que, como muitos outros, este é mais um 'entulho autoritário' de que os partidos e os políticos, em tempos de redemocratização e Nova República não têm nenhum escrúpulo em utilizar, em preservar, em não remover”. (3)

É importante observar que, num país como o Brasil, onde a informação de massa, especialmente de ordem política, é concentrada em poucas mãos, gerando verdadeiros oligopólios (um mesmo empresário ou grupo político é possuidor de uma complexa rede de comunicação, donde inclui-se rádios, tvs, revistas, jornais, editora, agência noticiosa e até satélite), sua equanimização torna-se uma exigência democrática.(4)

O controle oligopólico da informação enquadra-se ao próprio grupo “O ESP”, pertencente à tradicional família Mesquita (típico, aliás, este pertencimento político/familiar, da estrutura das comunicações no país), detentora, relembre-se, além do jornal em foco, do “Jornal da Tarde”, da agência de notícias “Estado”, da rádio Eldorado e da editora “O ESP”. O exemplo de maior relevância, contudo, vem das Organizações Globo, da família Marinho, proprietária de todas as modalidades de comunicação acima descritas.

Dessa forma, a *gratuidade e obrigatoriedade da propaganda política* - apesar de suas imperfeições, caso da desproporcionalidade do tempo aos partidos, apontada pelo jornal, mas com outro intuito - é fator de democratização numa das condições arroladas por R. Dahl em seu construto, a poliarquia. (5)

Para o jornal, contudo, a proveniência autoritária desta lei a desqualificaria (diferentemente do que diz respeito à legislação autoritária cerceadora dos

trabalhadores e suas ações, em especial as greves, como veremos no item “Os Novos Personagens...””) É claro, portanto, a tentativa de manutenção da situação estabelecida, pois claramente desfavorável aos interesses do fator trabalho e às correntes de pensamento à esquerda.

Mas, como praticamente todas as posições do jornal são maleáveis, condicionadas às conjunturas e, portanto relativas - contrariamente à ênfase que sistematicamente procura conferir ao seu caráter doutrinário, historicamente coerente com uma certa visão do liberalismo ao qual afirma perfiar -, aceita certos casuismos desta mesma legislação eleitoral que combate. Assim, ambigualmente apóia a decisão do Tribunal Superior Eleitoral de restringir, nas propagandas eleitorais, a presença de artistas, apoiadores em geral e principalmente outros políticos que não os que concorrerem a cargos eletivos. À época, tal restrição ficara conhecida, nos meios políticos, como lei “anti-Brizola”, por justamente impossibilitá-lo de ser o grande cabo eleitoral de seu sucessor ao governo do Rio de Janeiro. Como já o dissemos, aquele político tem sido, por décadas, mais que um desafio para o jornal, pois tido como um inimigo. A ambiguidade referida diz respeito à posição, no mesmo editorial, inicialmente contrária à proibição, concluindo-se contudo pela sua aceitação. Assim:

“(...) as medidas restritivas impostas ao processo eleitoral subentendem um mau juízo sobre a consciência dos eleitores, os quais precisariam estar ‘protegidos’ de determinadas ‘influências’ ou ‘pressões’. Tais ‘proteções’ teriam sentido se nossas eleições não fossem por voto universal e secreto (...)

Mas, por outro lado:

“Refletamos agora sobre o seguinte: rigorosamente falando, o que interessa aos eleitores é ver e ouvir os candidatos, seus planos, projetos, idéias, opiniões, e não discursos vazios de figuras que não estão concorrendo ao pleito (...) Neste sentido (...) não deixa de ser positiva a decisão dos juízes eleitorais”. (6)

A variante “circunstância política” é aqui fundamental para se compreender esta posição do jornal, pois seus argumentos poderiam simplesmente

representar uma certa concepção do uso da propaganda eleitoral. Ocorre, contudo, que à eleição de novembro/86 estava em jogo o poder constituinte, vale dizer, da hegemonia político/ideológica a ser disputada no Congresso Constituinte.

E como o sistema presidencialista e centralizador brasileiro credita aos chefes do executivo, mesmo estaduais, grande poder de barganha e influência em relação às suas bancadas, além do simples fato de Leonel Brizola, no âmbito do que o jornal concebe como pensamento à esquerda, ser seu inimigo histórico, pareceu-lhe conveniente apoiar tal restrição.

Além do mais, a crítica inicial, no editorial, logo substituída pelo apoio, sugere uma postura defensiva que, aparentando tratar-se de mera reflexão doutrinária, requer, em verdade, o afastamento da mídia de seus adversários e inimigos políticos e seus apoiadores. É claro que seus aliados igualmente sofreriam as mesmas conseqüências. O objetivo, contudo, como dissemos em relação aos meios políticos, pareceu ser o de atingir L. Brizola; além do mais, são os partidos e políticos à esquerda que têm demonstrado maior poder de arregimentação de artistas e intelectuais, caso notório do Partido dos Trabalhadores. Por outro lado, historicamente o jornal fez desafetos, adversários e inimigos suficientes para adotar tal posição. Da mesma forma, a aceitação duma legislação que, por princípio afirma se opor, parece selar definitivamente o, estratégico, casuísmo.

Já o noticioso radiofônico dos poderes Executivo e Legislativo, a “Voz do Brasil”, concebido como o produto de uma ditadura ainda mais antiga, a de Getúlio Vargas, será vigorosamente combatido, pois:

“Houvesse nos condutores da Nova República o desejo sincero de acabar mesmo com o entulho do autoritarismo (...) a Voz do Brasil sumiria, pura e simplesmente, de todos os rádios brasileiros, liberando todos - veículos de radiodifusão e ouvintes - daquela hora de programação radiofônica imposta autoritariamente pelo governo todos os dias úteis. (...) [Afinal] jamais uma democracia autêntica lançou mão de instrumentos de comunicação de massa compulsórios (...) Nas democracias de verdade (...) [a comunicação entre governo e sociedade - FCPF] não se estabelece por meio de 'redes oficiais' de comunicação compulsórios e de

mão única. Ao contrário, estabelece-se por meio de canais naturais da imprensa livre, pelo fluxo livre de informações tanto quanto de opinião crítica (...)" (7)

Ainda no que diz respeito à expressão de idéias e opiniões, o liberalismo de "O ESP" se mostrará autoritário quando observamos suas justificativas para apoiar e requerer a censura àquelas que contraditam sua visão de mundo, em modalidades diversas, como o cinema e a produção de livros didáticos. O caso do apoio à censura ao filme do cineasta J. L. Godard, a respeito da personagem bíblica, Maria, é significativo pelo conjunto de questões que suscita, pois contribui para desnudar a visão de mundo do jornal através de certos valores que a constituem. Assim, praticando o antiliberalismo - tendo em vista sua pregação pela liberdade -, requer a censura ao afirmar que "*o Estado, para proteger os fiéis das tentações da sociedade mercantilista, tem o dever de proibir-lhes o acesso a um filme que mostra Nossa Senhora de maneira diferente daquela dos Evangelhos e de toda a tradição da Mariologia*". (8)

Ora, o capitalismo, corriqueira e ardorosamente defendido pelo jornal, é intrinsecamente a-ético, pois assentado na busca exclusiva e incessante do lucro - caso das empresas de diversão, como as produtoras de filmes; não bastasse isso, o liberalismo, igualmente professado, tem por característica intransponível (legado de Stuart Mill, por exemplo) a defesa da pluralidade de opiniões acerca de todo e qualquer aspecto, mas especialmente no que diz respeito à liberdade de expressão. Sendo assim, "O ESP" infringe dois postulados por ele apregoados de forma militante.

Quando da decisão governamental de efetivamente proibir a exibição do filme, contrariando diversas correntes políticas e sociais, das quais destacaram-se os intelectuais, o jornal procura justificar sua posição pró-censura invocando ao mesmo tempo seu passado e os perigos advindos da liberação do filme. Assim:

"A discriminação, a expropriação, o exílio, a censura e tudo o mais que marcou a existência desta Casa [o jornal] até hoje autoriza-nos moral e politicamente a emitir o juízo que formulamos abaixo [o apoio à censura

- FCPF]. (...) permanecemos fiéis a nosso compromisso de construir uma sociedade livre, mas não disposta a sucumbir nas mãos de seus adversários (...) não havendo princípios morais a reger a vida social tudo nela é permitido, inclusive a ditadura com seu cortejo de horrores.

"(...) até que ponto é lícito ao chefe de Estado omitir-se quando, invocando-se a liberdade de manifestação artística, o que se pretende é tornar acessível ao público um produto da chamada indústria cultural, que fere (...) o sentimento profundo de vastas camadas da população brasileira? (...) É este valor espiritual (...) que incumbe ao chefe de Estado preservar. (...) é preciso reconhecer que o presidente Sarney não pode pretender exercê-la [a autoridade - FCPF] sobre uma população espiritualmente desunida.

"(...) é contra esse valor espiritual, visando destruí-lo, que se pode perceber a nítida articulação de alguns setores políticos (...) eternamente dedicados a iniciar a destruição dos laços que mantêm una a sociedade e eficaz a autoridade para em seguida buscar a usurpação do poder. (...) são as organizações declaradamente de esquerda (...) [que renegam] expressamente a espiritualidade do homem (...) são os inocentes úteis, que impressionados pelo modernismo das propostas que exaltam os aspectos materiais da existência, adébauche e a cobiça, sucumbem às patrulhas ideológicas lançadas, não na propagação da fé, mas na difusão do mais tosco e lascivo epicurismo. Num momento de grande lucidez (...) o presidente José Sarney (...) cumpriu, exatamente como o imaginávamos, seu dever de chefe de Estado". (9)

A importância da (longa) passagem acima deve-se ao conjunto de questões suscitadas, que de certa forma desnuda, como o dissemos, certos valores nucleares do jornal, além de demonstrar, como lhe é peculiar, sua capacidade em ligar agentes sociais, intenções e idéias dispares e desarticulados visando alcançar objetivos estratégicos.

Antes de tudo, ressalta ao observador o clericalismo, já apontado anteriormente, pois temerário da perda da espiritualidade por causa da indústria cultural (possuidora do mesmo "status" e da mesma lógica que qualquer outra

indústria, reafirme-se). O cálculo econômico puro e objetivo é balizado pela lógica do interesse privado na consecução da maior participação na riqueza produzida, seja via lucro, salário ou renda, e representa característica essencial do capitalismo. (10)

A rigor, "O ESP" sempre defendeu tal lógica capitalista em resposta às demandas dos representantes dos trabalhadores por maiores salários tendo em vista a iníqua desigualdade na distribuição de renda e outros argumentos que considerava exógenos às possibilidades reais da economia capitalista do país. E isto justamente por esta ancorar-se em certos pressupostos econômicos não transponíveis à argumentos éticos, como os relacionados à idéia de justiça, por mais que não se opusesse ao termo "justiça social", pois vinculado a uma concepção econômica de que o capitalismo naturalmente distribui a renda produzida. Portanto, no aspecto religioso (desde que não tangenciado à propriedade, diga-se de passagem), nega o fulcro de tudo aquilo que militantemente defende, em nome da moral, dos valores espirituais e da religião.

É claro que, como lhe é costumaz, procura capitalizar este episódio ao vinculá-lo ao corriqueiro espírito conspiratório que impinge aos grupos à esquerda (como veremos detidamente no item "Os Novos Personagens..."). Seriam eles os interessados na destruição do sistema capitalista, procurando, para tanto, minar suas bases espirituais ao quererem implantar o materialismo ateu do socialismo. Daí patrulharerm ideologicamente os apoiadores da censura, levando consigo, contudo, os que se deixam enganar pela idéia de modernidade. Esta não poderia prescindir da vida espiritual em nome da mera fruição materialista, do consumismo, enfim do epicurismo, associado, este, à experiência hedonista. Portanto, para certos momentos, como este, "O ESP" propõe uma espécie de "capitalismo moral", como se este fosse possível. (11)

Como os grupos à esquerda perseguiriam objetivos escusos, tal idéia ganha sentido, especialmente devido ao modelo soviético, antitético por excelência às tradições liberais do Ocidente. (12) O relevante aqui é justamente esta associação entre o pensamento à esquerda que, no caso, apenas postulava a liberdade de expressão - e conseqüentemente outros segmentos que apenas luta-

vam pela liberdade de pensamento e expressão, sem vinculação partidária ou ideológica -, e antiespiritualismo.

Por outro lado, a justificativa do jornal em poder apoiar a censura (termo que, por sinal, estrategicamente não assume) pelo fato de já ter sido censurado ao longo de sua história, intenta autoconceder um caráter de insuspeição. Em verdade, contudo, nada mais significa que um argumento eminentemente defensivo, a ponto de necessitar de solenes intróitos e muitos cuidados em toda a argumentação (como os grifos e a linguagem condicionada). O que nos chama a atenção é o fato de sua visão de mundo não ser eminentemente orgânica, à guisa dos intelectuais, mesmo que coletivos, assim denominados. Se esta organicidade efetivamente ocorre, como procura demonstrar este trabalho, convive porém com o caráter “tradicional”, pré-capitalista de certas funções intelectuais. (13)

Se a defesa da censura, uma forma clássica de “entulho”, num episódio não fundamental aos interesses que defende, é permeada de todas essas cautelas, o mesmo não ocorre quando se trata do embate pela hegemonia, travado em várias trincheiras da sociedade, como por exemplo no campo da educação. Aqui, o sentido ao mesmo tempo de organicidade e autodefesa é claramente expresso. Por isso, quando do protesto de um bispo do interior de São Paulo contra a adoção de um livro didático em uma escola pública, devido ao suposto caráter marxista do mesmo, exigindo-se conseqüentemente sua proibição pelas autoridades educacionais, “O ESP” a apóia (tal proibição) ostensivamente, concitando o que tinham poder para tanto.

Assim, identificando o referido livro e a ideologia que supostamente o informa como “Cafajestismo intelectual e lavagem cerebral” (frase com que também intitula um dos editoriais que o comenta), pois além de deseducar os alunos quereria modelar integralmente suas mentes, afirma que o mesmo contém:

“(...) grosseiras deformações do real (...) [sendo as crianças- FCPF] convertidas, à sua revelia, em meros peões de uma empreitada de desmoralização das instituições, de toda e qualquer forma de autoridade e, até mesmo, de todos aqueles que, graças à sua capacidade, trabalho e sorte, conseguiram, de algum modo, transpor a barreira do puro anonimato e

contruir alguma coisa, realizando-se pessoalmente de forma positiva. (...) [Por isso acredita que] as autoridades educacionais (...) não podem permanecer impassíveis, como se o direito do professor não tivesse limites (...)" (14)

Apesar do eufemismo utilizado, é efetivamente a *censura* que requer, através da proibição da distribuição do aludido livro. É importante observar que "O ESP" jamais se utiliza de termos marcadamente antiliberais - em seu sentido geral de liberdade -, caso da censura, preferindo solicitá-la por intermédio de recursos argumentativos mais sutis. O fundamental a reter, no entanto, diz respeito ao fato de que tal solicitação representa claramente uma usual forma de "entulho"; por outro lado, demonstra ao mesmo tempo a não aceitação do pluralismo (ideológico, acadêmico etc) e da autonomia do professor, vale dizer da expressão das idéias - um dos caros atributos das sociedades democráticas.

Um outro alvo importante de críticas é a instituição do Parlamento, fundamental ao liberalismo do jornal, seja por controlar o Executivo seja por carrear, pelo voto, os "melhores e mais capazes" às funções de liderança política, reforçando, além do mais, a democracia representativa. (15) Os parlamentares federais, possuidores de prerrogativas que lhes permitiriam suprimir os vícios impostos pelo regime militar (e também erigidos pelos próprios congressistas) às suas funções, não o fariam, mesmo no regime democrático, por quererem casuisticamente se utilizar de suas benesses; além do mais, não teriam se apercebido da magnanimidade da função parlamentar numa sociedade democrática.

Entre outros vícios e instrumentos autoritários, estariam o voto de liderança (possibilitador tanto da manipulação quanto do comodismo da maior parte dos parlamentares) e a desincompatibilização eleitoral, pois representaria, esta:

"um dispositivo instituído em favor da 'reserva de mercado' legislativa, em favor dos que já estão no Parlamento contra os que pretendem estar no Parlamento (...) Afora os 'trens da alegria' [contratação de funcionários por compadrio e nepotismo - FCPF], os jetons percebidos sem trabalho, afora a isenção de Imposto de Renda por parte substancial de

seus ganhos, afora os 'toques de piano' [fraude na votação eletrônica por parte de parlamentares que votam, em plenário, pelos ausentes - FCPF] - sendo que tudo isso, os senhores parlamentares, com seu forte espírito de corporação (...) [atribuem] às aleivasas intrigas da imprensa (...) [mas] parecem apenas interessados em assegurar, de qualquer maneira, suas respectivas eleições (...)" (16)

O contencioso com o Parlamento federal fora tão intenso a ponto dos parlamentares sentirem-se perseguidos pelo jornal, como ironicamente reporta-se a passagem acima. Note-se que tais críticas de "O ESP" efetivamente requeriam por um Congresso Nacional que ocupasse o papel historicamente conferido a ele pelo liberalismo, e sintetizado na obra de Montesquieu, "O Espírito das Leis". (17)

Os instrumentos jurídicos que permitiram a submissão do Legislativo ao Executivo estariam ainda igualmente intactos, emperrando a constituição de uma democracia real no país. Por isso, antes de tudo seria necessário que houvesse negociações políticas entre o governo Sarney e a oposição para que tais instrumentos não fossem utilizados. Dessa forma, os mecanismos "*que não passam de resquícios perversos da exceção e do arbítrio, quais sejam, o de emitir decretos-leis ou fazer funcionar o famigerado 'curso de prazo' (...)*" (18) deveriam ser extintos. A crítica ao decreto-lei deve ser entendida como forma de restabelecer as prerrogativas parlamentares e, talvez especialmente, devido a sua utilização como instrumento de política econômica (tomada em sentido amplo), da qual se sobressai a reserva de mercado da informática, via Secretaria Especial de Informática (SEI). Tal utilização fora alvo de irados editoriais, por instaurar, segundo suas palavras, o "capitalismo de Estado" e pretender afastar o capital estrangeiro.

Por seu turno, também o Conselho de Segurança Nacional (CSN), órgão da maior importância no regime militar por elaborar o pensamento estratégico, é também criticado por imiscuir-se aos assuntos econômicos, notadamente, como sempre em toda esta questão, à reserva da informática, pois:

"Não se pode (...) admitir que essa área de atividade privada fique entregue ao controle do Conselho de Segurança Nacional, pois nem de

longe se vislumbra alguma relação entre suas atividades e a produção e comercialização de computadores e periféricos. (...)

“A reserva, em si, não representa o pior do projeto [que procurava definir uma política nacional de informática - FCPF]. O mal reside é na intervenção do Estado em amplos setores da indústria brasileira por meio do organismo menos recomendado para fazê-lo (...) esse projeto é um resquício do autoritarismo e do governo militar”. (19)

É evidente a consideração seletiva do jornal no que diz respeito ao que seja “entulho” autoritário. Quando lhe parece conveniente, a proveniência do regime militar das práticas, mecanismos, órgãos e leis é devidamente contestada e de antemão cunhada como autoritária e, portanto, ilegítima. O mesmo também ocorrera quando da participação do CSN na decisão do governo Sarney em decretar a moratória - pois criticada tanto a decisão em si como o envolvimento deste órgão. Por outro lado, quando o que está em jogo diz respeito aos termos da relação capital/trabalho, conforme veremos exaustivamente no item apropriado - “Os Novos Personagens...” -, sua posição será diametralmente oposta, aceitando e, mais que isso, solicitando a intervenção militar, sendo, portanto, o “entulho” integralmente requerido.

Por sua vez, a Lei de Segurança Nacional (LSN), fundamental durante o regime militar, ora fora requerida ora criticada no transcorrer da transição. Assim, quando do assalto a um banco por militantes de grupos abrigados no PT, com vistas a supostamente financiar guerrilhas, requer que o presidente da República denuncie os assaltantes “*para que, havendo a evidência material dos atos, sejam enquadrados na Lei de Segurança Nacional*”. (20) Em contrapartida, quando da ameaça do procurador-geral da justiça militar de enquadrar na LSN os fazendeiros que estariam criando milícias paramilitares para obstar invasões de terras e a reforma agrária, afirma que “*o procurador-geral (...) compromete o governo, brandindo a legislação autoritária que o PMDB se opôs, na oposição (...)*” (21)

O episódio da tentativa de agressão de manifestantes contra o presidente Sarney também contou com o apoio do jornal no tocante ao enquadramento dos

mesmos à lei em questão, pois “a ‘pessoa’ de um ‘chefe de Poder da União’ foi claramente exposta a ‘um perigo de lesão’”. (22) Observe-se que o argumento aqui é puramente legalista. Por outro lado, fica claro que seus princípios sempre se adequam às circunstâncias e aos seus interesses gerais e específicos, mas *relevando sempre as conseqüências políticas que poderiam advir*, quando posiciona-se contrariamente ao enquadramento do deputado do PT Djalma Bom, que havia xingado o presidente da República num comício, afirma:

“(...) aquelas injúrias assacadas contra o presidente (...) [não expuseram] a risco, nem sequer remotamente, sua ‘pessoa’ (e muito menos a integridade territorial, a soberania nacional, o regime representativo e democrático, a Federação e o Estado de Direito!)”

O principal motivo, contudo, para além do legalismo expresso, a rigor inusitado por não requerer a utilização de óbices aos grupos à esquerda, diz respeito ao fato de que:

“(...) depois da não improvável absolvição, pela Justiça Militar, dos enquadrados na LSN em razão de simples xingamentos proferidos em palanques, tais ‘vítimas’ não se tornarão ‘heróis’ artificialmente fabricados?” (23)

Os princípios, como dissemos, são claramente modeláveis e isso num mesmo editorial. Portanto, o “entulho” autoritário, mormente referente à LSN, também será objeto de apoio ou crítica, tendo em vista sempre a luta político/ideológica. O receio da fabricação de “heróis” à esquerda faz com que o legalismo seja relativizado e, mais importante ainda, o próprio sentimento nacional e patriótico e a aura da autoridade - todos desprezados através do xingamento de um político à esquerda em praça pública - momentaneamente esquecidos.

Por fim, apoiou a legalização da União Nacional dos Estudantes (UNE) e dos dois Partidos Comunistas, por serem, estes, segundo alardeava, “eleitoralmente inexpressivos”, assim como requereu o fim das amarras do Poder Judiciário - pois o Estado de Direito passaria pela total liberdade daquele poder - e a

normalização das relações jurídicas, como por exemplo a supressão da “lei Fleury”.

Outros “entulhos” assim considerados pelo jornal, como a Lei Delegada nº 4 e órgãos como o Conselho Interministerial de Preços (CIP) e a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), serão observados no item “O Plano Cruzado” pelo fato de virem à tona devido ao plano econômico e, por isso, criticados por “O ESP”. Observe-se que os temas que compõem os diversos itens, notadamente este e o próximo - “A Tutela Militar” -, foram alocados de acordo com a melhor conveniência de exposição e por também demonstrarem aonde o jornal os enquadra, não guardando relação simétrica, neste particular, com a exposição da parte anterior (revista VISÃO).

IV) A TUTELA MILITAR

Os posicionamentos de “O ESP” a respeito do item em foco são embasados por uma questão de princípio: as Forças Armadas sintetizam a “alma” e a nacionalidade brasileiras. Por isso, as idéias mesmas de Povo, Sociedade e Nação só fariam sentido se associadas às três armas. A concepção por excelência hierarquizada da sociedade, a precedência da ordem (que implica também em disciplina), a importância conferida à harmonia social, entre outras características, encontram nas Forças Armadas o repositório natural que, extensivamente, deveriam emoldurar a sociedade. Observe-se quão pouco liberal, contrariamente sua retórica, representa a adoção destes pressupostos. Assim, este item é todo permeado por esta visão positivista da sociedade (1), em muito possibilitada pelas características militares, mas em especial pelas Forças Armadas brasileiras, essencial e assumidamente, desde o século passado, influenciadas pelo positivismo de A. Comte e mesmo de E. Durkheim, a ponto de terem inscrito o lema “Ordem e Progresso” na Bandeira Nacional.

Dessa forma, ao comentar o fato de que somente nos quartéis, por meio de “ordens do dia”, e não na sociedade como um todo, se comemoram as campanhas em que se envolveram as Forças Armadas, como a havida na 2ª Guerra Mundial, demonstra integralmente sua concepção de que militares e civis, ou melhor, Forças Armadas e Sociedade/Nação, deveriam estar conciliadas, pois seriam unas, fundidas uma à outra:

“Agora, os feitos da Força Expedicionária comemoram-se nos quartéis, como se a participação do Brasil na campanha da Itália tivesse sido assunto apenas militar e como se o Exército não fosse expressão do povo brasileiro. (...) Não é possível, sob pena de escrever-se uma história totalmente falsificada, os civis deixarem de assumir aquilo que foi deles, isto é, a luta no campo de batalha. (...) se não houvesse uma espécie de vergonha por parte dos civis de dizer que participaram de movimentos militares que foram importantes em seu tempo - e portanto continuam historicamente importantes -, como a Revolução Paulista de 1932 ou a FEB, como será possível converter-se em realidade aquilo que todos apregoam, isto é, as Forças Armadas são povo? (...) Eles [estes feitos] pertencem à História da Nação (civis e militares), assim como a Independência, a Abolição, a Proclamação da República, todo o movimento ‘tenentista’ e a luta contra o Estado Novo, para não falar do movimento

que conduziu a 1964. Não se pode apagar esses fatos da memória nacional; fazê-lo seria cometer erro dos mais lamentáveis, porque permitiria que se retratasse uma nação composta apenas de uma de suas partes". (2)

A identificação do elemento civil com o militar possui um profundo significado, pois ambos formariam a própria idéia de *Nação*. Logo, não haveria a precedência da sociedade (civil) em relação ao militar, onde este se subordinaria àquela.

O jornal os vê, civis e militares, em estado de igualdade, possuindo a mesma importância social e política. Um e outro seriam os dois lados da moeda nacional; a diferença seria apenas de funções, como não poderia deixar de ser. Dai, como veremos mais adiante, a importância do papel constitucional reservado aos militares como garantidores da lei e da ordem.

Todo o período do regime militar, com toda sorte de mazelas e desmandos, não teria corroido esta unidade, como atestaria a passagem compulsória à reserva do Gal. Newton Cruz após os episódios do cerco militar a Brasília quando da votação da emenda de restabelecimento das eleições diretas; tal afastamento teria significado a existência, nos momentos cruciais da Nação, da sintonia das Forças Armadas com os civis. Assim:

"Os erros e as vicissitudes decorrentes dos longos anos de tutela imposta à Sociedade Civil, pelos governos dos sucessivos generais-presidentes, não são suficientes para desmentir esta verdade histórica: *As Forças Armadas, em última instância - ou na hora do vamos ver do destino nacional - , jamais se contraem à vontade majoritária da Nação. Pelo contrário, sintonizam-se profundamente com as aspirações e os sentimentos populares. (...) além de serem instrumentos fundamentais de garantia da ordem constitucional (...) transformam-se, talvez por isso mesmo, em instrumentos garantidores das mudanças que a Sociedade pretende ver realizadas, conduzidas pelos agentes do poder político. (...) Em síntese, esta decisão do Alto Comando do Exército é alentadora, bem revelando a identificação de idéias e sentimentos entre as Armas e a Nação - que,*

*queira Deus, venha a ser cada vez maior, pois as Armas **pertencem** à Nação". (3)*

A profunda vinculação entre esferas tão distintas, realizada pelo jornal, caracterizada, a militar, pela rígida relação mando/obediência, pelo consenso imposto e obrigatório, pelo comportamento único, pois por excelência normatizado, entre outras, sendo a esfera civil o *locus* do conflito e do dissenso, da pluralidade tomada em sentido amplo etc, parece ser de difícil viabilização. A lógica militar é necessariamente a lógica da força, da imposição, que, na relação com o pensamento e prática civis necessariamente intenta subjugar-los, como, aliás, tem sido a história brasileira desde o século passado. O universo da política é eminentemente civil, relacionado com o diálogo, a negociação, a transigência; logo, a participação política militar implica, direta e indiretamente, na tutela da sociedade, a começar pelas prerrogativas constitucionais de garantia das instituições, da lei e da ordem. Portanto, se a proposição de "O ESP" parece requerer a complementariedade entre ambas as esferas, isto não se apresenta como plausível tendo em vista o caráter antitético que possuem.

Mesmo ao postular a saída dos militares da arena política, como veremos mais adiante, o faz justamente para preservar sua imagem, sua simbologia e sua vinculação com os civis. O pertencimento à "Nação" e a identificação com o "Povo" fazem parte, portanto, da concepção genética da sociedade brasileira.

A valorização da ordem que, por definição, contrasta ao "caos" - termo de grande importância ao pensamento conservador por significar a completa fragmentação, estiolamento da vida social, tornando-se impossível seu controle e normatização - é requerida à sociedade, à guisa do que vige no âmbito militar. Em certos momentos-chave, como o vivenciado quando da sucessão, pois marcado por incertezas - estado este profundamente desconfortante para os enfatizadores da ordem -, "O ESP", ao clamar por maior clareza do processo sucessório, afirma,

"Qualquer solução passa a ser razoável, desde que por intermédio dela se venha a reconquistar a segurança material que se expressa na entidade enigmática denominada ordem. (...) Quem não anseia pela ordem? O empresariado não produz sem ela; e, não produzindo, não tem como

pagar a quem trabalha. A classe média lbe dá o valor devido. As Armas a preservam para manter o espírito de hierarquia e disciplina sem o qual desapareceriam como instituição, dentro do espírito em que estão moldadas na sociedade pluralista e democrática". (4)

A passagem acima demonstra de forma cabal como a ordem ocupa lugar central no pensamento do jornal, pois elevada à "entidade enigmática", enigma este que "O ESP" concebe como essencial à sociedade. É interessante, por outro lado, que o desejo de ordenação social caberia, afora as Forças Armadas, a apenas dois elementos civis - os empresários e a classe média -, prescindindo da mesma a grande parte da sociedade, pois constituída de trabalhadores assalariados em posição hierárquica subalterna. Logo, ordem, ou seu exercício, parece ser, para o jornal, uma necessidade das classes sociais detentoras, gestoras e agregadas do capital, servindo portanto à dominação. De todo modo, o que mais nos importa aqui diz respeito à concepção positivista - a "ordem" de nossa bandeira - do liberalismo do jornal.

A importância do elemento militar na visão de mundo de "O ESP", com tudo o que representa, pode também ser atestada pela compreensão de a quem deveria ser creditada a culpa pela crise - política, moral e de autoridade - pela qual passava o país quando da transição. As Forças Armadas enquanto instituição serão eximidas de qualquer responsabilidade. Assim, ao aplaudir a áspera crítica do ministro do Exército à vinculação entre estabilidade política (ausência de golpes militares) e parlamentarismo, feita pelo presidente do Congresso constituinte, acredita que:

"(...) se (...) se usa o espantalho do golpe militar, para conseguir a aprovação do parlamentarismo, é porque se tem prevenção contra as Forças Armadas (...) afinal, quem criou a crise em que o país está engolfado foram os civis (...) dividindo-se as responsabilidades de maneira quase igual entre Executivo e Legislativo. (...)"

"A demonstração de força dada pelo general Leônidas Pires Gonçalves é a prova de que a questão não é presidencialismo ou parlamentarismo, mas autoridade". (5)

Todo o legado do regime militar, mesmo o mais visível, é, nas circunstâncias afirmadoras da vinculação civil/militar, desconsiderado, assim como o fato da “Nova República” caracterizar-se, desde o início, como um regime não totalmente civil, ou, em outros termos, no fundamental tutelada pelas três armas. A concepção de autoridade ao mesmo tempo equivale e complementa à de ordem, pois é a autoridade que mantém a ordem, sendo sua própria existência, especialmente se vigorosa, a personificação dos valores hierárquicos.

“O ESP” avalia que o período militar (como vimos no item “A Campanha pelo Restabelecimento...”) desvirtuou-se a partir de 1968 com a edição do AI-5, erigindo após 1974, com a ascensão do Gal. Geisel, uma verdadeira instituição, ou seja, aquilo que com insistência chamou de “oligarquia”: *“este grupo social composto de funcionários de origem civil e militar que trabalham nas estatais e desenvolveram estreita solidariedade com funcionários do Executivo na defesa de seus interesses, apresentados como coincidentes com os da Nação”*.

(6) A dimensão do contingente militar dela participante - *“o número aproximado dos oficiais da reserva que integram esse grupo social privilegiado: 30 mil, três divisões”* (7) - ainda assim não seria argumento suficiente para que se a confundisse com as Forças Armadas *enquanto instituição*. O que, a rigor, parece confirmar integralmente esta vinculação dos elementos civil e militar como valor fundamental à visão de mundo do jornal.

Por outro lado, o alto índice de oficiais em cargos tipicamente civis será criticado especialmente por ocupar um espaço indevido, que, além do mais, em parte poderia caber à iniciativa privada. Ou melhor, o Estado estaria atuando em áreas não compatíveis com suas funções e, nestas, sobressairiam os militares, notadamente os da reserva.

Este “grupo oligárquico”, contudo, teria se utilizado dos militares, pois somente no crepúsculo de 1984 *“as Forças Armadas (...) finalmente acordaram para o fato de terem sido o bode expiatório dos erros, quando não dos crimes da oligarquia (...)”* (8) Isso significa, portanto, que o fato dos militares terem o poder concentrado em suas mãos por duas décadas, donde todo o aparelho estatal militarizou-se, é desconsiderado. Isto se deve, não, como é óbvio, à qualquer desconhecimento do jornal que, a rigor, notabilizou-se em sua existência cente-

nária pela consciência de seu papel político/ideológico e como porta-voz de interesses claros que deveria defender.

A associação civil/militar, enquanto projeto nacional, parece implicar, além do mais, na manutenção virtual da tutela militar sobre a sociedade para utilização concreta nas circunstâncias em que os interesses que defende estivessem em perigo, suposta ou efetivamente (como, aliás, é explicitamente afirmado na relação que prega com os trabalhadores e seus representantes, e que veremos no item respectivo: “Os Novos Personagens...”).

Por isso, por mais que todas as evidências levassem à constatação de que fora o regime militar o criador da tão criticada “oligarquia”, entre tantas outras mazelas, para além da conveniência em desconsiderá-la (tal constatação) demonstra ser isso incabível em seu universo. O que pode ser atestado quando das incertezas - estado este gerador de enorme desconforto ao pensamento conservador por significar fragmentação e descontrole social (9) -, típicas da transição política. Isto porque, quando nos momentos em que o jornal passou a apoiar as eleições diretas, incitando as Forças Armadas a fazerem o mesmo, indaga:

“Quem tem medo das diretas? Seguramente a oligarquia. Talvez os militares. A oligarquia, entende-se. Os militares, por quê? Com as diretas eles se reconciliam com a Nação e com o povo, do qual provêm. (...) Se, como no passado, os militares se convencessem de que seu lugar é ao lado do povo, fonte da soberania, e não ao lado da oligarquia [liderada, esta, por Geisel, Golbery, H. Aquino e Maluf, entre outros - FCPF], não haveria obstáculos às diretas-já, nem à vitória da Nação sobre os oligarcas (...).”

(10)

Enfim, como se observa, é inadmissível ao jornal o argumento de que Forças Armadas, para qualquer país, seriam somente um “mal necessário” à defesa externa, além de útil à realização de certas tarefas internas relacionadas às dificuldades advindas das dimensões continentais que, aliadas à extrema pobreza de algumas regiões, caso típico do Brasil, necessitam de todo tipo de apoio, civil e militar, para uma infinidade de serviços sociais/humanitários.

Veremos agora como a avaliação de “O ESP” perante a intervenção militar na sucessão presidencial e no Congresso Constituinte, apenas aludidas acima, é marcada pela sinuosidade, pois ora a aplaude ora a critica. As razões para tanto fundamentam-se em *sua visão de mundo, que contempla os interesses que defende*. Assim, princípio (a crença na vinculação civil/militar) e estratégias político/ideológicas convivem e determinam as posturas que adota.

De modo geral, “O ESP” clamou pela saída (por iniciativa própria) das Forças Armadas do cenário político, requerendo sua reprofissionalização, isto é, volta aos quartéis - tal solicitação é, contudo, constantemente infringida ao aceitar e mesmo clamar pela interferência militar por toda a transição. O apoio, mesmo que claudicante, dos militares à candidatura Maluf, que derrotara a concorrente candidatura Andreazza na convenção do PDS, foi visto como um afastamento quase definitivo (pois sempre poderiam acordar e conciliar-se) do Povo - que desejara, este, segundo afirma, as diretas e, depois, Tancredo Neves. Estariam indo na contra-mão do desejo popular ao apoiar o candidato da “oligarquia”.

É fundamental notar que o jornal requer a adoção pelas Forças Armadas das posições que ele próprio viesse a tomar, aí incluídos todos os vaivéns que procuramos demonstrar no item “A Campanha Pelas Eleições Diretas”.

Isto se deve tanto à sua auto-imagem - aquele que está sempre ao lado da História e da Verdade, sabendo o que é melhor para se alcançar o Bem Comum - como aos interesses subjacentes a ela, donde o respaldo militar é essencial à dominação política. Nesse sentido, tendo em vista (para o jornal) a elevação e a importância moral e nacional do papel e das funções militares, acredita que a tutela direta que exerciam se esgotara. Assim, no dia da posse do presidente eleito pelo Colégio Eleitoral, Tancredo Neves, marco do advento da “Nova República, afirma que o Brasil:

(...) quer crer que as Forças Armadas encontrarão o caminho de sua profissionalização, preocupadas com as crises que se avolumam nas frentes: quer agarrar-se à esperança de que aqueles que, como vivandeiros, bivacavam à porta dos quartéis não terão mais o que fazer em volta deles.

A anistia apagou o passado. Cabe lembrá-lo, porém, como lição de sabedoria, para que não se repita de maneira pior amanhã. (...) (11)

O encerramento do regime militar deveria servir como exemplo para todos, sociedade e Forças Armadas, devendo, estas, passar incólomes a qualquer forma de “revanchismo”, como o ocorrido na vizinha Argentina. “Profissionalização” será, então, a maneira do jornal apelar para a retirada militar da cena política.

Já a referência, ainda mais pejorativa, aos que incitaram os militares à tomada do poder, apresenta-se como irônica e paradoxal, pois como sabido e jamais negado pelo jornal, o apoio civil ao golpe em 1964 contou com sua ostensiva participação. Como, no entanto, nunca admite seus erros, arroga-se a considerar os “outros” como os eternos “culpados”, mesmo sustentando ainda neste momento que *“as Forças Armadas, em 1964, marcharam de Minas Gerais - generosa coincidência [com o fato de T. Neves provir também deste Estado - FCPF] - para impedir que o presidente da República, seus seguidores e instigadores e o famoso 'dispositivo' militar de generais e sargentos impusessem ao Brasil uma República Sindicalista, totalitária (...)*” (12) Isto é, há um misto de sentimento de traição (pelas conseqüência do pós-68, como o dissemos) e convicção do acerto da posição tomada, como indica esta última passagem, corroborada pelo uso dos mesmos termos e do mesmo clima conspirativo à época utilizados.

O alvo maior das críticas, contudo, concentrara-se no isolamento político nas hostes do governo, imposto pelos militares, ao então vice-presidente Aureliano Chaves, além do apoio, mesmo que pusilânime e ambivalente, à candidatura Maluf pós-convenção do PDS. Como P. Maluf efetivamente não era o candidato de “O ESP”, este requer a neutralidade militar na sucessão presidencial, lembrando-lhes dos perigos em atuar politicamente, pois:

“Se as Forças Armadas são instituições nacionais e permanentes (...) seus chefes não podem tomar partido em favor desta ou daquela solução política [leia-se apoio à candidatura Maluf - FCPF]. Se a Nação fosse um todo homogêneo, elas não teriam por que falar.

"Como a Nação está dividida no mínimo em cinco partidos, elas devem ser o 'grande mudo', sob pena de entrar no jogo partidário e se dividir. O respeito da Nação pelas Forças Armadas vem da confiança que deposita nelas como instituições permanentes e nacionais - pairando sobre a mediocridade da classe política". (13)

Se compararmos esta passagem com a citada há pouco (publicada em 19/08/84 - nota nº 10) observamos claramente como os argumentos do jornal variam conforme os interesses que defende e vinculam-se à *avaliação de consequências possíveis*, pois há pouco requereu o posicionamento militar e agora se opõe ao mesmo. O mais impressionante, contudo, diz respeito ao fato de, mesmo as Forças Armadas portando-se de forma quase sempre contrária às solicitações do jornal, este de modo algum assume uma postura negativa, e muito menos irônico/pejorativa - como, aliás, lhe é característico contra seus desafetos, adversários e inimigos, circunstanciais ou efetivos. A veneração conferida à instituição militar, possuidora de uma característica-chave para seu conservadorismo, a perenidade, fundamental justamente por garantir, em primeira e/ou última instância, o *status-quo* e, mais ainda, por representar o avesso do caos, capaz de ordenar a potencial fragmentação social produzida por crises políticas (em sentido amplo) e/ou econômicas - tudo isso, enfim, faz com que "O ESP" a veja e a requeira como sobranceira ao mundo conflituoso e "anômico" dos civis, "pairando sobre a mediocridade" destes.

A sensação de "segurança" aos interesses que defende (reprodução das relações capitalistas, com todas as implicações daí advindas), tendo em vista a certeza histórica do apoio das Forças Armadas brasileiras ao capitalismo é, conseqüentemente, o fulcro da preservação dos militares, como instituição, o que lhe possibilita criticar oficiais da ativa e da reserva, com o argumento de que o faz concebendo-os como indivíduos. Assim, as Forças Armadas parecem nunca errar; ao contrário, sua história seria repleta de feitos, heróis e atuações épicas que deveriam orgulhar a todos os brasileiros. Os erros seriam realizações dos indivíduos, eventualmente fardados.

Se do ponto de vista político a posição do jornal perante os militares é essa, em se tratando de economia altera-se significativamente, pois a estatização

e a precedência do Estado em relação à iniciativa privada (sintetizada, lembre-se, pela reserva de mercado à informática nacional, via SEI, com grande participação de militares, entre outros tantos setores), avalizadas pelas Forças Armadas, o desagrada profundamente. Note-se que, ainda assim, não as considera “culpadas”. Por isso, quando das crises ocorridas em decorrência do Plano Cruzado, critica o presidente Sarney por querer envolvê-las no programa econômico, devido, entre outras iniciativas, à reedição, em discurso a oficiais, do antigo lema da Escola Superior de Guerra - segurança e desenvolvimento -, de caráter nacionalista/militar, pois:

“Se os chefes militares desejam ouvir que estão [as Forças Armadas - FCPF] submetidas ao Poder Político (...) gostariam também de verificar que esse poder é forte e que delas necessita apenas quando o Estado é posto em xeque. (...)”

“Afinal, quando o chefe de governo está seguro de que tem no Congresso o apoio indispensável à realização de sua política, e o chefe de Estado sabe que a opinião pública sustenta, é o suporte, a segurança e a garantia das instituições [perceba-se como opinião pública associa-se, aqui, à imprensa e, nesta, a si próprio - FCPF], não necessita lembrar às Forças Armadas, com palavras novas, mas de velho sentido, que elas são os garantes de sua política econômica. (...)”

“Não será instilando no espírito militar um nacionalismo estreito que o presidente (...) fará das Forças Armadas parte do projeto político democrático. Esse tipo de nacionalismo vulgar, quando inspirado por populistas que buscam apoio nos militares, sempre produziu os piores resultados políticos. (...)” (14)

O privatismo e o anti-nacionalismo econômico (abertura do país ao capital estrangeiro) do jornal, aliás históricos, implicariam a desobstrução da economia à iniciativa privada. O que quer dizer, portanto e essencialmente que, às Forças Armadas, virtualmente interventoras na política e, neste sentido, presentes, caberia, nas relações econômicas, ausentar-se.

Em relação à interferência militar nos trabalhos do Congresso Constituinte, haverá, uma vez mais, posições sinuosas por parte do jornal. Isto é, os temas, relacionados tanto aos interesses que defende como ao papel concebido como adequado às Forças Armadas na transição e mesmo para além dela, é que determinarão seu apoio ou “veto” à tal intervenção. “O ESP” procura afirmar que as Forças Armadas poderiam tentar influenciar a Constituinte, à guisa de qualquer outro *lobby* corporativo, nas questões que se referissem ao aspecto permanente de suas funções e não, portanto, nas de ordem conjuntural, especialmente de natureza política. Por isso, ao criticar a afirmação do chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), entre outras, acerca de uma suposta aliança dos militares com políticos e administradores, a ser comandada pelo presidente da República, tendo em vista o desenvolvimento do país, acredita que:

*“Quando representantes das Forças Armadas (...) tratam de assuntos específicos de suas corporações, mesmo os que tangem ao papel constitucional que pretendam desempenhar, nada mais fazem do que reivindicações setoriais normais no momento, em termos de proposta de **lege ferenda** constituinte (...) Quando, porém, mesmo de forma indireta ou sutil - e às vezes nem tanto - extrapolam a reivindicação da instituição permanente estatal para pontificar sobre aspirações provisórias político-governamentais, estão perpetrando ingerência indébita, contrária à autonomia política da sociedade civil, [a aliança implicaria em - FCPF] (...) disponibilidade de atuação política em favor de determinadas teses, sejam a respeito da extensão do mandato presidencial, sejam sobre a questão parlamentarismo/presidencialismo, sejam quanto a questões sucessórias e/ou partidárias etc. Evidente está que tais questões não são da alçada dos chefes militares, pois nada têm que ver com as instituições permanentes das Armas e sim com os interesses eminentemente políticos, circunstanciais, do governo”. (15)*

Especialmente sobre a duração do mandato presidencial - ao qual “O ESP” alterou inúmeras vezes sua posição, ora apoiando quatro ora cinco e mesmo os seis anos ao presidente Sarney - e sobre a disputa parlamentarismo X presidencialismo, onde desde sempre quis ver mantido o segundo, percebeu a divisão havida no seio dos políticos e da sociedade, requerendo, conseqüentemente, a

isenção militar, para que pudessem, as Forças Armadas, como já o dissemos, se profissionalizar, pois neste como em outros casos lhe pareceu conveniente.

A aceitação pelo jornal da interferência no Congresso Constituinte tendo em vista a determinação de seu *papel constitucional* - pois questão permanente - implica na senha à tutela virtual da sociedade (civil) brasileira. O fato do poder militar caracterizar-se por deter armas, sendo-o portanto incontrastável por meios pacíficos, representa mais do que pressão e interferência, e sim imposição, pois a ameaça do fechamento do regime fora sempre um argumento potencialmente utilizável. Em relação ao significativo argumento de que às questões exteriores ao âmbito militar deveriam as Forças Armadas eximir-se, é fartamente contrastado pelo próprio jornal que, ao comentar declarações do ministro do Exército sobre a conjuntura, acredita que:

“O general Leonidas P. Gonçalves aproveitou a oportunidade para dar recados da maior significação para todo o País: as idéias do centro democrático [leia-se Centrão - FCPF] deverão prevalecer na votação da Constituição em plenário, e os políticos fisiológicos devem parar de fazer pressão sobre o Executivo, pois assim estão contribuindo para desestabilizar o sistema político e correndo o risco de ter de haver-se com a vontade coesa do Exército. É um recado tanto para a direita - concitando-a a se comportar sob pena de ter de lutar com um homem preparado para qualquer tipo de emergência - como para a esquerda a quem recomenda não avançar além do que ele julga razoável. Especialmente, é um recado para a classe política, pedindo-lhe que assuma suas responsabilidades nessa hora difícil e abandone as práticas fisiológicas. Resta ver se essas mensagens - das quais emana autoridade - (...) serão compreendidas pelos políticos, que estão no Legislativo, sem dúvida, mas também fazem carreira no Executivo”. (16)

O contraste entre a afirmação anterior, de que os militares somente poderiam intervir em assuntos diretamente relacionados à perenidade da instituição que representam, é fragorosamente observável na passagem acima, onde intromissão indevida (termos aliás utilizados pelo jornal) e mesmo truculenta se indiferenciam de imposição tutelar.

Assim, o “Centrão” - agrupamento conservador, ao qual “O ESP” apoiou ostensivamente, tentando inclusive guiar-lhe, e que veremos detidamente no item “A Forma da Constituinte” - representava uma parcela tanto do eleitorado quanto dos políticos. Logo, suas posições dividiam o país. Aliado a isso, pelo raciocínio do jornal não poderiam os militares apoiarem-no, seja por razões conjunturais - a disputa político/ideológica acerca de questões controversas - seja pelo fato de não dizer respeito a assunto de natureza militar.

Note-se que, em se tratando de um Congresso com poderes constituintes, a soberania para se alterar a estrutura política do país lhe pertencia. Mesmo que “O ESP” em certos momentos reconhecesse isso, jamais deixou de apoiar a interferência militar (por excelência chantagiosa) em assuntos civis - além, obviamente, dos temas militares, caso do projeto de anistia e reintegração aos oficiais cassados, pois violentamente criticado pelos comandantes militares -, políticos, econômicos etc, de ordem circunstancial ou não, desde que condicionada aos interesses que defendesse, e contemplados em sua visão de mundo, como vimos claramente na passagem acima.

O apoio à tutela militar na Constituinte dar-se-á, para além da concitação genérica ao perfilhamento ao “Centrão”, a temas concretos, donde o argumento para tanto torna-se tópico e demonstrativo da grande capacidade do jornal de desdizer o que acabara de afirmar. Assim, ao comentar manifestações militares acerca destes temas, acredita que:

“As declarações do (...) ministro do Exército (...) balizam de maneira inequívoca a posição das Forças Armadas na atual conjuntura política. Tendo em vista que a elas incumbe (...) a manutenção da lei e da ordem interna, a corporação não se dispõe a intervir nos demais assuntos debatidos pelo Poder Político (esse é o nome dado pelo militares ao Poder Civil, porque eles também se consideram cidadãos, portanto civis como todos os brasileiros). Nem por isso, porém, se julgam eles proibidos de manifestar-se sobre esses problemas; senão por outra razão, porque estas questões afetam - e em alguns casos agudamente - todos os seus subordinados.

“Daí não se deve tomar como advertência, ou intromissão nos assuntos da (...) Constituinte, as opiniões expedidas pelo ministro do Exército sobre

problemas sociais controversos: a semana de 40 horas de trabalho e a estabilidade. As ponderações do ministro são aquelas ditadas pelo bom senso de quem vê as necessidades do País à luz da realidade, que não se coaduna com as linhas de distorção dos ditos 'progressistas'(...)" (17)

A passagem acima explícita e ilustra o que dissemos acerca dos recursos argumentativos de "O ESP" que, sem admiti-lo, posiciona-se contrariamente ao que pregara há pouco.

Ora, a aceitação da suposta autoconsideração dos militares como *também* civis e a preocupação dos efeitos trabalhistas aos seus subordinados não encontram respaldo nem no *status* jurídico das Forças Armadas nem em suas características contratuais de trabalho. No primeiro caso, o pertencimento às Forças Armadas confere ao oficial o exclusivo estatuto militar. No segundo, e em decorrência deste, os militares obedecem a regras próprias da caserna a qual se submetem por legislação interna que, por sinal, lhes diferenciam dos civis.

Logo, o argumento assenta-se num sofisma, corroborado aliás pelo juízo de valor de que haveria "bom senso" nas investidas contra a diminuição da jornada de trabalho e introdução da estabilidade - o argumento justificador de não tratar-se de "advertência ou intromissão", a rigor eufemismos de imposição tutelar, parece contribuir para esta nossa avaliação. Afinal, se fossem naturalmente aceitas, pela sociedade e pelos grupos políticos, as declarações de ministros militares acerca de temas constituintes, "O ESP" não se sentiria impelido a, previamente, justificar-se. O busilis, portanto, encontra-se em outro lugar, pois aceita claramente o caráter tutelar de toda a transição política; mais ainda, como já havíamos aludido, requer a manutenção na Carta, resultante dos trabalhos constitucionais, do vigente papel constitucional das Forças Armadas como mantenedoras da lei e da ordem.

É importante enfatizar, contudo, que o jornal sempre repeliu ameaças de golpe e radicalização política, seja por parte dos militares seja da oposição (esquerdas). As mazelas do regime militar, de ordem econômica ("o nacionalismo xenóforo"), administrativa (corrupção) e política (censura, tortura etc), o faz

requerer a democracia. A tutela deveria ser virtual portanto, e não através da intervenção direta e cotidiana nos assuntos políticos.

Para “O ESP”, o papel constitucional reservado às Forças Armadas, como dizíamos, deveria ser o mesmo conferido pela Constituição vigente, por uma posição de princípio, pois, *“há tempos, mesmo antes que se convocasse a (...) Constituinte, definimo-nos pela manutenção, atualizada aos tempos, do dispositivo tradicional republicano, que comina às Forças Armadas a defesa da lei e da ordem”*. (18) Tal manutenção implicaria numa “solução natural” e seria uma aspiração dos “democratas sinceros”, que quereriam a precedência do “império do Direito” e da “liberdade de empreender” (ambos deveriam estar contemplados na nova Constituição), *“funcionando as Forças Armadas como fiadoras de que a vontade do povo será acatada, filtrando-se na pluralidade partidária”*. (19)

Se esta é a razão, alegada, de princípio, há uma outra e decisivamente mais importante, pois diz respeito à também alegação, igualmente explícita, da necessidade da manutenção deste papel constitucional para conter os trabalhadores e seus representantes em suas ações deletérias à sociedade e ao trabalho, notadamente os piquetes e as greves. Por razões de procedimento, isto é, congregando por temas as posições do jornal de acordo com o enquadramento por ele conferido, a exposição e análise de tal alegação encontra-se no item “Os Novos Personagens...”

Em relação a certos órgãos erigidos durante o regime militar, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), de importância estratégica por praticar a espionagem política, “O ESP” se posiciona ancorado em certas condições, isto é, algumas de suas atividades serão criticadas e outras apoiadas/requeridas. Rejeitará, à guisa da atuação do Conselho de Segurança Nacional - CSN - (como vimos no item anterior “O Entulho Autoritário”), sua participação em atividades econômicas, notadamente relacionadas com a Secretaria Especial de Informática (SEI) devido à reserva de mercado. Para “O ESP”, haveria um estranho estabelecimento de interesses entre o pensamento à esquerda e os militares envolvidos com os órgãos de informação e formulação estratégica, casos do SNI e do CSN. Tais grupos - esquerdas e estes militares específicos - encarariam os EUA como inimigos do desenvolvimento/soberania do país, contrariando justamente o “oci-

dentalismo” representado pela América do Norte, o que provocou, conseqüentemente no jornal, vigorosa oposição, pois: “*Agitar o espantinho do ‘imperialismo’ norte-americano (...) é fazer o jogo de alguns donos de ‘cartórios’ industriais e da Comunidade de Informações, reforçando seu poder num momento delicado da transição democrática*”. (20) A transição política, como vimos tentando demonstrar, é, para determinados temas e momentos, passível de consideração e relevo. A precedência da iniciativa privada será o parâmetro para tanto nesta questão.

Se o jornal “veta” a atuação na economia do SNI, o mesmo não ocorre no que tange à sua participação como agente de informação do Estado em relação aos casos de corrupção - concebidos, por “O ESP”, como derruidores da moral pública, da autoridade e da ordem - e, principalmente, como órgão político voltado a fins determinados. Em relação aos casos de corrupção, especialmente os ocorridos durante o governo Figueiredo, requererá a fiscalização, por intermédio deste órgão, dos envolvidos, sendo esta uma função útil prestada à sociedade como um todo, pois:

“O que mais importa examinar (...) são a forma, o campo e os resultados da atuação deste órgão público chamado Serviço Nacional de Informações, porquanto é de exigir de qualquer instituição ou órgão público, mantido com os recursos da sociedade contribuinte, tanto a precisa delimitação legal de sua atuação - ou sua estrita subordinação às disposições do ordenamento jurídico vigente - quanto uma função útil ao Estado e à sociedade. (...) Como se explica (...) que todos esses cabeludos escândalos [de corrupção, repita-se - FCPF] exaustivamente denunciados pela imprensa não tenham despertado interesse algum do SNI no sentido de aprofundar as apurações no que estaria, efetivamente, servindo ao Estado, à sociedade e, sobretudo, ao ‘governante’?” (21)

A atuação do SNI deveria ser regulada por normas legais, das quais, como se viu, a apuração de casos de corrupção estaria contemplada. Note-se, contudo, que o jornal não questiona nem a existência em si de um órgão essencialmente vinculado à perseguição política nem o fato de não bastar a normatização para que atuasse de forma democrática.

Alternativamente, a chamada oposição democrática ao regime militar demandara pela extinção pura e simples de todos os órgãos e mecanismos erigidos pelo regime militar e não a transformação e legalização de suas funções.

“O ESP” requererá a permanência (legalizada, diga-se) do SNI para que atuasse em meio às ações promovidas pelos “baderneiros”, espionando seus passos para que o Estado pudesse detê-los. Assim, ao comentar a reunião dos secretários de justiça dos Estados da Federação para discutir o ordenamento jurídico do país, donde o SNI fora pauta obrigatória, sendo apoiada sua manutenção, afirma que:

“(...) o poder público não pode prescindir de informação, salvo se for dotado de masoquismo suficiente para entregar-se de mãos amarradas àqueles que, anarquistas, subversivos, adeptos do grevismo pelo grevismo, totalitários etc, queiram desalojá-los [as autoridades - FCPF] das posições que ocupam. (...) uma coisa é utilizar a informação como instrumento de preservação da ordem; outra, completamente diferente, é montar um sistema de espionagem para devassar a privacidade dos cidadãos (...) [com vistas a] manipular o poder no propósito de conservá-lo a todo transe, ao arrepio da soberania popular. (...) Está na hora de (...) revogar o monstro [denominação dada posteriormente pelo gal. Golbery ao SNI, sua criação - FCPF] - cortar-lhe as garras”. (22)

O SNI, portanto, deveria ter suas funções parcialmente alteradas e, daí, normatizadas em lei. O sentido e o significado das transformações funcionais deste órgão, para o jornal, são de extrema importância para a compreensão da tutela militar/policial sobre a sociedade, pois implicam na manutenção de suas prerrogativas *em relação aos que contestam, por razões várias, a ordem vigente*, representando o fulcro do posicionamento do jornal.

Grevistas, “subversivos” de todo o tipo etc, seriam alvo dos controles e espionagens, mesmo que para tanto não se utilizasse (o SNI) de certas práticas anteriores, como a violação das comunicações e a elaboração de prontuários, entre outras. A infiltração nas greves, assembleias, comícios, enfim nas diversas ações dos que requeressem reformas sociais diferentes das propostas pelo jornal ou simplesmente defendessem seus interesses (que eventualmente não lhe fossem

similares - tópicos ou programáticos), casos dos trabalhadores e seus representantes, seria, no entanto, solicitada.

O acervo de informações do SNI, produzido durante os vinte anos de regime militar, não deveria contudo simplesmente ser desprezado, pois sua utilização dependeria das circunstâncias. Assim, o fato de haver no governo Sarney ministros ideologicamente à esquerda, com práticas “subversivas” tais quais a de determinados trabalhadores e representantes dos mesmos, faz com que o jornal aceite as informações colhidas por este órgão.

Assim, ao comentar o fato do ministro do Exército ter solicitado ao ministro-chefe do SNI informações acerca da filiação ideológica dos membros do INCRA, responsáveis pela implantação da reforma agrária, acredita que:

“Faz sentido, pois o ilustre cabo-de-guerra [o ministro do Exército - FCPF] nada mais fez do que reagir à canelada que o delegado do INCRA no Rio Grande do Sul lhe dera, insistindo em aproveitar o campo de prova do Exército para fazer a reforma agrária-modelo lá nos pagos. (...) [o ministro-chefe do SNI não terá muito trabalho em prestar as informações solicitadas (...) - talvez apenas aquele de atualizar os dados já recolhidos e conferi-los para ver se não houve o tradicional excesso de zelo que deturpa informações.

“(...) o SNI ainda não foi desativado, como aconteceu com o Deops no governo Montoro. O que quer dizer que os fichários lá estão e, imagina-se na Comunidade de Informações, devem ser utilizados. (...) [os que se opõem a isso - FCPF] querem privar o Exército dos meios de manter-se apto a cumprir uma de suas funções constitucionais, que é defender a integridade territorial do país”. (23)

É claro, portanto, o apoio de “O ESP” a certos usos do SNI, o que implica na permanência de parte de suas atribuições. O ponto crucial nesta questão diz respeito à concepção de democracia do jornal, pois mais do que aceitar a manutenção deste órgão, exclui do “corte de suas garras” (expressão utilizada há pouco) a supressão de seus arquivos, utilizáveis para fins persecutórios. O caráter tutelar é evidenciado, pois a aceitação de dados resultantes de espionagem anti-

democrática e perseguição política desconsidera justamente o autoritarismo, a ilegitimidade e o arbítrio que representaram - tudo isso em nome da ordem, da propriedade privada e da lei vigente.

Por outro lado, a explícita solicitação da intervenção militar (especialmente relacionada ao controle de certos agentes sociais, como os trabalhadores organizados, seus representantes e todos aqueles perfilhados ideologicamente à esquerda, enfatize-se) durante toda a transição demonstra tanto o claro sentido do embate político como o caráter autoritário de suas posições. Já a virtualidade tutelar, lembre-se, é expressa pelo papel constitucional conferido às Forças Armadas, pois possibilitador de sua intervenção na vida civil/política a qualquer momento.

A atuação das Forças Armadas seria fundamental também em outro aspecto, mais consentâneo às suas atividades clássicas, pois relativa à defesa das fronteiras. Contudo, mesmo esta função adquire, para o jornal, um caráter político e ideológico, tendo em vista a incisiva preocupação com a exportação dos modelos cubano e nicaraguense, por parte de seus respectivos governos, ao Brasil, especialmente via PT/CUT, "Teologia da Libertação" e entidades ligadas à Igreja Católica denominada "progressista".

A recorrência de editoriais sobre estes países (24) e, em especial - pois significativo da atuação, uma vez mais, político/ideológica do jornal, desta vez em nível internacional - da reprodução, em língua portuguesa, do panfleto anti-sandinista "Nicarágua Hoy", elaborado pelos "contras" nicaraguenses e financiado pelos EUA, faz com que requeira atenção dos militares nas fronteiras.

O temor da influência cubano/sandinista fez com que "O ESP" propusesse tanto a ocupação de fronteiras estratégicas, caso do chamado projeto "Calha Norte", que implicara em ocupação militar ostensiva, como o carreamento de maiores recursos orçamentários às Forças Armadas. As fronteiras com países como Suriname, Peru e Bolívia, entre outras, deveriam ser vigiadas e mesmo ocupadas, por causa da existência de movimentos guerrilheiros. A diplomacia e a defesa brasileiras não estariam, no entanto, atentas aos perigos advindos da imensidão de nossas fronteiras. Por isso, indaga lançando uma cobrança: "*Estaria*

(...) a Casa do Rio Branco disposta a abraçar uma política realmente responsável, abandonando a diplomacia simplesmente declaratória que a tem caracterizado nos últimos tempos?” (25)

Note-se que, neste projeto, a diplomacia necessariamente estaria vinculada à noção de segurança, sendo esta obviamente a cargo das Forças Armadas. “O ESP” requer, portanto, no contexto de uma concepção estratégica, dicotômica e essencialmente ideologizada, a ocupação militar de cunho ostensivo (caso do projeto Calha Norte) ou de vigilância. A idéia do inimigo externo - comunismo imperialista e seus países satélites - tentando penetrar no país, associado aos agentes à esquerda internos, permeia toda a posição do jornal acerca da ocupação das fronteiras, no melhor estilo provindo da “guerra fria” e do espírito da Doutrina de Segurança Nacional.

Pode-se afirmar que “O ESP” move-se num universo tipicamente persecu/conspiratório nesta questão, como atesta por outro lado a avaliação que faz dos interesses que circundariam os “pseudo-defensores” da causa indígena e que motivaram tanto a ênfase no referido projeto Calha Norte como toda uma argumentação assentada em valores que historicamente condenara - o nacionalismo, a idéia de soberania, a conspiração internacional contra o território e os interesses brasileiros etc.

Assim, colocando-se vigorosamente como ator político, publica uma série de reportagens onde apresenta documentos - contestadas, sua veracidade, pela Igreja Católica e pela Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada para o caso - a respeito dos objetivos escusos da Comissão Mundial das Igrejas Cristãs (CIMI) em, apenas na aparência, defender os índios. Assim, num editorial em que prioritariamente se defende, expõe valores que sempre acusara o pensamento à esquerda de expressá-los, em razão das denúncias que fizera, pois:

“Sabíamos (...) que contra nós se ergueriam vozes iradas (...) inimigos dos índios não somos; (...) Agentes de interesses econômicos nunca o fomos; mas não é por receio deste tipo de acusação que iríamos silenciar, quando se torna evidente que se tramou (e está em execução) manobra destinada a fazer que o Brasil não possa participar do mercado interna-

cional de minérios e minerais preciosos e/ou estratégicos [por causa da defesa do CIMI da intocabilidade das áreas indígenas - FCPF] (...) o que desejamos é impedir (...) a expulsão dos brasileiros de áreas que grupos internacionais desejam manter intocadas nem que seja à custa da quebra de fato da unidade nacional e da marginalização do Brasil no mundo. (...) aqueles que buscam afastar o Brasil das terras que são suas valem-se do privilégio da batina e do escudo do índio para intimidar (...) e prosseguir em sua obra malsinada. A conspiração contra o Brasil existe. Disso estamos convencidos apesar do que digam purpurados, leigos ou esquerdistas de convicção ou conveniência, e seu séquito de basbaques". (26)

A questão CIMI fora arquivada pela CPI e o jornal, ao que tudo indica (pois o assunto se esvaziou) não conseguiu comprovar as denúncias que fizera. A idéia de uma conspiração internacional fundamentalmente lesiva aos interesses nacionais é típica do pensamento nacionalista, sendo que certos setores das Forças Armadas se notabilizaram por esta concepção, como por exemplo a figura do gal. Andrada Serpa. Reafirme-se que o jornal historicamente combateu esta visão de mundo, advogando o internacionalismo como causa. O espírito persecutório, especialmente devido aos trabalhos constituintes, onde a questão indígena necessariamente seria discutida e votada - e que implicaria diretamente na demarcação ou não de suas terras, afetando a miríade de interesses econômicos sobre elas existentes -, claramente está por trás desta posição. A desmoralização advinda devido à não-fidelidade dos documentos apresentados respondeu o jornal, como vimos acima, de forma ao mesmo tempo defensiva e reafirmativa. O título deste editorial parcialmente reproduzido é aliás sintomático: "Consciência Tranqüila".

Além de requerer a possibilidade de exploração econômica nas terras indígenas - seja por defender interesses nessa questão, seja, o que nos parece mais consentâneo à atuação do jornal, por considerar improdutivas, antirracional e anticapitalista reservas indígenas que restringissem a exploração das reservas minerais existentes - esta posição contempla outro objetivo: manter as Forças Armadas atuantes nestas áreas.

O fantasma de interesses imperialistas, capitaneados por uma entidade religiosa (como "testa de ferro"), parece ter sido pensado, portanto, como mote

suficiente para atingir ambos os objetivos: conseguir liberar as terras dos índios à exploração, via Constituinte, e possibilitar a atuação ostensiva das Forças Armadas.

Em relação à elaboração e uso da energia e especialmente da bomba nuclear, inicialmente se empolgou com o anúncio do domínio do processo de enriquecimento de urânio. Caracterizando este episódio como um verdadeiro feito, demonstrou enorme satisfação em constatar que *“a partir de agora o País será mais do que antes visto como uma potência emergente - não faltando aqueles que (...) terão imenso prazer em apontar sinais de expansionismo em ações meramente rotineiras de nossa diplomacia”*. (27). O fato do programa nuclear ter se desenvolvido paralelamente tanto às normas proibitivas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) como ao Acordo Nuclear Brasil-Alemanha é visto com cautela pelo jornal, temerário do possível isolamento internacional como resposta a essa autonomia, além, como se viu, do receio da desconfiança internacional. Acredita que: *“Esta circunstância [programa paralelo - FCPF] aponta para grande liberdade de manobra para o exercício pleno da soberania nacional, mas ao mesmo tempo para a reação das grandes potências (...) que não desejam de forma alguma a proliferação nuclear”*. (28)

É fundamental ressaltar a omissão ao fato do programa paralelo ser resultante do regime autoritário, pois representa ausência de transparência à sociedade em todos os sentidos, levado a efeito (o programa) pelos militares de forma unilateral. Sob o impacto, contudo, de tamanho feito nacional, assim concebido à época, apesar da cautela expressa, aproxima-se retoricamente também aqui do estilo nacionalista, pois *“o nacionalismo - e sob certos aspectos, o nacionalismo militar - demonstrou a viabilidade do progresso tecnológico brasileiro autônomo”*. (29)

É importante enfatizar esta aceitação de valores como soberania e nacionalismo, entre outros, no contexto de um espírito de certa forma ufanista, pois historicamente condenados por “O ESP” devido ao pensamento à esquerda em sua avaliação adotá-los. A razão para tanto deve ser compreendida devido ao intuito freqüentemente afirmado do pertencimento do Brasil ao seletivo clube dos países desenvolvidos, isto é, ao chamado “primeiro mundo”. A entrada a este

clube se daria por variadas maneiras, principalmente relacionadas ao desenvolvimento econômico (como veremos detidamente no próximo item, "O Plano Cruzado"), mas também por feitos diversos, dos quais, num primeiro momento, destaca-se o programa nuclear.

Esse ufanismo foi, contudo, fugaz, pois as reações internacionais logo se pronunciaram, configurando o temor do jornal, como dissemos, de reprimendas e, especialmente, isolamento do país. A vinculação ao "ocidentalismo" (30) fará, como veremos, com que "O ESP" recue completamente a qualquer pretensão relacionada à construção de artefatos nucleares, notadamente a bomba, apenas aceitando a energia nuclear, ainda assim subordinada ao acordo com a Alemanha e aos organismos internacionais de inspeção nuclear (mesmo que o programa continuasse na sua integralidade). O abismo que separa tais posições demonstra uma vez mais a grande capacidade argumentativa do jornal em mudar suas opiniões sem, contudo, admiti-lo.

Assim, passa a solicitar o exclusivismo da energia nuclear e, mais que isso, o término tão-somente da construção das três usinas em Angra dos Reis, cumprindo o acordo com a Alemanha, e isto porque a tecnologia já havia sido paga.

Com a lentidão, a ineficiência e a obsolescência de tal programa nuclear, contudo (pois a Alemanha não transferira tecnologia de ponta nesse acordo), requer o puro e simples rompimento unilateral do acordo nuclear, contrariando seus próprios argumentos da importância do cumprimento dos contratos acordados. (31) A energia atômica será, então, considerada não prioritária ao país. Do ponto de vista energético, os recursos deveriam ser canalizados "*para construir as usinas hidrelétricas absolutamente indispensáveis para atender ao consumo diário*". (32)

Por outro lado, passa a defender que qualquer investimento atômico, bélico (pois setores militares ainda persistiam nesse intuito) ou energético, significaria um desperdício injustificável de recursos tendo em vista a dimensão das carências sociais. O apoio de setores do governo da "Nova República" a tais investimentos poderia "*levar ao dispêndio de mais alguns bilhões de dólares (que*

não possuímos), na instalação de usinas e no enriquecimento interno de urânio, sob a bandeira de um nacionalismo pouco convincente para quem conhece a dramática situação das finanças do País". (33) O retorno ao antinacionalismo, contrastando integralmente com a afirmação ufano/nacionalista anterior é, portanto, evidente. Reafirme-se ser este *zigue-zague de posicionamentos*, aliado ao não reconhecimento desta prática (pois, como já o afirmamos anteriormente, sempre se autocolocou como coerente em suas posições devido à doutrina que rigidamente seguiria), representa *uma das características mais marcantes do jornal*. A capacidade retórico/argumentativa igualmente deve ser realçada, pois de grande importância num periódico diário, secular e ostensivamente (por mais que também jamais admita) atuante como agente político/ideológico.

Os recursos financeiros estatais existentes deveriam, portanto, ser utilizados para sanar os problemas sociais, pois: *"Não seria paradoxal poder fabricar artefatos nucleares, a custo elevadíssimo, e perder a batalha do analfabetismo? (...) [ou] assistir praticamente de braços cruzados à expansão de males que expressam o subdesenvolvimento, como a tuberculose, a lepra e a malária?"* (34)

Toda essa questão revela que o papel tutelar das Forças Armadas, existente também aqui ao assegurar para si, no contexto de um regime que, bem ou mal, era formalmente civil, e agravada pelo caráter autoritário, típico dos sigilosos programas paralelos, pois imune a qualquer tipo de controle; toda essa questão, enfim, não é questionada enquanto uma questão tutelar. Mesmo a discordância posterior de "O ESP" para com o programa (artefatos e energia) nuclear jamais fez com que criticasse a prerrogativa militar em controlá-lo, ainda mais exclusivamente (mesmo num regime civil, reafirme-se). A importância, tomada como princípio, das Forças Armadas, parece estar subjacente a toda essa questão.

Finalmente, há que se destacar o papel tutelar conferido pelo jornal, agora em nível internacional, aos Estados Unidos, numa espécie de "polícia do mundo", notadamente por intermédio de suas Forças Armadas.

Como já o dissemos, o jornal normalmente pareceu mover-se em meio ao ambiente da “Guerra Fria”, marcado pela rígida divisão do mundo em dois grandes blocos.

O “ocidentalismo” e o intuito de pertencer ao restrito grupo do “primeiro mundo”, ambos uma vez mais, e o apreço que sempre demonstrou em relação aos EUA, tidos como modelos de democracia e, talvez especialmente, de capitalismo (e que poderia implicar numa parceria privilegiada com o Brasil), aparentemente explicam esta posição.

Portanto, a atuação militar norte-americana, espraçando sua influência por todo o mundo, mas notadamente o ocidental, tutelando-o, foi recorrentemente apoiada por “O ESP”. Em todos os quadrantes, em especial naquelas regiões que, por motivos diversos, os valores e/ou interesses tidos como ocidentais mais caros estivessem em perigo, casos da América Central, devido à influência socialista e considerada totalitária de Cuba e do sandinismo nicaraguense; do Oriente Médio - islamismo, conflitos árabe/israelense e terrorismo líbio; da Europa, alvo dos terroristas internacionais, entre outros.

Como dissemos anteriormente, o financiamento ao panfleto anti-sandinista “Nicarágua Hoy” e aos “contras” em geral por parte dos EUA, assim como o embargo econômico a Cuba, foram vigorosamente apoiados. Por isso, creê-se ser democrático o recado dado pelo presidente norte-americano às *“ditaduras que ainda sobrevivem nas Américas, tanto as de esquerda como as de direita, afirmando que todos os povos do Hemisfério têm direito de viver em liberdade”*. (35) Não representaria tutela internacional tais “recados”, da mesma forma que, quando necessária, a intervenção militar, caso do bombardeio à Líbia, pois teria representado uma resposta ao terrorismo internacional praticado por aquele país. Afinal, *“à falta de uma autoridade supranacional que possa funcionar a contento [para reprimir o terrorismo - FCPF], ficam os mais fortes - e mais atingidos - compelidos a arcar com as responsabilidades mundialmente impopulares”*. (36)

A contrariedade europeia para com tal papel tutelar dos EUA, agravada pela unilateralidade de muitas de suas ações bélicas, será vigorosamente criticada

pelo jornal, que assume a defesa da atuação norte-americana de maneira ostensiva. O caso da reprimenda à Líbia sintetiza esta posição, pois:

“Até então, buscando respeitar as leis internacionais, as potências do Ocidente assistiram impassíveis ao assalto do terrorismo contra as populações e as instituições democráticas, matando inocentes (...) Agora, pela primeira vez, um governo ocidental - e, por necessidade histórica, o da grande potência defensora do Ocidente, o mais diretamente fustigado pelos fora-da-lei - age com coragem em relação ao terrorismo, atacando-o diretamente em suas bases.

*“(...) não é um ato de guerra, mas tão-só uma ação de represália, policial, no sentido amplo da palavra, ainda que os meios empregados sejam militares. O caráter de desgaste que o terrorismo internacional empresta a suas ações contra **a civilização ocidental**, ou o modo de vida produzido pela abundância norte-americana e européia, passou agora a nortear as ações norte-americanas contra a Líbia. (...) [Afinal] que distingue uma ação de autodefesa de um ato de guerra a não ser a intenção do atacante?” (37)*

A passagem acima sintetiza, como dissemos, claramente o caráter tutelar em nível internacional. As justificativas e atenuações feitas pelo jornal ao ataque como “legítima defesa” e à “necessidade histórica” da intervenção bélica norte-americana tendo em vista a “civilização ocidental” parecem corroborar a vinculação ao “ocidentalismo”. Implicam, por outro lado, tais justificativas, no convencimento da importância da tutela norte-americana, procurando contrapor com argumentos a posição européia. O temor, real ou imaginário, do socialismo, aliada à manutenção do *status quo*, é fator crucial para a compreensão dessa posição. É importante que se assinale, todavia, a *peculiaridade do liberalismo de “O ESP”*; possuidor de uma concepção tutelar (bélica, portanto), tanto ao nível interno como externo, em nome sobretudo da preservação ou instauração da liberdade.

Como contraponto, a atuação similar adotada pelo país comandante e imperialista do outro bloco, o soviético, no Afeganistão, é vista como “*expansionismo belicista*” (38). Como praticamente não há distinção entre uma e outra

atuação, pois ambas imperialistas e tutelares, fica uma vez mais comprovado o perfilhamento do jornal ao que considera como “ocidentalismo”, donde a propriedade privada, o mercado - numa palavra, o capitalismo - e a chamada democracia-liberal (mesmo à sua maneira) deveriam ser, por todos os meios, defendidos e preservados. Por isso, o adágio dos “dois pesos e duas medidas” parece, em sua lógica, não caber.

**OS “NOVOS PERSONAGENS” - PT/CUT -
OU O “OUTRO” DOS LIBERAIS**

Observar os posicionamentos do jornal em relação a estas entidades agregadoras de interesses dos trabalhadores não é tarefa simples tal o arsenal de argumentos, contra-argumentos, palavras de ordem etc utilizados. A metáfora de uma “metralhadora giratória”, atirando todo o tempo contra o “outro” tem a dupla vantagem de mostrar tanto a magnitude das críticas, oposições, vetos e concitações como o sentido claro e concreto do embate político/ideológico. Toda a contrariedade do jornal para com estes agentes sociais será modelada por um complexo aparato retórico/ideológico, assentado em categorias e proposições maniqueístas e em concepções particularistas elevadas à condição de universais.

O conjunto dos posicionamentos de “O ESP” será por nós agrupado em categorias de argumentos (à guisa do item “A Questão Social” no tocante à reforma agrária), da seguinte forma: a) caracterização política e ideológica do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT); b) concepção das ações e males que acarretariam à sociedade, notadamente as greves; c) críticas à atitude pusilânime dos empresários e especialmente das autoridades perante as ações e males do “outro” e a aceitação/proposição da “tutela militar/entulho autoritário” para coibi-los e enquadrá-los; e d) proposição de como deveriam se portar, para ser construtivo, o sindicalismo e um partido representante dos trabalhadores.

As críticas ao PT e à CUT por um lado o são específicas, pois os observa enquanto agentes sociais (tomados em sentido amplo) concretos atuantes numa conjuntura política determinada; por outro lado, tais críticas referem-se ao âmbito mais geral do pensamento à esquerda no espectro ideológico. Este é considerado a antítese da liberdade (1), da democracia, dos valores ocidentais e cristãos (2) e do capitalismo (3).

Vejamos, então, o primeiro grupo de argumentos do jornal referente à *caracterização política e ideológica que faz do PT e da CUT*. Ambos são tidos como faces da mesma moeda ideológica (4), por excelência radical, totalitária e contrária ao modelo liberal/democrático, garantidor das liberdades e dos direitos fundamentais, entre eles a propriedade, o sufrágio universal, a possibilidade de expressão e associação, entre outros. Basicamente, portanto, quando se refere a um destes agentes automaticamente o outro está contemplado, pois “a CUT é o

PT com uma sigla diferente". (5) Assim, ao afirmar ter sido encontrado (pois perdido por um dirigente sindical que atuara na paralisação de uma fábrica em São Paulo) um certo "Manual de Adestramento para Dirigentes Sindicais", distribuído por ambas as entidades a sindicalistas e representantes dos trabalhadores no interior das empresas com vistas a, detalhadamente, sabotar os locais de trabalho, alerta para o fato de que:

"Cada vez mais o Partido dos Trabalhadores dá demonstrações cabais de que não apenas está despreparado para o regime democrático, mas é avesso, intrinsecamente, à democracia e a seus métodos habituais de atuação e participação política e/ou sindical. (...) para esse partido, os lemas básicos são 'quanto pior, melhor', 'ponha-se fogo no circo', ou expressões que se assemelham. (...) Cada vez mais imatura, provocativa, primariamente agressiva, bitoladamente intransigente e totalitariamente prepotente se vai mostrando essa agremiação, que, revelando desprezo absoluto pelas reivindicações trabalhistas legítimas, parece preocupar-se, com exclusividade, em acirrar ao máximo sua desejada 'luta de classes', pelo que se transforma em uma escola de desestabilização política (...)" (6)

Para além de qualquer dúvida que se possa ter acerca da veracidade de um manual oficial dessa envergadura de um partido e, em existindo, de sua perda - devido as implicações que lhe pudessem trazer, exigindo conseqüentemente segurança e sigilo, e também da existência do termo "adestramento", via de regra utilizado apenas para domesticação e treinamento de animais, adquirindo uma conotação pejorativa fora desse uso, o que indica sua provável não utilização por qualquer agremiação; para além de tudo isso, o que nos importa é a visão sobre o "outro" acima expressa. Assim, é oportuno adiantar que o conjunto de críticas efetuadas pelo jornal ao longo do período de observação deste trabalho corrobora inteiramente a passagem acima.

Duas posturas parecem, desde já, evidenciar-se. A primeira diz respeito aos termos duros, ácidos e incisivos com que trata o "outro", não medindo palavras para opor-lhe radical e violentamente; a segunda refere-se a uma posição de extrema relevância devido aos desdobramentos que daí advêm: concebe o "outro" como intrinsecamente contrário à democracia. Portanto, se a natureza deste é autoritária, qualquer ação que desenvolva, especialmente nas nevrálgicas

relações entre empresários e trabalhadores, estará naturalmente, para “O ESP”, destituída de legitimidade democrática.

É múltipla a caracterização do partido e da central sindical, realizadas pelo jornal, no tocante às filiações políticas historicamente existentes. Ora são fascistas, nazistas, stalinistas (no âmbito do totalitarismo), ora são anarco-sindicalistas, querem a anarquia, a desordem, a anomia (no contexto do anarquismo), ora são foquistas e ora participam do jogo democrático, com vistas, no entanto, a aproveitar-se de suas franquias para destruí-lo e instaurar-se um regime socialista.

A visão que gera essa multiplicidade demonstra ser ao mesmo tempo panfletária e fidedigna de suas concepções, seja pelo fato de identificá-los sucessivamente a essas correntes, não fixando-se numa posição, seja por associar, de forma concomitante, duas ou mais dessas características, quando sabe-se ser, por exemplo, a matriz centralizante por excelência antitética à matriz anárquica. O pertencimento a esta ou aquela corrente faz com que as estratégias delas decorrentes se diferenciem. Para “O ESP”, contudo, ao versar sobre greves, especialmente a greve geral, afirma ser esta:

“(...) o sonho dos cutistas e petistas, inspirados no anarco-sindicalismo do fim do século passado e começo deste (...) O grevismo, praticado a esta altura das coisas, é mera continuação do stalinismo nos seus piores períodos: é a tentativa de impor à sociedade a vontade de alguns poucos (...)” (7)

A junção destas duas vertentes, entre outras, enquanto prática política, representa a associação de incompatibilidades históricas. À promoção da greve, contudo, ira maior do jornal, não faltarão epítetos, mesmo que não afinados histórica e ideologicamente. Afinal, o PT e a CUT demonstrariam *“sua afeição a um estilo de procedimento que se poderia qualificar como bonapartista hitlerista”*. (8)

Como se percebe, a retórica do jornal apresenta-se como uma “metralhadora giratória”. O mais importante, porém, nesta questão, diz respeito ao fato de “O ESP” nunca ter apontado esta incoerência histórico/ideológica tanto da

convivência como das práticas simultâneas de tantas e tão contrastantes correntes políticas no interior do “outro”. (9) O que significa, portanto, ser uma mixórdia produzida com vistas a influenciar seus leitores no contexto de um, construído, ambiente conspiratório. Observe-se que “O ESP” envolve-se inteiramente em tal ambiente ao referir-se ao “outro”. Assim, em tom grave de alerta, tendo em vista as eleições que elegeriam os constituintes em novembro de 1986, chama a atenção da sociedade:

“Ninguém duvide de que as greves que evoluem em São Paulo obedecem ao empenho de testar resistências e ver se está mais próxima a oportunidade de disseminar a desordem e instalar o caos. (...) segundo tudo leva a crer, os estrategistas do partido dedicam-se à tarefa de levá-lo a assumir posições radicais, que criem confusão generalizada e desacreditem as eleições aos olhos do povo [devido à suposta péssima performance eleitoral dos petistas, fazendo com que - FCPF] (...) alegando falta de garantias, perseguições etc deixem de concorrer ao governo estadual. (...) Nesse contexto, grevismo e manifestações de inconformidade com a ordem vigente, para explicar que o poder deve ser tomado na marra, correspondem à tática cujos efeitos não devem ser menosprezados, pois sacrificam a economia, em plena transição, e depreciam a consulta às urnas, quando mais se deve valorizá-la, no interesse da democracia. OPT é neste instante uma milícia [esta tratativa deve-se a supostas ações violentas de membros do partido e da central sindical na deflagração das greves - FCPF], aguerrida e disposta a tudo. A História mostra que é imprudente subestimar as milícias”. (10)

Esta passagem demonstra claramente o quanto o jornal procura formar uma imagem do “outro” radicalmente perversa, eminentemente conspiratória (reafirme-se), por excelência deletéria aos valores e interesses de uma sociedade democrática.

É muito interessante comparar, contudo, os reclamos e críticas de “O ESP”, feitos à mesma época do editorial reproduzido acima (julho de 1986), com, justamente, o caráter conspiratório do Governo Sarney relacionado às crises de abastecimento em consequência do Plano Cruzado. Os fragmentos do editorial que

exibiremos a seguir adequam-se com exatidão à própria postura que adota perante o “outro”, pois:

“(...) o próprio dos regimes autoritários que marcham para o totalitarismo é descobrir conspirações. (...) Quando no Executivo se criam teorias conspirativas, e os serviços especiais fornecem indícios para demonstrar que os conspiradores existem, a Nação deve colocar-se em guarda, porque o trem da história começou a descer o plano inclinado do totalitarismo”. (11)

Isso significa haver quase sempre conspirações e conspirações e conspiradores e conspiradores, alguns facilmente identificáveis e outros não considerados como tal, apesar de adotarem, estes, a mesma prática e o mesmo discurso. Esta estratégia do jornal será por nós explorada em vários pontos desta dissertação, pois identificamos sua utilização, com variados motes, em diversas situações. Não queremos negar, com isso, certas posturas dogmáticas e antidemocráticas destes “novos personagens”. Afinal, a construção da democracia é um processo e, como tal, complexo e sinuoso, até por que o legado de um extenso regime militar não se desfaz rapidamente, inclusive para o próprio jornal. Outra coisa, contudo, é a formulação de uma imagem monolítica, potencializada pela tentativa de criação obsessiva de inimigos conspirando contra a sociedade. É de fundamental importância notar, no entanto, que a visão de mundo de “O ESP”, associada ao sentido estratégico de que falávamos há pouco - advindos dos interesses sociais e políticos que defende -, parece responder pela rígida divisão maniqueísta que faz das idéias e dos agentes sociais.

A pluralidade de caracterizações do “outro”, convergentes porém no que tange à sua essência, apresenta ainda outras variações. Possuiria o PT “*um ou vários grupos de foquistas (adeptos da teoria do foco de agitação), ateus, leigos ou não, que desprezam a atividade política e a têm como exemplo daquilo que Lênin certa feita chamou de ‘cretinismo parlamentar’*”. (12) Desconfia o jornal da suposta desconfiança do partido e da central sindical em relação à aceitação do jogo liberal/democrático.

Quando do assalto (referido no item “O Entulho Autoritário”) a uma agência bancária em Salvador por membros de uma facção do PT, aparenta

considerar este partido cindido em duas faces, uma afinada ao aludido jogo liberal/democrático, outra perfilhada à subversão (violência). Ocorre, contudo, como veremos a seguir, tratar-se apenas de uma aparência, pois tanto o sentido como o tom do editorial convergem para o caráter (intrínseco, reafirme-se) totalitário do “outro”, pois:

“(...) os petistas têm de decidir-se: ou acompanham as facções que se encaminham para o terrorismo e se apartam das normas do Direito Positivo vigente para, honesta e coerentemente, deixar de colher vantagens que ele oferece a quantos o observem, ou descartam os grupos em questão e singram a estrada real da ordem. Não há meio-termo. O que não se pode tolerar é um tipo de esperteza que levaria a tirar partido de tudo, de assaltos que constituem crime perante a lei (...) e de horários gratuitos, requeridos à justiça eleitoral, em cumprimento à lei. (...) tudo é lucro: se der certo, chega-se mesmo ao poder e subverte-se de cima para baixo; se não der, subverte-se de baixo para cima!” (13)

Promover a subversão, por meios legais ou não, seria portanto, uma característica do “outro” que, além do mais, se espelharia no “totalitarismo de Cuba e da Nicarágua sandinista, os quais são, justamente, os ‘modelos’ de regime político-econômico seguidos pelo PT”. (14)

Em verdade, para o jornal os “novos personagens” teriam uma concepção de democracia (apenas aludida no item “A Campanha ...”) que se opõe frontalmente à “verdadeira” democracia, isto é, adotariam o “plebiscitarismo” (democracia direta) em detrimento da democracia representativa. Um dos pontos centrais das críticas que imputa aos “novos personagens” um caráter autoritário passa necessariamente pela visão que o jornal formula da democracia direta, tida por excelência como antitética à representação clássica. (15) Várias formas assumiriam, no “outro”, esta concepção direta da democracia, como indicam os (pejorativos) termos “assembleísmo”, “participacionismo” e “plebiscitarismo” cunhados pelo jornal. Se corriqueiramente este será um tema importante tratado nos editoriais, adquirirá maior relevo ainda quando dos debates acerca das prerrogativas do Congresso Nacional Constituinte. Assim:

"Na ânsia de vulnerar esse mesmo princípio da representação popular é que o manifesto de lançamento do PT advoga 'formas plebiscitárias de governo'. Constitui ideal da antidemocracia pôr na rua massas humanas açuladas por demagogos profissionais e atribuir a elas a decisão dos problemas políticos, em nome do povo.(...) [também a instituição das "emendas populares" criaria o caos, FCPF - pois:] O regimento [da Constituinte - FCPF] a consagraria e o resto viria, como na Revolução Francesa, no bojo do Governo da Assembléia. (...) [já o plebiscito, proposto para vigorar na nova Constituição - FCPF -, a Constituinte:] se se apressar a abrir mão dessa soberania, se arriscará a ver-se encilhada por pressões espúrias, a exercer-se de fora para dentro, também sob o exemplo do que ocorreu na Revolução Francesa... [as conseqüências seriam] o sacrifício da ordem e, em seguida, da liberdade. Não foi assim com o Terror (...) e o Comitê de Salvação Pública decidindo sobre a honra, o patrimônio e a vida de todos os franceses?" (16)

Se o significado da Revolução Francesa é importante para o pensamento do jornal em relação a vários aspectos (17), sempre negativos, essa questão da participação direta como uma manifestação "plebiscitário/assembleística" é um ponto crucial justamente por contribuir para desnudar sua concepção de democracia. Esta teria de se circunscrever rigidamente à relação representação parlamentar/eleitor.

Dai a ênfase no fortalecimento dos partidos políticos (18) e do Parlamento enquanto instituições vitais à vida democrática; a recusa à prerrogativa ao voto ao analfabeto, por não contribuir para o aperfeiçoamento da democracia representativa - possibilitadora da ascensão dos "melhores e dos mais capazes" (19) - e a oposição ao parlamentarismo, por não manter a separação, harmônica e independente, entre os três poderes.

O PT e a CUT, ao atentarem contra a democracia representativa, além de outras ações violentas, seriam, segundo o jornal, "carbonários". Já as duas cidades administradas pelo PT no período observado pela dissertação - Fortaleza e Diadema -, ao adotarem tais formas plebiscitárias seriam o paradigma da incompetência política e administrativa. As prefeituras petistas não saberiam lidar com os problemas típicos de uma cidade nem teriam capacidade para resolvê-los,

pois “*não seriam duas prefeituras comandadas pelo PT que haveriam de descobrir as melhores fórmulas de solucionamento...*” (20) Por outro lado, quando as populações daquelas cidades se posicionassem contrárias a certos atos dos executivos petistas, estes recusariam o diálogo e agiriam com violência, utilizando-se de “pelotões” - compostos por militantes petistas, cutistas e da “Igreja Progressista”. Assim teria agido o prefeito de Diadema por causa da resistência dos moradores de um bairro que teriam rechaçado a construção de uma usina de processamento lixo nas cercanias de suas casas. Isto é, teria ordenado a “invasão” do referido local; como houvera resistência, uma máquina de terraplanagem teria sido lançada contra os opositores, ferindo vários deles. Portanto: “*Incompetência e truculência - para dizer o menos: eis mais uma demonstração de como o PT governa...*” (21)

Não bastassem o “plebiscitarismo”, a “incompetência” e o uso da “violência”, seriam também o “outro” e suas administrações corruptos. Tendo no pensamento de T. Hobbes uma referência para também caracterizar o “outro”, se utiliza de certas categorias deste pensador para tanto. Assim, à aludida corrupção como característica associa-se o caráter hobbesiano, que lhe diferenciaria, pois quereria:

“transformar sua cidade num laboratório de crises: o impulso de fazer da administração um Leviatã a impor medo aos cidadãos [o que estaria fazendo com que a classe média estivesse se mudando das cidades administradas pelo partido - FCPF]; a tendência fascista a criar ‘milícias operárias’ para coagir os adversários. Esta é a diferença entre um prefeito petista acusado de corrupção [o que significaria que o PT, ao chegar ao poder, não teria pruridos em se utilizar das benesses e regalias do poder - FCPF] e um prefeito não-petista também acusado de corrupção: o primeiro é fascista (...)” (22)

A categorização hobbesiana, como dissemos, serve a diversos fins no embate contra o “outro”. Assim, a CUT, através de seu presidente veria o mundo “*como um Hobbes mais pessimista o veria: cada um é o lobo do outro, sobrepondo o seu direito a sobreviver à necessidade de pactuar as formas de assegurar a*

sobrevivência. Este tipo de pensamento que coloca a luta em primeiro lugar (...) já foi batizado no mundo moderno: fascismo". (23)

Como se observa, uma vez mais "O ESP" associa dois conceitos díspares, que não possuem relação histórica nem conceitual. Isto porque o pensamento de Hobbes refere-se, no contexto do jusnaturalismo contratualista, ao apoio às monarquias absolutistas do século XVIII; já o fascismo, fenômeno do século XX, representou uma resposta à desagregação econômica e social em países derrotados na 1ª Guerra Mundial, resultante, esta, de disputas imperialistas de um capitalismo já desenvolvido. A violência, o poder concentrado no Estado e a manipulação das massas, neste regime, não guardam qualquer relação com o absolutismo pré-capitalista hobbesiano, referenciado que estava a sociedades onde a diferenciação das esferas pública e privada ainda estava por se fazer, tendo na visão psicologizante do homem, necessariamente pré-sociológica, o método de compreensão do mundo.

Somente uma postura panfletária ou, alternativamente, radical, permite explicar tais "erros" histórico/conceituais; conseqüentemente, descartamos qualquer hipótese ligada à ausência de conhecimento, pois o jornal demonstra claramente pertencer aos estratos intelectuais superiores, como, a rigor, sempre deixou implícito. (24)

A última das características significativas imputada aos "novos personagens" diz respeito a um elemento fundamental na sociedade capitalista, e enfaticamente ressaltada pelo jornal: a necessidade do cumprimento de todo e qualquer contrato acordado, constantemente por eles desrespeitados, contudo. Especialmente as greves, promovidas além do mais com intuito subversivo, desestruturariam um dos pilares da economia capitalista, que:

"(...) repousa no cumprimento dos contratos. (...) Eles sabem que as greves durante a vigência dos contratos de trabalho, sobre ser ilegais, ferem o sistema na área mais sensível, que é a credibilidade. (...) Se não houver consciência de que o respeito aos contratos é indispensável à convivência harmônica dentro da empresa, não será possível garantir a continuidade do regime democrático, que assenta no respeito ao contrato maior passado

entre todos os cidadãos, consubstanciado na Ordem Jurídica. (...) Se não houver respeito aos contratos de trabalho, não poderá haver produção, criação de riqueza, manutenção dos empregos. Será difícil convencer os operários de que a CUT os está levando para um beco sem saída, destruindo conscientemente a economia do país?" (25)

A importância do cumprimento dos contratos em geral e do contrato de trabalho em particular é perfeitamente coerente com a tradição liberal advinda da *ordem burguesa*. Isto porque o liberalismo clássico procurou "horizontalizar" *juridicamente* as classes sociais, propugnando a supressão de suas diferenças no mercado. Daí o contrato de trabalho ser essencial para o funcionamento do sistema capitalista, pois sinaliza que o mercado balizou os agentes econômicos, dando-lhe (ao sistema) previsibilidade e confiança de que os acordos serão cumpridos, entre outras seguranças. Como vimos, esta característica básica da configuração liberal estaria sendo subvertida pelos "novos personagens", interessados na edificação de um regime totalitário, em nome, contudo, da melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Por fim, procuraremos demonstrar o autoritarismo do jornal pelas suas próprias palavras, isto é, por meio de estratégias que criticara acidamente como pertencente ao "outro", mas que, como veremos, são por ele próprio adotadas. Trata-se do episódio do fechamento, pelo governo sandinista, na Nicarágua, do jornal de oposição "La Prensa". (26) Como já expusemos, Cuba e Nicarágua, segundo o jornal, seriam os modelos de regime que o "outro" queria implantar no Brasil. Assim, ao comentar o apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) a tal empastelamento observa o paradoxo dos que defendem a liberdade no Brasil mas apóiam a censura dos regimes de esquerda, e que seria extensivo aos agentes à esquerda, notadamente o PT e a CUT. Afirma, então, ser típico dos totalitários o mote do iugoslavo Marechal Tito: "*Democracia é a vontade do povo e não a liberdade de seus inimigos. Nunca foi difícil aos ditadores identificar os inimigos do povo...*" (27)

Note-se que tal mote é implícita e explicitamente imputado ao "outro" por "O ESP" em diversas ocasiões, como atesta a concepção que faz daquele. O revelador é observar que o próprio jornal elege *seus* inimigos, pretendendo.

contudo, que sejam inimigos da Nação. Assim, ao afirmar que a executiva da CUT, em seu 2º Congresso Nacional, supostamente iria propor ao plenário “*o fim da propriedade privada e a invasão de todas as terras mal aproveitadas*” - estas, além do mais, a partir de critérios eminentemente arbitrários, prevê:

“(...) a sociedade brasileira não pretende, não deseja, nem aceitará a subversão total, o caos pretendido pela CUT. Ela saberá defender a democracia contra seus verdadeiros inimigos, agora tão veementemente declarados. (...) Ademais (...) por trás desse deliberado programa de violência (...) pode estar a intenção de rearmar o braço odioso que fez explodir as bombas no Riocentro (...)” (28)

A clareza da passagem acima, enredada num perene ambiente conspirativo/persecutório de que já falamos, identifica no “*outro*”, explicitamente, sem meias palavras, *o inimigo do Povo*, à guisa dos ensinamentos do Marechal Tito, paradigma, para o jornal, reafirme-se, da prática totalitária.

Com isso, percebe-se que “O ESP”, de acordo com sua própria lógica e palavras, perfilha a mesma posição que diz condenar. O mais importante, contudo, é que aos inimigos, diferentemente dos adversários, é necessário o banimento, a exclusão. É igualmente importante observar que esta postura de eleger inimigos se dá, como é praxe no jornal, através de categorias universais - no caso a Sociedade, o Povo, a Nação, corroborando nossa análise anterior.

Ressalte-se, finalmente, o fato absoluto e irrevogável do jornal jamais conceber o “outro”, para qualquer efeito e em qualquer circunstância, como legítimo representante de certos segmentos sociais, possuidor de uma prática e de uma ideologia *simplesmente diferente* da sua. A diferença é encarada à guisa de outro mote autoritário, afirmador da proposição de que quem não está de um certo lado (no caso, do jornal) logo está contra o mesmo. Não existiria diferença e sim dicotomia. De certa forma a política se daria na clássica relação “amigo-inimigo” (formulada por Carl Schimidt). É claro que a retórica se encarrega, pelos instrumentos delineados, de justificar as posições adotadas, mas que são, como vimos tentando demonstrar, expressão da defesa de certos interesses sociais por excelência excludentes (política e economicamente), portanto não democráticos. Por seu

turno, a prática *também* panfletária certamente contribui para a maior coloração do quadro delineado.

Se estas são, para o jornal, as características do “*outro*”, *suas ações em geral e, dentre elas, a promoção de greves*, serão concebidas como males à sociedade. Aqui também uma variedade de argumentos e contra-argumentos será desfiada, tendo na paralisação do trabalho um tema recorrente e alçado à categoria de principal problema nas relações capital/trabalho devido às conseqüências que acarreta. Serão os “novos personagens” combatidos, portanto, tanto por sua natureza (como vimos acima) como por suas ações.

“O ESP” afirma serem as greves legítimas como instrumento de pressão dos trabalhadores desde que acionadas como último recurso no caso de impasse nas negociações com os patrões. No Brasil, contudo, “*a greve é hoje ato de hostilidade que inicia qualquer conversa*”. (29) Note-se que a afirmação da legitimidade se tornará vazia de sentido, como veremos a seguir, devido ao conjunto de objeções e impedimentos que será interposto à sua utilização.

O nível de produção da economia, as circunstâncias políticas, o primado da Nação e do Bem Comum sobre os interesses corporativos, entre outros, deveriam ser relevados antes de que se partisse para a greve. Assim, por causa da doença de Tancredo Neves, a greve dos metalúrgicos do ABC paulista fora concebida como “*impatriótica e inoportuna, no momento em que o presidente eleito se debate entre a vida e a morte e o País imerge mais fundo na maior crise econômica de sua História*”. (30) A utilização desta categoria universal e subjetiva - a Pátria e seu qualificativo, o patriotismo -, pois passível de manipulação de acordo com interesses os mais dispares -, é estratégia usual na abordagem dos movimentos grevistas. Variam, contudo, os motivos de transgressão a este mote universal. Por isso, o jornal indaga e ao mesmo tempo responde a respeito da greve nas refinarias da Petrobrás, tendo em vista estar caracterizada, esta empresa, como “serviço essencial” e, portanto, proibida por lei:

“Falta patriotismo para compreender que neste período de transição é extremamente perigoso para todos insistir em greves deflagradas e conduzidas ao arrepio do Direito, a fim de impor o atendimento de reivindica-

ções cuja observância importa em descrédito da autoridade? Parece que falta, sim". (31)

A passagem acima, além de demonstrar um dos usos do universal "Pátria", demonstra que as greves conduzidas pelo "outro" são ilegais, pois não observam os preceitos constitucionais. Igualmente, a circunstância da transição, agravante do quadro político e econômico, também não seria relevada.

Ambas estas "não-observâncias" se articulam, isto é, deveria o "outro", antes de tudo, respeitar a lei que proíbe greves em setores considerados essenciais, sendo que a transição política apenas reforçaria a necessidade deste respeito, devido a delicadeza da situação política. Ora, isto implica na *diluição da transição política enquanto momento-chave e necessariamente diferenciado para o reordenamento das instituições e do jogo político*. Tanto o cerceamento por duas décadas dos interesses dos trabalhadores como o fato do escopo da transição ser a possibilidade de expressão de interesses e posições díspares são desprezados pelo jornal. O que resulta na *transição enquanto sinônimo de continuidade; logo, seu ponto de chegada equivale ao de partida*.

Muitas greves teriam objetivos políticos subjacentes às reivindicações trabalhistas, desvirtuando completamente a atuação sindical. Estes objetivos políticos também seriam variados: poderiam querer influenciar certas conjunturas, provocar outras, conturbar o jogo democrático, contestar as autoridades e o próprio sistema capitalista, entre outros. Assim, a decretação do "estado de greve" pelos metalúrgicos do ABC a um mês das negociações com os empregadores, e que implicara no "impedimento", decidido pelo sindicato, à realização de horas-extras, como forma de pressão, significaria que *"o objetivo da CUT não é mais conseguir aumentos de salários (...) a greve é o instrumento para eleger os homens do PT à Assembléia Nacional Constituinte. (...) A CUT vai fazer de sua campanha salarial (...) um grande movimento político"*. (32)

Quase sempre, por extensão, as greves, por mais que suas pautas se circunscrevessem a demandas salariais como *"aumento real de salários, trimestralidade, férias em dobro, jornada de 40 horas semanais, salário profissional e piso salarial"* (33), seriam ao mesmo tempo irrealis às possibilidades da economia

do país e trariam em si objetivos políticos inconfessáveis. O mais grave desses objetivos políticos diria respeito à tentativa de derrogar o regime democrático e o capitalismo, instigando para tanto a violência nos movimentos grevistas. Assim:

“Se há uma greve que é política - e, todas, em maior ou menor grau, acabam servindo a outros interesses, não exclusivos das partes legitimamente envolvidas - é a dos bóias-frias de Guariba. (...) [que] tornou-se, para alguns, um marco revolucionário. (...) [seria] um enfrentamento que, como uma gigantesca chantagem, extrapola a relação capital-trabalho para afrontar populações inteiras e, principalmente, um projeto de entendimento nacional [o Pacto Social - FCPF] (...)”

“(...) há, em marcha, um plano nada amador de convulsão social no campo, para tentar, ao mesmo tempo, ampliar as bases do diminuto PT e consumir um exemplo violento de contestação. [os líderes do PT e da CUT seriam - FCPF] abutres travestidos de 'sindicalistas'”. (34)

Como se observa, se as greves em si, sejam urbanas ou rurais, contemplam interesses exógenos aos das duas partes diretamente envolvidas, retirando da contenda o jogo simples da negociação objetiva e delimitada, as de caráter marcadamente político, assim como as ações em geral promovidas pelos “novos personagens”, seriam nefastas à sociedade. Isso porque, no Brasil, *“a guerrilha, urbana e já agora rural, atinge o objetivo de criar mortos e instaurar a subversão”* (35), caso da disputa por terras em Leme, interior de São Paulo (fora do âmbito da reforma agrária). Apesar das greves serem mais enfaticamente ressaltadas, os movimentos sociais como um todo, capitaneados pelo “outro”, seriam também importantes, pois demonstrariam os efeitos perversos, no caso as mortes, as quais deveriam ser creditadas exclusivamente ao “outro”.

As greves, contudo, assumiriam em certas circunstâncias dimensões absolutamente irracionais, como a chamada “Operação Cambalacho”, havida na Autolatina, podendo ter como consequência a fuga das empresas de capital estrangeiro do país. Ocorre que a irracionalidade seria traço distintivo do “grevismo”. isto é, daqueles que fazem a greve pela greve, não se importando com a adequação entre mercado de trabalho e crescimento populacional. Aos líderes sindicais do ABC paulista, por seu turno, *“não lhes agrada serem tidos como*

moderados, preocupados em obter para os trabalhadores aquilo que é necessário e possível". (36) As ações do "outro" seriam, portanto, descabidas e irracionais, pois políticas, visando pressionar pela saída do capital estrangeiro. Por sua vez, as propostas por Greve Geral seriam inoportunas e absurdas, pois "*o país necessita realmente de trabalho para vencer a crise em que está mergulhado*". (37)

As diversas greves, além das invasões a terrenos e terras ocorridas em locais diferentes, no campo e nas cidades, serão vistas pelo jornal como *articuladas* pelos "novos personagens", isto é, não ocorreriam tendo em vista a reivindicação específica e autônoma de suas demandas. Ao contrário, seriam programadas, de forma concatenada, para provocar o caos, demonstrando:

"o clima de conturbação que se pretende disseminar por toda a parte e [que] pode ser medido por intermédio de uma linha que liga pontos esparsos, de que vale a pena lembrar alguns cujos nomes o leitor recordará sem esforço: Guariba [greve dos "bóias-frias" - FCPF], São José dos Campos [onde a CUT teria aprisionado, em forma de cárcere privado, aqueles que não aderiram à greve - FCPF], Salvador [assalto ao Banco do Brasil - FCPF], [entre outros - FCPF]". (38)

Esta articulação, teleologicamente pensada a partir de um centro único, "*trata-se de tentativa de subversão mesmo, pela qual devem ser inteiramente responsabilizados esses dois grupos de empedernidos marginais da democracia*". (39)

Os termos ácidos utilizados acima dão bem o tom da oposição do jornal ao "outro" no que diz respeito a mais essa caracterização de suas ações. Reafirme-se que certas adjetivações utilizadas implicam numa contenda que extrapola o universo das lutas em uma sociedade democrática, onde os contendores devem necessariamente encarar-se como adversários. As circunstâncias, tanto ao nível do jogo político como das vicissitudes da economia, seriam sempre aproveitadas pelo "outro" como forma de acirrar lutas e produzir conturbações que aguçassem as incertezas. As greves no período do Plano Cruzado - por aumentos de salário numa economia de preços congelados - não teriam fugido a este *script*, sendo "*as reivindicações dos grevistas (...) inteiramente descabidas no quadro da atual*

conjuntura” (40). Mesmo a fiscalização dos preços estaria servindo de mote ideológico para atentar-se contra a livre-iniciativa.

Todas essas ações do “outro”, notadamente o uso desmedido das greves como um todo, “políticas” ou não, trariam conseqüências deletérias (males) à economia, às empresas nacionais e estrangeiras, à autoridade do Estado (concitada a reagir), aos trabalhadores grevistas demitidos e suas famílias, à “harmonia social”, ao consumidor, ao progresso... Os grevistas muitas vezes ou não saberiam ou não se preocupariam, pois, com os seguintes efeitos concretos:

“As greves, destes últimos dias e as que seguramente hão de seguir-se, deixarão o país mais fraco no plano econômico. Exportações deixarão de ser feitas, algumas delas podendo até abalar a credibilidade do país nos mercados externos; gastos com as despesas fixas, sem contrapartida de produção, obrigarão a uma alta maior dos preços; faturamentos não consumados afetarão as receitas dos governos federal, estadual e municipal, os quais serão levados a reduzir mais ainda seus investimentos; os dias de greve não pagos restringirão o poder aquisitivo, produzindo reação em cadeia nos outros setores”. (41)

Tais conseqüências encaixam-se perfeitamente, como se observa, às referidas (na primeira parte: revista VISÃO) “Teses da Ameaça e da Perversidade”, pois os males produzidos à sociedade como um todo seriam incomensuravelmente superiores aos eventuais ganhos dos trabalhadores em greve, repercutindo inclusive neles próprios. Assim, as greves passariam a ameaçar certos “ganhos sociais” já consumados bem como perverter o que se almejava - maior poder de compra e melhor qualidade de vida -, piorando sensivelmente situações que se queriam reverter.

Não bastassem esses, entre outros efeitos maléficis das greves, certos setores e grupos sofreriam duplamente pelas catástrofes advindas do grevismo. Trata-se especificamente dos trabalhadores que, além de serem afetados pelos efeitos gerais à economia, seriam penalizados com o desemprego, contrariamente aos seus líderes, que “*têm garantia legal de estabilidade, alguns nem necessitan-*

do trabalhar (desligados que estão da produção por força de concessão legal) e não podem sofrer coisa alguma se a greve for um malogro”. (42)

A massa dos trabalhadores, portanto, manipulada por lideranças demagógicas, oportunistas e estáveis em sua condição é que pagaria o alto preço do desemprego e da privação, como no “*ABC [onde] estendem-se longas filas nas portas das fábricas das empresas metalúrgicas. Quem as forma são candidatos às vagas dos cinco mil trabalhadores demitidos durante a greve*”. (43)

O fato de haver demissões, em especial nas dimensões assinaladas, é tido com naturalidade pelo jornal; seria, em verdade, uma conseqüência lógica e natural do movimento grevista. O jornal não releva, portanto, que a paralisação do trabalho é uma das formas de se negociar ou forçar a tanto, tendo em vista que, de modo geral, guardadas raras exceções na gestão empresarial do país, os trabalhadores não participam nem do controle da produção nem do processo produtivo além de raramente participarem da gestão das condições internas de trabalho. (44)

Por fim, os usuários de serviços sociais e essenciais públicos, como, entre outros, a educação e principalmente a saúde (proibidos por lei de paralisarem suas atividades), seriam ainda mais diretamente atingidos, pois não teriam como reivindicar, ou melhor, fazer greves. Assim, adotando um discurso “humanista cristão” - que, num certo sentido, lhe é legítimo - ao colocar os interesses dos doentes em primeiro lugar, constrói, contudo, um outro tipo de argumento contra as greves. Isto se dá devido a ênfase que confere aos “*pobres que sofrem*” por causa das greves, procurando colocar a opinião pública leitora de “O ESP” contra tais greves e seus proponentes. Assim, a retórica cristã, de preocupação com os doentes, adquire conotações eminentemente anti-greves, representando um contra-argumento poderoso por procurar provocar sentimentos humanistas. Significa, em verdade, a tentativa de suprimir as demandas reivindicativas. Observe-se que a passagem que reproduziremos a seguir expressa claramente tal estratégia:

“A insensibilidade pelo sofrimento humano é tamanha que, às vezes, temos a impressão de que certas pessoas - ou grupos, ou categorias, ou

setores [como os grevistas da saúde - FCPF] - se sentem como se fossem confeccionadas de outro material, que não carne e osso..." (45)

Se é verdade que a precariedade do serviço público é agravada com as greves, o jornal não releva que os grevistas destes setores são trabalhadores como quaisquer outros, devendo ter (numa sociedade democrática) a possibilidade de reivindicar seus interesses, inclusive por intermédio das greves. Mais importante, contudo, tal precariedade não pode ser creditada aos funcionários, ao menos em essência. Estariam eles reagindo justamente à precariedade. A degenerescência do serviço público tem raízes na privatização do Estado, no altíssimo custo da dívida externa, nas transformações interna e externa de ordem econômica, no desmando autoritário do regime militar, entre tantas outras. Estes motivos, argumentados pelos grevistas e intelectuais situados à esquerda, por mais que, direta ou indiretamente tenham sido tangenciados pelo jornal em seus editoriais, seja para concordar em parte ou especialmente para divergir inteiramente, não alteram a posição inflexivelmente contrária às greves. Reafirme-se representar um contra-argumento, fortemente matizado com elementos emocionalistas.

Após observarmos como "O ESP" caracteriza seu "outro" e como concebe suas ações, notadamente as greves, veremos o terceiro ponto anunciado: *as críticas à pusilanimidade dos empresários e especialmente das autoridades em combater as greves (e males gerais da atuação do PT e da CUT) e a solicitação e cobrança para que as autoridades se utilizassem do "entulho" autoritário e da tutela militar como forma de reprimi-los (os "novos personagens).*

O exemplo aos trabalhadores, e especificamente ao "outro", no tocante ao cumprimento da lei e da ordem vigentes deveria ser dado pelos que ao mesmo tempo seriam referência e teriam poder para fazê-lo: os que governam e detêm autoridade. Os empresários, em seu âmbito, também deveriam portar-se de tal forma que sinalizassem como seria a tratativa às greves.

O dar exemplo que, no pensamento do jornal, insere-se no contexto de uma sociedade erigida pelos ideais de hierarquia e disciplina sociais (46), ocorreria em vários aspectos. Assim, a abertura das catracas do metrô paulista para facilitar a ida da população a um dos comícios pelas eleições diretas teria estimu-

lado os metroviários em greve a fazerem o mesmo, pois “*o exemplo foi dado pelo governo do Estado (...) [que permitiu] o precedente da quebra da ordem administrativa*” (47); o descumprimento da legislação salarial por parte de empresas do governo federal, influenciando reivindicações que extrapolassem suas restrições, à época da vigência do Decreto 2.065, pois, “*o exemplo pernicioso que leva a esse estado de coisas vem de cima*” (48), entre outros.

O mais importante dos exemplos, contudo, diria respeito à aplicação das leis que regulam as greves assim como ao modo do Estado e das empresas procederem em relação às mesmas.

O fato das leis de regulação do trabalho e de agregação (atinentes principalmente aos sindicatos), provirem da ditadura militar, não é relevado pelo jornal. Assim, num editorial sintomaticamente intitulado “Ordem e Progresso”, requer todas as punições legais aos funcionários do sistema de saúde estadual em greve à época da vacinação infantil, pois:

“Está escrito na Bandeira Nacional “Ordem e Progresso”. Sem que se reconheça o império do Direito, será fatal o advento da desordem, que levará na enxurrada todos os saldos de progresso acumulados pelo trabalho de cada um. (...) ela quer [a “Nova República” - FCPF] ordem e progresso? Caso queira, está disposta a ser eficaz e a exigir dos governos das diversas unidades estaduais que atuem com energia (que nada tem que ver com violência) para que a lei seja cumprida por todos? (...) [caso não queira - FCPF] a conspiração em curso contra a saúde e a educação só tende a generalizar-se, estimulada pelo mau exemplo (...)” (49)

O significado das palavras inscritas na bandeira brasileira, e assumido por “O ESP”, parece confirmar decididamente seu “liberalismo positivista”. A ênfase à ordem, à hierarquia (visão verticalizada da sociedade), ao Estado e à harmonia social (constantemente ameaçada pelo “outro”) etc, sintetizados na importância do exemplo, “que vem de cima”, obstrui e obnubila a liberação da sociedade em seus múltiplos aspectos. A motivação positivista dos dizeres da bandeira é, portanto, aceita, em nome, contudo, dos princípios liberais. Uma variante do mote positivista será, como veremos, “ordem e liberdade”, que parece

sintetizar claramente a junção destas correntes de pensamento *teoricamente* anti-téticas. Entre inúmeras questões, a tradição positivista é, por excelência, anti-individualista, contrariamente à tradição liberal (50).

Por outro lado, a afirmação de que atitudes enérgicas por parte dos governos não equivaleriam ao uso da violência deve ser vista com cautela, pois, como veremos, implicará, para o jornal, tanto a utilização de sanções legais, tais como suspensão e demissão dos funcionários públicos e da iniciativa privada, quanto a repressão física. “Energia” estatal implica, mesmo que no limite, como se sabe, em violência. Assim, o fato de, em tese, não associá-las, demonstra fazer disso um *eufemismo* (como lhe é peculiar), que, contudo, será pelo próprio jornal constantemente desmentido.

Tanto é verdade, que o momento histórico, pautado pela revogação - mesmo que parcial - do regime autoritário, como vimos procurando demonstrar jamais é relevado no que tange aos trabalhadores, e que se expressa no sentido da transição, para o jornal, pois:

“(...) restabelecer a unidade do poder do Estado. Esse é o problema maior com que se defronta o Brasil nesta fase de transição do autoritarismo, que para muitos seria difícil, mas ninguém supunha tão cheia de perigos para as liberdades, pois a unidade do Estado está em risco. (...)”

[tal perda de unidade - FCPF] “manifestou-se a anos, talvez em 1979, quando o governo Figueiredo, recém-instalado, decidiu negociar com os grevistas do ABC que se recusavam a voltar ao trabalho apesar do TRT haver declarado ilegal sua greve. Depois que o Estado demonstrou sua fraqueza uma vez, foi fácil testá-lo nas seguintes (...)” (51)

Como se observa, se a tarefa maior da transição é restabelecer a “unidade” do Estado, unidade esta perdida pelo fato do governo Figueiredo ter negociado com grevistas (universo do exemplo), logo *unidade equivale a não-negociação*, típica, conseqüentemente, das ditaduras militares, assentadas pois no binômio disciplina/hierarquia a partir de um comando central fortalecido. Ora, os momentos de transição só fazem sentido se necessariamente flexibilizarem o

Estado em suas relações com a sociedade. Assim, *transição* implica a passagem do Estado concentrador do poder (unitário neste sentido) ao Estado que descentraliza e descontraí, franqueando-se à chamada sociedade civil - que é, a rigor, uma demanda histórica do liberalismo.

Por outro lado, o jornal, ao pregar essa tal unidade o faz em nome dos riscos que as liberdades estariam ocorrendo por causa das greves, das invasões às propriedades etc, ou seja, por causa das ações do “outro”. O conceito de liberdade torna-se então relativo (52), tendo em vista que parte considerável das infringências do “outro” assim o são consideradas tendo como referência o legado do autoritarismo do regime instaurado em 1964.

Em qualquer momento, no entanto, no âmbito ou fora das transições políticas, o comportamento do poder público e das empresas privadas em relação às greves promovidas pelos “novos personagens” deveria ser demissão, não-negociação e, conforme o caso, repressão. Assim, “O ESP” faz loas ao comportamento destoante da média pusilânime, dos empresários e das autoridades, que não tratariam os grevistas “*com energia*”, caso de Antonio Ermirio de Moraes que, “*apoiado no acordo (...) ainda em vigor, não concorda [rejeitando negociações - FCPF] com as exigências de novo aumento salarial (...) nem com a formação de comissão de fábrica, impostas pela força, ao arrepio do que foi acertado. No estranho Brasil de hoje, essa atitude é rara (...)*”. (53)

Igualmente, o então prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, teria contribuído para o respeito à ordem e ao cumprimento à lei ao punir exemplarmente os grevistas municipais, demitindo-os sem recuar, pois, “*pela primeira vez, uma greve ilegal é tratada enquanto tal (...) [o prefeito] fez a lei funcionar. Não aceitou qualquer trégua, recusou-se a negociar com quaisquer comissões de grevistas, assim como não aceitou quaisquer intermediações*”. (54)

Como dissemos há pouco, por agir “com energia”, as autoridades, o jornal concebe tanto a rigidez no trato com os grevistas como a aplicação da violência, por mais que, retoricamente, não explicita tal perspectiva ao se utilizar de eufemismos.

Assim, ao comentar a, segundo informa, invasão e hostilidade de metalúrgicos ao prédio da FIESP para pressionarem pela entrega da contraproposta salarial dos empregadores, obrigando, por seu turno, o presidente da casa a chamar a polícia, no que não obteve resultado, concita: “*Chegou a vez de [se] experimentar o poder de represália da Nova República*”. (55) Observe-se que tal solicitação dá-se bem no início da “Nova República”; mas desde antes, contudo, quando da abertura, em 1979, como vimos, o jornal vem opondo-se ao diálogo com o “outro”.

A reação física do Estado aos grevistas será solicitada de acordo com a - na concepção do jornal - gravidade das ações do “outro”, caso da denominada “operação cambalacho” (56) promovida pelos metalúrgicos do ABC paulista, onde dever-se-ia utilizar:

(...) [os] dispositivos de Direito Civil e Penal que estabelecem sanções (...) [pois] até onde poderão chegar práticas como essas? Da destruição de veículos se passará para a de equipamentos, destes para setores inteiros das plantas industriais, daí para os prédios, depois para as pessoas? É de esperar que comecem a explodir bombas nas indústrias, dando início a uma nova fase, a do terrorismo sindical no Brasil? Se não houver uma resposta drástica, enérgica, de ordem policial, a esse tipo de coação via vandalismo, sem dúvida alguma chegaremos muito breve à situação caótica do 'terrorismo metalúrgico', bem consoante aos métodos do sindicalismo que a CUT e seu braço político-partidário, o PT, parecem dispostos a desenvolver em nosso país”. (57)

Se o catastrofismo da passagem acima, onde a partir de uma ação sindical estratégica e radicalizada todo um conjunto de destruição adviria, à guisa do que vimos chamando de “efeito bola de neve”, sendo possibilitado devido à ausência do exemplo e de energia da autoridade; se assim o é, representa um inequívoco superestimar, por parte do jornal, tanto da capacidade deletéria quanto das intenções do “outro”.

Por tudo isso, para o jornal caberia ao Estado ser, decididamente, rigoroso, pois “*quanto mais omissa e pusilânime for a autoridade mais se assanharão os inimigos dela, sejam quais forem os titulares do poder*”. (58) Do

que depreende-se ser a concepção de Estado, para “O ESP”, a despeito de sua retórica favorável às liberdades, limitadora e cerceadora da existência e das ações do “outro”. Este parece poder atuar exclusivamente de acordo com os limites traçados pelo jornal (os quais veremos no subitem “proposição de sindicalismo” a ser desenvolvido imediatamente a este que estamos analisando). Enfatize-se que o que está em jogo nesta questão do “outro” diz respeito à possibilidade de agregação e expressão de interesses por parte de todos os grupos sociais que para tanto se organizassem, mas em especial os trabalhadores. Trata-se efetivamente de compreender como se concebe um mundo onde as contendas sociais - das mais diversas ordens, das quais a relativa à relação capital/trabalho é das mais significativas - existem, sem perspectivas de superação no sentido de modelar-se, um dos lados, aos desígnios de seu contendor.

A visão de mundo, onde estão contidos os interesses que defende (“O ESP”), requer a adequação total do “outro” ao seu modelo, balizado numa ordem jurídica reconhecidamente autoritária, que, no entanto, lhe serve inteiramente ao embate. Por isso, enfatiza com todas as letras a necessidade de um Estado, no âmbito da política, fortalecido e robusto, onde a autoridade e o poder sejam “majestáticos” - contrastado, porém, à atuação deste na economia, onde a iniciativa privada deveria ter a precedência.

Assim, ao comentar fatos aparentemente desconexos, como os desencontros políticos e administrativos entre o governador e a prefeita do Maranhão, o poder dos traficantes de drogas e, principalmente, o episódio do bloqueio de uma estrada por caminhoneiros em greve, só reprimido pela polícia após longa demora, intitula o editorial que os aborda como “O Estado frouxo”. Isto porque seria sua fraqueza a causa maior destes fatos conectados:

“O poder não recua, dizia o general de Gaulle, não para afirmar sua possível disposição autoritária, mas para demonstrar a quantos se colocavam acima e fora da lei que o Direito, do qual o Estado é o garante por seus órgãos específicos, não pode ser violado ao talante de grupelhos qualquer, sem risco de instalar-se a mazorca. Todavia, para que o poder não recue, é preciso que haja um Estado”. (59)

Atenuações a parte, *o Poder do Estado*, para o jornal, existe para ser exercido com todo seu vigor, demonstrando a todos ser a *referência indelével* à manutenção dos pilares do que considera ser as sociedades ocidentais. O não recuo do poder, contudo, implica, uma vez mais, em não negociar, transigir em relação às posições que adota, o que, a rigor, não é típico das sociedades democráticas.

Afirmar o Estado representa, por mais que retoricamente negue, seu tratamento autoritário para com aqueles que, real ou aparentemente, se oponham seja ao capital em si, seja ao capital concentrador da riqueza produzida (ao procurar dela participar por intermédio de greves, piquetes, invasões etc), seja à estrutura política e econômica não-poliárquica, entre outras possibilidades. *A pregação para a utilização do chamado "entulho" autoritário e pela continuidade da tutela militar para conter o "outro", como veremos agora, será, portanto, a consequência dessa postura.*

O arcabouço jurídico construído e/ou aperfeiçoado durante o regime militar para cercear os descontentamentos advindos tanto do modelo econômico excludente quanto do monolitismo político é aceito pelo jornal no que diz respeito ao impedimento das ações do "outro", notadamente a liberdade sindical e o direito à greve. Por isso, segundo "O ESP", um dos primeiros pecados da "Nova República" foi "*ter concedido a legalidade à CUT e à CGT antes de proceder a uma ampla reformulação da Consolidação das Leis do Trabalho*". (60)

Portanto, dever-se-ia manter a proibição das centrais sindicais, no bojo de toda a legislação autoritária, o que implicaria, como veremos explicitamente, na intocabilidade dos mecanismos cerceadores, ao menos até a elaboração da nova Constituição.

A proposição de uma nova legislação que regulasse as greves, elaborada em duas versões pelo ministro do trabalho (e que acabou não vigorando), fora criticada pelo jornal como sendo resultante de uma "*pressa suspeita*" (título, aliás, do editorial que a comenta) tendo em vista que a Constituinte se dedicaria a isso, inscrevendo as normas na nova Carta. Seria estéril, portanto, tal proposição, pois "*o diploma resultante da iniciativa do que dá conta o sr. Almir Pazzianotto*

terá vigorado por uns poucos meses. Isso na hipótese de ser rapidamente transformado em lei (...)" (61) A suspeição se daria em virtude da tentativa de obtenção de popularidade por parte do Executivo federal.

Como as eleições só ocorreriam ao final de 1986 e como o processo constituinte se caracteriza, por excelência, pela vagarosidade, tendo em vista tanto a magnitude do empreendimento como a miríade de interesses em jogo, além da própria dificuldade processualística; por tudo isso, *a legislação autoritária manter-se-ia intacta até praticamente o final da transição*. Com o agravante de que não se sabia, à época, a extensão do mandato presidencial, legalmente fixado, contudo, em seis anos. Isto é, mesmo com uma nova Constituição mais democrática que poderia advir, o governo poderia ainda ser o mesmo se o mandato se estendesse além do término do trabalho constituinte. Tal agravante justifica-se tendo em vista o caráter da "Nova República". (62) Assim, ao criticar a não aplicação por parte de certos ministros (situados ideologicamente à esquerda, os "frouxos", como expusemos há pouco) do "entulho" autoritário, advindo da Constituição de 1969, afirma explicitamente:

"Antes que venha a nova Constituição, legítima, ainda estamos obrigados a respeitar a Constituição vigente, independentemente de sua origem ilegítima. Se assim não for, viveremos o pleno caos de todo o ordenamento jurídico - e, conseqüentemente, de todas as relações sociais por ele cobertas". (63)

Em outras palavras, lei é lei, não importa se ilegítima, injusta ou autoritária. Contudo, como vimos nos itens "O Entulho Autoritário" assim como veremos no item "O Plano Cruzado", os "entulhos" atravancadores da iniciativa privada e dos interesses gerais defendidos pelo jornal (no caso, relativos à instauração da precedência do mercado em relação ao Estado, entre outros) são ostensivamente criticados enquanto "entulho", sendo a "Nova República" colocada sob suspeição no que diz respeito aos seus intuitos democráticos. É evidente a vigência do adágio por nós utilizado em diversas ocasiões referente aos "dois pesos e duas medidas". Mas não só a Constituição então vigente, mas todo o arsenal jurídico autoritário, como dissemos, é requerido, como as leis e os decretos-lei, além da própria CLT, pois, afinal:

"(...) nem todas as disposições do chamado 'entulho autoritário' podem ser jogadas impunemente na cesta de papéis. (...) É fácil falar contra o "entulho autoritário" para dar na vista e posar de liberal. Difícil é examiná-lo atentamente, sem posição predeterminada, e verificar até onde se comporão no futuro as instâncias da ordem com as da liberdade". (64)

É interessante observar a ambigüidade de um jornal que, de forma militante, se autoproclama liberal e, ao mesmo tempo, ironiza justamente o julgado caráter "liberal" daqueles que se opuseram aos cerceamentos construídos por um regime autoritário; e o faz sempre em nome de certas liberdades. Tal ambigüidade deve ser compreendida, contudo a) pela precedência do "universo dos interesses" (65) que o leva a relativizar, como já aludimos anteriormente, tudo aquilo - exceto a propriedade privada, tida como princípio irremovível - que proclama advogar; b) devido ao caráter autoritário de seu "liberal/positivismo"; e c) pelo claro sentido de embate político e ideológico havido durante a transição.

Assim, no embate da transição com vistas a enquadrar o "outro" de forma a tornar evidente tanto sua ilegitimidade quanto sua ilegalidade, mais do que requerer genericamente a aplicação do "entulho" desce aos detalhes das leis que o compõem, enfatizando os itens e parágrafos que as delineiam. Especialmente em relação às greves nos serviços públicos, que deveriam ser impedidas em nome da legalidade, do Direito e da Justiça, sendo consideradas, além do mais, como atentatórias à própria existência do Estado, afirma:

"Está em vigor o Decreto-Lei nº 1.632/78, que estabelece 'a proibição de greve nos serviços públicos ou em atividades essenciais de interesse da segurança nacional.' (...) [já a CLT] 'Art. 724. Quando a suspensão do serviço ou desobediência às decisões dos Tribunais do Trabalho for ordenada por associação profissional, sindical ou não, de empregados ou de empregadores, a pena será: a) se a ordem for ato de assembléia, cancelamento do registro da associação (...); b) se a instigação ou ordem for ato exclusivo dos administradores [leia-se diretoria sindical - FCPF], perda do cargo, sem prejuízo da pena cominada no item seguinte.' Que quer isto dizer? Que a greve dos metroviários (...) foi ilegal, e que o sr. Jair Meneguelli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos [devido a greve

desta categoria - FCPF] (...) já perdeu o cargo, por haver infringido expressa determinação legal". (66)

Esta passagem - assim como a que a precedeu - é significativa pela clareza com que revela tanto o caráter deliberado, ostensivo e peremptório das concitações cerceadoras como o formalismo jurídico - quando lhe é conveniente, reafirme-se - enquanto baliza intrasponível, a qual a transição deveria se adequar. Ou melhor, a qual o "outro", no contexto desta, deveria ser enquadrado. Por outro lado, o jornal considera ter havido um exagero em considerar-se todas as leis produzidas pelo regime militar como autoritárias, pois:

"(...) o direito de greve, tal como está regulado na Lei nº 4.330/64, pode ser amplamente exercitado. Trata-se, ninguém de boa fé o negará, de um texto liberal, que especifica mesmo com clareza as garantias dos grevistas, prevendo até a coleta de donativos e o recurso a cartazes de propaganda - e também a proibição, ao empregador, de admitir empregados em substituição aos grevistas". (67)

Esta afirmação denota tanto um sofisma - negado, contudo, pela citação das leis cerceadoras, como vimos nas duas últimas passagens - como a concepção do que deva conter a regulação às greves: o sofisma, por pinçar apenas um artigo, desconectando-o dos outros artigos da mesma lei e, mais importante, do conjunto da legislação autoritária; a concepção, por requerer a tutela - militar - ao "outro", como veremos a seguir, pois se uma lei "liberal" é desrespeitada, outras formas de limite repressivo devem vigor, infere-se.

Caso típico desse desrespeito, para "O ESP", seriam os piquetes, que atentariam contra a organização do trabalho ao impedir autoritariamente os que queriam trabalhar de fazê-lo, o que tornaria imprescindível o aparato repressivo. Por isso, a ênfase no "direito ao trabalho", contraposto ao "direito à greve", será um importante contra-argumento utilizado amiúde para combater as greves e, nestas, os reais ou supostos - tendo em vista o superestimar da dimensão do poder dos sindicalistas e da magnitude do contingente dos que não queriam interromper o trabalho - piqueteiros.

Assim, ao justificar a invasão das tropas do exército à siderúrgica de Volta Redonda por ocasião da greve dos metalúrgicos, afirma tê-la ocorrido para:

“(...) garantir o acesso dos metalúrgicos que não queiram aderir à greve decretada pelo sindicato local - e também proteger as instalações da usina. Observe que aí as Forças Armadas brasileiras estão a desempenhar uma relevante função de preservação da ordem interna e garantia de direitos assegurados em lei - o que (...) é também missão das Armas (...)” (68)

O papel dos militares nos conflitos entre capital e trabalho será progressivamente requerido de forma ainda mais explícita conforme a proximidade das eleições de 1986 e, depois, quando do início dos trabalhos constituintes. A clareza do caráter tutelar a ser mantido na futura Constituição revela o projeto de democracia a ser instituído, portanto de forma perene, ultrapassando as incertezas da transição. Assim, ao mostrar suas discordâncias com o projeto constitucional elaborado pela Comissão de Estudos Constitucionais, no que tange ao papel das Forças Armadas na nova Carta (solidarizando-se inclusive com os militares), o vincula (tal papel constitucional) à virtualidade na repressão às greves. Assim, afirma que a referida Comissão quer:

*“(...) desvincular Exército, Marinha e Aeronáutica da tarefa da preservação da lei e da ordem, inerente ao conceito de segurança nacional - o qual não deve ser relegado a plano secundário, quando o comunismo ganha a **guerra fria** e o Ocidente, imaturo e despreparado, julga que faz grande vantagem evitando a **guerra quente**. (...) Sobre a greve, diga-se que se almeja entronizá-la na futura Constituição - a ponto de admiti-la até mesmo nos serviços essenciais.*

“Configura-se, pois, o quadro de um porvir sombrio, em que as paredes paralisarão tais serviços e a garantia da lei e da ordem, retirada às Forças Armadas, tocará às polícias estaduais; e estas, ao cruzarem os braços por conta do atendimento de qualquer reivindicação, estarão expondo o País ao caos. (...) [Afinal, uma Constituição deve garantir uma - FCPF] sociedade aberta à participação e à ascensão dos melhores e dos mais capazes (...)” (69)

Há vários pontos fundamentais a serem ressaltados da passagem acima, a começar pela discrepância radical entre a afirmação de que o comunismo estaria ganhando a “guerra fria”, pois, como se sabe, a própria ascensão de M. Gorbachev sinalizou uma tentativa de reforma absolutamente não expansionista, evidenciada pela retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, entre inumeráveis outros exemplos. Parece tratar-se, portanto, de pura retórica, com vistas a valorizar o papel das Forças Armadas enquanto ator político.

Tal papel, contudo, tem seu principal sentido enquanto tutor da sociedade brasileira no que diz respeito ao “outro” e suas ações, *não sendo casual a vinculação entre militares e greves* (por isso o observamos neste item). Por sua vez, a ênfase conferida às greves no serviço público não deve desviar a atenção de ser a diminuição do lucro privado a preocupação maior a qual reage o jornal. Por outro lado, concepções de ordem, liberdade e progresso, assentadas na hierarquia e no caráter majestático da autoridade (síntese do poder) compõem uma visão de mundo onde o Estado, amparado pelas Forças Armadas, é a referência à “comunhão social”. Daí, como já o afirmamos, as greves nos serviços públicos incomodarem tanto aos seus valores.

Ao solicitar a tutela militar tendo em vista um quadro sombrio povoado por greves, piquetes, violência sindical em vários níveis, “badernas” - termo este, enfatize-se, inúmeras vezes utilizado pelo jornal, e típico ao pensamento conservador -, faz questão de afirmar suas convicções civis/democráticas, pois:

[O jornal - FCPF] *“O Estado de S.Paulo sempre advogou a instalação de governos civis, e redobrou sua pregação para que se encerrasse o ciclo das gestões militares, depois de longa, penosa e malsucedida experiência depois de 1964. (...)”*

[mas, por outro lado: - FCPF] *Importante é que, sem demora, o governo tome consciência de que não lhe cabe apascentar radicais que se agitam no propósito de desacreditá-lo para desestabilizá-lo; (...)*

“Mais: é importante também que Exército, Marinha e Aeronáutica lhe garantam [ao Estado] a sustentação de que carece para fazer frente com vantagem a tais tentativas [do “outro” - FCPF] de reivindicar situações”

sob a pressão de motins e tumultos a cargo de lideranças extremistas com que não se há de, em hipótese alguma, conversar ou fazer acordo". (70)

O posicionamento sinuoso, donde a necessidade constante de relativizar, interpor reparos e condicionar, mesmo que não assumido como tal, pois faz loas à coerência com que “sempre advogou” certas teses, é expresso durante todo o período de observação desta dissertação. Não se trata, contudo, de incoerência, e sim da adoção de uma estratégia que revela, antes de tudo, o entendimento da dimensão do embate político/ideológico. Mas revela também como o jornal se coloca enquanto “combatente” em tal contenda, o que é, aliás, atestado tanto pelas auto-referências de caráter cabotino (71) ao longo da história como pela reação de seus adversários e desafetos às suas posições e campanhas. Tanto é, que o próprio “O ESP” comenta, fazendo blague, o reclamo dos “novos personagens” à suposta perseguição que estariam sofrendo, ao afirmarem que “*o jornal realiza uma 'sistemática campanha contra os trabalhadores da CUT' (o certo seria dizer: uma campanha sistemática de esclarecimento sobre as reais intenções da CUT...)*”. (72)

Pelo arsenal de argumentos que procuramos exhibir, do qual destacam-se o apelo à utilização do “entulho” e da tutela militar, parece não haver dúvida de que o espírito persecutório apercebido pelo “outro” a si e às suas ações justifica-se plenamente. O que, além do mais, pode ser ilustrado pela naturalidade com que assinala o imiscuir-se em assuntos civis - especificamente os referidos ao “outro” -, as Forças Armadas, verbalmente e na prática, para além dos momentos concebidos como críticos; assim, para “O ESP”, “*como disse o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército: 'Greve sem motivo é uma coisa injustificável e impatriótica'*”. (73)

Por fim, vejamos as *proposições do jornal tendo em vista como deveriam se caracterizar a legislação e as ações sindicais*. As leis de regulação dos sindicatos deveriam obedecer a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ao menos em dois pontos: a) garantir a autonomia perante o Estado, o que implicaria na pluralidade sindical (mais de um sindicato por base) e b) extinguir a contribuição sindical obrigatória. Observe-se que, ambos os pontos, controversos no seio do movimento sindical, se aplicados de uma só vez enfra-

queceriam ainda mais os sindicatos, pois provavelmente acarretaria seu esfacelamento devido à estrutura montada desde a década de 30 por Getúlio Vargas e ainda não superada.

Em relação à estrutura sindical das empresas, dever-se-ia diferenciar as micro, pequenas e médias - isto, para efeito de criação de formas de negociação mais realistas entre, por exemplo, multinacionais, via FIESP, e sindicato dos metalúrgicos e, de outra maneira, estas pequenas e médias empresas, pois possuidoras de condições econômicas e de negociação inferiores às das grandes empresas. Donde se observa, aqui, ser o capital uma vez mais alçado à referência.

Portanto, *“se os liberais acreditam na autonomia das ações coletivas e não na tutela do Estado (...) [devem permitir que trabalhadores e empresários se utilizem - FCPF] dos direitos de greve e lockout (...)”* (74)

A referência à tutela estatal, legada do “getulismo”, de fato é motivo de oposição, isto é, o corporativismo, o imposto e a unicidade sindicais, entre outros, teriam possibilitado, na avaliação do jornal, a ascensão de *“minorias radicais e totalitárias”*, descompromissadas com suas bases. Entretanto, como vimos há pouco, a tutela, *militar*, é requerida explicitamente, o que faz com que haja tutelas e tutelas. Mesmo a “getulista”, contudo, é criticada mais pelos seus efeitos relacionados ao corporativismo do que por uma questão de princípio, como procura afirmar.

Especificamente no tocante à deflagração de greves, a legislação que propõe, em nome da aferição da maior legitimidade e democratização possível, dificultá- a ao máximo, pois:

“(...) a cessação do trabalho deveria ser votada em escrutínio secreto [e direto - FCPF], nas fábricas, por todos os integrantes da categoria (...), e não por uma minoria reunida nos sindicatos, ou por massa aglomerada nos estádios (em meio a ativistas não-sindicalistas), erguendo punhos fechados”. (75)

O *quórum* para se deliberar greves deveria ser de 2/3 da categoria em primeira votação, e 1/3 em segunda. Como dissemos, tal solicitação de maiorias expressivas quase que impossibilitariam as paralisações: seja pela dificuldade material de muitos trabalhadores permanecerem nos locais de trabalho até muito além de seu horário, devido a distância que os separa de suas residências; seja pelo fato do regime militar ter dificultado sobremaneira a formação de uma cultura política participativa (assentada em qualquer que fosse a matiz ideológica); seja ainda porque o país, apenas formalmente recém-saído do ciclo militar, não possibilitava as mínimas condições poliárquicas, entre inumeráveis outros impedimentos advindos de duas décadas de cerceamento político.

O formalismo jurídico, uma espécie de “Brasil legal”, dissonante das necessidades “reais”, econômicas e políticas, das classes trabalhadoras; a descon sideração da transição política (uma vez mais), em relação ao “outro” exclusivamente, como um momento atípico em muitos sentidos; a abstração de um ideal de sociedade, assentado fundamentalmente no postulado da “harmonia social”; a intolerância para com aqueles que desrespeitassem tanto este ideal como os limites estabelecidos pela ditadura militar mas transmutados como fundamento vigente da ordem - tudo isso, enfim, parece estar em jogo nas proposições acerca da existência e atitudes do sindicalismo.

Do ponto de vista mais propriamente comportamental, o jornal crê ser possível a *evolução* - encarada, esta, possivelmente no âmbito de resquícios de teorias evolucionistas, mas de difícil averiguação nos editoriais, seja pela pequena incidência seja por dotar-se de sutilezas que extrapolam a observação desta dissertação - do sindicalismo se dois fatores existissem:

*(...) o primeiro se refere à **objetividade**, isto é, às reivindicações objetivas dos trabalhadores, tendo em vista seus direitos e suas necessidades concretas - o que bem difere da **subjetividade** político-ideológica, ou partidária, de muitas lideranças, mais interessadas que estão no seu próprio carreirismo político; o segundo se refere à libertação de 'interferências externas' - sejam elas da classe política, da militância ideológica (e não 'trabalhadora'), sejam das organizações sindicais de cúpula, cujos*

os interesses se têm mostrado (...) estranhos aos interesses específicos de cada categoria (...)" (76)

Observe-se que o proselitismo pró-autonomia uma vez mais se desvanece, pois o jornal adota certos paradigmas, como este da "objetividade", que, em verdade, implicaria no estrito sindicalismo reivindicativo de demandas (corporativas) da categoria a qual o sindicato pertence, despreocupando-se de temas "políticos", como a dívida externa etc; e também desta "interioridade", onde o sindicato deveria se isolar de qualquer interferência, especialmente ideológico/partidária (leia-se PT/CUT), considerada prejudicial por excelência. Ambos os paradigmas representam, todavia, "camisas-de-força" ao sindicalismo, pois ao procurar delimitar seu campo de ação (imputando-lhe pechas de totalitário, subversivo e quejandos, como vimos à saciedade), objetiva impedir que sua atuação se desenvolva de acordo com os valores, padrões, formas de organização e ideologia etc resultantes de "outros" interesses, quaisquer que sejam, porém vistos como ameaçadores à acumulação, tomada como um todo. *Autonomia ao "outro", portanto, é necessariamente condicionada aos ditames do Bem Comum, por sua vez estabelecidos por "O ESP", num movimento que autoproclama como sua "missão".*

O surgimento do chamado "sindicalismo de resultados", tendo nas figuras de Luís A. Medeiros e Antônio R. Magri seus expoentes, desde logo contou com o apoio entusiasta de "O ESP", pois ambos mediriam *"a importância de um sindicato não pelo número de greves que faz, mas pelos resultados que obtém"*. (77) Além do mais, afirmariam *"um tipo de sindicalismo de cooperação na busca de melhores soluções para todos"*. (78) Esta vertente sindical aparentemente encaixa-se perfeitamente no modelo preconizado pelo jornal, pois não propõe ("O ESP") a supressão dos sindicatos, e sim sua adequação ao "espírito do capitalismo", para retomarmos a formulação weberiana.

Por isso, a comparação entre os sindicalismos de estilo "confrontador" com os de "cooperação" torna-se inevitável, por razões, além desta, ligadas às opiniões gerais sobre política e economia dos líderes desta última corrente, pois *"o discurso de Medeiros e Magri é até certo ponto moderno demais para as condições médias da classe trabalhadora, e até mesmo da compreensão que*

“muitos patrões têm das relações (...) com o movimento sindical”. (79) Seriam, em verdade, para o jornal, vanguardistas, na medida em que possuíam a concepção liberal do mundo - para além portanto do sindicalismo - e, nesta, das relações capital x trabalho.

Tal modelo, como dizíamos, que opôs, no âmbito do movimento sindical, CUT e CGT, encontra em “O ESP” um combatente aguerrido e militante, que não vê termos de comparação entre uma modalidade vanguardista e outra arcaica. Assim:

“Que diferença! Entre o expediente dos piquetes, ao arrepio da lei, para fazer triunfar uma parede ilegal (...) como transa a CUT e as idéias expostas por titulares de um novo sindicalismo [como o apoio às privatizações e à conversão da dívida externa em ações etc - FCPF], limpo, arejado, democrático, que é o de que o Brasil precisa, [sendo que] a liberdade de escolha é um direito, mas a opção pelo último chega a ser um dever”. (80)

Estas são, em linhas gerais, as proposições do jornal à legislação e ao comportamento ideais dos sindicatos, exemplificados concretamente no cotejamento entre os modelos “de resultado” e “revolucionário”, e encerram este item dedicado à posição liberal de “O ESP” em relação ao “outro”.

Mas para finalizarmos definitivamente, este item, é de suma importância que se observe, pelas próprias palavras do jornal, que a visão autoritária em relação aos adversários que considera (“O ESP”) possuir os “novos personagens” é a que ele próprio (“O ESP”) advoga. Como no aludido jogo de espelhos, o jornal enxerga e atribui ao “outro” aquilo que ele próprio pensa e pratica, de acordo com a demonstração que procuramos exaustivamente efetuar a seu respeito. Assim, ao versar sobre a tradição autoritária no Brasil, desfiando o legado vigente do “entulho autoritário” - do qual, como o explicitamos, o relacionado aos “novos personagens” não é considerado como tal -, caracteriza o pensamento e a prática típicos destes, pois:

“Um dos traços característicos do autoritarismo é sua recusa a reconhecer o 'outro' e por conseqüência seus direitos. Segue-se daí que no autoritarismo não se dialoga, [no caso] os detentores do poder julgando-se possuidores da verdade e vendo em qualquer manifestação contrária às idéias que professam e às coisas que fazem uma ameaça à essa mesma verdade.

“O outro traço marcante do pensamento e da ação autoritários, partindo do princípio de que desconhecem o 'outro' e procuram eliminá-lo, é não atentar para o prejuízo que a prática autoritária traz à sociedade. (...) [cuidam] apenas da coerência de sua 'causa'.

“Quando a CUT propõe a invasão coodernada das terras e a reforma agrária na marra, simplesmente está procurando levar à prática seu pensamento autoritário, caracterizado pelo desconhecimento do 'outro' (no caso os proprietários) e seu desinteresse pela sociedade. Quando os portuários paralisam os portos (...) [estão] pouco se incomodando com o fato de a paralisação da carga e descarga (...) significar muito mais do que prejuízos para seus empregadores. Na verdade, desconhecendo o 'outro', os autoritários renegam o diálogo e privilegiam a ação direta, a confrontação.

“Combatê-lo [o ranço autoritário - FCPF] insere-se como uma das bandeiras mais atuais do pensamento e da ação liberal (...)” (81)

Esta passagem corrobora de forma tão cristalina o que vimos afirmando que poderíamos até eximir-nos de comentários adicionais. Devemos, contudo, ressaltar alguns aspectos pois cruciais à compreensão do projeto político de “O ESP”.

O desnudamento do “outro”, que por todo este item procuramos observar no jornal em sua relação com o PT e a CUT, ao também ser realizado pelo próprio jornal - tendo nos “novos personagens” a referência - aponta, ao caracterizar a visão do “outro” dos “novos personagens” (ou o “outro” do seu “outro”), que o autoritarismo imputado a ele é, em verdade, o seu próprio. Como dissemos.

trata-se de um jogo de espelhos, pois, em outras palavras, constitui-se (o jornal) daquilo que afirma constituir-se o “outro”.

A negação da existência e da legitimidade do “outro” e de suas ações, a desconsideração ou desconhecimento de suas necessidades, a tratativa como inimigo, o vaticínio para que com ele não se transigisse nem negociasse, a solicitação para seu cerceamento, o não relevar sua inferioridade no que tange aos recursos políticos e econômicos, enfim o descarte da transição enquanto momento atípico, em todos os sentidos, ao exigir a aplicação pura e simples da lei autoritária para seu enquadramento, revelam quão autoritário e conservador é o liberalismo do jornal “O Estado de S.Paulo”. (82)

Assim, a afirmação de ser tarefa do pensamento e da ação liberais o combate ao “ranço autoritário” da sociedade e do Estado brasileiros, ao qual o seu “outro” estaria imerso, implica, em verdade, no combate a este.

VI) O PLANO CRUZADO

As posições de “O ESP” perante o primeiro e mais contundente choque econômico elaborado pelo governo Sarney pautaram-se, desde o início, pela afirmação de “apoio crítico”. Por tal apoio deve-se entender a imediata e contínua realização de críticas, inicialmente muito comedidas e sempre ressalvadas como “construtivas”. Tendo em vista a lógica informadora do Plano - a heterodoxia econômica - ser diametralmente oposta à apregoada pelo jornal, legatária, esta, da ortodoxia monetarista (1), o comedimento aludido apresenta-se como paradoxal.

Várias razões são alegadas para o apoio ao Plano: por patriotismo, tendo em vista a adesão popular e a necessidade de estabilizar-se a economia do país, sendo a inflação deletéria tanto às relações econômicas quanto ao equilíbrio político (2); por restaurar a autoridade do Estado - originalmente “mística e enigmática” (3), porém desprestigiada devido, entre outras razões, a crise econômica -, sintetizada no poder Executivo; por acabar com o “capitalismo financeiro”, no qual o investimento na especulação (com o advento da figura do “rendeiro”) desestimulara o capitalismo produtivo e competitivo, entre outros. Observe-se que “O ESP” desenvolve estes argumentos paralelamente ao apontamento dos riscos e efeitos colaterais - intrínsecos ou decorrentes da aplicação - existentes com a decretação das medidas econômicas. Procura postar-se, portanto, como guia, conselheiro do governo federal, pois estaria imbuído do mais nobre espírito: o de *contribuir (e torcer) para que o Plano desse certo*. Assim, tão logo as medidas foram anunciadas afirma que: por “*Dever patriótico impõe acreditar no êxito das medidas anunciadas (...) Por temer essa quebra de estabilidade [de relações, havida precariamente entre o presidente Sarney e o PMDB - FCPF] e o confronto já aberto com a CUT, o dever patriótico impõe acreditar em que as providências (...) adotadas dêem certo*”. (4) Como dissemos, o apoio emprestado ao Plano e ao governo não seria incondicional, pois:

“O apoio crítico (...) tem uma única função: a de mostrar os riscos que podem advir da má concepção dos planos (se ela de fato existiu), e de sua má implementação. Essa forma de apoio, que não exclui a visão crítica, é o único subsídio com que conta o chefe de governo, nesta altura em que o suporte popular à sua decisão é quase unânime, para proceder a mudanças de rumo e poder conseguir realizar seus objetivos se perceber erros não previstos.”

"O Executivo tem a obrigação de assinalar ao povo que a inflação não acabou. Falar-se de inflação zero é mistificação grosseira. (...) Por desejarmos que o governo acerte, porém, é que não podemos calar diante dos perigos pressentidos. (...) o plano de salvação da moeda brasileira - que é a salvação da autoridade governamental - repousa em algo imponderável, que se chama esperança! Da qual, sem dúvida, partilhamos!" (5)

A popularidade das medidas adotadas teria restabelecido a desgastada autoridade do governo federal, conferindo-lhe respeito e confiança por parte da população, essenciais ao exercício pleno do governo, à manutenção da ordem e à restituição da aura que, em essência, possui a idéia mesma de autoridade. Por outro lado, aspectos não relacionados ao universo da economia, como a "torcida" e a "esperança" (elementos vinculados à fé), são invocados para o apoio ao Plano. Este, apesar dos riscos trazidos, possuiria certas virtudes: a tentativa de combate aos males profundos da economia brasileira, como a inflação e suas conseqüências, caso (reafirme-se pois essencial) da correção monetária, que produzira "*um capitalismo financeiro, em que a rentabilidade era maior se aplicando o dinheiro do que trabalhando-se*". (6)

Se o apoio ao Plano é explícito, os *riscos* dele advindos, como dissemos, são imediatamente apontados, sendo progressivamente enfatizados seus efeitos negativos à economia e sociedade brasileiras. Tais riscos seriam de várias ordens, a começar pela transferência à população do poder fiscalizatório do Estado, via "fiscais do Sarney", pois:

"Quando o povo tem prazer em exercer funções de polícia contra os comerciantes (na malbação do Judas, em Brasília, não se escreveu no boneco 'os ricos?') e o governo necessita desse estado de espírito para derrotar os inimigos declarados da propriedade privada, será de estranhar que muitos concordem em sacrificar a livre iniciativa e, se necessário para tanto, a ordem jurídica? (...) O grave (...) é que esse estímulo a que cada brasileiro seja o fiscal do outro (e amanhã o delate para não ser delatado) é dado por certo tipo de propaganda que assimila a fiscalização oclocrática à conquista da cidadania. (...) tudo aquilo que se jogou contra o autoritarismo [é utilizado], agora, para pavimentar um Estado

em que o prestígio dos governantes decorrerá do fato de os brasileiros se transformarem em fiscais do comportamento econômico dos outros". (7)

O receio de que a fiscalização popular se transformasse em luta de classes, elegendo-se, a população como um todo, os empresários como os culpados pela crise econômica, é evidente. (8) Mais ainda, o temor pela subversão completa das ordens econômica (desrespeito à lei da oferta e da procura, precedência da intervenção e do controle estatais em detrimento da iniciativa privada, entre outros) e jurídica (desrespeito às normas do direito econômico e à estrutura jurídica garantidora dos direitos de defesa e contestação, mormente empresarial) fora preocupação central, não podendo o Estado combater os subversivos (PT/CUT) com a mesma prática destes. (Enfatize-se que, para "O ESP", o Plano ao combater a inflação conseqüentemente combateria o "outro") Portanto, a preocupação com a repetição das transgressões, em matéria econômica, havidas durante o regime militar evidenciará, desde cedo, uma das mais vigorosas críticas formuladas à aplicação das medidas econômicas.

Isto porque, no decorrer da aplicação do Plano utilizou-se o governo de órgãos e instrumentos jurídicos criados pelo regime militar, respectivamente o Conselho Interministerial de Preços (CIP) e a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) - ironicamente denominada como "a velha senhora" - e o Decreto-Lei. Assim, à negativa do ministro da Fazenda à solicitação empresarial do descongelamento de preços, com o argumento de que se tratava de "privilégio", acredita o jornal que: *"Ter contra si as iras do ministro da Fazenda, a ameaça da Sunab e do CIP e a espada de Dâmocles da Receita Federal, além da constante ameaça de greves operárias, esse é o privilégio de que vivem hoje os empresários que desejam aumentar sua produção, mas não trabalhar com prejuízos certos e permanentes"*. (9) O controle de preços equivaleria a uma "polícia de preços", sendo que *"após ela virá a polícia política e ao fim e ao cabo, como nas farsas que a história nos faz ver todos os dias, virá a polícia de costumes"*. (10)

O governo também teria se utilizado de leis que teriam perdido, na avaliação do jornal, a legalidade (caso da Lei Delegada nº 4, possibilitadora do confisco de mercadorias), pois criadas no regime parlamentarista de 1961/63 e,

portanto, votadas “*sob o império de uma Constituição que previa a existência de 'leis delegadas' (...) ab-rogada[s] à vista da inexistência de norma jurídica mais abrangente que lhe desse[m] origem*”. (11) Não mais condizente, portanto, com o *status* jurídico do país. O confisco do gado bovino para o abate como tentativa de reabastecer o mercado, tendo em vista a escassez e o ágio, por intermédio deste tipo de lei, foi, em consequência, considerado típico da ação “jacobina”. Esta, no caso em questão, implicara em “*autoridades dispostas a desapropriar rebanhos, indiciar pecuaristas e escarmentar empresários. (...) A Lei Delegada nº 4 não vige apenas para a pecuária de corte; amanhã ela atingirá o setor de armarinhos, depois de amanhã, o de tecidos, em seguida o de papel higiênico*”. (12)

Por outro lado, o uso da força policial e mesmo militar, como por exemplo a Polícia Federal como força auxiliar na implantação das medidas econômicas - desde o confisco do boi à espionagem/intimidação ao mercado financeiro, entre outras atuações consideradas arbitrárias -, mereceu pesadas críticas por representar, o governo Sarney, “*o mais sofisticado Estado policial que já se estabeleceu no Brasil - nem na República Velha, nem sob Vargas, nem sob os militares os direitos dos cidadãos foram tão ameaçados, e a verdade tão vilipendiada*”. (13) Para tanto o governo estaria se utilizando da estrutura montada pelo regime militar, o “entulho” autoritário (14), aperfeiçoando-o contudo, caso, entre outros, dos esforços para a criação de novas leis proibitivas a certas práticas empresariais, como a “Lei do Colarinho Branco”. O projeto de lei de sua criação (e não decreto-lei, observe-se, pois seria discutido e votado pelo Congresso em trâmite normal) “*confere a membros do Poder Executivo poderes que invadem a esfera de atuação do Judiciário e significam soma de atribuições de puro arbítrio*”. (15)

Vejamos agora a *concepção de mercado* do jornal para, aí sim, poderemos prosseguir no acompanhamento de suas posições em relação ao significado do Plano Cruzado (sua avaliação) para os empresários. Isto implica na relação do jornal com este segmento e, conseqüentemente, a visão de fundo que possui acerca do capitalismo.

A maneira como concebe esta “entidade” central de uma sociedade capitalista embasa, juntamente com os interesses que defende (estando, ambos,

articulados), as críticas feitas ao Plano, pois momento de redefinição das regras do jogo econômico. Assim, para o jornal, cada vez mais contrariado com as medidas intervencionistas preconizadas pelo Plano, como o congelamento prolongado de preços (mas não o congelamento como princípio) e o confisco de mercadorias, entre outras arbitrariedades, há pouco explicitadas, a ordem do mercado teria sido subvertida, pois:

"Existe, não escrita, mas felizmente ainda robusta, a lei que em economia se conhece como da oferta e da procura, versão prática do princípio que em economia política se traduz nestas palavras: 'A utilidade é função da necessidade'. Por causa do princípio e da lei a que corresponde ainda não se suprimiu, aqui, o mercado - contra o qual no entanto têm investido vigorosamente quantos sonham com uma economia socializada, conduzida pelo Estado onipotente e onipresente". (16)

A subversão do mercado seria profunda, pois este significaria *"a aventura humana em sua plenitude"* (17). Além do mais, o mercado conteria em si a imprevisibilidade, pois os agentes econômicos, baseados na lei e no princípio acima, se moveriam de acordo com seus interesses, reequilibrando-se. Por isso, *"não há livro que seja capaz de conter todas as caracterizações do mercado, nem que seja capaz de prever todos os seus comportamentos"*. (18)

O jornal, contudo, não se oporá em tese, por princípio, a certas intervenções, curtas e corretivas, do Estado na economia, no mercado. Se requer, aqui sim como princípio, a *precedência* da iniciativa privada sobre o Estado, adotando um forte discurso privatista, jamais, por outro lado, requereu pelo "Estado Mínimo" assim como não pareceu adotar os cânones do neoliberalismo, por mais, retórica e paradoxalmente, que declarasse simpatias por um e outro. Entre a mera simpatia (sendo-lhe oportuna a chamada "onda" neoliberal por representar a ofensiva liberal havida durante toda a década de 1980, representando para o jornal uma poderosa trincheira no embate político/ideológico) e a adoção de fato destes pressupostos há uma enorme distância. A dimensão da intervenção operada com o Plano Cruzado extrapolara, contudo, qualquer margem de tolerância existente em "O ESP" que, com acerto, previra vários dos fracassos das medidas adotadas. Assim, para o jornal:

"(...) o País está mergulhando na clandestinidade e a moral social está sendo corrompida. A entrada do Brasil no mundo da clandestinidade e do mercado negro [ágio, sonegação, maquiagem de produtos etc - FCPF] é consequência inelutável do fato de ninguém mais, cidadão poderoso ou comum, ter norte a que se referir. O preço, permita-nos (...) tocar nessa palavra-tabu, é o único referencial que empresário e consumidor têm para navegar nas águas procelosas da vida econômica.

"Quando deles se retira esse ponto de referência, quando se impede os agentes econômicos de ter bússola a orientar sua derrota, eles entram na zona turbulenta e cheia de neblina, navegando ao acaso e procurando a qualquer custo dela sair. [devido à intervenção do Estado na economia - FCPF] (...) os cidadãos poderão ser compelidos a investir onde o governo desejar se as medidas decretadas não surtirem - como não surtirão - os efeitos esperados. O caminho da servidão é, no seu início, suave para muitos; no final é desastroso para quase todos. (...)" (19)

Portanto, a passagem acima, assentada em conceitos e denoninações de F. Hayek (que vimos à exaustão à primeira parte: revista VISÃO), casos da noção de que o preço das mercadorias é o único sinalizador fidedigno aos agentes econômicos, necessitando para tanto o mercado estar "livre" da intervenção do Estado e do mote "o caminho da servidão", isto é, do socialismo via interferência do Estado nas relações econômicas; a passagem acima revela, então, que suas influências, já sedimentadas, o possibilitam adotar certos pontos neoliberais sem aderir ao neoliberalismo. Afinal, o caráter secular de "O ESP", sua postura não vinculada exclusivamente ao panfletarismo (por mais que também se utilize deste expediente em diversas circunstâncias), suas vinculações à tradições político/ideológicas dispares, amalgamadas contudo em sua ideologia (20), entre outros fatores, parecem explicar essa postura.

Efetivamente não sendo, portanto, neoliberal em termos de pensamento econômico, "O ESP" caracteriza-se por requerer uma economia liberal. Nesta, se não apóia o radical "Estado Mínimo" (ênfatize-se) - aliás, afirma explicitamente não considerar possível o "laissez faire" -, insiste dogmaticamente caber à iniciativa privada o papel de produzir riquezas. Ao *Estado* caberia por um lado uma *postura suplementar* no que diz respeito ao seu papel enquanto *agente*

econômico e, por outro lado e de suma importância, acreditamos, uma *atuação pragmática*, o que significa ter *políticas agrícola*, que implicaria na concessão, com critérios, de subsídios (21), e *industrial*, ao incentivar as exportações e a entrada do capital estrangeiro, estimulando a competitividade da *indústria nacional, protegendo-a* (22); enfim, *desenvolver o capitalismo brasileiro* de forma a possibilitá-lo entrar no seletivo clube do “primeiro mundo”. (23)

Essa visão liberal à sua moda, *no que possui de tradicionalmente liberal*, por seu turno, isto é, perfilhada a certas linhagens do liberalismo, pode ser observada no apelo que faz à independência do Banco Central. E isto por uma questão de princípio, pois:

“(...) a moeda é um contrato permanente entre o Estado e a sociedade civil, e o Banco Central, numa economia saudável, é o guardião, o árbitro deste pacto. Dar a um dos contratantes o poder de nomear e demitir o guardião é aproximadamente como entregar ao bode a guarda permanente da horta. (...) Uma das causas mais evidentes da debilidade da moeda brasileira é este desequilíbrio existente a partir do fato em que o árbitro do contrato é uma das partes. (...)”

“Dar autonomia ao Banco Central, capacitando-o a arbitrar e guardar o pacto monetário entre o Estado e a Sociedade, é um imperativo a ser considerado, neste momento em que se tenta construir a democracia no Brasil”. (24)

Se é verdade que também o neoliberalismo advoga esta tese, o faz articulada a uma concepção que radicaliza a idéia de mercado, tomado como panacéia no contexto mais amplo de um ideal privatista da sociedade, donde o indivíduo é alçado à referência valorativa máxima. Em “O ESP”, o conjunto de valores que o informa permite que vejamos a defesa de um Banco Central independente muito mais como uma vinculação à expressão mais geral ao liberalismo enquanto: a) separação entre sociedade e Estado; b) proteção dos indivíduos perante o aparato estatal; c) o arbitrar e o cumprimento de contratos; d) precedência da iniciativa privada em relação ao Estado; e) necessidade de previsibilidade na gestão monetária; f) maior possibilidade de aplicação do monetarismo ortodoxo; e g) vigência da liberdade negativa, entre outros (25).

O Plano Cruzado teria, por outro lado, se desvirtuado ainda mais devido às pressões por sua utilização como instrumento político com vistas a influenciar a vitória dos partidos governistas nas eleições parlamentares e aos executivos estaduais de novembro de 1986 (no Estado de São Paulo, “O ESP” apoiara ostensivamente a candidatura natimorta de Olavo Setúbal ao governo e, com a desistência deste, a candidatura de A.E. de Moraes, respectivamente pelo Partido Popular - PP -, que se extinguiu, e pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB -, não pertencente à aliança governista). Em alguns editoriais, contudo, tal caráter eleicoeiro, que num primeiro momento assentou-se na expansão do congelamento de preços para além do previsto, parece ser aceito com resignação, pois o jornal, durante o período de maior popularidade do Plano (os primeiros três meses) jamais se posicionou frontalmente contrário ao governo federal. Isto porque, parece-nos, a popularidade do mesmo era incontrastável, não querendo ir contra a magnitude dos apoios existentes, por mais que, como dissemos, não deixara de, com comedimento, alertar e criticar sobre os perigos, riscos e efeitos colaterais do Plano. Assim, considerando o descongelamento de preços uma questão difícil, constata que:

“Sabe-se que o presidente Sarney não está muito disposto a correr riscos antes das eleições, sobretudo porque diversos amigos o advertem de que não se deve abrir bruscamente uma panela que está sob forte pressão. (...) É preciso preparar a Nação para renunciar à pretensão de uma inflação zero antes que ela tome consciência de que o congelamento pode redundar no desaparecimento de muitos produtos (...)” (26)

Contudo, essa moderação inicial será substituída por uma forte oposição quando, além do prolongamento claramente eleitoral do congelamento, houve o confisco de gado bovino (como aludimos acima em relação às Leis Delegadas) com o mesmo objetivo, pois:

“Os liberais e democratas deveriam ter presente que para confiscar o boi se mobilizaram frigoríficos e se conscreveram os pães que irão apanhar os bois. Nazismo? Comunismo? Democracia brasileira? (...) O Executivo confiscou o boi para manter alta a credibilidade do governo federal até 15 de novembro. Se haverá ou não carne nos açougues no ano que vem, pouco importa”. (27)

Este tom progressivamente radicalizante *diagnostica* os efeitos deletérios do Plano à sociedade, já tendo ultrapassado portanto a fase do apontamento dos riscos. Trata-se agora da *constatação* de tais efeitos para criticá-los no âmbito do Plano Cruzado. Assim, ao comentar a comemoração do governo federal pela passagem do 6º mês de sua edição, crê ter havido uma completa dissonância entre a realidade da economia e a postura governamental, pois:

“Vivemos sob uma ditadura econômica coercitiva, onde a delação leva a um sistema autoritário e socializante. A condenação do regime de mercado prepara o fim do sistema capitalista e a instauração do socialismo entre nós. A política do medo tem sido o caminho escolhido pelas ditaduras. (...) Acreditamos haver ainda numerosos ‘inocentes úteis’ entre os que apóiam o Plano Cruzado. Mais cedo do que se pensa, todavia, verificarão eles (...) [que têm] um objetivo muito claro: criar condições para que se estabeleça (...) após o malogro (cuidadosamente urdido) do Plano Cruzado, o regime socialista com que sempre sonham”. (28)

Este diagnóstico da subversão de valores capitalistas (em vários níveis), com o passar do tempo associado às intenções sinistras de natureza socialista não impedirá, contudo, a *recorrente pregação* do jornal no sentido de que *“Ainda há Tempo para Salvar o Cruzado”*, título expressivo de um editorial que demonstra seu esforço no sentido de, praticamente durante toda a vigência do Plano, influenciar os rumos de sua aplicação. Este aspecto é de grande importância por significar que a atuação de *“O ESP”* é, *majoritariamente, pragmática, voltada à negociação*. Logo, por mais que enfatizasse e alardeasse princípios, atua na prática como agente político/ideológico concreto, movendo-se com a lógica deste. Tal lógica, no caso específico do jornal, implica na capacidade de negociação política, senso de oportunidade, realismo na avaliação das situações que se apresentam, preocupação com as consequências das ações ou omissões, entre outras. *“O ESP”*, enfatize-se, possui sobejamente todas estas características, utilizando-se da capacidade que detém - a comunicação diária - com maestria retórica, donde seus princípios liberais emergem ou não (e ainda assim de forma heterogênea) de acordo com as conjunturas. No caso em questão, como dizíamos, a reversão dos efeitos deletérios das medidas econômicas poderia ocorrer *“se o governo adotar, com urgência, as medidas de contenção que signifiquem (...) exemplo de austeri-*

dade recomendado ao setor público, [assim] o plano ainda será administrável. E, em o sendo (...) [a "Nova República" - FCPF], poderá encarar o amanhã com otimismo". (29)

Concretamente, o receituário apresentado significaria, com urgência, *"voltar à ortodoxia, que, ao contrário do que dizem muitos de seus assessores [do presidente - FCPF], não implica optar pela recessão"*. (30) Mais ainda, esse receituário é detalhadamente apresentado, ponto por ponto, demonstrando (ênfase-se) que, por mais que fosse contrário ao Plano Cruzado, pretendia influir em seu destino, isto é, no destino da economia/sociedade brasileira por todo o tempo, *não se batendo monotematicamente nas discordâncias de princípio ou concepção.*

Tais sugestões iriam se adequando conforme a evolução da economia como um todo, através da análise dos macroindicadores. Assim, propõe em junho de 1986:

"Em primeiro lugar, controle real e não, apenas, contábil do déficit do setor público; em segundo lugar, a redução da liquidez (...); em terceiro lugar, uma política de rendimentos mais responsável, em que se mostre a coragem de explicar aos assalariados que é impossível, ao mesmo tempo, conter os preços e elevar os salários; em quarto (...) o ajuste de alguns preços (...)" (31)

Como as sugestões, fartamente apresentadas, não foram adotadas pelo governo federal, transgredindo-se, em sua avaliação, violentamente as ordens jurídica e do mercado, o balanço que "O ESP" faz do Plano é muito negativo, pois teria significado:

"(...) [a] expressão ressentida de voluntarismo, de espírito anticapitalista, de ranço fascista e totalitário. Foram poucos (...) aqueles que concordaram com as críticas que desde o início fizemos ao fato de o Plano haver deitado por terra a Constituição, transformado a vontade do Príncipe em fonte de Direito (...) [os formuladores do Plano - FCPF] desorganizaram a produção, desincentivaram o investimento, permitiram que se consumisse a poupança acumulada no passado. (...) A lição do desencontro entre a vontade e a realidade não mudou o espírito (...) com que se

governa o Brasil e se pretende impor de cima para baixo reformas profundas, sem atentar para a economia de mercado e sem respeitar a lei. (...) Pior ainda (...) [permitiu-se] que fomentasse no espírito do povo a convicção de que todas as dificuldades enfrentadas no plano do abastecimento decorreriam tão-só da capacidade e da cobiça dos empresários. (...) o empresariado é apontado como inimigo do bem-estar popular (...)" (32)

Esse conjunto de oposições evidencia o nível de contrariedade para com as medidas econômicas. A “Nova República”, com isso, enveredava pela destruição do capitalismo e, conseqüentemente, da democracia, pois, o primeiro, pré-condição da última. O sombrio futuro apresentar-se-ia: o socialismo. Por isso, ao imputar aos empresários o malogro das medidas econômicas, encarando-os como “bodes expiatórios”, a “Nova República” estaria atentando contra o próprio capitalismo, assim como contra, em última instância, a configuração liberal democrática do país.

Por outro lado, a concepção do capitalismo em “O ESP” é de fundamental importância para compreendermos o inicial apoio tópico, porém entusiástico, a uma das medidas do Plano Cruzado, o fim da correção monetária (que apenas aludimos no início deste item), pois embasaria, em parte, as críticas e os apoios conferidos ao Plano.

Mais importante, contudo, tal concepção revela a visão-de-mundo e o conteúdo/natureza da representação de interesses do jornal. Este requer um sistema capitalista num certo sentido “puro”, isto é, voltado exclusivamente à produção, e jamais à especulação financeira. Afinal, “*a função do capital é criar riquezas por meio da produção*”. (33) Aos capitalistas caberiam, portanto, desenvolver o país através do trabalho e do investimento produtivo. Para tanto, deveriam possuir “*mentalidade schumpeteriana e (...) [o] real espírito capitalista, que são o desejo de empreender e a decisão de correr riscos. (...) [que implicaria na] consciência de missão, a qual responde sem dúvida a ética do trabalho*”. (34)

Observe-se que tal concepção não se circunscreve aos momentos de maior turbulência na economia, caso do advento do Plano Cruzado, como atesta

o período em que foram escritas - 1984. A vigência de um empresariado do tipo schumpeteriano parece ser verdadeiramente um princípio advogado pelo jornal. No Brasil, contudo, contrastante ao “ethos” da produção e do risco vigeria o capitalismo financeiro, do qual teria originado os “rendeiros”:

*“(...) essa classe nova de pessoas que **aplicam**, isto é, fazem o dinheiro render dinheiro sem que tenha havido criação de mercadorias no decorrer do processo. São os que especulam com a inflação, com a dívida pública, com a destruição paulatina dos valores da ética do trabalho. Eles formam uma legião, neste país já invertebrado, e buscarão aliciar para suas hostes, para impedir que a Nova República os ponha a ganhar o seu pão com o suor de seu rosto, todos aqueles humildes que também entraram na ciranda do **overnight** ou do **open market** no desespero de resguardar o poder aquisitivo de seus salários ou o valor real de suas rendas legítimas”. (35)*

A especulação do dinheiro estaria se erigindo como um valor cultural e como prática econômica da sociedade brasileira mesmo nos estratos sociais mais baixos. Com isso, o capitalismo perderia bases de apoio, pois cada vez menos a população como um todo acreditaria nos benefícios trazidos por este modo de produção. (36) Trata-se, em última instância, da perda de bases que sustentassem a hegemonia capitalista (no próximo item, “A Forma da Constituinte”, observaremos, sob um outro enfoque, a questão da disputa pela hegemonia).

Por isso, a pregação de um capitalismo produtivo e desenvolvimentista será uma constante em oposição, como vimos, à especulação antiespírito empresarial, a ponto de criticar os empresários que recorressem ao Estado quando estivessem em dificuldades financeiras à procura de crédito com juros subsidiados, caso da ajuda estatal a uma empresa de aviação em apuros, pois:

“O empréstimo concedido à Transbrasil pelo Conselho Monetário Nacional (...) é desserviço ao capitalismo e ao regime de livre empresa que se pretende fortalecer no Brasil.”

“(...) [trata-se de um] golpe em uma mentalidade capitalista sadia em que o risco é tão inerente à atividade quanto o lucro. O volume e a oportuni-

dade do investimento em uma economia de mercado é de exclusiva responsabilidade do empresário (...) [os milhões emprestados - FCPF] serão sem dúvida bom argumento a quantos pregam em prosa e verso que os capitalistas brasileiros não querem riscos, só lucros, e que o dinheiro do contribuinte serve para cobrir suas desventuras.

"(...) É bom lembrar que estes recursos são oriundos da mão bem visível do contribuinte. (...) [estaria ocorrendo, contudo - FCPF] uma estranha mão visível [do Estado na economia - FCPF] - que Adam Smith absolutamente não conheceu (...)" (37)

Igualmente, certos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a determinadas empresas foram criticados com os mesmos argumentos. O empresariado brasileiro abriria flancos aos inimigos do capitalismo ao não embuir-se, nem praticar, o capitalismo de risco, concorrencial e produtivo. O que parece confirmar nossa análise tanto em relação a sê-lo (tal capitalismo) atinente à visão-de-mundo do jornal - o que confere a "O ESP" uma função "orgânica" de defesa do capitalismo enquanto modo de produção - como participe vigoroso do embate pela hegemonia, expresso pela disputa em relação às idéias. Tal organicidade liberal imiscui-se, como vimos tentando demonstrar, a valores tradicionais, positivistas, autoritários, entre outros, o que lhe confere certa especificidade, tornando-o um agente político/ideológico de extrema complexidade. De todo modo, o jornal ao diagnosticar a tradição empresarial brasileira, constata ser o capitalismo aqui praticado contrário ao espraiamento deste modo de produção. O que demonstra não ser, o jornal, portavoz de interesses corporativos ou tópicos e sim de uma visão de mundo inegavelmente ampla: a defesa da reprodução, em bases sólidas, da sociedade capitalista.

Assim, o liberalismo propugnado por "O ESP" requer, à guisa de certos países de capitalismo desenvolvido, notadamente os EUA, mais do que a atuação schumpeteriana dos empresários, pois as outras classes sociais, notadamente os trabalhadores, também deveriam introjetar os valores liberais. Afinal:

"Entre empregador e empregado (...) [os] interesses se conciliam, não colidem. E a conciliação haverá de operar no sentido em que a empresa, prosperando, proporcionará aos assalariados melhores condições de vida

e bem-estar. Ao lucro, ao investimento e à poupança corresponderão o pagamento devido, melhores condições de trabalho e promoções". (38)

Esta introjeção teria nos liberais como um todo, aí necessariamente incluída a imprensa (donde "O ESP" se sobressai), e nos empresários em particular, o papel de propagadores. pelas idéias, o primeiro (e mesmo pela atuação, pois também o seriam empresários), e pela prática, os últimos, os agentes transformadores das crenças anti-liberais, como o intervencionismo/socialismo e as assentadas no capitalismo financeiro. O que se daria pela participação política dos que expressam a crença liberal - que "*é muito mais um estado de espírito (...) do que um conjunto de idéias alinhavadas, compondo uma espécie de utopia*" (39) -, no executivo e legislativo e na produção econômica. Assim, as mudanças, em sentido amplo, a serem realizadas pelos liberais:

*"(...) serão promovidas mediante a evolução consentida da mentalidade dominante, no povo e nas elites, segundo a lição de Milton Campos. O preço de uma suposta igualdade, sempre inatingida, não pode ser, como pretende o **socialismo**, o garroteamento da liberdade. Daí se haver mencionado alteração consentida, a qual pressupõe precisamente a custódia da liberdade: só exprime seu consentimento quem decide por si mesmo, sem tutelas (...) ou mesmo a interferências que reflitam jugo humilhante das ditaduras. Eis o que se entende por liberalismo, o qual também não se afirma sem uma concepção ético-metafísica do homem, sua vida e seu destino.*

"Tudo o mais que não afinar por esse diapasão tenderá ou a um materialismo que esvazia a natureza humana de seus valores transcendentais e a amesquinha ou, a pretexto de exaltar o social, abre caminho para regimes de força, nos quais a pessoa humana se metamorfoseia em homem-formiga ou em peça de engrenagem estatal (...)" (40)

O liberalismo como um "estado de espírito", expresso há pouco, parece constituir-se apenas como peça retórica, a fim de retirá-lo da seara das ideologias, diferenciando-o das demais, pois, como atesta a passagem acima, a definição elaborada delimita o pensamento liberal a certos pontos. O mais significativo, contudo, diz respeito à afirmação de que somente o liberalismo garantiria a

liberdade (tomada em abstrato), conseqüentemente excluindo toda e qualquer outra possibilidade de vivência social, seja qual fosse. Esta posição apresenta-se como intolerante para com outros tipos de sistema social. A concepção autoritária - hierarquizada, harmônica, ordenada e conservadora - da sociedade, por um lado, e a disputa pela *hegemonia* (claramente externada acima) durante todo o período da transição para o que viria a se configurar como democracia, por outro lado, parecem responder por essa formulação intolerante. Mesmo os sistemas capitalistas de caráter atenuadamente liberais, caso dos países modelados pelo programa social-democrata, ou mesmo aqueles que se desenvolveram através da denominada "via prussiana", são criticados e tidos como pouco democráticos pelo jornal. (41)

Agora que analisamos as concepções de mercado e capitalismo, em "O ESP", podemos voltar às suas posições em relação ao empresariado no contexto do Plano Cruzado. A postura do jornal em relação aos empresários da indústria e do comércio apresenta-se majoritariamente como guia, conselheiro, pois com frequência procurou mostrar o caminho a que os industriais e comerciantes deveriam seguir. Crescentemente, no entanto, discordou das posição pró-Plano que adotaram, devido especialmente ao aquecimento da demanda, que os levou a produzir e vender mais. Em certas circunstâncias procurou refletir o posicionamento do empresariado, mormente o da indústria. A tônica, como dissemos, será crítica, que torna-se inteligível à luz de sua concepção acerca dos pressupostos da sociedade de mercado.

Assim, ao comentar um documento elaborado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) condenando as greves durante a vigência do Plano, além de outros aspectos atinentes aos empresários em decorrência das medidas econômicas, acredita que:

"(...) a Fiesp tardou em descobrir os perigos incluídos no próprio Plano do governo, por ela recebido com euforia, numa visão de curto alcance. (...) Os industriais acolheram, na sua quase totalidade, o Plano Cruzado, sem perceber que, em razão das contradições internas, a política econômica, compulsoriamente, acabaria por favorecer reivindicações incompatíveis com uma economia alicerçada no congelamento dos preços. (...) Ainda hoje, podemos verificar que o CNI [Confederação Nacional das

Indústrias] *defende tal providência por estar, sua diretoria, acostumada a não combater frontalmente o protecionismo estatal. (...) [a explosão da demanda - FCPF] seduziu num primeiro tempo os industriais (...) [que não puderam] realizar, no quadro do congelamento, os investimentos necessários ao acompanhamento da explosão da demanda.*

“A Fiesp cometeu o erro de considerar apenas o lado econômico da questão num prisma de curto prazo, que propiciava o aumento dos seus lucros, menosprezando, paralelamente, o aspecto jurídico, a cada dia desrespeitado pelas autoridades. Deste modo, os empresários estão verificando, com certo atraso, que se transformaram no vilão da história (...) Tardou a Fiesp em denunciar o papel de bode expiatório que se pretende atribuir-lhe.

“É preciso que as entidades de classe tomem coragem para assumir posições de coerência. Devem ousar dizer que não é possível (...) acompanhar (...) o ritmo atual de crescimento; e exigir o respeito à lei, não aceitando (...) reajustes salariais contrários à legislação. Para tanto, deverão solicitar o apoio das autoridades (...)” (42)

Reafirme-se que o jornal se posiciona como porta-voz, guia, conselheiro, no intuito de defender interesses que se equivalem - dos empresários como um todo e do capitalismo em geral. A representatividade que expressa aparenta ser efetivamente generalizante no sentido do Capital Global, mesmo apesar de um certo privilegiamento a certos setores, que veremos mais abaixo. As críticas ao fato de não terem se apercebido, os empresários, da visão de curto prazo que adotaram; de sua transformação em vilões dos fracassos do Plano; dos flancos que as medidas econômicas abririam ao movimento sindical, entre outras, significam a tentativa do jornal em recolocar o empresariado no comando da economia, pressionando o Estado tanto no sentido do reordenamento das medidas econômicas quanto da obstrução às greves. (43) Em última instância visariam, enfatize-se, a transformação do empresariado em “classe dirigente”, extrapolando sua exclusiva condição de “classe dominante”, intuito este, contudo, freqüentemente transgredido pelo empresariado, como atestam os editoriais que o criticam: a própria concitação à “coerência” empresarial revela integralmente a insatisfação de “O ESP” em relação ao papel desempenhado por seus pares, requerendo, portanto,

a... “consciência de missão” (expressão do próprio jornal, relembre-se), eufemismo de consciência classe.

O mesmo procedimento, porém incomparavelmente menos recorrente, deu-se em relação aos empresários do comércio, o que demonstra não possuir, esta categoria, para o jornal, a mesma importância que o setor industrial. De qualquer forma, o apoio da Associação Comercial de São Paulo ao congelamento de preços o irritou profundamente, por considerar que o setor privado como um todo teria um papel político a cumprir e que, além do mais, lucros fáceis e rápidos, ancorados no intervencionismo estatal, não poderiam seduzir o empresariado. Estaria-se observando que, “entre a fidelidade aos princípios e a conduta prática, é a perspectiva do ganho - e, o que é pior, do ganho ilusório - que rege a política de determinadas entidades de classe”. Ao lembrar que a Associação Comercial normalmente fizera oposição à intervenção do Estado na economia, constata, com desolação, que: “*Mudou, porém, de atitude no dia em que percebeu que o governo estava conseguindo incrementar a demanda*”. (44) Por outro lado, é importante notar o aplauso entusiástico ao empresariado, de todos os ramos, quando se posicionam e tomam atitudes as quais o jornal concorda. A consideração de que estão, os empresários, no caminho certo, implica na concordância de posições entre representante (“O ESP”) e representados. Dessa forma, esse movimento pendular por parte do jornal - ora criticando ora aplaudindo as decisões empresariais, sempre no intuito de guiá-las com vistas a moldar o capitalismo brasileiro - é perene.

Finalizando e reiterando esse ponto, “O ESP” procurou apontar a distância entre uma posição principista e a prática tópica, *ad hoc*, no tocante à atuação do *empresariado* como um todo, tendo em vista os seguintes objetivos que deveriam ser perseguidos, segundo o programa do jornal: a) a instauração de um capitalismo produtivo que levasse ao desenvolvimento econômico; b) a independência dos empresários em relação ao Estado; c) o assumir, o empresariado, postura (de classe) dirigente, para além de sua posição enquanto “classe dominante”, para a instauração da hegemonia liberal.

Se, como procuramos demonstrar, “O ESP” atua pragmaticamente como porta-voz e guia do empresariado como um todo, tendo em vista a consoli-

dação, em sentido amplo, do capitalismo, por outro lado tem na *classe média* um elemento-chave em seu projeto capitalista. Em diversos aspectos concretos, como a voracidade fiscal, o *déficit* habitacional, a corrosão salarial, entre outros, ressaltou sua importância (relembre-se que seus leitores também pertencem a esta classe). Assim, durante todo o Plano Cruzado - da mesma forma que em relação a toda política econômica governamental - procurou influenciar seus rumos também em benefício da classe média. Por isso, logo no início do Plano ao mesmo tempo em que defende seus interesses (da classe média), define seus componentes e analisa suas características, pois:

*"(...) será contraproducente apostar na classe média, crendo que ela será a base da democracia brasileira, se não se reconhecer que dela fazem parte não apenas os **colarinhos brancos** (...) mas também os pequenos e médios empresários urbanos e os pequenos e médios proprietários agrícolas.*

*"São eles, especialmente estes últimos, que dão à classe média seu caráter de defensora do que as tradições têm de melhor - enquanto os **colarinhos brancos** formam muitas vezes à frente de movimentos de renovação. A combinação de tradicionalismo de uns com o reformismo de outros permite o avanço democrático - desde que o governo não retire as condições institucionais para que a classe média exista, uma das quais é a economia de mercado". (45)*

A aspiração a um ponto de equilíbrio, agora por intermédio da classe média, devido às características de seus componentes, não é uma idéia nova do jornal, como vimos no item "A Campanha Pelo Restabelecimento...", donde emergira o intuito da "Nova República" como assemelhada ao espírito conciliatório, especialmente no que dizia respeito às tradições do Estado de Minas Gerais, refreadoras dos impulsos radicalmente renovadores. Trata-se, portanto, de uma convicção arraigada do jornal, que implica, ressalte-se, na afirmação de seu conservadorismo.

Por outro lado, a classe média como base, isto é, esteio da democracia, aparentemente contempla várias funções, entre as quais o potencial consumidor representado pelo mercado interno, o papel ideológico de espriar valores referentes à sociedade (liberal) de consumo e, por extensão, o mercado como valor

(como se subentende da passagem acima) e como celeiro de líderes, pois a sociedade que “O ESP” requer é a “*sociedade cujo pilar de sustentação é a classe média, na qual o poder público vai buscar sempre os quadros e líderes que necessita. (...) [esta classe é - FCPF] permeável, a que ascendem não poucos dos melhores e dos mais capazes, procedentes de setores de renda mais baixa*”. (46)

A classe média é, então, de fundamental importância ao projeto do jornal de transformar a sociedade brasileira, emoldurada por um capitalismo produtivo e desenvolvido. Seu fortalecimento implicaria na consolidação dos valores liberais, à guisa dos Estados Unidos, por ter interesses na manutenção de uma economia de mercado, da qual seria beneficiária direta, da mesma forma que funcionaria como trampolim ascensional às “classes baixas”, tornando-se referência a estas. Ao espalhar os valores liberais, mesmo que por interesses vinculados eminentemente à *sua* classe, contribuiria para a consolidação do capitalismo. Na “guerra de trincheiras” a qual o jornal se encontra envolvido, a classe média seria um posto avançado.

Por isso, concretamente criticara a alta carga tributária, em especial a referente ao imposto de renda, considerada corriqueira, esta prática, do Estado brasileiro, pois: “*Mais uma vez a classe média brasileira foi escolhida como presa das garras vorazes do Leão, uma vez que os reajustes salariais que obterá (...) serão totalmente absorvidos (...) [representando] novo assalto perpetrado*”. (47)

O temor da pauperização dessa classe, possibilitada pelo excessivo gasto público (via estatais, *déficit* em geral etc) e pelo descontrole da economia, através da inflação, transparece com nitidez nos editoriais.

Dai um motivo a mais para a precedência da iniciativa privada em relação ao Estado, o que implicaria no apoio e promoção de campanhas pela desestatização. (48)

Os assalariados - de “colarinho branco” - jamais são vistos da mesma maneira que os trabalhadores caracteristicamente proletarizados; logo as políticas salarial, fiscal e creditícia, entre outras, são requeridas, por “O ESP”, apenas à classe média, o que, uma vez mais de forma *pragmática*, implicará num distan-

ciamento de certos valores típicos do *ideal* liberal, pois solicita a concessão de subsídios (à guisa do setor agrícola), em especial relacionados ao financiamento de imóveis, pois:

"(...) com a taxa de inflação crescente, a lei salarial, que carcome o poder aquisitivo dos assalariados da classe média, registra um grau de inadimplência [ao Sistema Financeiro de Habitação - FCPF] assustador. (...) É preciso deixar bem claro que não se pode ser, por princípio, contra o subsídio. (...) O importante é saber se tal subsídio tem destino certo e como é financiado. (...) deve ter função não só econômica, mas, também, social. (...) [desde que] oficializado, financiado com receitas próprias, e não com emissões monetárias, e com caráter temporário, seria perfeitamente admissível. (...) O caráter temporário (...) está intimamente ligado à lei salarial: é preciso acabar com esta lei, que corrói implacavelmente o poder aquisitivo da classe média sem, todavia, em nada concorrer para reduzir a taxa de inflação". (49)

Mesmo condicionando os subsídios, não os têm, também neste caso, como um princípio, pois aceita-os ou não de acordo com os interesses que defende, caso do fortalecimento da classe média e, como vimos há pouco, da agricultura. A temporariedade, por seu turno, que remete a um prurido principista, representa ou um ideal longínquo ou mera peça retórica. O pragmatismo transpõe o mundo das idealidades em defesa de interesses, modelados por uma visão de mundo específica, concreta. É significativo notar que a corrosão salarial, provocada tanto pela política salarial restritiva como pela inflação, é observada pelo jornal apenas e tão-somente em relação à classe média; a maioria absoluta da força de trabalho, que não pertencente às camadas médias, é preterida das preocupações do jornal, o que demonstra ser seu projeto voltado às classes proprietárias, das quais se incluem os gestores e agregados do capital, tipicamente provenientes dos setores médios.

A classe média como base de representação relativamente orgânica do jornal pode também ser apercebida pela concepção que possui dos setores cujos partidos de alegação liberal representariam, notadamente o Partido da Frente Liberal (PFL).

Isto porque, ao declarar ostensiva e entusiasticamente o apoio a este partido (e posteriormente também ao Partido Liberal - PL), demonstra a semelhança de bases sociais em relação a si próprio, as quais deveriam representar, pois os partidos liberais:

"(...) [representam] uma corrente de opinião forte em todos os países democráticos: corrente de centro, liberal, progressista, portadora das aspirações, tendências e interesses das grandes 'maiorias silenciosas' das sociedades sob regime político de democracia representativa.

"(...) o Partido da Frente Liberal (...) abriga amplos setores da classe média, de profissionais liberais, mas também a parte mais esclarecida do operariado nacional (...) São Paulo deveria ser um dos núcleos mais importantes de desenvolvimento desse novo partido (...) por aqui estarem concentradas, em maior número, as pequenas e médias empresas, cujos integrantes possuem vocação natural para o pensamento político liberal e por um punhado de outras razões". (50)

A afirmação da existência de "maiorias silenciosas", isto é, de uma opinião pública majoritária sensível à pregação liberal porém não ativa (não hegemônica) no sentido de publicizar tal inclinação ideológica, é de extrema importância por revelar seja o intuito de ativá-la seja o caráter de embate político/ideológico (uma vez mais) tendo em vista a consecução da hegemonia liberal. Como o *pragmatismo* de "O ESP" é o *meio* encontrado para viabilizar *fins* mais caracteristicamente *liberais* (sempre associados, contudo, a uma perspectiva conservadora das relações sociais), a conquista ideológica da classe média, de certa forma propensa a certos valores daquele pensamento, seria fundamental por sê-la formadora (ou melhor, retransmissora) de opinião. "O ESP", por excelência formador de opinião (veremos mais abaixo, como último tema deste item, o significado que possui para o jornal sua função jornalística), necessita desta camada - no que tange aos "colarinhos-brancos" -, relativamente extensa e alocada em postos de comando e coordenação, relacionados à gestão do capital privado e mesmo do poder público, para, primeiro, introjetar suas (do jornal) mensagens e, segundo, retransmiti-las aos que estivessem na esfera de sua (classe média) influência. Já os pequenos e médios proprietários - rurais e industriais - seriam por excelência dispostos ao liberalismo.

Um segundo aspecto a ser considerado na passagem acima diz respeito à afirmação do pertencimento às bases do PFL “da parte mais esclarecida do operariado”, pois representa simplesmente que todos aqueles operários não atinentes ao liberalismo comporiam a parte menos ou não esclarecida, por consequência. Trata-se, portanto, de uma posição exclusivista, afirmadora, em última instância, da máxima segundo a qual aqueles que não se perfilhassem ao liberalismo logo seriam contrários ao mesmo. Ainda como consequência, silogística, todos aqueles, notadamente os trabalhadores, que não professassem as idéias e ideais do jornal - porta-voz autoconsiderado oficial do mundo liberal -, que por qualquer razão divergissem dos cânones de sua crença, estariam imersos no universo da desrazão, do irracionalismo, dos preconceitos ideológicos, das utopias irrealizáveis, obscuras e fetichistas, do universo dos trabalhadores representados pelo “outro”, como vimos no item correspondente. Tal exclusivismo, como se sabe, é por excelência (uma vez mais, diga-se) intolerante, por não aceitar nem reconhecer a diferença.

A não tolerância contrasta, por sua vez, com um dos legados mais importantes do pensamento liberal, em sua vertente democrática, o que implica numa postura antiliberal (nestes termos) e eminentemente autoritária.

Em resumo, é possível dizer que o projeto político de “O ESP”, com sua correspondente atuação político/ideológica, implica, como pano de fundo, na defesa de um capitalismo produtivo que fincasse bases sólidas na sociedade, concebida esta nas vertentes econômica (produção material), sócio/ideológica (introjeção de valores liberais) e político/ideológica (preeminência das classes empresariais enquanto dominantes e dirigentes e hegemonia liberal). Para tanto, torna-se estrategicamente importante, e vigorosamente enfatizado, o papel da classe média assalariada (os “colarinhos-brancos”) e do *micro e pequeno, e mesmo médio empresário*, (que, num conceito ampliado, também pertenceriam às camadas médias) *urbano e rural*. O capitalismo requerido jamais poderia prescindir do setor agrícola, por razões de ordem econômica e político/ideológica, o que revela um projeto relativamente articulado ao mesmo tempo que a preocupação com o Capital Global. Ao Estado caberia atuar pragmaticamente, apesar de retoricamente enfatizar as práticas liberais, o que significa proteger a economia brasileira sem, contudo, isolar o país da economia internacional. Abertura econô-

mica seletiva paralela à imposição de barreiras alfandegárias, desestatização, diminuição de impostos, concessão de subsídios, entre tantas outras medidas promovidas pelo Estado teriam a capacidade de alçar ao comando dirigente, portanto da economia, da sociedade e das relações políticas e ideológicas, as classes (dominantes) empresariais.

Em relação ao importante tema da *transferência de renda*, a qual o Plano Cruzado se enquadraria, entre outras conclusões, a posição de “O ESP” é histórica e principista, isto é, o Estado brasileiro tudo faria para carrear recursos para si do setor privado - cidadãos e empresas. Observe-se que tal postura estatal colide de frente com o projeto acima delineado de transformação do capitalismo brasileiro no sentido de fazer com que predomine a iniciativa privada em relação ao Estado, pois:

*“O caráter fabuloso da economia brasileira pode sintetizar-se da seguinte maneira: o setor estatal sobrevive graças a maciças transferências de recursos do Tesouro (...) o Tesouro transfere esses recursos - que a rigor se destinam ao funcionalismo, Educação, Saúde e Segurança - graças aos impostos que cobra ao setor privado; o setor privado pode pagar os impostos porque no ciclo econômico cada qual cumpre suas obrigações; todos cumprem suas obrigações com todos, porque todos são responsáveis. Ora, há um momento em que o ciclo se rompe, de trás para a frente: as empresas estatais são irresponsáveis e deixam de pagar o setor privado, que no entanto **deve** pagar os impostos que alimentam as estatais que não lhe pagam.*

*“A rigor, o setor privado não tem mais com que se opor ao setor público - é isso o que o Executivo fez conscientemente ao longo dos anos e que já denunciámos, há tempos, apontando os perigos do **caminho soviético** que o Brasil estava trilhando”. (51)*

A denúncia da precedência do estatal sobre o privado, com conseqüências deletérias à sociedade (em sentido amplo) tem sido marca registrada do liberalismo do grupo “O ESP”, como se observa. A intervenção do Estado tal qual historicamente existente no país, via participação direta de suas empresas (criadas em grande escala) no setor produtivo, além da excessiva centralização e burocratização da atividade econômica (aliada à voracidade fiscal), superariam em muito

o papel pragmático concebido ao Estado. Em praticamente todos os setores haveria a presença estatal sobrepujando e impedindo o dinamismo da iniciativa privada, sendo que: *“Muito ajudará o Estado, se não atrapalhar: interferindo indevidamente, cobiçando lucros alheios para esvaziá-los com medidas destinadas a promover a pura e simples transferência de recursos do setor privado para o setor público da economia (...)”*. (52)

Observe-se que “O ESP” se refere sempre de forma genérica a tal transferência de recursos, mesmo antes do advento do Plano Cruzado. Por mais que corriqueiramente analisasse setores específicos da economia em suas relações com o Estado, bradando contra a usurpação, por vários meios, de cada um deles, seu argumento parte dos casos particulares para chegar a conclusões generalizantes acerca do intervencionismo estatal. Cada setor empresarial em particular, portanto, corroboraria a tese da supremacia do Estado em relação à iniciativa privada. Tal supremacia, contudo, para além dos inumeráveis efeitos deletérios produzidos à economia, já apontados, produziria um outro fenômeno, ainda mais destrutivo, pois de ordem ideológica e normalmente não apercebido. Diria respeito à:

“(...) influência que a empresa estatal irradia na sociedade como um todo, corroendo seus valores econômicos e políticos. Foi graças ao fortalecimento desse tipo de empresa que se difundiu com maior intensidade por amplas camadas sociais a falsa idéia de que o Estado gera recursos próprios, distintos daqueles que a sociedade produz nas empresas. Da mesma maneira que foi o espírito cartorial difundido pelas estatais que inibiu, em amplos setores, a imaginação criadora e fortaleceu as tendências burocráticas e autoritárias do homem brasileiro. (...) [e influenciou a] mentalidade de vastos segmentos sociais.

“É a ampliação do conceito de livre iniciativa - a rigor a substituição da 'livre empresa' pela 'livre iniciativa' - que permitirá à sociedade brasileira enfrentar os grandes desafios que a esperam (...) é indispensável que na sociedade se organizem forças para difundir a idéia de que a liberdade, una e indivisível, só se alcança e só se defende quando à democracia política se conjuga a liberdade de empreender, em qualquer campo e a propósito do que for. (...)”

“Consolidar uma ampla e poderosa frente de apoio à privatização da economia é uma das maneiras de conquistar terreno para as idéias liberais”. (53)

A atuação Estado, portanto, repercutiria no âmago do embate político/ideológico ao inocular valores estatais em extensas camadas da população. Trata-se, para o jornal, claramente da disputa pela hegemonia, tendo de um lado os grupos à esquerda e todos os que teriam no Estado a principal referência (burocratas, tecnocratas, “rendeiros”, oportunistas de todos os moldes, entre outros) e, de outro, os liberais. A própria transformação da expressão “livre empresa” em “livre iniciativa” nada mais significa do que a tentativa de - ao ampliar seu espectro tornando-a genérica - associá-la a algo ao alcance de cada cidadão comum. O “conquistar terreno para as idéias liberais” passaria necessariamente por uma atuação cotidiana dos que se perfilham ao liberalismo, ao estilo de uma “guerra de posições”, onde cada setor da vida econômica, política e cultural deveria ser ocupado de forma a conquistar a hegemonia liberal; a associação indelével entre democracia e iniciativa privada seria justamente uma das idéias centrais a ser alçada a valor incontestável nesse processo por resumir o projeto liberal de forma simples ao homem comum. Por isso também a ênfase no empresário do tipo schumpeteriano, no papel das idéias, na escola (em todos os níveis) assim como em todo e qualquer aparelho privado (e mesmo estatal) passíveis de influenciar a consolidação de valores que perfizessem a hegemonia liberal. Este aspecto é ostensivo em “O ESP”.

A imprensa, como não poderia deixar de ser, seria imprescindível nesse embate, devido às suas características de publicização e formação de opinião, entre outras, das quais “O ESP” procura explorá-las ao máximo.

VII) A FORMA DA CONSTITUINTE

O jornal "O Estado de S. Paulo" se posiciona em relação ao tema em questão balizado ostensivamente pelo embate político/ideológico com os grupos à esquerda, personificados nos sindicatos, nos movimentos sociais, na chamada sociedade civil, no meio intelectual e nos partidos. Por objetivar permitir a elaboração de uma nova Constituição - síntese dos direitos e obrigações e configurante do caráter jurídico/político do país -, e por ser tal elaboração motivo de renhidas disputas, por envolver interesses e visões de mundo dispares e mesmo antagônicos, a *forma* de fazê-la assumirá enorme importância. O apoio a um *Congresso Nacional com funções constituintes* ocorrerá, então, devido à avaliação de que o embate pela obtenção da hegemonia - do qual a nova Constituição resultaria - seria facilitado ao pensamento requerido como liberal pela forma não exclusiva. Isto porque uma Assembléia Nacional Constituinte, eleita tão-somente para elaborar a nova Carta Constitucional, concentraria em si plenos poderes e, caso fosse dominada pelos não-liberais - socialistas, comunistas e toda sorte de intervencionistas -, implicaria a existência de uma Constituição contrária aos interesses defendidos pelo jornal. Haveria, portanto, um risco não desprezível a ser evitado. Um Congresso Nacional ordinário, apenas ampliado em suas funções, pareceu representar uma certa segurança de que, tendo em vista o perfil liberal/conservador histórico do Parlamento federal, o mesmo não apresentaria grandes alterações, diferentemente do exclusivismo de um poder provindo da *Assembléia*. Assim, fazendo uso de argumentos legalistas (aquilo que está na lei não se discute, cumpre-se), utilizados sempre que lhe pareceu conveniente, e não, portanto, incondicionalmente, afirma ser:

*"(...) a tese da **Constituinte exclusiva** espécie de **enfermidade** que, desgraçadamente, se tornou endêmica entre os políticos. (...) A que se visa, com essa inconstitucional **constituinte exclusiva**? A repetição de uma experiência de quase 200 anos, levada a efeito na Revolução Francesa. O que se quer é o governo da Assembléia, que porá abaixo o Executivo, fará prevalecer Atos Constitucionais ou que nome tenham, e no final, entregando o poder a algum comitê de salvação pública, ofereça o País às garras do Terror. (...) não há que falar em que governo e demais instituições funcionam por concessão da Constituinte. Amanhã, cassada a concessão por vontade do poder concedente, que se arvorará em poder inimico, surgirá a ditadura dos xiitas, aliados a novos petistas e pedetistas...*

“(...)[seriam as] esquerdas minoritárias mas aptas a explorar a vantagem da iniciativa e de jogar com o poder de pressão que sabem tão bem exercitar, coagindo os moderados, que são maioria porém não têm facilidade de articulação e sem muita dificuldade podem deixar-se intimidar pelo grito mais alto dos adversários audaciosos?

“Kesta saber se esses mesmos moderados disporão de líderes que percebam a gravidade deste momento histórico e os agrupem para fazer frente com vantagem à guerrilha desencadeada em Brasília e que está sendo acompanhada de perto pelas forças centrífugas empenhadas em combater a comunhão social. Se o centro dele [do PMDB, partido com maior número de parlamentares - FCPF] ceder às ameaças da esquerda, terá o destino dos girondinos. Se se aliar às correntes com que se afina, de índole liberal (...) dará contribuição decisiva ao aperfeiçoamento do regime (...)” (1)

O espectro da Revolução Francesa, comumente trazido à tona em situações de “veto” às, reais ou imaginárias, possibilidades de suplantação e/ou aprofundamento da democracia representativa, vistas sempre como “governo da Assembléia”, onde, especialmente devido à mobilização dos militantes à esquerda “o fantasma da oclocracia se ergue no horizonte” (2), será uma vez mais evocado. Como já havíamos visto no item “A Campanha Pelo Restabelecimento...” a democracia denominada classicamente como representativa ganha contornos conservadores no pensamento do jornal, pois qualquer abertura à participação direta da população, como plebiscitos, emendas populares etc é liminarmente descartada, posição reforçada pela concepção da divisão (igualmente clássica) dos poderes, requeridos como rigidamente separados.

Por outro lado, esta referência à Revolução Francesa permite também associar a esquerda (pensamento e prática) ao radicalismo jacobino, conferindo aos partidos desta matiz em atuação no Congresso Constituinte o perigoso e deletério poder, como dissemos - caso obtivessem a hegemonia -, de elaborar uma Carta Constitucional não equilibrada e com fortes traços ideológicos. A liberdade, a propriedade privada, a democracia e a possibilidade de inserção do Brasil no “primeiro mundo”, no contexto dos valores ocidentais, estariam conseqüentemente ameaçadas. A afirmação de que os partidos à esquerda possuiriam maior capacidade de pressão, em contraste com os “moderados” - expressão eufemis-

tica de conservadorismo, recorde-se -, se insere num campo retórico essencialmente estigmatizante dos adversários que, mesmo constituindo-se prática corrente, agrava-se neste momento de redefinição das linhas mestras da economia, sociedade e Estado brasileiros. A suposta desarticulação dos “moderados” é frontalmente contrastada pelo advento do chamado “Centrão” - epíteto revelador, pelo próprio superlativo, da agregação orgânica de amplos setores conservadores no Congresso, e que veremos mais adiante. Já a referência à guerrilha como forma de atuação da esquerda, deletéria à “comunhão social” - concepção cara ao “liberal/positivismo” do jornal -, talvez possa ser encarada para além da retórica, pois “O ESP” posta-se efetivamente como participe de uma “guerra de guerrilhas”, o que implica em atuar desta forma.

No que diz respeito à representação constituinte, se exclusivamente partidária ou independente dos partidos (candidaturas “avulsas”), “O ESP” requer ambas, pois acredita serem os partidos brasileiros verdadeiras máquinas dominadas pela *“igrejinha composta pelos que detêm a maioria da Comissão Executiva, eleita pela convenção que, mais tarde, apreciará a lista [de candidatos - FCPF] ou o prato feito”* [isto é, só seria candidato quem a Executiva quisesse - FCPF]. (3) Com isso, a legitimidade da representação política seria conspurcada.

Como apenas e tão-somente a democracia representativa é aceita - onde os partidos e a representação formal seriam insubstituíveis - e como os grupos à esquerda normalmente atentariam contra ela, o que seria agravado pela fragilidade histórica do sistema partidário brasileiro, o jornal requer um misto de ambas - representação partidária e independente -, para que se assegurasse a “verdadeira” representação. Afinal, a representatividade falseada colocaria em risco a legitimação constituinte e o próprio conteúdo (não doutrinário) da Constituição.

Ora, todas as questões levantadas até aqui revelam claramente o sentido de embate que a elaboração da nova Constituição suscitara às forças sociais e políticas, das quais o jornal, por defender a manutenção de amplos e complexos interesses constituídos, empenha-se como uma “bravo matutino”. (4) Tal embate é sobretudo político e ideológico, o que faz com que “O ESP” ao mesmo tempo adentre e contribua para o clima hostil entre as facções em disputa no Congresso Constituinte.

E isso durante todo o processo constituinte, mas especialmente em certas ocasiões, das quais se destaca o preenchimento dos principais cargos, pois:

“A ocupação dos cargos de relatores é importante na luta ideológica que se irá travar daqui para a frente. É luta ideológica, e de nada adianta tergiversar sobre esse fato. Os que, eleitos pelo centro e tendo suas raízes existenciais no centro, se demitem de suas responsabilidades e sucumbem às pressões das ‘patrulhas’ da esquerda devem ter isso em mente. (...) apesar de a função de relator de comissão [ocupado por um parlamentar à esquerda - FCPF] ser estrategicamente importante, ela não decide por si o embate”. (5)

Como se percebe, “O ESP” assume claramente a batalha (político) ideológica constituinte de maneira enfática e decisiva, conclamando o espectro ao qual comunga interesses e visão de mundo ao contra-ataque, pois a esquerda teria saído em vantagem ao ocupar alguns dos principais cargos do Congresso Constituinte. É correto afirmar que o jornal incitou, concitou e mesmo clamou pela aglutinação do “centro” conservador para deter os grupos à esquerda; o fez cotidiana e ostensivamente, desesperando-se pela demora em sua formação. Quando esta ocorreu e seus primeiros resultados começaram a surgir, caso da aceitação pela maioria do Parlamento do substitutivo apresentado pelo “Centrão” alterando o regimento interno do Congresso Constituinte, considerou ter havido uma “vitória da democracia”, pois, mesmo havendo divergências entre seus membros: *“O essencial é que se pode respirar aliviado: o Centrão demonstrou que é capaz de formar, discutir, pelear e ganhar. A democracia lavrou um tento contra aqueles que jogam na desestabilização”.* (6)

“O ESP” procurou atuar como uma espécie de guia, conselheiro desse agrupamento parlamentar, à guisa do que estruturalmente o faz em relação ao empresários - por mais heterogêneo que fosse o “Centrão” havia uma linha comum entre ele, o jornal e o empresariado -, o que representa indicar os caminhos a seguir, aplaudir os acertos (como se percebe na passagem acima) e criticar os erros e desvios.

O apontamento e crítica de tais erros e desvios ocorrerá sempre que o referido agrupamento não enfrentar com dureza os grupos à esquerda, impondo-lhes derrotas fragorosas e humilhantes. Afinal, a maioria do Parlamento pertencia ao bloco conservador; nada poderia justificar qualquer concessão, transigência ou recuo. Tratar-se-ia, como assume o próprio jornal, de uma luta, ou melhor, uma guerra. Por isso, não poupará palavras ríspidas, modeladas por um espírito de claramente beligerante, contra os parlamentares e partidos à esquerda, ao condenar o acordo com eles realizado postergando a votação em plenário do substitutivo final do regimento. Para o jornal seria o caso de:

"(...) lamentar que o Centrão não se esforçasse por repetir as decisões que o levaram a abrir a brecha para que se emendasse o regimento, na tentativa de permitir o aperfeiçoamento do texto constitucional (...)

*"É preciso indagar: se surgir um fato novo, que altere radicalmente o cenário político e acarrete a desagregação das forças de que se nutriu o Centrão, não terá sido desperdiçada excelente oportunidade de pôr no mesmo saco xiitas, **albaneses**, radicais e estatizantes de todo o gênero e bater-lhes como merecem? Então, também por motivos de ordem tática conviria aproveitar a ocasião, encurralar adversários e inimigos e impor-lhes a vontade soberana do maior número. (...)*

"Vamos ao regimento, senhores do Centrão! As aspirações populares merecem mais apreço!" (7)

A beligerância, claramente expressa acima, demonstra a dimensão do embate para o jornal. Expressões como "encurrular" e "impor", em substituição à praxe parlamentar da negociação, e o imiscuir deliberado dos conceitos adversário e inimigo (8) representam a decisiva vontade e pressão políticas de ver elaborada uma Constituição com feições *exclusivamente* liberais - liberalismo este à moda do jornal. O planejamento e a ação táticos e estratégicos compõem definitivamente o quadro ao qual "O ESP" parece se mover. Por isso, como numa guerra real (e não metafórica, por mais realistas que sejam as figuras de linguagem em certos casos, como o em questão), de guerrilhas, enfatize-se, requer o banimento, a eliminação política do inimigo a ser abatido. As concitações ao "Centrão" terão sempre por objetivo orientá-lo nesta direção, sem titubeios ou recuos, em nome,

como sempre, do Povo, da Nação, da Liberdade, do Bem Comum, entre outros universais constantemente invocados.

Por outro lado, a expectativa de que o processo constituinte levasse à formulação de uma Carta Constitucional idealizada pelo jornal - isto é, que contemplasse o conjunto de suas principais posições, desenvolvidas ao longo desta dissertação - pareceu estar frustrada estruturalmente por razões vinculadas à ausência de *tradicionalismo* e de *elitismo* no atual momento por que passava o país.

Apesar de não insistir nesse tema, pois extemporâneo e saudosista - afinal, não se ganha uma guerra com as atenções voltadas ao passado e a um mundo estranho aos combatentes -, é significativo sua emersão justamente no dia da instalação do Congresso Constituinte. Assim, ao identificar alguns dos principais problemas existentes para a elaboração constitucional, acredita que o poder das empresas estatais e a estrutura autoritária dos partidos políticos conseguiriam impor aos trabalhos constituintes “fatos consumados”, notadamente antiliberais. O aspecto mais importante, contudo, diria respeito ao fato de que:

“(...) o total de representantes (...) na Câmara e no Senado (na Assembléia Nacional Constituinte, portanto) (...) [foi] renovado em cerca de 60%. São pessoas que vêm de experiência municipal, algumas estadual, outras sem nunca ter passado pelo crivo dos trabalhos legislativos, ou executivos, jejunos em quase todos os grandes problemas brasileiros.

“Quando se examina a composição das Assembléias Constituintes de 1823, 1891 e 1946 tem-se a impressão de que a sociedade, por seus partidos, cuidou de enviar ao locus em que se adotariam as graves decisões institucionais os seus melhores. Hoje, seguramente pela revolução demográfica que atua desde os anos 50 e pelo desinteresse que a maioria dos integrantes do escol culto (para não nos referirmos ao daqueles que têm posses) demonstra pela atividade parlamentar, são poucos os que têm experiência e possuem do Brasil a visão globalizante indispensável a quem assume a responsabilidade de ser constituinte.

“Basta olhar para as lideranças em evidência para ver que essa constatação, atrás da qual se esconde um temor, é verdadeira: são apenas alguns homens com quase ou mais de 60 anos que viveram as crises políticas, econômicas e sociais. (...) A eles cabe assegurar não só a independência da Assembléia: incumbe impedir que agentes provocadores, travestidos de radicais e democratas sinceros, pretendam fazer que a Assembléia Nacional Constituinte (...) enverede por campos legislativos ordinários que não são seus”. (9)

O tradicionalismo e o elitismo são claramente observáveis, expressando o protótipo do representante parlamentar - mas não apenas, é possível inferir, pois extensivo às autoridades graduadas - para “O ESP”. Caracteriza-se, portanto, por ser “culto” (que implica, também é possível inferir, em possuir curso superior e perfilhar-se ao liberalismo por princípio), deter “posses” (isto é, ser empresário de qualquer ramo e setor e, no máximo, pertencente à classe média gestora ou agregada do capital) e ter cerca de 60 anos, ou melhor, a experiência propalada pelo pensamento conservador, garantidora do equilíbrio.

A explosão demográfica, ao instaurar a oclocracia - conceito diversas vezes utilizado pelo jornal -, elevada (a plebe) a ator político pelo pensamento à esquerda, teria corroído a *tradicional* sociedade brasileira (10), expressa, esta, nas três Constituintes anteriores. Daí, a degenerescência social e política e a ausência de uma moral pública unificadora. (11) O jornal, no embate constituinte, não crê contar portanto com *os melhores e mais capazes* (12) representantes das classes proprietárias, potencialmente espaiadoras dos valores liberais. Por isso, sua tarefa parece ser redobrada, pois teria de orientar detida e detalhadamente uma bancada composta por vários partidos e, nestes, por jovens (isto é, todos aqueles com menos de 60 anos) inexperientes - por não terem passado em idade adulta pelas graves crises ocorridas no país. O linguajar beligerante e o constante estímulo ao embate têm a função de manter os “comandados” - como numa guerra, repita-se - alertas para alvejar o inimigo, calculadamente estigmatizado para açular-lhes (nos combatentes) a vontade de “exterminá-lo” (politicamente, no processo constituinte). Dessa forma, em certas batalhas a “guerra de posições” é substituída pela “guerra de movimento”; o embate como um todo, entretanto, é fundamentalmente de primeiro tipo, sendo as “guerrilhas” político/ideológicas

imprescindíveis, das quais “O ESP” atua como comandante na trincheira (ideológica) da imprensa. (13) Por isso, assumidamente defende perante os leitores a atuação do “Centrão” em seu combate aos grupos à esquerda, pois:

*“Há que repelir energicamente as tentativas de **patrulhamento**, caracterizadas pelas acusações com que os radicais de esquerda pretendem rotular os centristas, tachando-os de **direitistas, reacionários e fascistas para incompatibilizá-los com setores ponderáveis da opinião pública. A comunicação de massa tem importante papel a desempenhar, na defesa dos moderados. Cabe-lhe, em vez de dar guarida à versão dos demagogos engajados no processo de estatização, desenvolver esforços para preservar a imagem dos homens que têm a coragem das atitudes e se dispõem a terçar armas para a implantação da ordem que assenta na liberdade (...)**” (14)*

Essa defesa do “Centrão” dos ataques realizados pelos grupos à esquerda representa um contra-ataque que não dispensa qualquer recurso, caso da substituição da expressão “liberais” por “moderados” como forma de denominar seus componentes. Dois objetivos parecem ser atingidos com isso: primeiro, conferir uma certa homogeneidade a esse agrupamento por excelência heterogêneo, o que pareceu importante tanto ao nível interno - fortalecimento de sua precária unidade - como externo, ao passar aos leitores a impressão da existência de tal unidade/homogeneidade; segundo, enfatizar que a expressão “moderado” tem como antítese justamente a idéia de radicalismo, associada aos grupos à esquerda. Tudo isso confirma, portanto, a disputa pela hegemonia no Congresso Constituinte.

Por fim, se o Congresso Constituinte fora um dos momentos mais importantes de disputa (político/ideológica) pela hegemonia, isto é, por ser uma disputa aberta, ostensiva e materializável, pois ao final do processo (onde por sinal também havia um tempo máximo para se encerrar) haveria uma nova constituição. “O ESP” jamais limitou-se a atuar topicamente, *ad hoc*. Ocorre que em certos momentos os embates se apresentam institucionalizados e, num certo sentido, tópicos. Sua atuação pautara-se, portanto, durante toda a transição, pela busca da hegemonia liberal (à sua moda, como tentamos demonstrar e nunca em excesso

repetir). Por isso, tendo absoluta clareza de seu papel enquanto intelectual coletivo e, mais ainda, da imprescindível função dos intelectuais, afirma:

"Brilhante teórico da política não hesitava em dizer que a idéia que um grupo social faz do Estado trazia em si, necessariamente, uma concepção do mundo; mais ainda, dizia que a concepção do mundo triunfante era aquela capaz de funcionar como artigo de fé para os intelectuais desse mesmo grupo e ser capaz de aglutinar em torno de si os intelectuais de outros segmentos sociais, conquistando depois a adesão dos membros desses grupos que não exerciam a função de 'intelectuais' em sentido amplo. No fundo, essas proposições são verdadeiras, e por serem tal é que se deve analisar com profundo ceticismo as possibilidades de o liberalismo impor-se no Brasil como concepção do mundo triunfante. Antes de mais nada, porque falta aos que defendem a idéia liberal no Brasil a capacidade orgânica de propor e tornar efetiva uma pedagogia apta a difundir valores liberais. (...)

"À medida que os liberais se retraem, temerosos de afirmar sua condição de defensores da liberdade, a História brasileira perde parte de sua carne e sangue. (...)" (15)

A constatação de que as idéias liberais não se espraiam devidamente por pusilanidade dos agentes perfilhados à esta matiz apenas reforça, para "O ESP", a sua própria importância. Uma vez mais, tem a consciência da necessidade de um comando articulador destes agentes nas diversas trincheiras políticas e ideológicas. Seja nos meios de comunicação, na historiografia, na escola, na religião e no Estado, entre outros, procura direcionar pessoas, com ou sem funções intelectuais à crença em certas idéias. Aos que atuam enquanto intelectuais procura fazê-los absorver mais profundamente o ideário liberal, caso, entre outros, da concepção e imagem de certas datas históricas, como a fundação da USP e a Revolução Constitucionalista - que seriam tidas por seus adversários respectivamente como um "projeto elitista" e "um movimento separatista" (16) -, verdadeiros marcos do liberalismo porém desvirtuados e denegridos. O homem comum, por sua vez, possuidor apenas de uma visão de mundo, deveria ser trazido para a órbita liberal tendo em vista justamente a formação de suas concepções essenciais.

A declarada utilização de categorias gramscianas, como “concepção de mundo triunfante” (hegemonia), “intelectuais”, no sentido de suas funções e diferenciações, caráter “orgânico”, modeladas pela idéia de uma “pedagogia”, que, num sentido ampliado significa, para o jornal, justamente a crença em certas idéias, o que faz com que a repressão aos discordantes seja virtual; tais concepções gramscianas representam, contudo, apenas a articulação intelectual e, num certo sentido, teórica (e contemporânea), de um universo ao qual o jornal vem praticando quase que desde sua existência. O fato do grupo “O ESP” atuar nos meios de comunicação e ter sido um dos fundadores da Universidade de São Paulo, evidencia, para além de sua posição enquanto grupo economicamente dominante, sua clareza prática (ou pragmática) da importância da ocupação dos aparelhos capazes de formar mentalidades - sendo-lhe portanto um objetivo perene.

FRANCISCO CÉSAR PINTO DA FONSECA

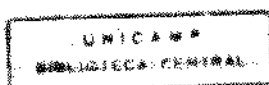
VOLUME II

**A IMPRENSA LIBERAL NA TRANSIÇÃO
DEMOCRÁTICA (1984-1987):
PROJETO POLÍTICO E ESTRATÉGIAS
DE CONVENCIMENTO**

(REVISTA *VISÃO* E JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO*)



NOVEMBRO/1994



VOLUME II

NOTAS	269
DA INTRODUÇÃO	270
PARTE I (REVISTA VISÃO)	
DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS	274
DO ITEM A CAMPANHA PELO RESTABELECIMENTO DAS ELEIÇÕES DIRETAS PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	275
DO ITEM A QUESTÃO SOCIAL	276
DO ITEM O "ENTULHO" AUTORITÁRIO.....	285
DO ITEM A TUTELA MILITAR.....	287
DO ITEM "OS NOVOS PERSONAGENS" - PT/CUT - OU O "OUTRO" DOS LIBERAIS.....	289
DO ITEM O PLANO CRUZADO.....	300
DO ITEM A FORMA DA CONSTITUINTE	304
PARTE II (JORNAL "O ESTADO DE S. PAULO")	
DO ITEM A CAMPANHA PELO RESTABELECIMENTO DAS ELEIÇÕES DIRETAS PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....	305
DO ITEM A QUESTÃO SOCIAL	318
DO ITEM O "ENTULHO" AUTORITÁRIO	332
DO ITEM A TUTELA MILITAR.....	337
DO ITEM "OS NOVOS PERSONAGENS" - PT/CUT - OU O "OUTRO" DOS LIBERAIS	344
DO ITEM O PLANO CRUZADO.....	354
DO ITEM A FORMA DA CONSTITUINTE	377
CONCLUSÃO	388
BIBLIOGRAFIA	399

NOTAS

DA INTRODUÇÃO

- (1) Bobbio, N. - O Futuro da Democracia: Uma Defesa das Regras do Jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pág. 20.
- (2) Cf. Hirschman, A. - A Retórica da Intransigência. São Paulo: Cia. das Letras, 1992; Marshal, T. H. - Cidadania, Classes Sociais e Status. Rio de Janeiro: Zahar, 1978; e Bobbio, N. - Liberalismo e Democracia. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- (3) Santos, W. G. dos - Ordem Burguesa e Liberalismo Político. São Paulo: Duas Cidades, 1978, pág. 71.
- (4) Fonte: Anuário Brasileiro de Mídia. Ed. Meio & Mensagem, 1988.
- (5) Capelato, M. H. e Prado, M. L. - O Bravo Matutino - Imprensa e Ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, pág. XIX.
- (6) Weffort, F. - "Jornais são partidos?" in Lua Nova, vol. 1, nº 2, jul/set. 1984 (CEDEC), pág. 38.
- (7) Capelato, M. H. - Imprensa e História do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, pág. 18.
- (8) A partir deste momento majoritariamente denominaremos por toda a dissertação os agentes observados de maneira abreviada: a revista VISÃO como *a revista* e como *VISÃO*; o jornal O Estado de São Paulo como *o jornal* e como "*O ESP*". Apenas eventualmente nos referiremos a ambos por suas respectivas denominações completas. Também apenas eventualmente denominaremos um e outro como "periódico".
- (9) Entrevista de Otávio Frias Filho à revista Lua Nova, op. cit., págs. 35 e 36, grifos nossos. Observe-se que outras entidades, que não pertencentes à imprensa mas assumidamente perfilhadas ao liberalismo, têm no corporativismo um aspecto-chave, mesmo que não exclusivamente, caso da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outras.

(10) Utilizaremos a expressão “agentes sociais” para designar a imprensa liberal em questão tendo em vista sua abrangência, passível de contemplar o triplo papel que a revista e o jornal parecem adotar, e há pouco referido: como empresa, agente político/ideológico e porta-voz de determinados interesses. A expressão “agente” remete à idéia de agenciamento - representação de interesses, próprios e gerais. Por outro lado, consideramos a expressão “ator” (político ou social), comumente utilizada, mais restritiva do que a que adotamos. A consideramos, contudo, contemplada na terminologia que faremos uso.

(11) Reydon, B. - “Síntese Crítica do PRNA” in Leal, L. - Reforma Agrária da Nova República: Contradições e Alternativas. São Paulo: Cortez/EDUC, 1986, págs. 10 e 11, grifos nossos.

(12) O'Donnell, G. - “Transições, Continuidades e Alguns Paradoxos” in Reis, F. W. e O'Donnell, G. (orgs.) - A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas. São Paulo: Vértice/Rev. dos Tribunais, 1988, pág. 51.

(13) Valente, A. - “O Trabalho Social e a Questão do Outro” in Revista Debates Sociais - CBCISS, nº 48/49 - Rio de Janeiro, ano XXVI - 1º e 2º sem./1990, pág. 11.

14) Novaes, S. C. - Jogo de Espelhos: Imagens da Representação de Si Através dos Outros. São Paulo: EDUSP, 1993, pág. 31.

(15) Idem, pág. 109.

(16) Sallum Jr., B. - “Por Que Não Tem Dado Certo: Notas Sobre a Transição Política Brasileira” in Sola, L. (org.) - O Estado da Transição: Política e Economia na Nova República. São Paulo: Vértice/Rev. dos Trib., 1988, pág. 119.

(17) Idem, págs. 121, 122 e 123.

(18) Nossa investigação dos agentes liberais encontrou dificuldades decorrentes da desestrutura do arquivamento de documentos existente no Brasil. Bibliotecas sem os arquivos de VISÃO e “O ESP” ou com faltas na coleção dos mesmos aliada

a restrições de horários para consultas, ausência de funcionários e mesmo a impossibilidade de efetuar a pesquisa na sede dos próprios agentes observados tornaram o trabalho empírico muito dificultado, exigindo do pesquisador a elaboração de alternativas que permitissem sua consecução.

(19) A seguinte bibliografia, que desnuda com brilhantismo o discurso ideológico, mormente o liberal, referente ao século XX, é de grande importância para esta dissertação: Almino, João - Os Democratas Autoritários. São Paulo: Brasiliense, 1980. Analisa os debates e as forças políticas na Assembléia Nacional Constituinte de 1946; Benevides, M. V. de M. - A UND e o Udenismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. Sob um ponto de vista histórico/político, reconstrói a atuação militante e autoproclamada liberal da União Democrática Nacional; e especialmente sobre a imprensa liberal: Capelato, M. H. e Prado, M. L. - O Bravo Matutino (Imprensa e Ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo). São Paulo: Alfa-Omega, 1980 e Capelato, M. H. - Os Arautos do Liberalismo (Imprensa Paulista - 1920/1945). São Paulo: Brasiliense, 1989. Ambos desnudam o projeto político deste estrato do liberalismo, no qual se sobressai "O ESP". Esta dissertação tem nestes dois últimos, conseqüentemente, um referencial importante e direto, o que, por outro lado, não faz com que os siga ou, alternativamente, polemize com as análises e conclusões ali desenvolvidas. Assim, o autor desta dissertação se responsabiliza unicamente pelo conjunto de idéias expressas.

(20) Cf. Wolf, Robert - A Miséria do Liberalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

(21) Cf. Ferreira, O. S. - Os 45 Cavaleiros Húngaros: Uma Leitura dos Cadernos de A. Gramsci. Brasília/São Paulo: UNB/Hucítec, 1986.

(22) No que diz respeito à imprensa, uma vez mais os trabalhos de M. H. Capelato e M. L. Prado, O Bravo Matutino, op. cit. e M. H. Capelato, Os Arautos do Liberalismo, op. cit., entre outros, reafirmam esta caracterização, a qual procuraremos colocar à prova.

Em relação à inserção e desenvolvimento do liberalismo no país, em áreas diferenciadas de atuação/diversos períodos, cf., entre outros, Nogueira, M. A. -

As Desventuras do Liberalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, acerca do período imperial; Werneck Vianna, L. J. - Liberalismo e Sindicato no Brasil, 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; Santos, W. G. dos - Ordem Burguesa e Liberalismo Político, op. cit.

(23) Não contemplaremos neste trabalho a clássica controvérsia teórica a respeito da adequação ou não das idéias - caso específico do liberalismo no Brasil -, se “no” ou “fora” do lugar, por fugir aos objetivos aos quais se destina. Cf. a aludida controvérsia em Shwarz, R. - “As Idéias Fora do Lugar” in Estudos CEBRAP, nº 3, jan. 1973 e Carvalho e Franco, M. S. - “As Idéias Estão no Lugar” in Cadernos de Debate, vol. nº1, 1976.

DAS “CARACTERÍSTICAS GERAIS”

(1) Fonte: Aquino, C. - História Empresarial Viva, vol. 3, São Paulo: Gazeta Mercantil, 1987.

**DO ITEM “A CAMPANHA PELO RESTABELECIMENTO
DAS ELEIÇÕES DIRETAS PARA A PRESIDÊNCIA DA
REPÚBLICA”**

(1) pág. 3, edição nº 4, 23/01/84.

(2) pág. 20, edição nº 5, 30/01/84.

(3) pág. 3, edição nº 19, 07/05/84.

(4) Como dissemos anteriormente, tal “conciliação”, além de ser “pelo alto” representou o “acordo de todos com todos” (ou quase todos, em verdade), segundo a expressão de G. O’Donnell, ocasionando o alto índice de continuidade do regime militar na “Nova República”. O que fez com que a transição brasileira se tornasse um paradigma contraposto à transição espanhola, pois, esta, além de isolar boa parte dos pertencentes ao regime franquista contemplou os agentes à esquerda no processo decisório de maneira democrática e não via cooptação. Ver, entre outros, O’Donnell, G. (org.) - A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas, op. cit.

DO ITEM “A QUESTÃO SOCIAL”

(1) A partir daqui reproduziremos excertos de autores neoliberais que influenciam VISÃO, mas com primazia absoluta à obra de F. Hayek, por sê-lo, como dissemos, o “guia” ideológico da revista.

Assim, sempre argumentando em oposição aos chamados “intervencionistas” e socialistas (como atestam seus principais livros), Hayek, seguido com fidelidade absoluta pela revista, concebe o *mercado* da seguinte forma:

“Segundo as idéias hoje dominantes, o problema já não está mais em saber qual a melhor maneira de utilizarmos as forças espontâneas encontradas numa sociedade livre. De fato, decidimos prescindir das forças que produziram resultados imprevistos e substituir o mecanismo anônimo e impessoal do mercado pela condução coletiva e ‘consciente’ de todas as forças sociais em direção a objetivos deliberadamente escolhidos”. (Hayek, F. - *O Caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura/Instituto Liberal, 1987, pág. 45, grifos nossos) e

“Numa sociedade planificada todos saberemos que estamos em melhor ou pior situação que outrem, não em virtude de circunstâncias que ninguém controla e que é impossível prever com certeza, mas porque alguma autoridade assim o quer. E todos os esforços que envidaremos para melhorar nossa situação não visarão a prever da melhor maneira essas circunstâncias sobre as quais não temos nenhum controle e a prepararmos-nos para elas; visarão antes a influenciar em nosso favor a autoridade que detém todo o poder”. (ibidem, pág. 113. grifos nossos)

(2) A propriedade privada é assim concebida em Hayek:

“O reconhecimento da propriedade privada individual (...) é (...) a condição essencial para impedir a coerção, embora não seja de modo algum a única. Só temos condições de pôr em prática um plano coerente de ação se estivermos certos do nosso controle exclusivo de alguns bens materiais e, quando não os controlamos, torna-se necessário que saibamos quem os controla, para colaborarmos com outras pessoas. O reconhe-

cimento da propriedade é evidentemente o primeiro passo na delimitação da esfera privada de atuação que nos protege contra a coerção; há muito se reconhece que um 'povo avesso à instituição da propriedade privada está desprovido do elemento fundamental da liberdade' (Acton) e que 'ninguém pode atacar a propriedade privada e ao mesmo tempo dizer que preza a civilização. A história daquela não pode ser dissociada da história desta' (H. Maine)". (Hayek, F. - Os Fundamentos da Liberdade. Brasília: Ed. UNB/VISÃO, 1983, págs. 153 e 154)

Para outro expoente do neoliberalismo, L. von Mises, a propriedade privada é assim abordada:

"A propriedade privada gera para o indivíduo um universo no qual ele se vê livre do Estado. Ela põe limites à operação da vontade autoritária. Permite o surgimento de outras forças, que se colocam lado a lado e em oposição ao poder político. Torna-se, portanto, a base de todas as atividades que estejam livres da interferência violenta por parte do Estado. É o solo em que as sementes da liberdade se nutrem e em que se enraízam a autonomia do indivíduo e, em última análise, todo progresso intelectual e material. Nesse sentido, tem sido até mesmo chamada de pré-requisito fundamental para o desenvolvimento do indivíduo". (Von Mises, L. - Liberalismo: segundo a tradição clássica. Rio de Janeiro: J. Olympio/I. Liberal, 1987. Pág. 68)

(3) pág. 14, edição nº 24, 19/06/85; grifos nossos.

(4) idem; grifos nossos.

(5) idem.

(6) Para Hayek só o fortalecimento da propriedade privada poderia impedir a opressão, pois:

"Enquanto a propriedade privada estiver dividida entre vários donos, nenhum deles, agindo independentemente, tem condições de determinar a renda e a posição de um indivíduo. Ninguém fica vinculado a um

proprietário, a não ser pelo fato de este oferecer condições melhores que qualquer outro. Nossa geração esqueceu que o sistema de propriedade privada é a mais importante garantia da liberdade, não só para os proprietários mas também para os que não o são. Ninguém dispõe de poder absoluto sobre nós, e, como indivíduos, podemos escolher o sentido de nossa vida - isso porque o controle dos meios de produção se acha dividido entre muitas pessoas que agem de modo independente". (Hayek, F. - O Caminho ..., op. cit., págs. 110 e 111)

(7) pág. 24, edição nº 45, 13/11/85; grifos nossos.

(8) pág. 18, edição nº 25, 26/06/85.

(9) págs. 18 e 19, edição nº 30, 31/07/85.

(10) No original (Hayek) o ideal do Estado de Direito é assim expresso:

"O Estado deve limitar-se a estabelecer normas aplicáveis a situações gerais deixando os indivíduos livres em tudo que depende das circunstâncias de tempo e lugar, porque só os indivíduos poderão conhecer plenamente as circunstâncias relativas a cada caso e a elas adaptar suas ações. Para que o indivíduo possa empregar com eficácia seus conhecimentos na elaboração de planos, deve estar em condições de prever as ações do Estado que podem afetar esses planos. Mas, para que tais ações sejam previsíveis, devem ser determinadas por normas estabelecidas independentemente de circunstâncias concretas que não podem ser previstas nem levadas em conta de antemão - e os efeitos específicos dessas ações serão imprevisíveis. Por outro lado, se o Estado dirigisse as ações individuais visando a atingir objetivos específicos, teria de agir com base em todas as circunstâncias do momento, e portanto suas ações seriam imprevisíveis. (...) Num mundo em que tudo fosse previsto com exatidão, o Estado dificilmente poderia agir e ao mesmo tempo ser imparcial". (Hayek, F. - O Caminho..., op. cit., págs. 88 e 89)

Obs.: Outros desdobramentos do ideal do Estado de Direito serão abordados em outras passagens neste trabalho, de acordo com a conveniência da exposição.

(11) É importante notar que o termo (e o significado de) paternalismo é tradicionalmente alvo de críticas mordazes do liberalismo. O neoliberalismo parece apenas radicalizar a oposição ao mesmo, comparando a postura do Estado ao de um pai arbitrário. Assim, em Hayek:

“Se o governo não deseja apenas facilitar aos indivíduos a conquista de certos padrões de vida, mas também garantir que todos os conquistem, só poderá fazê-lo privando os indivíduos de qualquer escolha neste sentido. O Estado previdenciário torna-se assim um Estado familiar no qual um poder paternalista controla a maior parte da renda da comunidade, alocando-a entre os indivíduos nas formas e quantidades que julga compatíveis com sua necessidade ou mérito”. (Hayek, F. Os Fundamentos..., op. cit., pág. 316)

(12) Observe-se que o neoliberalismo, em especial, opõe-se radicalmente ao lema marxista/leninista, afirmador do: “a cada um segundo suas necessidades; de cada um segundo suas capacidades”.

Milton Friedman, eminente intelectual da “Escola de Chicago”, assim expõe a concepção neoliberal:

“A função operacional do pagamento de acordo com o produto numa sociedade de mercado não é basicamente distributiva. (...) o princípio central de uma economia de mercado é a cooperação através de troca voluntária. Os indivíduos cooperam entre si porque podem, desta forma, satisfazer suas necessidades de modo mais efetivo. Mas, a não ser que um indivíduo receba na base do que acrescenta ao produto, ele participará da troca na base do que puder receber e não do que puder produzir. O pagamento de acordo com o produto é, portanto, necessário para que os recursos sejam usados de modo altamente efetivo, pelo menos sob um sistema que depende de cooperação voluntária”. (Friedman, M. - Capitalismo & Liberdade. Artenova, 1977, pág. 141, grifos nossos)

Em termos mais concretos, enquanto receituário econômico, tal postulado neoliberal implica na contrariedade para com os programas sociais, com os seguintes argumentos, como assinala A. Hirschman:

“Alega-se que, por mais bem-intencionados que sejam, tais pagamentos [programas e subsídios sociais que, portanto, não guardam relação com que o indivíduo produz - FCPF] induzem à ‘preguiça e à depravação’, criam dependência, destroem outros sistemas de assistência mais construtivos e atolam os pobres em sua pobreza. Este é o efeito perverso da interferência no mercado”. (Hirschman, A. - A Retórica da Intransigência - Perversidade, Ameaça e Futilidade. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, págs. 56 e 57)

(13) À nota anterior aludimos rapidamente os temores do pensamento neoliberal em relação ao lema marxista/leninista da participação/distribuição da riqueza, baseando-nos em A. Hirschman. Cabe agora a apresentação da conceituação das três teses classificadas por este autor em relação à retórica “reativo/reacionária” dos conservadores, segundo seus termos. Note-se que a adotaremos para compreender o neoliberalismo de VISÃO por considerarmos tal classificação historicamente correta e por apresentar as lógicas que permeiam os argumentos conservadores. Assim as classifica Hirschman:

“De acordo com a tese da perversidade, qualquer ação proposital para melhorar um aspecto da ordem econômica, social ou política só serve para exacerbar a situação que se deseja remediar. A tese da futilidade sustenta que as tentativas de transformação social serão infrutíferas, que simplesmente não conseguirão ‘deixar uma marca’. Finalmente, a tese da ameaça argumenta que o custo da reforma ou mudança proposta é alto demais, pois coloca em perigo outra preciosa realização anterior”. (Hirschman, A. - A Retórica..., op. cit., págs. 15 e 16)

(14) Observe-se, em Hayek, como VISÃO se utiliza do mesmíssimo tom deste autor:

“(...) toda tentativa de controle de certas remunerações está fadada a criar a necessidade de novos controles. Uma vez introduzido, o princípio de justiça distributiva não se realizaria até que toda sociedade fosse organizada de acordo com ele. Isso levaria a um tipo de sociedade que, em todos os seus aspectos essenciais, seria o oposto de uma sociedade livre - uma sociedade em que a autoridade decidiria o que cada indivíduo

deveria fazer e como deveria fazê-lo". (Hayek, F. - Os Fundamentos..., op. cit., pág. 109)

(15) pág. 56, edição nº 51, 25/12/85.

(16) Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes, ao mostrar a influência no Brasil de tradições opostas de pensamento macroeconômico - planejadores e liberais -, afirma serem estes últimos infensos ao planejamento central do Estado como consequência, entre outras razões, do papel conferido ao mercado. Os pressupostos de L. Robins e F. Hayek, norteadores desta corrente, são assim expressos:

“O pensamento liberal não nega que haja possibilidade de fricções no mercado empiricamente considerado. (...) A ocupação plena dos fatores, a venda sem encalhe e o consumo soberano são tendências. O modelo virtual que embasa o mercado empírico supõe: a) que os agentes têm perfeito conhecimento dos sinais do mercado (preços, quantidades disponíveis, orientando escolhas e ‘taxas marginais de substituição’); b) que eles possuem capacidade ilimitada de adaptação (velocidade infinita nas reações dos fatores).

“Qual o mecanismo social que assegura que esse equilíbrio se faça da melhor maneira possível (espaço e tempo entre os agentes tendendo a zero, sistema de comutação imediato)? É o mercado, onde reinam o contrato livre e a propriedade privada - eis a resposta que vimos definida em Hayek, expressão radical do neoliberalismo”. (Moraes, R. C. C. de - Planejamento: Democracia ou Ditadura? - intelectuais e reformas sócio-econômicas no pós-guerra, Tese de Doutorado, USP, 1987, págs. 52 e 53, grifos do autor)

(17) pág. 20, edição nº40, 09/10/85.

(18) Os diversos fragmentos, em Hayek, que reproduziremos a seguir, procuram demonstrar como VISÃO se apropria integralmente deste princípio, assim como o guru (pode-se dizer) da revista adota (igualmente seguida por ela) as teses da “futilidade” e da “ameaça”, de acordo com o esquema de A. Hirschman:

“Não só a receita gerada com as altas taxas impostas às rendas elevadas - especialmente nas faixas mais altas - é tão pequena, em comparação com a receita global, que praticamente não reduz o ônus suportado pelo resto da população, como também, durante muito tempo, após a introdução da progressividade não foram os mais pobres que se beneficiaram com a medida, mas exclusivamente as camadas assalariadas mais altas e os estratos inferiores da classe média, que representam a maioria do eleitorado”. (Hayek, F. - *Os Fundamentos da Liberdade*, op. cit., pág. 378)

É clara a sustentação da tese da “futilidade”;

“Não constitui ofensa à democracia ou mesquinha desconfiança em relação à sua sabedoria afirmar que a adoção desse princípio implicará conseqüências muito mais amplas do que se pretendia originalmente. (...) a democracia ainda precisa aprender que, para ser justa, deve ser orientada em suas ações por princípios gerais. Aquilo que é válido em relação à ação individual também o é quanto à ação coletiva - exceto pelo fato de a maioria talvez ser menos propensa a considerar explicitamente o significado futuro de suas decisões -, necessitando, portanto, mais que o indivíduo, ser orientada por princípios. Quando, como no caso da progressividade, o chamado princípio adotado não passa de um convite à discriminação e, o que é pior, um convite para a maioria oprimir a minoria, o suposto princípio de justiça torna-se um pretexto para a instauração pura e simples da arbitrariedade”. (ibidem, pág. 382)

Portanto, a taxação progressiva, à guisa da tese da “ameaça”, colocaria em risco a democracia. Contrariamente, somente a *taxação proporcional* resguardaria a liberdade e a democracia, pois seu grande mérito:

“(...) está no fato de ela estabelecer uma norma que poderá ser aceita tanto por quem pagará mais, em termos absolutos, quanto por quem pagará menos e de não criar o problema de uma norma distinta aplicável apenas a uma minoria”. ibidem, pág. 382)

Por fim, no esquema de Hirschman pares (dentre as três) de suas teses podem se combinar, por mais paradoxal que pareça por exemplo a conjugação da tese da “ameaça” (ou da “perversidade”) com a da “futilidade”. Contudo, na luta

anti-socialista do neoliberalismo todo o arsenal retórico fora usado, importando menos certas concordâncias lógicas e sim os resultados pretendidos: a derrota do pensamento e do modelo socialista/intervencionista.

(19) O contexto histórico da sistematização do que veio a denominar-se neoliberalismo foi o contencioso com os “intervencionistas” (segundo sua expressão estigmatizante, relembre-se) de toda ordem, notadamente os socialistas. Majoritariamente a literatura neoliberal teve como objetivo declarado a edificação de argumentos que sustentassem a superioridade do capitalismo frente as sociedades socialistas. Hayek, na introdução do seu livro “Os Fundamentos da Liberdade” afirma reiteradamente seus objetivos tendo em vista tal embate:

“Na luta pelo apoio moral dos povos do mundo, a falta de uma sólida filosofia deixa o Ocidente em grande desvantagem. Há muito que o estado de espírito de seus líderes intelectuais se vem caracterizando pela desilusão com seus princípios, pelo desprezo por suas realizações e pela preocupação exclusiva com a criação de ‘mundos melhores’. Não é com esse estado de espírito que se pode esperar ganhar adeptos. Se quisermos vencer a grande luta que se está travando no campo das idéias, devemos, antes de mais nada, saber em que acreditamos. (...) nossa própria sobrevivência pode depender de nossa capacidade de congregar uma parte suficientemente significativa do mundo em torno de um ideal comum”. (Hayek, F. - Os Fundamentos..., op. cit., pág. XXXII, grifos nossos)

As obras dos autores neoliberais inserem-se, portanto, claramente no embate político/ideológico voltado à disputa da hegemonia.

(20) Mesmo procurando relativizar o sentido de sua filiação à *liberdade negativa*, com vistas a suprimir o caráter conservador desta, Hayek o expressa claramente:

“Afirma-se, muitas vezes, que nosso conceito de liberdade é meramente negativo. E isso é verdade, no sentido de que a paz é também um conceito negativo, assim como são negativas a segurança, a calma, ou ainda a ausência de qualquer mal ou impedimento. A liberdade pertence justamente a essa classe de conceitos: ela define a ausência de um obstáculo determinado - a coerção do homem pelo homem. Somente se torna positiva

mediante o uso que delas fazemos. A liberdade não nos assegura qualquer oportunidade específica, mas deixa a nosso critério a forma de usar as circunstâncias nas quais nos encontramos". (Hayek, F. - Os Fundamentos..., op. cit., pág. 15)

Ou então, como quem responde a uma suspeita:

"Se examinarmos mais uma vez a distinção elementar que existe entre liberdade e escravidão, poderemos verificar que o caráter negativo da liberdade de modo algum reduz seu valor". (ibidem)

Portanto, em Hayek, para um homem ser considerado livre bastaria algumas poucas condições:

"(...) se ele [um indivíduo - FCPF] estiver sujeito apenas às mesmas leis às quais estão sujeitos todos os seus concidadãos, se for imune ao confinamento arbitrário e livre na escolha de sua atividade, e se tiver liberdade de possuir e adquirir propriedade, nenhum outro homem ou grupo de homens poderá forçá-lo a agir de acordo com sua vontade". (ibidem, pág. 16)

DO ITEM “O ENTULHO AUTORITÁRIO”

(1) pág. 14, edição nº 5, 29/01/86; grifos nossos.

(2) pág. 20, edição nº 33, 21/08/85.

(3) Algumas das características fundamentais do Estado de Direito, para Hayek, são:

“(...) a supremacia da lei significa que o governo não deve jamais coagir um indivíduo, exceto ao fazer cumprir uma norma conhecida, isto constitui uma limitação dos poderes de todo o governo, incluindo os poderes do legislativo”. (Hayek, F. - Os Fundamentos..., op. cit., pág. 248);

“O Estado de Direito, naturalmente, pressupõe completa legalidade, mas isso não é o bastante: se uma lei desse ao governo poder ilimitado para agir como bem entendesse, todas as suas ações seriam legais, mas certamente não estariam dentro dos requisitos de supremacia da lei. O Estado de Direito, portanto, é algo mais que constitucionalismo: ele exige que todas as leis estejam em conformidade com certos princípios”. (idem, pág. 249);

“O Estado de Direito (...) não é uma norma legal, mas uma norma que diz respeito àquilo que a lei deve ser, uma doutrina metalegal ou um ideal político”. (ibidem); pág. 249.

“A importância da imutabilidade e clareza da lei para a viabilidade de uma sociedade livre dispensa comentários. Não existe, provavelmente, fator que tenha contribuído mais para a prosperidade do Ocidente do que a relativa imutabilidade e clareza da lei, que aqui predominou”. (ibidem, pág. 253);

“O ideal de igualdade perante a lei visa a oferecer iguais oportunidades a indivíduos ainda desconhecidos, mas é incompatível com a possibilidade de beneficiar ou prejudicar de maneira previsível indivíduos conhecidos”. (ibidem, pág. 255)

(4) Observe-se que, em Hayek, a separação dos poderes é tema fundamental, pois contribuiria decisivamente para o advento da limitação do poder estatal e, conseqüentemente, para a liberdade:

“Seria humanamente impossível separar efetivamente a criação de novas normas gerais e sua aplicação a casos determinados, a menos que essas funções fossem executadas por pessoas ou órgãos diferentes. Portanto, pelo menos essa parte da doutrina da separação dos poderes precisa ser vista como parte integrante do Estado de Direito. As normas não devem ser elaboradas tendo em vista casos particulares, nem devem os casos particulares ser decididos à luz de algo que não seja a norma geral - ainda que essa norma possa não ter sido formulada e, portanto, tenha de ser descoberta. Isso exige juízes independentes que não estejam preocupados com os fins temporários de governo. A questão principal é que as duas funções devem ser executadas separadamente por dois órgãos coordenados antes que se possa determinar se a coerção deve ser usada em casos determinados”. (Hayek, F. - Os Fundamentos..., op. cit., págs. 256 e 257)

(5) pág. 29, edição nº 37, 18/09/85.

(6) idem.

(7) pág. 26, edição nº 30, 31/07/85.

(8) Pode-se dizer que, do ponto de vista das postulações neoliberais, o que a ela se coaduna no problema da concessão pelo Estado da exploração dos meios de comunicação diz respeito tão-somente à contrariedade para com a regulação estatal desta atividade, vista como intervenção indevida no mercado e mesmo como monopólio. Em VISÃO, contudo, a questão não se encerra nesta formulação.

(9) pág. 4, edição nº 30, 31/07/85.

DO ITEM “A TUTELA MILITAR”

(1) pág. 22, edição nº 10, 05/03/84.

(2) pág. 21, edição nº 19, 07/05/84.

(3) Como vimos anteriormente, enfatize-se que, perpetuando a tradição brasileira de conciliação das “elites” (aqui deliberadamente colocadas de forma genérica e abstrata por não ser este o objeto de análise desta dissertação), o advento e o transcorrer da “Nova República” caracterizaram-se pelo que se convencionou de “transações políticas”. Estas ocorreram entre a “Aliança Democrática”, as Forças Armadas e certas elites (entre as quais determinados setores empresariais) que garantiram o alto grau de continuidade do regime militar (em vários níveis) na sua sucessora civil. A “Nova República” talvez possa ser vista como pertencente a mais um capítulo de uma história onde, segundo a definição conhecida, o “povo assistiu bestificado” (a edificação de certos episódios relevantes de sua história). É claro, como vimos, que as gigantescas manifestações pró-diretas alteraram *relativamente* os rumos da transição, porém não sendo suficiente para fazê-lo integralmente. Assim, o envolvimento emocional da população com o presidente enfermo apenas corroborou, segundo nossa avaliação, o sucesso de tal “transição transacionada”, que alterou determinadas situações para, no essencial, conservar a configuração sócio/política/econômica. O que, a rigor, é o receituário clássico do conservadorismo.

(4) pág. 16, edição nº 1, 07/01/85; grifos nossos.

(5) pág. 17, edição nº 11, 18/03/85; grifos nossos.

(6) Reveja-se a questão da Separação dos Poderes em Hayek à nota nº 4 do item “O Entulho Autoritário”.

(7) pág. 27, edição nº 43, 22/10/86.

(8) Ver, entre outros: Aguiar, R. A. R. - Os Militares e a Constituinte. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986; Quartim de Moraes, J. *et alli* - A Tutela militar. São Paulo:

Vértice, 1987; O'Donnell, G. (org.) - A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas, op. cit.; Stepan, A. (org.) - Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

(9) Stepan, A. - "As Prerrogativas Militares nos Regimes Pós-Autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha" in Democratizando o Brasil, op. cit., pág. 523.

(10) pág. 20, edição nº 51, 25/12/85.

(11) idem; grifos nossos.

(12) pág. 27, edição nº 31, 05/08/87.

(13) pág. 84, edição nº27, 08/07/87; grifos nossos.

(14) Góes, W. de - "Militares e Política, Uma Estratégia Para a Democracia", in A. Stepan (org.) - A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas..., op. cit., pág. 238, grifos nossos.

(15) A anunciada análise sobre os posicionamentos de VISÃO a respeito das atividades reservadas ao longo do regime militar às Forças Armadas - tais como o controle dos experimentos para a construção da bomba atômica, a definição e ocupação de fronteiras de segurança e a gestão da indústria bélica - não pôde ser realizada por não haver nenhuma referência a estas questões. É possível que tanto esse "silêncio" seja revelador como a característica panfletária da revista não se "interesse" por tais temas.

DO ITEM “OS NOVOS PERSONAGENS - PT/CUT - OU O ‘OUTRO’ DOS LIBERAIS”

(1) pág. 21, edição nº 16, 22/04/85; grifos nossos.

(2) idem

(3) pág. 15, edição nº 19, 13/05/85.

(4) A oposição de VISÃO aos sindicatos tem em Hayek uma variada gama de argumentos, justificadores dos efeitos deletérios por eles causados à sociedade. Encarnariam verdadeiramente o “mal”, do qual todos precisariam se defender, pois, para este autor:

“(...) aos poucos os sindicatos se foram tornando instituições singularmente privilegiadas, às quais não se aplicam as normas legais gerais. Hoje, pode-se dizer que as organizações sindicais constituem uma área de atuação em que os governos significativamente fracassam em sua função primordial - a prevenção da coerção e da violência”. (Hayek, F. - Os Fundamentos..., op. cit., pág. 323);

“Embora os flagrantes abusos de poder dos sindicatos tenham frequentemente chocado a opinião pública em tempos recentes e conquanto a atitude desprovida de senso crítico a eles favorável esteja desaparecendo, a opinião pública certamente ainda não se deu conta de que as disposições legais vigentes [como a obrigatoriedade da sindicalização dos trabalhadores como condição para ingressarem em seus empregos, que representaria uma forma de monopólio - FCPE] se acabam fundamentalmente erradas e de que toda a base da nossa sociedade livre está gravemente ameaçada pelos poderes que os sindicatos se arrogam”. (ibidem, págs. 325 e 326)

(5) pág. 18, edição nº 45, 13/11/85; grifos nossos.

(6) pág. 23, edição nº 37, 18/09/85; grifos nossos.

(7) Para o neoliberalismo hayekiano a questão do individualismo é, tendo em vista a tradição liberal, radicalizada, pois:

"A liberdade de ordenar nossa conduta numa esfera em que as circunstâncias materiais nos obrigam a escolher, e a responsabilidade pela organização da nossa existência de acordo com a nossa consciência, são a única atmosfera em que o senso moral se pode desenvolver e os valores morais serem a cada dia recriados no livre-arbítrio do indivíduo".
(Hayek, F. - O Caminho..., op. cit. pág. 191);

"É verdade que as virtudes menos estimadas e praticadas hoje em dia - a independência, a confiança em si mesmo e a disposição para assumir riscos, para defender as convicções pessoais contra a maioria e para cooperar voluntariamente com os nossos semelhantes [leia-se mercado - FCPF] - são as principais virtudes em que repousa uma sociedade individualista". (ibidem, pág. 191)

Mais enfaticamente, o reino do individualismo teria como "meio ambiente" a imprevisibilidade do mercado:

"O que é obviamente válido a respeito de empreendimentos que comumente consideramos arriscados não é menos válido com relação a qualquer objetivo escolhido que decidamos perseguir. Qualquer decisão neste sentido estará cercada de incertezas e, se quisermos que a escolha seja tão sábia quanto for humanamente possível, os resultados alternativos esperados devem ser rotulados de acordo com o seu valor. Se a remuneração não correspondesse ao valor que o produto do esforço de um indivíduo tem para seus semelhantes, ele não teria condição de decidir se a busca de determinado objetivo vale o esforço e o risco". (Hayek, F. - Os Fundamentos..., op. cit., pág. 104)

(8) Será importante desdobrarmos, em Hayek, a oposição aos sindicatos, tendo em vista as teses de Hirschman, perfeitamente classificáveis neste autor e, conseqüentemente, em VISÃO:

Observe-se como a tese da "futilidade" é aqui expressa:

“Os salários reais freqüentemente se elevaram muito mais depressa quando os sindicatos eram fracos do que quando eram fortes; além disso, mesmo em profissões ou indústrias nas quais a mão-de-obra não está organizada em sindicatos, os aumentos vêm sendo muito mais rápidos do que em indústrias prósperas nas quais os sindicatos têm maior organização. (...) a atividade dos sindicatos, na realidade, acarreta aumento constante dos salários monetários, que excede o aumento dos salários reais”. (Hayek, F. - Os Fundamentos..., op. cit., pág. 329);

Veja-se agora a argumentação típica da tese da “ameaça”:

“O importante é notar que as diferenças acidentais de poder sindical nas diversas profissões e indústrias produzirão não só desigualdades brutais de remuneração entre trabalhadores, que não se justificam do ponto de vista econômico, como também disparidades antieconômicas no desenvolvimento das diferentes indústrias. Indústrias de importância social, como a construção civil, serão assim grandemente prejudicadas no seu desenvolvimento e deixarão visivelmente de satisfazer necessidades urgentes, apenas porque sua natureza oferece aos sindicatos oportunidades especiais para práticas monopólicas coercitivas”. (ibidem, pág. 330);

Por fim, é importante observar a aludida conjugação de ambas as teses. Para Hayek:

“Embora, na realidade, as conquistas obtidas pelos sindicatos com sua política salarial sejam muito menores do que geralmente se supõe [tese da “futilidade” - FCPF], apesar disso, suas atividades nesse campo são muito prejudiciais do ponto de vista econômico e extremamente perigosas [tese da “ameaça” - FCPF] do ponto de vista político”. (ibidem, pág. 330)

(9) pág. 16, edição nº 32, 14/08/85; grifos nossos.

(10) pág. 25, edição nº 31, 30/07/86; grifos nossos.

(11) pág. 15, edição nº 6, 05/02/86.

(12) pág. 16, edição nº 9, 26/02/86; grifos nossos.

(13) É significativo notar que Hayek concebe a sociedade de forma horizontalizada, isto é, os indivíduos (não grupos e/ou classes) estariam numa relação de igualdade com vistas à cooperação mútua através do mercado. Cada um teria recursos diferenciados, como propriedade, bens, capacidade de trabalho etc, como resultado de seu esforço pessoal. Portanto, assalariados, profissionais liberais, empresários, entre outros, deveriam ser vistos como seres iguais, possuidores de recursos (de toda ordem) diferentes, contudo, por causa de seus esforços. Todos contribuiriam, cada qual a sua maneira, para o progresso. Reveja-se a concepção de Hayek a respeito dos sindicatos às notas nº 4 e nº 8 deste item.

(14) pág. 28, edição nº 33, 13/08/86; grifos nossos.

(15) pág. 7, edição nº 50, 18/12/85; grifos nossos.

Note-se que o termo *República Sindicalista* é grafado sem qualquer distinção (como aspas, negrito ou maiúscula etc), aparentando uma expressão qualquer, destituída de significações que remontassem às conspirações que culminaram no golpe militar de 31 de março de 1964. As razões que levam VISÃO a omitir a alusão a esse período talvez digam respeito ao incômodo de vincular-se àqueles que colaboraram para a instauração do regime militar, pois encontravam-se profundamente desgastados (sua imagem pública) em 1985.

(16) O *bom, sadio, sindicalismo*, para Hayek, deveria ter características totalmente diferentes das de hoje existentes, pois:

"(...) enquanto organizações autenticamente voluntárias e não coercitivas, podem prestar importantes serviços. Na realidade, é provável que os sindicatos venham a desenvolver integralmente sua potencial utilidade somente depois que abandonarem seus presentes fins anti-sociais, mediante uma proibição efetiva do uso da coerção". (Hayek, F. - Os Fundamentos..., op. cit., pág. 334);

O esforço para conscientizar os trabalhadores de que os salários devem ser diferenciados porque isso estimula o esforço, entre outros motivos, seria também uma atribuição “útil” dos sindicatos, pois:

“Em qualquer organização hierárquica, é importante que os diferenciais entre a remuneração nos diversos empregos e as normas de promoção sejam aceitos como justos pela maioria”. (ibidem, pág. 334);

“Resta considerar (...) a atividade mais antiga e benéfica dos sindicatos, na qual, como 'sociedade de amigos', se incumbem de ajudar seus membros, assistindo-os nos problemas inerentes a cada profissão. Esta função deve ser considerada, em todos os aspectos, uma forma extremamente desejável de ajuda mútua (...) Resta ver, contudo, se qualquer um dos argumentos acima justifica a existência dos sindicatos em uma escala maior do que o âmbito de uma fábrica ou empresa”. (ibidem, pág. 335, grifos nossos)

Por fim, as idéias então em voga, como a co-gestão de trabalhadores nas fábricas, deveriam ser rejeitadas, pois:

“Uma fábrica ou indústria não pode ser administrada para atender ao interesse de uma organização específica e permanente de trabalhadores e, ao mesmo tempo, servir aos interesses do consumidor. Além disso (...) constitui um emprego em tempo integral e quem assume este compromisso logo deixa de ter a perspectiva e o interesse de um empregado”. (ibidem, pág. 336)

(17) págs. 18 e 19; edição nº 52, 24/12/84; grifos nossos.

(18) págs. 20 e 21; edição nº 15, 15/04/85.

(19) pág. 16, edição nº 19, 13/05/85; grifos nossos.

(20) idem

(21) pág. 22, edição nº 14, 08/04/87; grifos nossos.

(22) VISÃO suprime aqui um dos pilares centrais das sociedades capitalistas: a lógica dos interesses privados. C. B. Macpherson, ao investigar desde o século XVII as raízes do “individualismo possessivo”, que preside tal lógica, afirma:

“Sua qualidade possessiva se encontra na sua concepção do indivíduo como sendo essencialmente o proprietário de sua própria pessoa e de suas próprias capacidades, nada devendo à sociedade por elas. (...) A essência humana é ser livre da dependência das vontades alheias, e a liberdade existe como exercício de posse. A sociedade consiste de relações de troca entre proprietários. (...)” (Macpherson, C. B. - A Teoria Política do Individualismo Possessivo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pág. 15)

O neoliberalismo, contudo, parece suprimir tal lógica, como mostra Sônia Draibe:

“De fato suas proposições são sobretudo práticas e enraizadas em algumas afirmações de valores que passaram a retratá-lo. Desde logo, está a referência a idéias e não a interesses: afirmando recusar a tese liberal da política pluralista ou conduzida pelo jogo dos interesses através de seus advogados ou lobbies, mas também pretendendo superar mecanismos políticos típicos da vida democrática, o tecnocratismo neoliberal declara-se atuar movido por idéias e valores distantes e acima dos particularismos, corporativismos e populismos de toda ordem, forma de redução do interesse geral a algumas concepções do que seja ‘moderno’, ‘flexível’ e ‘eficiente’”. (Draibe, S. - “As Políticas Sociais e o Neoliberalismo” in Revista USP: Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo, nº 17, março/abril/maio 1993, pág. 88, grifos da autora)

(23) Em Hayek, um argumento claramente favorável a tal adágio encontra-se na questão dos monopólios, isto é, certos monopólios empresariais além de inevitáveis seriam benéficos; já os (considerados) monopólios sindicais seriam por natureza deletérios à sociedade, pois: “(...) *eu me convenci de que seria falso atribuir aos monopólios existentes no campo trabalhista e no empresarial a mesma natureza*”. (Hayek, F. - Os Fundamentos..., op. cit., pág. 320);

Afinal, os monopólios empresariais como consequência do mercado livre seriam positivos, pois:

"Uma das duras verdades da vida é que certos talentos (e também certas vantagens e tradições de determinadas organizações) não podem ser multiplicados, assim como é fato incontestável que certos bens são escassos. É um absurdo ignorar essa verdade e tentar criar condições artificiais de concorrência [leia-se interferir no livre jogo das empresas - FCPF]".
(ibidem, pág. 321);

Por outro lado, a desigual natureza de ambos os tipos de monopólio (empresariais e sindicais) exigiria atuação diversa do Estado:

"(...) embora pouco se deva esperar de qualquer ação específica do governo contra o monopólio de iniciativa [empresarial - FCPF], a situação é diferente nos casos em que os governos deliberadamente promoveram o crescimento do monopólio e até deixaram de exercer a função primordial de governo - a prevenção da coerção -, permitindo exceções às normas legais gerais, como vêm fazendo, há muito, no campo do trabalho".
(ibidem, pág. 322)

(24) pág. 28, edição nº45, 05/11/86.

(25) O mercado como uma entidade onipotente e, num certo sentido, mística, sobre-humana, em Hayek, é destacado por Reginaldo C. C. de Moraes:

"(...) seria possível imaginar - e legítimo supor como efetiva - a redução de tempo e espaço, no sistema econômico, como resultante de um cálculo implícito. Um cálculo que se concretiza, necessariamente, à revelia das tentativas que os homens fazem para compreendê-lo integralmente ou para administrar seus desdobramentos. (...) Se há um espaço normativo admissível para o cálculo positivo, ele se reduz à aceitação da propriedade e do contrato como dados irremovíveis". (Moraes, R. C. C. de - Planejamento: Democracia ou Ditadura..., op. cit., pág. 49, grifos do autor)

Portanto:

“O funcionamento pleno e ideal do sistema econômico supõe a exclusão do espaço e do tempo. Estes porém são indissociáveis da percepção dos indivíduos. Daí que o entendimento global dos caminhos desse Deus-Mercado seja impermeável à razão humana. (...) Infelizmente, em certas ocasiões, a Providência divino-mercantil é contestada por utopistas e homens pretensiosos, que não possuem a ‘humildade’ de reconhecer os limites do conhecimento terreno. Desejando ocupar o lugar de Deus, acabam por servir ao Demônio”. (ibidem, pág. 49, grifos nossos)

Com tais fundamentos sobre-humanos o “Deus-mercado” hayekiano, e por extensão da revista, procurou montar um escudo protetor a toda e qualquer crítica e oposição de seus adversários, aparentando possuir um argumento definitivo, capaz de derrotar todos os “outros” argumentos e adversários.

(26) págs. 24 e 25, edição nº 46, 12/11/86; grifos nossos.

(27) pág. 61, edição nº 17, 29/04/87.

(28) pág. 18, edição nº 38, 23/09/85; grifos nossos.

(29) pág. 24, edição nº 40, 09/10/85; grifos nossos.

(30) pág. 21, edição nº 45, 23/10/85; grifos nossos.

VISÃO parece acreditar que entre a classe dos trabalhadores e a classe dos empresários há uma incompatibilidade de interesses, à guisa do propugnado pela “luta de classes”, o que é um paradoxo em se tratando do pensamento neoliberal de F. Hayek, ao qual se assume como legatária. Isto porque, reafirme-se, para esta “escola” o mercado harmoniza os indivíduos fazendo-os cooperar com vistas ao progresso econômico, através dos que detêm capital e força-de-trabalho. As passagens que veremos a seguir deixam claro que VISÃO não pensa assim, pois ao opor-se às tentativas de *pacto social* da “Nova República” o faz com argumentos típicos dos que creêm na “luta de classes”. Afirma que:

"Lula, com certeza, deseja um pacto que descongele os salários e mantenha um férreo congelamento de preços e permita que os líderes sindicais façam as greves que quiserem. [Mário] Amato deve querer os salários congelados, os preços liberados e o mínimo de greves possível". (Pág. 18, edição nº51, 17/12/86)

Além disso:

"A nação não é uma unanimidade, é formada por 130 milhões de indivíduos que agem, pensam e consomem de maneira individualizada. Ao contrário do que propõe o presidente Sarney [o pacto social - FCPF] uma nação não é uma média. É possível imaginar que interesses comuns poderiam ter, por exemplo, um Jair Meneguelli, da Cut, e um Wolfgang Sauer, presidente da Volkswagem do Brasil?" (Pág. 16, edição nº52, 24/12/86, grifos nossos)

Observa-se, portanto, que os representantes dos trabalhadores e dos empresários não poderiam participar de um pacto por portarem interesses inconciliáveis. Dessa forma, como VISÃO pertence a um grupo detentor do capital, logo se coloca, segundo a lógica que informa as passagens acima, ao lado de M. Amato e W. Sauer. Seria, portanto, uma questão baseada no pertencimento à classe social, o que esclarece, tal postura, claramente sua concepção e seu relacionamento em relação ao "outro".

É claro que Hayek, ao se opor ao movimento sindical, conseqüentemente assume uma postura assentada na diferenciação de classes, ocorre, contudo, que o fulcro de seus princípios advoga retoricamente a harmonia, sendo o conflito uma forma "anômala" de atuação dos trabalhadores. VISÃO, ao assumir que, *em essência*, empresários e trabalhadores possuem interesses díspares, afasta-se, sem o querer e numa traição de memória, da postulação harmônica, trazendo à lume a idéia do conflito. Sua retórica universalizante, com isso, se desvanece, expressando o particularismo.

(31) A existência de fato mas não de direito, no início da "Nova República", das centrais sindicais, serviu de pretexto para a revista negar qualquer direito à

organização e expressão das mesmas, vindo de encontro, além do mais, ao princípio hayekiano de “Estado de Direito”.

(32) As proposições neoliberais, como temos visto simultaneamente em Hayek e em sua seguidora (VISÃO), assemelham-se em demasia ao pensamento conservador. Isso pode ser ilustrado pelo fato do próprio Hayek ter sentido a necessidade de desvencilhar-se de tal perspectiva, como atesta a dedicação de um capítulo inteiro a esta tarefa em seu livro “Os Fundamentos da Liberdade”, op. cit., págs. 466 a 482, com o justificador título “Por Que Não Sou Um Conservador”.

Para Sônia Draibe, que atesta nossa análise, a ideologia neoliberal, especialmente reluzente nos anos 80, no plano conceitual:

“(…) reproduz um conjunto heterogêneo de conceitos e argumentos, ‘reinventando’ o liberalismo mas introduzindo formulações e propostas muito mais próximas do conservadorismo político e de uma sorte de darwinismo social distante pelo menos das vertentes liberais do século XX”. (Draibe, S. - “As Políticas...” in Revista USP..., op. cit., pág. 86)

(33) pág. 26, edição nº 46, 12/11/86; grifos nossos.

(34) pág. 28, edição nº 47, 19/11/86; grifos nossos.

(35) As principais características do Estado de Direito em Hayek, contraditadas flagrantemente pela revista nesta questão, foram explicitadas à nota nº 10 do item “A Questão Social” e à nota nº 3 do item “O Entulho Autoritário”.

(36) O neoliberalismo hayekiano faz loas aos regimes “democrático-legais”. VISÃO, contudo, ao individualizar os “novos personagens” transgride um princípio por ela retoricamente adotado. Vejamos em Hayek tal questão:

“O principal meio de coerção de que o governo dispõe é a punição. No Estado de Direito, o governo pode violar a esfera privada de um indivíduo apenas como punição por este haver infringido uma norma geral conhecida. O princípio ‘nullum crimen, nulla poena sine lege’ é, assim, sua

conseqüência mais importante". (Hayek, F. - Os Fundamentos..., op. cit., pág. 250)

(37) pág. 23, edição n° 37, 10/09/86; grifos nossos.

(38) pág. 17, edição n° 29, 22/07/87.

(39) Uma vez mais, a tese da "perversidade" de A. Hirschman adquire validade. É significativo que Hayek seja um dos autores razoavelmente citados por ele no aludido livro sobre a "Retórica da Intransigência". Reveja-se à nota n° 13 do item "A Questão Social" as definições sobre as três teses do autor.

(40) pág. 7, edição n° 33, 19/08/87; grifos nossos.

DO ITEM “O PLANO CRUZADO”

(1) Veja-se também à nota 14 do item “A Questão Social” esta questão dos efeitos crescentemente destrutivos na economia como resultante da intervenção do Estado.

(2) pág. 16, edição nº 18, 30/04/86.

(3) Esta é, novamente, a tese da “perversidade”, segundo o esquema de A. Hirschman. Enfatize-se que em diversos momentos um par de teses pode estar conjugado, apesar de, aparentemente, ser incompatível algo em vão com o que é deletério, caso da dupla “futilidade”/“perversidade”. Ocorre, contudo, que os ataques desferidos contra seus adversários “intervencionistas” não poupou nenhum argumento. Cf. Hirschman, A. - A Retórica da Intransigência, op. cit.

(4) pág. 60, idem.

(5) Esse capitalismo liberal na economia é definido como *liberismo* pela tradição italiana e, contemporaneamente, imiscuido à própria gênese do neoliberalismo. Segundo N. Bobbio, para os neoliberais:

“(...) entre o filósofo e o economista teve razão o segundo. Por neoliberalismo se entende hoje, principalmente, uma doutrina econômica conseqüente, da qual o liberalismo político é apenas um modo de realização, nem sempre necessário; ou, em outros termos, uma defesa intransigente da liberdade econômica, da qual a liberdade política é apenas um corolário”. (Bobbio, N. - Liberalismo e Democracia, op. cit., pág. 87)

No Brasil, Roberto Campos e José G. Merquior confirmam a precedência do “econômico” em relação ao “político” relacionada ao termo liberismo: “O ‘liberista’ é aquele que acredita que, se não houver liberdade econômica, as outras liberdades - a civil e a política - desaparecem”. (introdução de R. Campos in Merquior, J. G. - O Liberalismo - Antigo e Moderno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, pág. 9)

(6) págs. 14 e 15, edição nº 36, 03/09/86.

(7) Como mostramos na caracterização geral do grupo Maksoud, ao qual VISÃO pertence, a maioria de suas atividades empresariais tem diferenciada participação do Estado, através do poder executivo, contrastando frontalmente seu discurso anti-estatal. Esta vinculação em geral ao Estado e especialmente a reserva de mercado à indústria nacional de informática - da qual o grupo Maksoud se beneficiava por intermédio da empresa Sisco - *que jamais são mencionados nas páginas da revista VISÃO*, foram alvo de indagação quando da entrevista/depoimento de H. Maksoud à série “História Empresarial Vivida”.

Em relação à atuação voltada ao Estado, especialmente por intermédio da maior e mais importante empresa do grupo - a Hidroservice -, em contraste com a retórica anti-estatal e o perfilhamento neoliberal, assim justifica H. Maksoud:

“Quando se fala a respeito da minha posição político-filosófica em relação ao governo é preciso dizer que não trato especificamente da figura pessoal do governante, seja ele quem for. Trato, em termos político-filosóficos, do papel que o governo deve desempenhar na vida em sociedade: (...) A questão que me move é a de que o governo na maioria das chamadas ‘democracias ocidentais’, e no Brasil em especial, ‘se mete’ demais em tudo. Intervém continuamente no mercado, limita a liberdade pessoal e detém o crescimento econômico. E naquelas atividades em que cabe ao governo ‘se meter’, como, por exemplo, no caso de determinadas obras de infra-estrutura, ele ‘se mete’ também demais. Ele quer fazer coisas que deveria delegar mais a quem é mais eficiente (...)” (Aquino, C. - História Empresarial Vivida, op. cit., pág. 114)

A reafirmação dos postulados privatistas não suprime a vacuidade da resposta, pois tudo é tratado em termos da “filosofia-política”, desconsiderando (H. Maksoud) as implicações concretas, em diversos sentidos, da relação direta e indireta com o Estado. Afinal, este se relaciona de diversas formas com o grupo Maksoud, seja como cliente, seja concedendo incentivos fiscais, seja protegendo a indústria da informática, entre outras.

A proteção à informática da concorrência, tema controverso e freqüentemente debatido pelos periódicos, não é contemplado na revista (ênfatize-se) e também na entrevista/depoimento, sendo que a empresa de informática do grupo (Cisco):

"Cobre uma gama muito importante de computadores, toda ela baseada no que se chama no Brasil 'tecnologia própria'. Na realidade não existe tecnologia própria; pois ninguém 'inventa' nada neste campo. Nem aqui nem no exterior. Os japoneses sabem muito bem disso há muito tempo e por isso lançam mão do mesmo processo que a Cisco utiliza, a emulação. (ibidem, pág. 104, grifos nossos)

Como se observa, não há nenhuma menção à reserva da informática assim como o recurso à imitação, popularmente conhecido como "pirataria", é saudado como "processo" de produção.

Todas essas questões levantadas dizem respeito ao caráter empresarial que, como dissemos, ora se complementa às duas outras características da imprensa liberal em questão - porta-voz de interesses gerais capitalistas e agente político/ideológico - ora torna-se tensa - pois trata-se de uma tripla caracterização.

O fato de VISÃO ser apenas um ponto na engrenagem muito maior do heterogêneo, imponente e internacional grupo Maksoud faz com que haja maior incidência deste aspecto empresarial que, contudo, nem erigi-se em corporativismo nem suprime as outras facetas que a caracterizam.

(8) Em Hayek, como a rigor para todo o liberalismo, o cumprimento dos contratos acordados entre particulares é peça fundamental da estrutura jurídica garantidora do livre-mercado e da sociedade burguesa como um todo, pois:

"O fato de a propriedade de outras pessoas poder auxiliar-nos na consecução de nossos objetivos decorre principalmente da garantia legal do cumprimento dos contratos. O conjunto de direitos criados pelos contratos é parcela tão importante da nossa esfera privada, na qual baseamos nossos planos, quanto qualquer propriedade nossa". (Hayek, F. - Os Fundamentos..., op. cit., pág. 154)

(9) É interessante e curioso notar a contrariedade de VISÃO para com a Rede Globo de Televisão, devido ao apoio desta ao Plano Cruzado. A não publicização, pela própria emissora, das greves ocorridas entre seus trabalhadores, foi criticada pela revista - o que não deixa de ser um paradoxo, devido à posição da revista em relação às greves. O deboche e a ironia foram as armas utilizadas para tanto. O mais importante, contudo, diz respeito ao dissenso entre duas organizações político/ideológicas - mesmo com atuação e características diferentes. Por outro lado, sabe-se que o complexo de comunicação detido por Roberto Marinho procura estar sempre próximo ao agrupamento no poder, sem se preocupar com a propagação de algum *princípio ideológico*, *stricto sensu*, por mais que estimule a sociedade capitalista de consumo.

(10) pág. 56, edição nº 33, 13/08/86.

(11) pág. 7, edição nº 7, 18/02/87.

(12) pág. 17, edição nº 37, 10/09/86.

(13) pág. 17, edição nº 44, 29/10/86.

DO ITEM “A FORMA DA CONSTITUINTE”

(1) pág. 27, edição nº 27, 08/07/87.

(2) Sobre o intrincado funcionamento da hayekiana DEMARQUIA, ver especialmente os editoriais publicados em: 16/07/84, edição nº29; 23/07/84, edição nº30; 30/07/84, edição nº31; e 06/08/84, edição nº32. O fato da revista adotar esta configuração jurídico/política (e ideológica) bem antes de ocorrer a Constituinte apenas reforça a utilização ao mesmo tempo rigidamente principista e panfletária de seus - conservadores e autoritários - princípios.

(3) págs. 29 e 30, edição nº50, 18/12/85; grifos nossos.

(4) É significativo do radicalismo conservador de VISÃO a posição que adota acerca do projeto constitucional elaborado pela T. F. P. - Tradição, Família e Propriedade -, entidade reacionária, ultra-católica e tradicionalista, pois afirma que:

“Pelo conteúdo da matéria e pela consubstanciação ideológica das análises e críticas que faz, VISÃO sugere a leitura dessa obra por todas as pessoas de espírito aberto, isentas de preconceitos e interessadas em conhecer em profundidade todas as faces importantes da atual etapa nacional”. (pág. 10, 11/11/87, edição nº 45, grifos nossos)

Em se tratando da defesa da propriedade, portanto, para a revista tudo seria válido, mesmo o elogio a uma entidade assentada em valores feudais. Especialmente neste período constituinte - no bojo de toda a transição, como vimos -, tudo que pudesse contribuir para a “guerra de posições”, a qual atuara radicalizando o discurso e as posições, não deveria ser dispensado.

DO ITEM “A CAMPANHA PELO RESTABELECIMENTO DAS ELEIÇÕES DIRETAS PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA”

(1) 07/02/84 Como observamos exclusivamente os *editoriais*, em “O ESP”, que encontram-se sempre dispostos à *pág. 3 no jornal*, não faremos referência à mesma a cada fragmento que citarmos. A referência aos excertos reproduzidos indicará, portanto, apenas as datas de quando foram publicados, como já o demonstra esta própria nota.

(2) 26/01/84

(3) A expressão oligarquia é utilizada pelo jornal de forma deliberadamente vaga, aproveitando-se da possibilidade de abstração permitida pela mesma, não guardando qualquer relação com regimes políticos a que originalmente expressa. Trata-se de um recurso retórico para enquadrar seus adversários: no caso, P. Maluf e M. Andreazza. Ver mais detalhes sobre a utilização desta expressão no item “A Tutela Militar” e também à nota nº 6 do mesmo.

(4) 18/02/84, grifos nossos

(5) A idéia de Opinião Pública é utilizada à exaustão pelo jornal, que confere significados variados à sua função. Ver à nota nº 14 deste item.

(6) 29/01/84, grifos nossos

(7) 28/03/84

(8) 14/04/84

(9) A concepção do que representou, para o jornal, o regime militar instaurado em 1964 não é linear, isto é, se apoiou (e conspirou para) o golpe militar, depois da decretação do AI-5 distanciou-se do regime, sendo inclusive perseguido e censurado pelo mesmo, sentindo-se traído em seus ideais. O golpe, corriqueiramente

chamado de “revolução” teria sido realizado para obstar o comunismo do governo Goulart - que queria implantar a “República Sindicalista” - e preservar a democracia. Tal revolução - que também visaria moralizar a vida pública brasileira -, teria tido a exata duração do governo do mal. Castello Branco. Este portara-se como verdadeiro estadista, zelando despojadamente pela coisa pública:

“Foi esse zelo, próprio dos antigos romanos, que deu a marca asséptica e ascética a seu governo. (...) [depois que deixou o poder, houve uma - FCPF] sucessão de desmandos e frustrações trazidos pela revolução (...) [sendo que] a amarga experiência (...) começou com a edição do Ato Institucional nº 2 (...) e culminou na desesperança do AI-5 (...) os costumes políticos degeneraram a tal ponto que se poderia dizer que o movimento de 31 de março de 1964 (...) é como a estátua de Glauco, de tal modo deformada pelo tempo que não se reconhece na figura monstruosa a face em que outrora transparecia virtude”. (31/03/84)

Como se observa, o jornal não demonstra qualquer arrependimento pelo apoio ostensivamente conferido ao golpe e ao primeiro governo militar, apesar deste ter decretado o AI-2. Reafirme-se, pois fundamental, a forte sensação de traição experimentada pelo periódico, tendo em vista, entre outros fatores, o fato do regime militar não ter seguido suas “orientações” - claramente expressas, antes do advento da tomada do poder, por Oliveiros Ferreira em “As Forças Armadas e a Revolução”, que pretendia ser um guia para tal “revolução”.

(10) 14/04/84, grifos nossos.

(11) A utilização de entidades valorativas universais - erigidas em verdadeiros motes - como Nação, Povo, Pátria, Bem Comum, entre tantas outras, é praticamente diária pelo jornal, como veremos ao longo deste trabalho. Como se sabe, toda categoria valorativa genérica e altamente abstrata é passível de utilização pelas mais diferentes ideologias com objetivos os mais contrastantes possíveis. O jornal prima pelo seu uso indiscriminado, colocando-se como guardião daquilo que representam.

Trata-se de um recurso ideológico poderoso na medida em que ao mesmo tempo justifica as alterações de posição em relação a temas controversos e transmite a impressão de que se está sempre ao lado da verdade, concebida no singular. Tal recurso, contudo, vem sendo utilizado há muito e por diversas tradições ideológicas.

No Brasil, João Almino a identificou abundantemente na Constituinte de 1946, praticada por praticamente todas as correntes político/ideológicas ali representadas. A União Democrática Nacional (UDN) - partido liberal/conservador à época, ao qual "O ESP" apoiara entusiasticamente - primou pelo uso amiúde de tal expediente. Para este autor:

"Da mesma forma que o interesse nacional ou social, também o interesse do 'nosso povo', assim como a 'opinião pública' e o 'bem-público', serviram (...) para justificar as posições mais diversas. O termo 'povo', tal qual empregado na argumentação de muitos constituintes, não tem, em absoluto, o sentido de 'todos os habitantes de um país' (...) É usado como um todo abstrato, a partir do qual se identifica o antipovo". (Almino, João - Os Democratas Autoritários, São Paulo: Brasiliense, 1980, pág. 256)

O título do livro - "Os Democratas Autoritários" - sintetiza uma das possibilidades de enquadramento da utilização deste expediente, possibilidade esta, como veremos, inteiramente cabível em "O ESP". Isso significa a universalização do particular, do faccioso, pois:

"(...) com a utilização das noções totalizantes de nação (...) de sociedade, de povo, pode-se camuflar o fato de uma parte da nação (...) da sociedade, do povo, querer aumentar sua participação nas decisões e querer ao mesmo tempo impor limites ao comportamento de outra parte da nação, (...) da sociedade, do povo.

"Estas noções totalizantes tornam-se, portanto, abstratas. Passam a fundamentar uma lógica tautológica, sem significado concreto, mas que, exprimindo uma 'certeza', anulam a necessidade de explicação.

"O interesse social, pondo-se, na realidade, acima da divisão social, sendo um critério que pode ser interpretado por alguns, contra o interesse de muitos, podia

servir a diferentes propósitos, sempre se exercendo contra aqueles que estão prejudicando esse interesse (...)” (ibidem, pág. 258)

É interessante observar que, passados quarenta anos, os mesmos expedientes continuam presentes na vida político/ideológica brasileira, observáveis em diversas correntes políticas mas notadamente nos que, na imprensa, se autoproclamam liberais.

(12) 28/04/84

(13) O aspecto regional continua presente no imaginário do jornal, à guisa de 1932 quando da chamada Revolução Constitucionalista; há um profundo ressentimento pelo fato do poder político em nível nacional do Estado de São Paulo não corresponder ao seu poderio econômico. Por isso, freqüentemente invoca o regionalismo paulista, caso da reação que professou às críticas de políticos nordestinos à oposição (do jornal) ao “Projeto Caraibas”. “O ESP” concebe a si próprio e a (que considera) “seus” feitos, mormente a criação da Universidade de São Paulo e a Revolução Constitucionalista, imiscuidos à própria história de São Paulo. Assim, afirma que:

“Os paulistas não estão no poder da República desde 1930 (...) O fugaz interregno do sr. Quadros, em 1961, não representou coisa alguma, mesmo porque s. sa. não se elegeu como paulista. (...) há meio século são os mineiros, os gaúchos e os nordestinos que dividem o poder (...) são as elites políticas do Nordeste (...) [as] responsáveis mais diretas pela situação em que se encontra a região [o nordeste]. Ou então os gaúchos, ou os mineiros. Nunca, porém, os paulistas, que pouco recebem daquilo que a União lhes toma para remeter, a fundo perdido, para a região sofrida, espoliada pelos que sobre a miséria do povo constroem seu poder político”.
(21/01/84, grifos nossos)

A passagem acima demonstra, portanto, claramente a presença do regionalismo em seu imaginário, por excelência provinciano. A afirmação de que Jânio Quadros não era um político paulista é sofismática, pois vincula os políticos ao seu local de nascimento e não ao seu domicílio eleitoral. Num país onde a migração foi e é

intensa, a pretensão de políticos natos aos Estados em que nasceram, especialmente São Paulo, implica na re-politização de um tema a rigor superado enquanto questão política, pois atinente apenas ao fator cultural.

“O ESP” parece não ter suplantado uma questão que fora politicamente importante até a primeira República. Observe-se que a afirmação que dá origem a esta nota - a moderação como característica principal de Minas Gerais -, neste contexto permeado pelo regionalismo é paradoxal com o ressentimento paulista expresso pelo jornal, como vimos acima, donde os mineiros, juntamente com gaúchos e nordestinos, são alvo de crítica e mesmo de emulação.

(14) 25/05/84, grifos nossos.

O papel da imprensa (leia-se “O ESP”) de formar e, ao mesmo tempo, informar a opinião pública, é de extrema importância para o projeto político/ideológico do jornal ao mesmo tempo que expressa sua auto-imagem. O correto entendimento da caracterização do periódico assim como do papel a que se propõe inclui necessariamente observar-se sua concepção do que seja a imprensa e a opinião pública. A presença deste tema é estrutural e visível em toda a agenda de observação da transição, sendo que “O ESP” sempre fez questão de trazê-lo à tona. Por tudo isso, esta nota procura descrever as várias nuances desta questão, pois imprescindível ao jornal e, conseqüentemente, a este trabalho. Assim, ao comentar a desinformação a respeito dos rumos da sucessão do gal. Figueiredo, afirma que:

“A responsabilidade que temos de informar a opinião pública, por um lado, e, por outro, de ajudar a formá-la, articulando em nossos comentários editoriais diários aquilo que nos pareça relevante, por refletir o senso comum, o pensamento dos cidadãos comuns de uma sociedade - que, afinal, de alguma forma devemos refletir, porquanto convivemos com ela e seus problemas em tempo mais que centenário -, esbate-se, às vezes (...) com a volatividade dos fatos (...)” (12/05/84, grifos nossos)

A passagem acima expressa duas questões relevantes. A primeira diz respeito ao binômio formar/informar, pois confere aos meios de comunicação um poder

extraordinário. A formação da opinião pública assenta-se numa miríade de estruturas e circunstâncias, tais como acesso do leitor à informação, capacidade de processá-la, dimensão do público leitor, visões opostas ou alternativas de mundo por parte da própria imprensa ou divergências em relação a assuntos tópicos (caso da diferença de posição em relação às eleições diretas para "O ESP" e para o jornal Folha de São Paulo), entre outros. A informação, tida pelo jornal como algo objetivo, difere e num certo sentido contrasta com o caráter formativo. A questão decorre desta, pois se o jornal afirma formar/informar a opinião pública, visando portanto a alguns fins, não há razão em refletir justamente esta opinião pública por ele formada e informada. Isto é, "*O ESP*" *refletiria a si próprio*. Sua concepção de opinião pública parece ser a de algo completamente modelável; daí a ênfase em que se auto-atribui seu papel modelador.

Por outro lado, é importante observar que, apesar do jornal associar corriqueiramente suas opiniões e posições à aceitação da opinião pública, isto é, ambos sempre estariam em sintonia, requerendo e vetando os mesmos agentes sociais, idéias e políticas; apesar deste proselitismo, diversas vezes deixa transparecer, involuntariamente, a diferença de posições entre um e outro. A afirmação de que o cidadão médio brasileiro posta-se ao "centro" no espectro, ser predisposto ao liberalismo, entre tantas outras características que o jornal requer para si, é contrastada quando os candidatos e partidos por ele apoiados não ganham eleições e quando a maioria da população apóia idéias a que o jornal se opõe. Dos inúmeros casos onde esta dessintonia em geral ocorreu, "O ESP" ou a omitiu ou a reconheceu sem se dar conta de que o fazia, caso do apoio entusiástico da população ao congelamento de preços nos planos econômicos, ao que, de modo geral, o jornal se opunha (veremos detidamente no item "O Plano Cruzado" os meandros desta questão), pois reconhece que "*para a opinião pública, a essência do Plano Cruzado consistia precisamente no congelamento de preços*". (06/12/86)

À imprensa, contudo, haveria outras atribuições, mas que se expressam sinuosamente em "O ESP". Assim, crê ser "*o papel (...) dos veículos de comunicação (...) o de esclarecer a opinião pública, precisamente sobre a magnitude dos problemas e do decurso de tempo necessário para suas respectivas soluções*". (18/01/85, grifos nossos) Ao indivíduo - conceito caro ao liberalismo e propalado pelo jornal - parece não haver qualquer autonomia, pois a imprensa a tudo lhe

provê em termos de idéias, pois o informa/forma/esclarece. Os meios de comunicação, para “O ESP”, proveriam o indivíduo ainda num setor-chave das sociedades democráticas - o voto, pois haveria demagogos (expressão genérica que contempla segmentos díspares pois dependente de quem assim os concebe) a enganar os eleitores. Daí:

“(...) cumprirá aos veículos de comunicação de massa, no desempenho da missão de formar opinião em torno de soluções válidas para os problemas nacionais, orientar a opinião pública para a escolha de candidatos capazes de advogar (...) soluções com utilidade, no foro legislativo. Na medida em que souberem destacar méritos pessoais [e não interesses - FCPF] e posições doutrinárias [distinta, portanto, das posições ideológicas - FCPF], jornais, revistas e emissoras contribuirão decisivamente para conter os riscos [da demagogia - FCPF] (...)” (09/06/85, grifos nossos)

A orientação ao voto - decisão individual, intransferível, modelada por interesses, cultura política, além de variáveis sócio-econômicas - procura suprimir todo esse complexo de decisões privadas em nome do bem comum. Os candidatos escolhidos o seriam segundo sua doutrina, isto é, o liberalismo, pois todas as outras correntes de pensamento seriam ideologias (a diferença entre ideologia e doutrina, para o jornal, encontra-se no item “A Questão Social”; à nota nº 34 do mesmo há a problematização deste importante tema). Também as virtudes pessoais e não os interesses que representam, ou melhor, “O ESP” só indicaria candidatos que representassem justamente os interesses que levassem ao bem-comum, ou seja, o fortalecimento do capitalismo, do mercado, dos valores liberais etc... Tudo isso apenas corrobora a capacidade do jornal de universalizar o particular.

Por fim, assumindo que os meios de comunicação expressam a opinião (nada diz contudo acerca dos interesses) de seus proprietários, em resposta à proposição de se criar conselhos editoriais (aonde participariam diversos segmentos sociais) como forma de democratizar a informação, afirma representar tal proposta:

“(...) intervenção indevida no exercício da propriedade dos jornais e revistas - que são sociedades anônimas ou por cotas e cuja orientação deve refletir o pensamento dos acionistas ou dos cotistas. Estes, por terem

empenhado capital na empresa, têm o direito de eleger os diretores que responderão por ela. Recorde-se que se a empresa quebrar o prejuízo será de quantos investiram para que se formasse e operasse. Logo, ao risco que correm, há de corresponder o direito de decidir por ela, sobretudo no tocante à linha doutrinária (e não ideológica) a adotar.

“Por que as esquerdas não tratam de imprimir seus jornais e suas revistas e conquistar adeptos para o definitivo controle da sociedade pelo poder público?” (17/05/87, grifos nossos)

Apesar da omissão deliberada de “O ESP” a respeito da relação opinião dos proprietários/interesses que defendem, tal relação é implicitamente aceita ao associar (exclusivamente, diga-se) risco empresarial e linha editorial (opinião), demonstrando mover-se no âmbito dos interesses, notadamente no que se refere ao fato do jornal ser uma empresa privada que, como qualquer outra, objetiva lucros.

Neste aspecto, observe-se que em nome da possibilidade do “desemprego e da perda da liberdade”, devido ao corporativismo, criticou os projetos de salário mínimo e regulamentação da profissão de jornalista, portando-se, sem jamais admitir contudo, como patrão, isto é, proprietário de empresas jornalísticas, requerendo por lucros, sem preocupar-se em investir no “capital humano”, típica, tal postura, do empresariado brasileiro.

O sentido de interesses, entretanto, certamente é muito mais amplo do que este indicado, pois trata-se do papel do jornal enquanto: a) agente político/ideológico; e b) (como consequência deste) porta-voz de interesses gerais (reprodução da sociedade capitalista).

O caráter doutrinário apregoado, e não ideológico, possibilitaria ao jornal versar sobre o bem-comum, representando uma oportuna justificativa. Esta, contudo, ao sugerir aos grupos à esquerda que detenham os “seus” próprios jornais, indica claramente que as idéias e atores desta matiz estariam “vetados” (em sentido amplo) nas páginas de “O ESP”. Trata-se, afinal, de um embate político e ideológico travado especialmente durante a transição, sendo, portanto, esta pos-

tura do jornal característica em todos os itens da agenda de observação deste trabalho.

(15) 29/04/84 Para além deste carácter conservador/reacionário, é também correto afirmar que o jornal preocupa-se com as conseqüências da eventual repressão aos manifestantes políticos provocada pelo lumpem. Dai, nota-se o sentido estratégico informado por uma atuação que contempla o sentido de “responsabilidade” às suas ações.

(16) 01/07/84

(17) Robert Dahl formula o conceito de Poliarquia como forma de erigir uma teoria democrática contemporânea. Cf. Dahl, Robert - Um Prefácio à Teoria Democrática. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1989. Ver também à nota nº 5 do item “O Entulho Autoritário” a respeito deste construto teórico.

(18) 29/05/84, grifos nossos. É interessante notar que, comparativamente à “Aliança Democrática”, marcada desde antes da vitória no Colégio Eleitoral pela intensa luta por cargos e por controvérsias de toda ordem, aliás notadas e reclamadas pelo jornal (os tais dos “interesses menores”, que deveriam ser deixados de lado); comparativamente, enfim, os que persistiram nas diretas, não aceitando o Colégio Eleitoral, eram, em verdade, muito mais homogêneos. Logo, o jornal se utiliza de um argumento falso.

(19) O fortalecimento dos partidos políticos, que expressassem idéias claras e programáticas e representassem setores sociais, é recorrentemente requerido pelo jornal. Tal solicitação, contudo, mostra-se muitas vezes apenas retórica, como demonstram: a) a aludida não aceitação da vigência da fidelidade partidária; b) a solicitação para que a formação do ministério de Tancredo Neves, e depois, de Sarney, coubesse exclusivamente ao presidente, sem interferência dos partidos (a razão imediata para tanto deveu-se à tentativa do jornal de preservar a Aliança Democrática de disputas fratricidas mas foi justificada no sentido do chefe do executivo escolher “os melhores e mais capazes” - ver a respeito deste mote à nota nº 11 do item “A Forma da Constituinte”); e c) as críticas ao único partido existente enquanto tal, na própria opinião do jornal, o PT. Tais críticas, que

veremos no item correspondente, são de todas as ordens, dentre as quais as relativas à organização e militância partidárias.

Por fim, a insistência no fortalecimento dos partidos em verdade diz respeito a certos partidos, isto é, os de matiz liberal/conservador, casos, no período observado por este trabalho, do PFL (e depois, do PL) e mesmo do PDS, pois representantes do "centro" - posição esta no espectro a qual a população brasileira se identificaria e fundamental para obstar as extremidades. Portanto: "*É no Partido da Frente Liberal que se poderá aglutinar esse centro, sem o qual democracia alguma será possível*". (22/01/85) Mesmo o partido que sustentara o regime militar, se depurado seria de grande utilidade à democracia, pois: "*Desvinculado de seu passado, o PDS poderá cumprir missão relevante na cena pública, constituindo alternativa anti-radical*". (19/11/85)

(20) 17/08/84

(21) Como se sabe, o jornal "Folha de S. Paulo", ao apoiar entusiasticamente a campanha pelas eleições diretas tornou-se referência obrigatória enquanto órgão de imprensa, agente político/ideológico e porta-voz do sentimento da maioria absoluta da população - o que fez com que alcançasse enorme crescimento em termos de circulação, a ponto de suplantar "O ESP" como o jornal mais vendido em São Paulo.

É curioso observar que "O ESP", autoproclamado formador, informador e reflexo da opinião pública, como vimos há pouco, não se colocou clara e objetivamente desde o início da campanha - não estando em sintonia com a opinião pública, portanto.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, por se constituir também como uma empresa que, como tal, objetiva lucros, viu diminuir suas vendas paulatinamente em relação ao seu concorrente direto, sendo a campanha pelas eleições diretas de importância consensual para tanto. Por isso, talvez o apoio, mesmo que retardatário, às eleições diretas, representasse uma tentativa de não distanciar-se em demasia, e de forma irreversível, do público leitor - até porque sabia serem as "diretas-já" quase uma impossibilidade.

Por outro lado, mais importante ainda parece ter sido a preocupação do jornal em não perder o comando do movimento político/ideológico (que julgava possuir), no embate que representou a transição; a disputa pela hegemonia com os grupos à esquerda e todos aqueles que denominava como intervencionistas, necessitava de um *comando* que articulasse (por diversas formas, como por exemplo “elaborando” a agenda da transição, o que implica nos “vetos” e proposições de temas) os aliados. O jornal “Folha de S. Paulo”, ao se tornar referência aos próceres das eleições diretas naquele momento, aí incluídos políticos e opinião pública, talvez pudesse, para “O ESP”, ao menos de certa forma, substituí-lo neste papel de comando. Daí também não poder se distanciar demasiadamente do pensamento médio de segmentos sociais fundamentais para o jornal, como a classe média detentora e o empresariado como um todo, porém especialmente os micro, pequeno e médios (veja-se a importância destes setores para o jornal no item “O Plano Cruzado”).

(22) 25/11/84, grifos nossos.

(23) 01/12/84, grifos nossos

(24) Reafirme-se que o jornal alega categoricamente pertencer ao “centro democrático” no espectro político/ideológico, pautando-se pela moderação e pelo equilíbrio. Estaria de acordo com a índole (caráter) do povo brasileiro, avessa a radicalismos de toda espécie, pois “*o brasileiro tem como apanágio (...) a cordialidade*” (31/03/84) (à guisa, ao que parece, da formulação de S. B. de Holanda em “Raízes do Brasil”). É interessante notar que as análises - psicológicas, diga-se - acerca do caráter dos povos foram descartadas pelas ciências sociais há muito.

Observe-se, por outro lado, que a vinculação de opositores dispares é prática histórica em “O ESP”, caso de Getúlio Vargas e o comunismo. Portanto, a associação Maluf/PT como inimigos da “Nova República” representa a continuação de uma prática antiga. Cf. Capelato, M. H. e Prado, M. L. - O Bravo Matutino, op. cit., e Capelato, M. H. - Os Arautos do Liberalismo, op. cit.

(25) Em 16/03/85 o jornal estampara em primeira página, em tipos enormes e diferenciados: “Viva a Nova República”. Desde o início aceitou o adjetivo “nova” associado ao termo República, demonstrando seu apoio aos grupos que alçaram ao poder em 1985.

É interessante observar que a utilização/aceitação deste adjetivo tem sido comum na história brasileira. Em especial por parte dos que se autoproclamam liberais; segundo M. H. Capelato, em seu estudo sobre a imprensa paulista liberal entre 1920 e 1945, o “vocábulo novo predominava no discurso da imprensa que apoiou o movimento revolucionário” [em 1930]. Capelato, M. H. - Os Arautos do Liberalismo, op. cit., pág. 171. É significativo o fato da autora usar em epígrafe, como paralelo a 1930, a manchete do “Jornal da Tarde”, do grupo “O ESP”, de 01/01/85 (quando da vitória da “Aliança Democrática” no Colégio Eleitoral), que dizia “A Nova República. O Brasil retoma seu caminho. Vamos à festa”. Idem. Portanto, a adjetivação “nova” permaneceu no discurso de “O ESP”. Por outro lado, conforme as ações desta “Nova República” o foram desagradando, passou a chamá-la ironicamente de “Novíssima República”.

(26) 07/12/84, grifos do jornal.

(27) 16/04/85, grifos nossos.

Equilíbrio, prudência e moderação, expressos por “O ESP” no decorrer de todo este item e marca característica de seu conservadorismo, parece provir da tradição iniciada por E. Burke. É neste sentido que se enquadra esta solicitação para que a “Nova República” efetivasse “reformas” contidas, moderadas. Para Burke:

“Prudência (em todos os casos uma virtude, na política a primeira das virtudes). (...) em todas as modificações de Estado, a moderação é uma virtude, não somente agradável, como poderosa. É uma virtude despojada, conciliatória, construtiva... (...)” (Burke, E. - citado por Connor C. O’Brien na introdução de Reflexões sobre a Revolução em França. Brasília: Unb, 1982, grifos nossos, pág. 6)

Como se percebe, é profunda a semelhança entre o “pai” do conservadorismo e “O ESP”. O estratégico mote burkeano “mudar para conservar” é portanto plenamente assumido pelo jornal, pois, para Burke:

“(…) pelo emprego de métodos da natureza na conduta do Estado, aquilo que melhoramos não é nunca completamente novo, e aquilo que conservamos não é nunca completamente velho”. (ibidem, pág. 69)

Portanto, a manutenção das estruturas sociais como essência da vida política abriria brechas às mudanças justamente para perpetuar tais estruturas, alterando-as apenas em seus aspectos secundários.

Apesar das relações políticas serem o fulcro da atenção do autor, outros setores da vida social também são relevados. Assim, o referido mote conservacionista é extensivo a diversos setores, dos quais a educação (tal qual “O ESP”, como veremos no próximo item) assume grande importância, pois:

“Acreditamos tão firmemente na certeza dos métodos eclesiásticos de educação (...) bem de acordo com a nossa velha máxima de nunca destruir totalmente, ou de uma vez só, aquilo que é antigo. Chegamos à conclusão de que esses métodos antigos de educação são favoráveis à moralidade e à disciplina e estamos certos de que podemos aperfeiçoá-los sem destruí-los”. (ibidem, grifos nossos, pág. 119)

Portanto, além de moderadas as mudanças deveriam também ser pausadas, pautando-se pela busca incessante do equilíbrio, da segurança, donde a moralidade e a disciplina (temas aliás igualmente importantes ao pensamento positivista e de “O ESP”) pudessem se desenvolver; a referência à educação de modo algum deve ser vista como exclusiva neste aspecto, pois, da mesma forma que para o jornal, deveriam (a moral e a disciplina) balizar a sociedade como um todo.

(28) 22/03/85, grifos nossos. É fundamental observar que, para o jornal, *o poder assenta-se na opinião pública*, que lhe daria sustentação. A relação opinião pública X impopularidade, no entanto, como vimos à nota nº 14 deste item, significa uma dessintonia não explicada.

DO ITEM “A QUESTÃO SOCIAL”

(1) O tema da educação é essencial em “O ESP”, pois relaciona-se diretamente ao seu projeto de sociedade. Tal projeto requer a inserção do Brasil no seletivo clube do “primeiro mundo”, o que implica na qualificação da mão-de-obra, pois:

“É preciso lembrar que não se gasta com Educação: tudo o que se despende nesse setor é investimento, de resto de caráter altamente reprodutivo, pela soma de benefícios que se colhem da instrução, do saber, do conhecimento, da pesquisa, da técnica, da capacidade de produzir mais e melhor - e de partilhar com os outros o que se aprende”. (11/07/87)

A preocupação com o ensino, nos três graus, é expressa na recorrência com que os editoriais o abordam. Mais que isso, desde a década de 30, quando da fundação da Universidade de São Paulo, as têm, educação em geral e USP em particular, como temas centrais. Os graus escolares (primário, secundário e superior) objetivariam, contudo, fins diferenciados, pois concebidos com funções sociais distintas, modeladas por uma visão reforçadora da hierarquizada divisão social do trabalho e do poder. Instrumentaliza tal perspectiva adotando uma forma de darwinismo social, afirmador de que do primeiro ao segundo grau, e especialmente à universidade, somente estariam “os melhores e mais capazes, venham de onde vierem” (sic) (veja-se a exposição completa deste mote darwinista à nota nº 11 do item “A Forma da Constituinte”). A educação elementar, contudo, notadamente o analfabetismo (ao qual requer um combate sem tréguas), e considerado o principal problema brasileiro, o que fez com que insistentemente pregasse seu privilegiamento, inclusive orçamentário. Portanto, requer o “ensino e aprendizagem para o maior número possível. Para todos no grau elementar, [mas] para os que, tão-só em função de seus talentos, possam aproveitá-la nos graus seguintes”. (28/07/85)

Por outro lado, a universidade, em especial a USP, é concebida como espaço e funções de certa forma sagrados, pois lá se buscaria:

“(...) [a] verdade pela verdade, pelo prazer intelectual de conhecer, independentemente de quaisquer resultados (...) [representando] o autên-

tico acicate da atividade intelectual e o próprio fundamento da ciência e das autênticas universidades. (...) [nestas] há de [se] considerar [professores e alunos - FCPF], antes e acima de tudo, o seu compromisso com o saber, com a verdade e a cultura, na sua significação mais ampla e universal". (22/06/86, grifos nossos)

A "sacralidade" da universidade ocorre devido ao papel completamente idílico a ela conferido, donde, de forma diletante e descompromissada se alcançaria um saber redentor.

Observe-se que a idéia de saber, de verdade, e mesmo de cultura, perenemente grafadas no singular, não representam simplesmente uma forma simplificada de expressão. O jornal as considera realmente unas, exclusivas, não existindo diversas possibilidades de se conhecer. Os cânones liberais seriam, conseqüentemente, a única maneira legítima de conhecimento. Qualquer outra tradição ou tentativa de conhecer o mundo - que não balizadas no liberalismo, ancorado nas idéias da propriedade, mercado, desigualdade natural, entre outras - é desconsiderada como ciência. O marxismo, contudo, teria elevado ao paroxismo o não-saber, isto é, a pura ideologia (sempre em contraste com a doutrina), suprimindo "o papel do individuo na História, inteiramente substituído por 'forças impessoais', já que nada ameaça tanto os coletivismos, socialismos e totalitarismos quanto o ser humano concreto, individual, que é uma pessoa moral que pensa, discute, critica e escolhe". (02/08/87) Mas o mais importante diria respeito à banalização da produção acadêmica propriamente dita, pois:

"(...) na área de ciências humanas, em que se produzem trabalhos e mais trabalhos sem maior significação, que se destinam, independentemente dos fatos e de reflexão mais acurada, a 'demonstrar' as teses espalhadas pela vulgata marxista (...) Quem se der à pena de examinar, com paciência e isenção, a abundante produção, sob forma de dissertações, teses ou de livrinhos de divulgação (...) - aqueles trabalhos que 'já estavam prontos antes de ser escritos' [isto é, copiados do marxismo para panfleto - FCPF] - verá que não estamos exagerando. Coleções e editoras há que se especializaram nessa atividade, que se ajusta muito mais à propaganda - e propaganda sem maior requinte - do que à atividade de pesquisa universitária.

(...) não vemos o que avaliar nesse tipo de produção que nada, absolutamente nada, acrescenta ao saber". (15/02/87, grifos nossos)

O marxismo enquanto visão de mundo, forma de conhecimento da realidade (no sentido epistemológico) e, portanto, corrente de pensamento, assim como qualquer outra, é liminarmente desconsiderado como um *outro modo de saber*. O exclusivismo do saber liberal, como dissemos, nega-lhe a legitimidade de sua existência, representando, à guisa dos "novos personagens - PT/CUT", o *outro intelectual*, na academia, do liberalismo de "O ESP".

No "templo" representado pelas universidades - aonde, como vimos, não caberiam "heresias", como as ideologias - a atividade intelectual, por parte de mestres e alunos, não se confundiria com outras atividades (profissões), nem se destinaria apenas à obtenção de proventos; os que se ocupassem da universidade deveriam estar imbuídos "das idéias de missão e vocação (...) indiscutivelmente ligadas àqueles a quem é confiada a conservação e a transmissão do saber (...)" (22/07/84, grifos do jornal) Por isso, a influência marxista também seria deletéria aos nobres valores acadêmicos por estimular relações de poder, sindicais, "participacionistas" etc. Neste sentido, a greve universitária seria totalmente descabida, algo como padres paralisando suas preces por reivindicações salariais, como se desenvolvessem um trabalho comum. Afinal: "O mestre universitário, especialmente, para dizer tudo em uma só palavra, deve viver para o saber - e não podemos entender uma greve que, no fundo, acaba sendo uma greve contra o saber". (08/07/84, grifos do jornal)

O papel idílico, e mesmo pré-capitalista, pode-se dizer, conferido à universidade, possui no entanto um objetivo político muito claro, donde possível compreender tal romantização, pois caberia ao "ensino universitário, de nome e de fato, formar a elite intelectual de que não podemos prescindir". (06/04/86, grifos do jornal) Tal elite, contudo, por mais que o jornal afirmasse e propusesse (via gratuidade, obrigatoriedade e recursos para o primeiro grau) que seus membros adviessem de qualquer classe social, desde que mais competentes para tanto, proviriam das classes proprietárias, aí incluídas parcelas da classe média. Isto porque somente a alteração de outras estruturas, que não apenas o acesso gratuito e obrigatório à educação elementar - como o problema do desemprego e dos baixos salários, que

pressionam a entrada precoce de crianças no mercado, normalmente informal, de trabalho, entre outros -, possibilitariam a democratização. Os que chegassem à universidade, num competitivo processo seletivo, principalmente num país com profundas e históricas desigualdades sociais, como o Brasil, dificilmente pertenceriam aos estratos inferiores.

Por outro lado, caso alguns membros de tais estratos conseguissem adentrar à universidade, a estrutura político/ideológica que o jornal propõe a esta, como vimos, implica na cooptação dos mesmos às práticas conservadoras, à guisa do que diagnostica a “teoria das elites” de G. Mosca e V. Pareto. Afinal, o monolitismo epistemológico liberal, a proibição ética (e mesmo jurídica) da greve no bojo da concepção pré-capitalista do ensino, o caráter sagrado da atividade acadêmica etc enquadram-se numa visão de mundo, neste particular, aristocrática. Requer, portanto, “O ESP”, a universidade como celeiro de líderes, isto é, como formadora de membros aptos à dominação político/ideológica. A clareza de que as superestruturas político/jurídico/ideológicas representavam essenciais trincheiras à dominação parece ter sido descoberta pelo jornal desde a década de 20 quando iniciou sua pregação pela fundação de uma universidade em São Paulo. Por isso, ao comentar o cinquentenário da Universidade de São Paulo, da qual sente-se proprietário moral (no melhor estilo cabotino), acredita, como em 1934, ao reproduzir excertos do discurso de Júlio de Mesquita Filho como paraninfo da primeira turma a se formar, que:

“(...) a conclusão da obra de redenção do homem brasileiro seria [em 1934 e presente ainda hoje - FCPF] produto da reforma do ensino superior e da criação de um instituto capaz de criar quadros para dirigir o ensino secundário. Não quaisquer quadros, nem quaisquer professores, mas sim homens que tivessem passado pelo crivo da ‘seleção das capacidades’ (...) [objetivando] ‘tirar essa imensa massa do seu estado atual, ainda quase amorfo, para dar-lhe consistência diferenciada e definida’”. (25/01/84)

O projeto elitista e postulante à dominação, embora veementemente negado, é claro e atual em “O ESP”, sendo suas perenes preocupações educacionais resultantes do conhecimento da importância da escola enquanto *locus* de introjeção de valores. O esclarecer das massas incultas por um grupo iluminado representa, no

período de observação deste trabalho, a inconformidade com um mundo não mais existente.

Revela, contudo, a fusão das características tradicional e orgânica do intelectual coletivo (em relação a certos grupos) representado por “O ESP”.

(2) 10/09/85, grifos nossos. Observe-se que a visão de mundo religiosa embasa, ao menos ao nível da retórica, o problema político da distribuição de renda, subjacente à questão social.

(3) 11/09/85, grifos do jornal. É interessante notar que, em termos de política econômica (que veremos mais detidamente no item “O Plano Cruzado”), “O ESP” se diz “ortodoxo”, isto é, adepto do monetarismo, da ênfase ao controle do *déficit* público etc, tendo no combate à inflação a tarefa prioritária, perfilhando-se, a rigor, à tradição iniciada por Eugênio Gudin. Veja-se à nota nº 1 do item “O Plano Cruzado” os cânones de tal tradição.

(4) A paródia que fazemos com o famoso livro de Max Weber, “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, é dual para o jornal, pois ao mesmo tempo em que professa a fé católica/apostólica/romana (ortodoxa, portanto), defende, de fato, a “ética protestante”, isto é, a ética do trabalho, como veremos detidamente no item “O Plano Cruzado”.

(5) 12/08/84

(6) 20/09/87

(7) 27/05/86, grifos nossos. É interessante observar como esta passagem do jornal incorpora-se ao pensamento conservador de várias tradições intelectuais. Assim, os termos e o “espírito” da concepção da propriedade privada em “O ESP” são muito semelhantes ao de E. Burke, “pai” do conservadorismo, pois, para este:

“A característica essencial da propriedade, que é formada por princípios combinados de aquisição e conservação, é a desigualdade. Torna-se necessário colocá-los fora do alcance de qualquer possibilidade de perigo, de vez que estimulam a

inveja e a cobiça (...) Não se obtém o mesmo efeito dividindo-se, pelo curso natural das coisas, uma propriedade do mesmo tamanho entre muitos, haja vista seu poder defensivo se enfraquecer enquanto se difunde. Nesta difusão, a porção que cabe a cada homem é menor que aquela que, na impetuosidade de seus desejos, ele espera obter através da dissipação das acumulações dos outros. (...) Deixe os grandes proprietários serem o que quiserem - e a chance é de que estarão entre os melhores - que serão, no pior dos casos, o lastro do navio da comunidade". (Burke, E. - Reflexões sobre a Revolução em França, op. cit., pág. 83; grifos nossos)

Guardadas as devidas circunstâncias históricas entre um e outro, a intocabilidade da propriedade, a *desigualdade natural e irrevogável entre os homens*, entre outras, é linha comum ao pensamento liberal/conservador.

(8) 23/05/85

(9) 06/01/85, grifos do jornal.

(10) 04/07/85

(11) 09/02/86

(12) 02/02/85, grifos do jornal.

(13) 29/12/85, grifos do jornal.

(14) 25/06/86, grifos nossos.

(15) O clericalismo de "O ESP" é expresso tanto por certas posições que adota como pelo espaço que dedica em seus editoriais, onde, principalmente após a constituição da "Teologia da Libertação", aborda temas relacionados à divisão na Igreja. Professa um catolicismo autodenominado "ortodoxo", isto é, vinculado rigidamente à Igreja apostólica romana, donde a autoridade papal é tida como incontestável.

Demonstra crer em todos os dogmas do cristianismo por intermédio do catolicismo. Assim, crê ser a Igreja fruto “*de uma divina fundação, transmitida pela apostolicidade que lhe promete e garante a imutabilidade no que diz respeito à sua herança essencial, a revelação (dogma) e a graça (sacramentos)*”. (22/03/85)

A CNBB, as Pastorais e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ao adotarem a “Teologia da Libertação” estariam atentando contra o papel eminentemente espiritual da Igreja, pois introduzindo-lhe *preocupações materiais*, agravadas pelo fato de advirem da *ideologia marxista*. Afinal: “Quando a palavra de Deus, impressa na Bíblia, passa a servir a uma releitura colocada a serviço de opções políticas e ideológicas, deixa de ser, evidentemente, sagrada; então, aviltada, dissemina-se (...) para acometer a Igreja (...) até quando a hierarquia católica permitirá que isso aconteça?” (30/09/86, grifos nossos e negritos do jornal) Os dogmas e a hierarquia papal são enfatizados, pois, indaga negativamente “O ESP”: “*será que a fé católica pode ser ‘pluralista?’*” [como supostamente quereriam os adeptos da “igreja popular”, segundo denomina o próprio jornal - FCPF] (15/08/84)

A solicitação para que o papa interviesse para obstar tal teologia fora contundente, à guisa do que fizera com as autoridades constituídas em relação aos grupos à esquerda, notadamente PT/CUT (como veremos no item correspondente). O pluralismo proclamado retoricamente em seu perfilhamento liberal é fortemente contrastado pela rigidez hierárquica e monolítica da Igreja. Há, portanto, uma convivência entre duas concepções conceitualmente opostas. Na prática, contudo, o pluralismo liberal (no que diz respeito às questões políticas) é muito mais retórico, como dissemos, do que levado às últimas conseqüências.

A “Teologia da Libertação” seria, nesse universo religioso, “*obra do ‘príncipe das trevas’, ou mesmo do Anticristo (...)*” (25/03/86), representando a “*heresia das heresias, o cúmulo das heresias*” (15/08/84), devendo ser combatida por todos os meios. Para o jornal, a Igreja Católica Brasileira cometera um verdadeiro crime ao afastar-se da sua missão exclusivamente evangélica e, ao mesmo tempo, desobedecer o papa. Serão alvo de cerradas críticas e pedidos de censura a cúpula e todos os prelados considerados “progressistas”, (mas especialmente o frei Leonardo Boff, entre outros). Também a concepção e a militância em relação aos

“Direitos Humanos”, assumidas pela Igreja, serão condenadas por representar um desvio à esquerda, resultante, portanto, da influência materialista da ideologia.

Por fim, acredita que somente as *outras* religiões, notadamente o candomblé, são superstições, contrárias portanto ao espírito iluminista indutor do progresso. Por isso, considera um verdadeiro absurdo a presença de autoridades graduadas no enterro de uma “mãe-de-santo” na Bahia, pois:

“Enquanto o mundo lá fora desperta para o futuro, continuamos aqui presos a conceitos culturais que datam de antes da existência da civilização. (...)”

“Este Brasil primitivo (...) precisa ser substituído por um país moderno, liberto dos preconceitos morais e religiosos do passado (...) Enquanto não for possível nos livrarmos desta primeva confusão tribal entre superstição e sabedoria, será difícil ganhar tônus muscular para tornar possível nosso salto em direção às exigências e aos desafios do mundo do século XXI”.
(17/08/86, grifos nossos)

É significativa a detração de uma religião que, como tal, se constitui da mesma lógica que o catolicismo, isto é, a crença dogmática, a ritualidade, a fé como elemento exclusivo de agregação dos crentes, entre outras características. Os excertos que citamos demonstrando a crença do jornal ao cristianismo em essência em nada diferem da crença em qualquer outra religião.

A desconsideração do candomblé como uma religião expressa a *intolerância* do jornal em relação ao universo religioso não católico. É importante observar que a tolerância entre grupos opostos surgiu justamente em decorrência das guerras religiosas ocorridas na Europa, transformando-se posteriormente em conceito político democrático. O fato do candomblé expressar a cultura negra dos africanos escravizados no Brasil parece também contribuir para tal rejeição, pois o jornal se posiciona de forma elitista e num certo sentido aristocrática e completamente vinculado aos feitos da civilização “branca” ocidental. Por outro lado, a tradição iluminista - razão, técnica, ciência, progresso, entre outros -, que alega perfiar, é por excelência antitética aos dogmas religiosos, sejam quais forem. Portanto, a

idéia mesma de algo que não possa ser comprovado - Deus, por exemplo - é necessariamente uma superstição, na qual "O ESP" parece enquadrar somente os "outros".

(16) 31/05/85

(17) 08/04/86

(18) 04/06/86, grifos nossos.

(19) 07/10/86

(20) 28/05/86, grifos nossos e negritos do jornal.

(21) 27/03/87

(22) No item "O Plano Cruzado" a ênfase à agricultura é analisada, especialmente à nota nº 21 do mesmo, onde procuramos demonstrar a solicitação do jornal por subsídios e protecionismo à economia nacional, no qual o setor agrícola aparece com destaque.

(23) 14/07/87 Deve-se observar duas questões importantes. Em primeiro lugar, a postura do jornal nem sempre foi marcada pela defesa da livre expressão, como demonstram M. H. Capelato e M. L. Prado. Segundo as autoras, em 1935, após o levante comunista, "O ESP" apoiou toda a centralização e desrespeito à Constituição, donde incluía-se a supressão às liberdades de pensamento e reunião, entre outras, promovida pelo governo Vargas.

Dizia, à época, que "(...) não há liberdades absolutas. Todas estão sujeitas a restrições ditadas pela utilidade geral e pelas conveniências do Estado" (editorial de 26/03/35, citado em Capelato, M. H. e Prado, M. L. - O Bravo Matutino, op. cit., pág. 57)

Em segundo lugar, como se percebe, o jornal caracteriza-se como *cabotino*. Sua secular história seria marcada pela coerência em cada posição que adotou, em

todos os setores da sociedade (tomada em sentido amplo), pois assentada “*em princípios de valor imutável, cujo conteúdo não sofre alterações no tempo e no espaço (...)*” (13/10/84) tendo em vista que “*nos consideramos sentados do lado correto da mesa (...)*” (13/03/84). Ou seja, “O ESP” estaria sempre ao lado da verdade e da história. Além do que, sua atuação seria marcada pela constante e incansável denúncia das mazelas ocorridas no Estado, especialmente quando governantes desonestos e sem espírito público estivessem no poder, pois “*nossa luta [é] em favor da moralização da coisa pública (...)*” (19/07/84)

A característica cabotina pode ser observada em inúmeras posições assumidas pelo jornal. Em várias das contendas que se envolveu utilizou esta alegada coerência histórica como forma de conferir autoridade moral às suas propostas e vetos. Por isso, quando da explosão de uma bomba no estacionamento de sua sede em 1984, vê confirmada tanto sua importância histórica como seu papel na sociedade brasileira, pois (falando na terceira pessoa), acredita que:

“A história dele é bem conhecida e traduz, desde o final do século passado, o confronto entre a imprensa livre, cuja opinião não se vende nem se aluga, e os adversários que granjeia em meio aos que não suportam a denúncia do ilícito ou a crítica a práticas (...) que signifiquem qualquer tipo de prejuízo ou mesmo risco para o interesse coletivo. (...)”

“Este jornal, felizmente, estará sempre sob a mira de déspotas ou marginais, aos quais jamais deixou de causar transtorno. É esse, seguramente, um de seus títulos mais nobres. no combate a que se consagra, visando a preservar o bem comum. Que fazer. Nasceu ele sob o signo da liberdade. Pelejando por ela tem escrito as melhores páginas de sua história”.
(18/11/84)

Os auto-elogios, como se percebe, são abundantes. A convicção de contribuir para o aprimoramento da sociedade, a incisividade de suas assertivas, a clareza dos interesses que defende e a participação em episódios relevantes ao longo da história, como a Revolução Constitucionalista, a criação da USP etc, levam-no a superestimar narcisicamente suas qualidades.

(25) 05/06/86, grifos nossos.

(26) 25/05/86

(27) As Forças Armadas, como instituições nacionais, estariam, para o jornal, associadas à Nação, numa verdadeira comunhão de valores. Daí também o temor por sua “repolitização” (esta questão, fundamental para a compreensão de sua visão de mundo, encontra-se desenvolvida no item “A Tutela Militar”). Por outro lado, o fato do próprio jornal ter sido censurado e do regime militar ter se desviado de sua rota original (segundo crê o jornal), fez com que “O ESP” temesse por qualquer possibilidade do retorno militar à vida política.

Por outro lado, o medo da divisão das Forças Armadas, em consequência da divisão da sociedade em relação à reforma agrária, significa que a opinião pública não estava completamente contra sua adoção, como afirmara.

(28) 08/08/87, grifos nossos

(29) 06/06/85

(30) idem

(31) 06/06/87

(32) 31/10/86

(33) Como vimos detidamente à nota nº 14 do item “Campanha pelo Restabelecimento...”, o jornal crê ser papel da imprensa formar e informar a opinião pública a respeito de tudo o que diga respeito ao bem comum. Conseqüentemente, a *apresentação de sugestões concretas*, especialmente nesta estratégia de crítica institucional ao programa de reforma agrária, enquadra-se nesta concepção, pois: “*É dever da imprensa (...) o zelo pela res pública (...)*”. (28/05/87)

(34) “O ESP” freqüentemente distingue doutrina (o liberalismo, exclusivamente) e ideologia nas mais diversas situações em que necessitou afirmar certos valores

que considerava liberais. Especialmente em relação ao tema da educação, devido, como vimos, ao caráter sagrado que lhe confere, esta diferenciação foi utilizada, pois estaria havendo na universidade brasileira “*uma deformada visão ideológica da nossa realidade (deformada como soem ser todas as visões ideológicas) (...)*” (03/11/85) Por isso, quando da escolha de Marco Maciel - prócer histórico do regime militar, diga-se - como novo ministro da Educação, saudou-o por sê-lo “*um liberal pragmático, não influido pela praga da ‘ideologização’ (...) [pois:] O Ministério da Educação (...) é importante demais para ser gerido ideologicamente (...)*” (09/02/86) Reafirme-se ser o tema da educação a linha de frente dessa postura, mas de modo algum restrita ao mesmo.

Mais enfaticamente ainda, Roque Spencer Maciel de Barros, antigo articulista do jornal, assim resume a questão não-ideológica do liberalismo em artigo publicado no periódico e editado como coletânea:

“O liberalismo é todo ele um candente desmentido a qualquer visão ideológica da realidade, já que não se funda numa concepção compacta e esquemática do real, na sua estrutura e na sua dinâmica, com pretensões científicas, como é característica essencial do pensamento ideológico. (...) o liberalismo pode assumir, do ponto de vista filosófico, várias e diferentes faces que são insuficientes para caracterizá-lo como um ‘sistema’ e impeditivas de concebê-lo como uma ideologia.

“(...) ideologia (...) é sempre concepção total do homem, do mundo e da história, marcada por uma pretensão de cientificidade (...)”

“(...) a postura liberal se choca frontalmente com a defendida pelo ‘petismo’ [isto é, o Partido dos Trabalhadores - FCPF], desde o primeiro instante e antes de tudo, precisamente porque esta é essencial e irredutivelmente ideológica”. (Barros, R. S. M. de - “Liberalismo e Ideologia” in Estudos Liberais. São Paulo: TAQ, 1992, grifos nossos, págs. 91 e 92)

A alegada diferenciação liberal - não possuir uma visão compacta do mundo - não é privilégio desta matiz de pensamento, como atestam à exaustão os desdobramentos do socialismo e do anarquismo, por exemplo. Por outro lado, o caráter cientificista impingido às outras - ideológicas - correntes cabe ao próprio libera-

lismo do jornal, pois, como vimos à primeira nota deste item, concebe a verdade como única, logo (tendo em vista o legado iluminista que afirma vincular-se) científica. Já a adesão do Partido dos Trabalhadores à ideologia demonstra o quão não-plural é o liberalismo de “O ESP”, pois apenas os “outros” iriam contra a natureza das coisas, o que, aliás, Karl Marx identificara como postura típica do pensamento burguês em relação ao capitalismo, pois:

“Os economistas raciocinam de singular maneira. Para eles não há mais que duas classes de instituições: umas artificiais [a ideologia, no caso - FCPF], as outras naturais [o liberalismo, para “O ESP” - FCPF] As instituições do feudalismo são artificiais e as da burguesia são naturais. Nisso os economistas se parecem aos teólogos que, por sua vez, estabelecem duas classes de religiões. Toda religião alheia é pura invenção humana, enquanto que sua própria religião é uma emanção de Deus. Ao dizer que as atuais relações - as da produção burguesa - são naturais, os economistas dão a entender que se trata, precisamente, de um tipo de relações sob as quais cria-se a riqueza e desenvolvem-se as forças produtivas, de acordo com as leis da natureza. Por conseguinte, essas relações são, em si, leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas as quais devem, sempre, reger a sociedade. De modo que, até agora, houve história, agora porém já não há”. (Marx, K. - Miséria da Filosofia. São Paulo: Ed. Grijalbo, 1976, págs. 115 e 116)

Como se percebe, tal naturalização da ideologia e também da religião encaixa-se com exatidão em “O ESP” que, portanto, tem modelada sua visão de mundo no projeto capitalista ao estilo do século XIX - por excelência excludente, em vários sentidos -, o que lhe é, além do mais, conveniente reforçar tendo em vista as incertezas e os embates da transição.

(35) 25/06/85 É interessante observar que, para o pensamento conservador, a propriedade é elemento auto-suficiente em termos teóricos, isto é, basta sua existência - qualquer outra consideração lhe é ou desnecessária ou atentatória. Assim, para E. Burke: “A idéia de pouco ou muito é incompatível com o conceito de propriedade”. (Burke, E. - Reflexões sobre a Revolução em França, op. cit., pág. 121)

(36) 29/04/86, grifos nossos.

(37) 25/10/87

(38) 17/09/85, grifos nossos.

DO ITEM "O ENTULHO" AUTORITÁRIO

(1) 18/02/86

(2) 17/11/84, grifos nossos.

(3) 11/05/86

(4) O surgimento, nos anos 80, de movimentos contestatórios à proibição legal às rádios e TVs livres, pois possibilitadora, tal proibição, dos oligopólios de comunicação, mesmo que voltados apenas a duas modalidades significou uma tentativa de democratização da informação de massa. Tais movimentos colocaram a nu a realidade das comunicações no Brasil, tendo grande importância por desencadear o debate sobre a relação imprensa e democracia no país.

(5) O conceito de Poliarquia implica na elaboração de condições a serem maximizadas em cada comunidade política, micro ou macro, no intuito de possibilitar a maior democratização de uma dada sociedade. Das oito condições arroladas pelo autor, entre as quais a igualdade entre os cidadãos no tocante ao voto e a regra da maioria, a socialização da informação - com vistas a expressar equanimemente as alternativas de poder - é condição essencial e complexa para a existência de uma sociedade democrática. Os monopólios dos meios de comunicação, além de possuírem diversas modalidades as detêm (em cada uma destas modalidades) pluralmente. Isto é, um mesmo grupo, como por exemplo as Organizações Globo, detêm às dezenas as diversas modalidades citadas, dificultando enormemente tal equanimização. Cf. Dahl, R. - Um Prefácio à Teoria Democrática, op. cit.

(6) 14/09/86, grifos do jornal.

(7) 27/07/85, grifos nossos e negritos do jornal. É significativo observar que a idéia de liberdade de informação está associada exclusivamente ao seu caráter privado. Jamais a concentração de informações, ou a responsabilização acerca da expressão das mesmas (como vimos há pouco), são consideradas como problema ou óbice à liberdade. Não se leva em conta os direitos dos atingidos pelos meios de comunicação.

(8) 30/01/86

(9) 07/02/86, grifos do jornal.

(10) A lógica capitalista como permeada pelo cálculo racional e objetivo foi demonstrada tanto por Marx como por Weber, o que fez com que os antigos fetiches, preconceitos e "irracionalidades" dos períodos pré-capitalistas, notavelmente sintetizados na proibição medieval à usura, se tornassem impeditivos à realização do capitalismo. O jornal, ao argumentar com pressupostos morais, como a espiritualidade, afasta-se, em certos momentos, da essência "capitalista do capitalismo". O que demonstra a importância de seu moralismo tradicionalista, por excelência pré-capitalista.

(11) A crítica à chamada modernidade, tomada no caso em questão em seu aspecto cultural (em sentido amplo), corrobora decisivamente o tradicionalismo, caracteristicamente pré-capitalista, repita-se, do jornal. Neste sentido, modernidade é associada a tudo aquilo que a sociedade de consumo - hiper-potencializada, aliás, no capitalismo - valora como essencial. O curioso é que toda a idéia de progresso material assenta-se, em quaisquer das sociedades industriais existentes - capitalista ou socialista -, conforme alerta R. Aron em seu "Dezoito Lições sobre a Sociedade Industrial", na fruição material. "O ESP", lídimo defensor da versão capitalista da sociedade industrial, ataca portanto uma de suas conseqüências inevitáveis.

Ocorre que o jornal se porta como se pudesse extirpar de uma sociedade de massas e capitalista certas conseqüências, mantendo contudo seus fundamentos. Assim, requer a vigência do desenvolvimento industrial, da propriedade privada, do lucro e do mercado, entre outros, ao mesmo tempo em que critica a ausência de valores espirituais, éticos e tradicionais, que não mais se vinculam a este tipo de sociedade. A transformação de todas as coisas e dos homens em mercadoria - apanágio do capitalismo - traz em si a "coisificação" das relações sociais; o trabalho humano, por sua vez, torna-se mistificado devido ao império da mercadoria. Para K. Marx, em sua análise do caráter fetichista da produção capitalista: "Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasma-

górica de uma relação entre coisas”. (Marx, K. - O Capital. São Paulo: Difel, 1984, pág. 79)

(12) Relembre-se, pois fundamental e expresso por todo o período de observação desta dissertação em seus diversos itens, que a vinculação ao que o jornal considera como pertencente às tradições do Ocidente pressupõe o capitalismo e os valores espirituais.

(13) A. Gramsci assim define estas duas categorias de grupos com funções intelectuais - orgânicos e tradicionais. Em relação ao primeiro, afirma que:

“Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhes dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (...)” (Gramsci, A. - Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civ. Bras., 1985, pág. 3)

Já o grupo intelectual tradicional é assim definido:

“Cada grupo social ‘essencial’, contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior (...) encontrou (...) categorias intelectuais preexistentes (...) representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas”. [leia-se o surgimento do capitalismo - FCPF] (ibidem, pág. 5)

“O ESP”, como dissemos, parece contemplar ambas as funções, ou características, apontadas, pois sua função *orgânica* de defender a reprodução das relações sociais capitalistas em geral convive com o caráter *tradicional* de valores pré-capitalistas. Note-se que o instrumental gramsciano permite mais de uma leitura em relação ao problema do embate pela hegemonia e, principalmente, da *configuração* dos grupos e funções intelectuais.

(14) 15/09/85, grifos nossos .

(15) A democracia representativa seria incompatível com a democracia direta, pois plebiscitária esta, suprimindo a intermediação dos parlamentares, numa espécie de oclocracia. R. Nisbest, em seu "O Conservadorismo", afirma ser a existência de camadas intermediárias típicas do pensamento conservador, citando como exemplo o "pai" desta vertente política - E. Burke - como um de seus proponentes. É interessante observar que E. Durkheim igualmente enfatiza a necessidade de estratos intermediários entre os cidadãos e o Estado (o que, entre outras razões, faz parecer sintomática a influência deste dois autores na visão de mundo do jornal). A participação direta ou semi-direta da população tem sido temida possivelmente por, real ou imaginariamente, representar a perda do controle político das camadas dominantes observadas em cada período histórico. É claro que a representatividade em qualquer sociedade composta por milhões de pessoas é uma necessidade insubstituível - porém associável a outras possibilidades, o que o jornal nega e combate. "O ESP", contudo, não versa sobre tal obviedade; ao contrário, teme, à guisa da tradição conservadora, que a gestão semi-direta possa fazer com que a estrutura de dominação seja abalroada. Veja-se mais a este respeito nos itens "A Campanha pelo Restabelecimento..." e "Os Novos Personagens..."

(16) 04/04/86, grifos do jornal.

(17) A idéia de três poderes, independentes e harmônicos, contrabalanceando-se mutuamente, presente no pensamento de Montesquieu e no federalismo norte-americano, é tema recorrente ao pensamento liberal, do qual "O ESP" neste aspecto alinha-se inteiramente. No entanto, como veremos no próximo item - "A Tutela Militar" -, o papel tutelar das instituições que confere às Forças Armadas atenta contra tal mecanismo.

(18) 01/03/85

(19) 08/09/84

(20) 15/04/86

(21) 21/06/86

(22) 21/07/87 As aspas simples demonstram que o jornal retira partes de sua argumentação dos artigos que regulam a LSN.

(23) idem, grifos nossos e negritos do jornal.

DO ITEM “A TUTELA MILITAR”

(1) A ênfase nas idéias de ordem, autoridade, harmonia e controle sociais, Nação/Pátria, moral e civismo, entre outras, típicas do ideário positivista, são integralmente encontradas em “O ESP”. Este conjunto de valores se associa a outros de caráter liberal e conservador, amalgamando-se. A ostensiva solicitação com que requer o fortalecimento político e moral e a unidade do Estado demonstra esta proximidade com o positivismo, pois, para o jornal:

“O poder expelle quem não o exerce (...) não há sociedade sem autoridade. (...) Governar (...) [é] preservar a majestade do poder, que exige austeridade e compostura, de um lado; e, de outro lado, pressupõe energia (...) e exige capacidade de reagir à altura a agravos e ofensas, dando-lhes a resposta adequada, na oportunidade própria”. (02/11/85, grifos nossos)

O Poder, personificado no Estado e, por extensão, nas autoridades, teria um profundo significado para qualquer sociedade, garantindo justamente a harmonia social. Por isso, as autoridades deveriam zelar pelo seu prestígio junto à população, se impondo a ela, especialmente às camadas baixas, pois:

[o] “Prestígio que advirá sobretudo do respeito que souberem granjear, o qual só será duradouro e produzirá frutos se elas preservarem a imagem até certo ponto sagrada com que o poder necessariamente se representa para os cidadãos. (...) [Há uma] necessidade imperiosa de fazer que os cidadãos simples tenham pelas autoridades o acatamento que decorre seja da aceitação das razões que legitimam seu poder, seja do temor reverencial pelo poder ele próprio”. (03/01/86, grifos nossos e negritos do jornal).

A idéia do poder como algo “sagrado”, “majestático”, devendo ser “reverenciado” distancia-se profundamente das tradições liberais, afirmadoras, estas, justamente de sua minimização e controle por parte da sociedade (mesmo levando-se em conta, após a consolidação da sociedade liberal/burguesa, a necessidade de manutenção das novas estruturas erigidas, donde a essencialidade do Estado). São, portanto, outras correntes ideológicas, entre as quais o positivismo durkheimiano,

as proponentes da valorização do Estado e da autoridade como um princípio, a rigor antiindividualista. Para *Durkheim*:

“Não há moral sem disciplina, sem autoridade; ora, a única autoridade racional é aquela da qual a sociedade está investida, com relação a seus membros. A moral não se nos apresenta como obrigação, isto é, não se nos apresenta como a moral e, pois, não podemos ter o sentimento do dever, a menos que exista, em torno de nós, e acima de nós, um poder que o sancione [o Estado - FCPF]”. (Durkheim, E. - Lições de Sociologia. São Paulo: TAQ/EDUSP, 1983, pág. 67, grifos nossos)

Mais ainda, Durkheim acredita que:

“Para que o sentimento de dever se fixe fortemente em nós, cumpre que as próprias circunstâncias nas quais vivemos o mantenham perpetuamente desperto. Cumpre haja, em nosso redor, um grupo [o Estado - FCPF] que viva a lembrar-nos dele (...)” (Ibidem, pág. 11)

A proximidade com o pensamento durkheimiano é, portanto, patente. Para o jornal, o Estado, em sua faceta política - pois no que diz respeito à sua atuação na economia requer a precedência da iniciativa privada, atuando o aparato estatal pragmaticamente, isto é, contribuindo para tal precedência, como veremos no item “O Plano Cruzado” -, sintetizaria os sentimentos morais e nacionais de um povo. Afinal: *“Quem não cultua - por não apreciá-la e por não ter os meios para tanto - a política do poder (...) em nada [contribui - FCPF] para alterar as condições reais de existência”*. (24/09/85). Portanto, “O ESP” requer o culto ao poder. É significativo, contudo, que esta cultuação objetive os “cidadãos simples” - eufemismo de proletariado e setores política e economicamente marginalizados -, que deveriam temê-lo. Conseqüentemente, aos demais setores, notadamente o empresariado e a classe média, não seria necessário tal temor reverencial. Trata-se, pois, da perfeita junção entre liberalismo conservador e positivismo, isto é, entre o tema da liberdade e da ordem que, aliás, é claramente expresso, pois para se obter um futuro melhor dever-se-ia preservar *“a ordem e a liberdade, que aplainam o caminho para a realização do bem comum”*. (08/02/87)

Este ambiente intelectual ao qual “O ESP” se move ajusta-se com perfeição ao seu projeto conservador, que requer a manutenção de uma clara estratificação social, assentada esta numa espécie de “capitalismo moral” - propriedade privada dos meios de produção; respeito às hierarquias sociais, entre as quais a posse; manutenção do *status quo* em termos de concentração de recursos políticos e econômicos; solicitação de respeito, das camadas proletarizadas e dos setores excluídos, e dos representantes de ambos, à ordem jurídico/política; valoração espiritual da sociedade etc. (Relembre-se que discutimos, sob outro enfoque, no item anterior - “O Entulho Autoritário” -, e especialmente às notas nº 10 e nº 11 do mesmo, esta idéia de um capitalismo moral) O liberalismo positivista de “O ESP” necessita, portanto, do Estado virtualmente repressor (donde as Forças Armadas cumprem papel essencial), pois “*nação sem Estado (...) é nação sem futuro*”. (28/10/87)

(2) 22/02/84, grifos nossos. Observe-se que o jornal faz este comentário ainda no período militar (governo do Gal. Figueiredo).

(3) 29/03/85, grifos nossos e **negritos** do jornal. A vinculação civil/militar enquanto valor fundamental não é nova em “O ESP”. Às vésperas do golpe de 1964, Oliveiros S. Ferreira, também articulista, (não sabemos se já editorialista, como no período de análise desta dissertação), em seu livro de pretensões norteadoras do golpe que se aproximava, já expressara tal vinculação, pois:

“O mais grave na crise que se abriu em Agosto de 61 [renúncia de Jânio Quadros - FCPF] (...) é que as Forças Armadas se viram, bruscamente, isoladas da sociedade em que viviam”. (Ferreira, O. S. - As Forças Armadas e o Desafio da Revolução. Rio de Janeiro: GRD Ed., 1964, pág. 53)

Mais enfaticamente, acreditava na necessidade imperiosa de se fundar, com o golpe, uma “nova República instituída pelo povo organizado com suas Forças Armadas, esteio da nacionalidade, garantes da ordem, aval do progresso social na liberdade (...)” (Ibidem, pág. 67, grifos nossos)

Parece claro, portanto, que as Forças Armadas, expressão da ordem, disciplina, hierarquia e autoridade, eram e continuaram sendo essenciais à concepção de

sociedade (tomada em sentido amplo) do jornal, o que inclui necessariamente seu projeto de democracia.

(4) 08/09/84, grifos nossos.

(5) 04/11/87, grifos do jornal.

(6) 09/12/84, grifos nossos. Não poderíamos deixar de ressaltar o recurso de "O ESP" em imputar a tudo e a todos a que se opõe certas práticas por ele próprio utilizadas, com uma constância, além do mais, inigualável. No caso, a generalização de interesses particularistas, tida como típica deste "grupo" observado pelo jornal - a "oligarquia" -, é certamente o recurso ideológico, ancorado nos conceitos universais (Nação, Povo etc), de maior importância em seu discurso.

Há que se notar, por outro lado, ser a imprecisão e vacuidade do termo deliberadas, pois, como se sabe desde a Antiguidade, oligarquia refere-se a um regime político, dominado por poucos, diferentemente da democracia, por exemplo. O sentido pejorativo que a expressão adquiriu, especialmente no Brasil, serve de mote para o jornal opor-se ao tamanho do Estado e à burocracia no país, o que, neste particular, é consentâneo às formas clássicas do liberalismo e da posição do empresariado brasileiro desde 1974. É importante lembrar que o "Jornal da Tarde", pertencente ao grupo "O ESP", nessa mesma década de 1980 publicou uma série de reportagens com forte ênfase panfletária sobre a estatização no país, em que a comparava à União Soviética.

(7) 21/02/85

(8) 18/11/84

(9) O liberal/positivismo de "O ESP", no âmbito da discussão que fizemos à primeira nota deste item, ao enfatizar a essencialidade do Estado e da autoridade requer a estabilidade e equilíbrio políticos, que, para o jornal, implica em controle social. As incertezas da transição, com sua miríade de alternativas, muitas das quais contrastantes entre si, associa-se à idéia de desordem, daí sendo-lhe insuportável tal estado. Observe-se que, para o pensamento positivista, o controle

social dar-se-ia pela utilização da ciência, entre elas a social, e pelo Estado, via autoridade. Uma vez mais, "O ESP", mesmo alterando relativamente certas concepções positivistas, adaptando-as ao seu liberalismo e às vicissitudes da história, raciocina e atua de acordo com certos legados dessa corrente.

(10) 19/08/84

(11) 15/03/85, grifos nossos.

(12) *idem*

(13) 11/09/84, grifos nossos.

(14) 28/12/86

(15) 17/09/87

(16) 29/10/87, grifos nossos.

(17) 26/06/87, grifos nossos. Relembre-se, conforme indicamos na Introdução, que não nos pautamos por analisar as posições dos agentes liberais em foco seguindo a ordem cronológica que foram publicados (no caso do jornal, os editoriais). O que significa, como acabamos de fazê-lo, citarmos tais editoriais em *datas não seqüentes*, nos referindo ao(s) anterior(es) em ordem de publicação pelo jornal como sendo, para efeito de exposição na dissertação, posterior(es).

(18) 09/09/87 Reafirme-se a discussão que trouxemos a lume neste mesmo item da parte anterior - revista VISÃO -, isto é, o fato de pertencer a prerrogativa da defesa da lei e da ordem a toda a sociedade, através das instituições, nos países que se têm como democráticos.

(19) 18/12/84, grifos nossos. As expressões entre aspas que precedem esta passagem também são do jornal.

(20) 11/09/85

(21) 02/02/84, grifos nossos.

(22) 03/02/85, grifos nossos.

(23) 18/07/85, grifos nossos.

(24) É curioso observar que a alegada neutralidade ideológica do jornal, portador de “doutrina” e não de ideologia, além de seu pertencimento ao “centro democrático” e não aos extremos - direita ou esquerda -, tem como alvo quase que exclusivo tanto o pensamento à esquerda como os políticos, regimes e países assim denominados. Este suposto neutralismo ideológico sintomaticamente quase não comenta os regimes, idéias e políticos à direita, caso típico do regime sul-africano. O caso norte-americano é visto como paradigma da liberal-democracia (como já o dissemos anteriormente), secundado pelo modelo inglês. Conseqüentemente, as idéias à direita, como a intocabilidade da propriedade privada, a precedência do mercado sobre o Estado, entre tantas outras, são, para o jornal, sinônimo de doutrina, postada, o que é fundamental, ao Centro. Reveja-se à nota nº 34 do item “A Questão Social” a diferenciação, para o jornal, entre doutrina e ideologia e a discussão acerca da mesma.

(25) 18/12/86

(26) 16/08/87, grifos nossos.

(27) 06/09/87, grifos do jornal.

(28) idem, grifos nossos.

(29) idem

(30) Reafirme-se ser este um valor explicitamente apregoado pelo jornal, como atestam as várias colocações espalhadas por quase todos os itens observados neste trabalho.

(31) Discutiremos a questão do cumprimento dos contratos como essencial à democracia e ao capitalismo, para o jornal, no item “Os Novos Personagens...”, aonde afirma-se conceitual e pragmaticamente tal importância.

(32) 21/12/85

(33) 19/09/87, grifos nossos.

(34) 29/09/87 Observe-se que, como vimos no item “A Questão Social”, tais preocupações sociais não se apresentam candentes.

(35) 31/07/86

(36) 17/04/86, grifos nossos.

(37) 16/04/86, grifos nossos, negritos do jornal.

(38) 20/05/86

DO ITEM “OS ‘NOVOS PERSONAGENS’ - PT/CUT - OU O ‘OUTRO’ DOS LIBERAIS”

(1) O significado de liberdade para “O ESP” é principalmente “negativo” (liberdade negativa). Há aberturas, no entanto, à chamada liberdade “positiva”, possibilitada por uma sociedade que garantisse a ascensão dos “melhores e mais capazes”, donde a educação elementar (primeiro grau gratuito e obrigatório) tem papel relevante, como vimos à nota nº 1 do item “A Questão Social”.

(2) Observe-se que este veio cristão reaparece em diversas situações. Relembre-se que o vimos, em alguns de seus aspectos, no item “A Questão Social”.

(3) Como se sabe, no âmbito do capitalismo há variações históricas que o tornam menos ou mais - eventualmente muito mais - franqueado às idéias à esquerda, como é o caso dos regimes que se denominam “social-democráticos” ou “Welfare State”. A estes, contudo, o jornal se opõe, propugnando uma tradição mais puramente liberal, identificada nos EUA e, no período observado neste trabalho, na era Reagan. É importante notar, contudo, que “O ESP” não pode ser caracterizado como neoliberal, conforme transparece do conjunto de suas posições e do amálgama das influências que lhe informam. Note-se, porém, que veremos especialmente no próximo item - “O Plano Cruzado” - sua não vinculação ao neoliberalismo.

(4) Relembre-se que, para o jornal, conforme vimos à nota nº 34 do item “A Questão Social”, ideologia é algo artificial, exógeno aos valores nacionais e típica do pensamento à esquerda. Somente o liberalismo seria endógeno e original - daí seu caráter doutrinário.

(5) 11/01/86

(6) 07/10/84, grifos nossos.

(7) 03/12/86, grifos nossos.

(8) 15/06/84, grifos do jornal.

(9) É necessário esclarecer que tanto o PT como a CUT desde que foram fundados possuem facções ideológicas, sendo que estabelecem padrões de relacionamento - consensual ou conflitivo - de acordo com as circunstâncias. Tais facções, contudo, guardam entre si uma mesma matriz ideológica, diferenciando-se apenas em suas ramificações. Assim, marxistas/leninistas compartilham a vida partidária e sindical com trotskistas, entre outras, desdobradas em diversas “tendências” ou subcorrentes. Nada parecido, portanto, com a miscelânea apontada pelo jornal.

(10) 23/07/86, grifos nossos.

(11) 18/07/86, grifos nossos.

(12) 08/06/85, grifos do jornal.

(13) 22/04/86, grifos nossos.

(14) 10/04/86

João Almino, ao observar na Constituinte de 1946 o papel dos modelos ideológicos e mesmo de países considerados paradigmáticos, positiva ou negativamente - temas candentes com o fim da segunda guerra -, aponta-nos elementos importantes passíveis de observação em “O ESP” no tocante ao “outro”. Para o autor:

“Certamente há um lado, na comparação com o outro [país, no caso - FCPF] que não constitui mera mistificação. (...) Mas uma coisa é a constatação dessa desigualdade [entre povos e culturas, para o “bem” e para o “mal” - FCPF] (...) a utilização do exemplo específico do outro, da experiência de outros países, das idéias geradas nesses países, para esclarecer, explicar ou mesmo provocar uma questão (...) e outra [coisa], bem diferente, é a utilização da noção de um outro, do exterior (...) exatamente para camuflar os problemas que se colocam internamente; para, sob pretexto (...) de que o Brasil é diferente do outro [país] ou de que o outro está ameaçando o Brasil, justificar a manutenção do status quo ou adotar medidas repressivas contra um ‘outro’ da própria nação e da sociedade

brasileiras. Uma coisa é ver; outra é mistificar". (Almino, João - Os Democratas Autoritários, op. cit., pág. 275, grifos e negritos nossos)

Todos os epítetos que o jornal procura imputar ao PT e à CUT, associando-os, devido à sua ideologia (e não doutrina, enfatize-se), provinda do exterior - comunismo e totalitarismo soviético, cubano e nicaraguense -, à destruição dos valores básicos da sociedade democrática, ocidental etc, encaixam-se perfeitamente nas colocações acima. Justifica (e mistifica), "O ESP", entre outros argumentos, a oposição ao "outro" por causa do modelo por este supostamente seguido, o que implica "adotar medidas repressivas", como veremos, à guisa do que afirma João Almino em relação a meados da década de 1940. "O ESP" mantém, portanto, seu estilo de embate político/ideológico desde há muito, como, aliás, já nos mostrara, sob outros enfoques, "O Bravo Matutino", op. cit., e "Os Arautos do Liberalismo", op. cit., o que vem demonstrar ser o tradicionalismo do jornal também histórico em termos das estratégias que vem adotando ao longo de sua existência.

(15) Esta incompatibilidade não existe de fato, pois várias democracias contemporâneas adotam o instituto do plebiscito, do referendo e mesmo das emendas populares. Outras formas de participação direta da população, como grupos consultivos ou mesmo deliberativos a respeito de vários temas de interesse da comunidade, como por exemplo o orçamento municipal, convivem perfeitamente, sem danos, com a representação parlamentar.

(16) 17/02/87

(17) A referência à Revolução Francesa é constante em "O ESP" e, em certos aspectos, guardadas as circunstâncias históricas, assemelhada às críticas de E. Burke à mesma.

(18) Relembre-se que a ênfase aos partidos, notadamente de caráter liberal, foi vista à nota nº 19 do item "A Campanha pelo Restabelecimento...".

(19) Reafirme-se ser esta expressão típica de postulações que adotam formas de "darwinismo social", emergindo em várias situações no pensamento do jornal.

Veja-se às notas nº 1 do item “A Campanha pelo Restabelecimento...” e nº 11 do item “A Forma da Constituinte”.

(20) 22/04/87

(21) *idem*

(22) 12/08/86

(23) 04/08/87

(24) O Elitismo é certamente uma de suas características marcantes, expresso pela linguagem empolada, pela sisudez gráfica e, principalmente, pela posições que adota. A fundação da Universidade de São Paulo, orgulho primeiro do jornal, assim como sua concepção de saber, verdade e ensino, como tentamos demonstrar no item “A Questão Social”, parecem corroborar amplamente esta faceta.

(25) 13/12/85

(26) Relembre-se que “O ESP” distribuiu por largos períodos o panfleto “Nicarágua Hoy” encartado em suas edições. Esta atitude parece indicar pelo menos duas características do jornal: a) a preocupação com os embates político/ideológicos em nível internacional (como também o vimos no item precedente - “A Tutela Militar”); b) a atuação ostensiva à guisa do que fizera em diversos momentos da vida brasileira, como a Revolução Constitucionalista e as conspirações que culminaram no golpe militar em 1964, entre tantas outras.

(27) 02/07/86

(28) 08/07/86, grifos nossos.

(29) 09/01/86

(30) 16/04/85

(31) 14/03/87, grifos do jornal.

(32) 04/02/86

(33) idem

(34) 08/01/85, grifos nossos.

(35) 12/07/86

(36) 30/10/87, grifos nossos.

(37) 30/07/87

(38) 12/07/86

(39) 20/08/86, grifos nossos.

(40) 22/06/86

(41) 25/04/85, grifos nossos.

(42) 05/11/85

(43) 25/05/85

(44) A relação capital/trabalho vem se transformando em muitos aspectos, superando o paradigma “fordista” em nome do modelo tido como participativo do “toyotismo”, o que vem gerando controvérsias no âmbito da sociologia do trabalho. Não discutiremos, contudo, nesta dissertação, se há maior ou menor democratização nesta nova conformação do universo produtivo (em sentido amplo), pois escapa aos objetivos da mesma.

(45) 18/12/85

(46) O exemplo, dado pelos que estão no topo na hierarquia social e política, é perpassado por todos os itens desta dissertação e essencial para o jornal. O conservadorismo (muitas vezes reacionário, *strictu sensu*) e o tradicionalismo que embasam tal valor e postura exemplificantes parecem conter elementos provindos do pensamento de J. Ortega Y Gasset em seu clássico “A Rebelião das Massas”, onde reage à suposta supressão do indivíduo pelo coletivismo amorfo da sociedade de massas; como alternativa, defende o retorno à sociedade aristocrática.

(47) 20/11/84

(48) 08/12/84

(49) 19/06/85, grifos nossos.

(50) Como indicamos na Introdução, não discutiremos se o liberalismo enquanto ideologia é, em si (em termos teóricos, portanto), autoritário e conservador para com as classes trabalhadoras, pois foge ao escopo deste trabalho. Interessa-nos fundamentalmente observar se a imprensa autoproclamada liberal (de certa forma síntese e porta-voz desse pensamento) possui um projeto democrático ou não, e como tal projeto se articula com uma presumida “tradição” do liberalismo brasileiro. Relembre-se que discutimos a influência positivista em “O ESP” no item anterior.

(51) 25/01/86, grifos nossos.

(52) Relembre-se que os alegados princípios liberais, para “O ESP”, relativizam-se de acordo com as circunstâncias, como demonstra Capelato, M. H. e Prado, M. L. em O Bravo Matutino, op. cit., e Capelato, M. H. em Os Arautos do Liberalismo, op. cit., como procuramos demonstrar à nota nº 23 do item “A Questão Social”.

(53) 08/01/85

(54) 29/04/87, grifos nossos.

(55) 30/03/85

(56) Recorde-se que tal “operação cambalacho” consistiu em produzir pequenos danos nos automóveis fabricados, tendo como contexto a proibição da existência de comissões de fábrica e mesmo da entrada do sindicato no pátio das montadoras. Estes danos foram provocados para que as empresas, segundo a estratégia do sindicato, reconhecessem a necessidade destas comissões e de uma maior participação interna dos trabalhadores e do sindicato no processo produtivo e político em seu interior.

(57) 18/10/86, grifos nossos.

(58) 19/12/85

(59) 10/01/86, grifos nossos. Se o Estado, robusto ou “frouxo”, tem sua imagem e atuação personificadas especialmente no presidente da República, os ministros também seriam de fundamental importância para a pendência governamental para um ou outro lado. “O ESP” freqüentemente concitou o presidente a trocar ministros, e eventualmente o ministério, por razões diferentes. Após a morte de Tancredo Neves o fez para que o novo presidente tivesse o poder sob seu controle, armando o “seu” ministério. O fato das greves não serem encaradas da mesma forma pelos ministros, casos de Antonio Carlos Magalhães e Almir Pazzianotto, que não as aceitava, o primeiro, negociando soluções, o último, fez com que o jornal chamasse os deste último comportamento também de “frouxos”, em contraposição aos “firmes”, conferindo um linguajar chulo a uma discordância política.

Além do mais, tais ministros “frouxos” instalariam a “*subversão dentro do próprio poder*,” tanto por não reprimir devidamente as greves e ações promovidas pelo “outro” no âmbito da jurisdição de suas pastas quanto por não se utilizar do aparato jurídico ainda vigente: o “entulho” autoritário.

(60) 12/12/86

(61) 16/03/86

(62) Nunca é demais lembrar, pois fundamental à compreensão tanto da transição em foco como da atuação do jornal, que a “Nova República” caracterizou-se pelo conservadorismo e pelo alto nível de continuidade em relação ao regime militar.

(63) 20/09/86, grifos nossos.

(64) 13/09/85, grifos nossos. É interessante observar que as posturas liberais democráticas e num certo sentido “radicais”, como as expressa B. Russel em seu livro “O Poder”, defendem justamente a legitimidade da desobediência a leis e governantes ilegítimos ou tirânicos, donde a prerrogativa de, respectivamente, revogá-las e derrubá-los (inclusive pela força, neste último caso). “O ESP”, como se vê, ou afasta-se de uma posição principista, para advogar o oposto da tradição de Russel, em relação ao “outro”, ou, alternativamente, demonstra possuir princípios por excelência autoritários.

(65) O que chamamos de “universo dos interesses” equivaleria ao “ethos” que C. B. Macpherson denominou de “individualismo possessivo”, que vimos na primeira parte. No caso do jornal, não se trata obviamente de individualismo *stricto sensu*, mas da vinculação à propriedade, ou ao mundo dos que possuem, tendo em vista pertencer a um grupo econômico ao mesmo tempo que atua como porta-voz de certas classes sociais e do capital global.

(66) 04/05/85, grifos nossos.

(67) 27/04/85, grifos nossos.

(68) 03/10/86

(69) 12/06/86, grifos nossos e negritos do jornal.

(70) 21/12/85, grifos nossos.

(71) Reafirme-se que a caracterização cabotina do jornal foi desenvolvida à nota nº 23 do item “A Questão Social” mas está espraiada por todos os itens deste trabalho.

(72) 18/12/85

(73) idem

(74) 21/06/85

(75) idem

(76) 07/06/86, ênfases do jornal.

(77) 07/07/87

(78) 30/07/87

(79) 09/12/87

(80) 15/08/87

(81) 09/07/86, grifos nossos e negritos do jornal.

(82) O liberalismo de caráter conservador e autoritário encontrava-se presente também na Constituinte de 1946, ao qual “O ESP” atuara. Para João Almino, em sua análise desse período:

“O padrão ideológico que acaba se definindo em 1946 é, de um lado, ‘liberal autoritário’, e, de outro, conservador: ‘liberal autoritário’ no sentido de que o liberalismo não aparece como um idéia de construção da democracia (...); ‘conservador’ no sentido de que, ao invés de se livrar da opressão do poder, procura-se, ao contrário, eliminar as ameaças ao poder econômico ou político estabelecido: ‘autoritário’ e ‘conservador’ no sentido de que o liberalismo surge como uma ideologia que transfere sua realização para o futuro, momento de uma ruptura no

tempo que será efetivada, neste futuro, pelo poder então estabelecido”. (Almino, João - Os Democratas Autoritários, op. cit., pág. 305, grifos nossos)

Portanto, a democracia, para o liberalismo do jornal, tal qual em 1946, caracteriza-se pela exclusão política e social, notadamente do “outro” e seus representantes, procurando garantir conseqüentemente a manutenção e reforço da ordem política, social e econômica vigentes.

DO ITEM “O PLANO CRUZADO”

(1) A vinculação de “O ESP” à ortodoxia monetarista, fortemente influenciada por Eugênio Gudín, implica a precedência da estabilidade econômica em relação ao crescimento. Os principais tópicos do pensamento de E. Gudín para tanto seriam: controle do *déficit* público, radical parcimônia na emissão de moeda, combate à indexação e à correção monetária, ênfase na poupança interna, associação com o capital estrangeiro, ênfase no mercado em detrimento da atuação do Estado na economia, apoio à livre-concorrência em detrimento do planejamento estatal, solicitação de investimentos na educação e (como aspecto valorativo) relevância da moralidade pública, entre outros.

(2) O sentido de equilíbrio político para o jornal implica em evitar-se ao máximo, a sociedade (tomada em seus múltiplos aspectos), a existência de situações aproveitáveis aos grupos à esquerda, sempre à espreita para desestabilizar a ordem constituída. As greves, como vimos à exaustão no item “Os Novos Personagens...”, serviriam de pretexto a este fim; seriam possibilitadas, contudo, pela inflação - o grande mal a ser combatido, pois acarretaria:

“(...) perda do poder aquisitivo da remuneração auferida no emprego, em consequência do processo brutal de desvalorização monetária (...) Cabe lembrar Lênin: ‘Nossa melhor aliada é a inflação’. Se existe entre os grevistas agentes da desordem, empenhados em implantar o caos, os desastrosos que desataram a inflação neste país e seus parceiros que, em vez de combatê-la eficazmente, a incrementaram deram-lhes o pretexto ideal para exercitarem suas artes e manhas”. (12/12/84, grifos nossos)

A referência a Lênin é significativa por demonstrar claramente como um problema econômico é politizado no sentido de sua vinculação à subversão política. Por isso, a tentativa, mesmo através de um choque de certa forma atentatório ao mercado, caso do Plano Cruzado, é aceito, ao menos inicialmente, para combater os que queriam (em sua avaliação) transformar radicalmente as estruturas sociais.

João Almino já identificara, na Constituinte de 1946, o uso da inflação como mote político universalizante, erigindo, os conservadores (tal como o faz o jornal no

período de observação desta dissertação), o mote da “união nacional” com vistas ao seu combate, o que representou a tentativa de supressão das diferenças sociais, pois:

“Se ‘todos unidos’ deviam enfrentar a ‘crise econômica’, num combate a uma inflação abstrata, esqueciam-se os interesses divergentes na redistribuição dos ganhos sociais e legitimava-se a ação repressiva contra supostas ameaças à economia (que vinham dos reformistas, dos grevistas e da atuação dos sindicatos)”. (Almino, J. - Os Democratas Autoritários, op. cit., pág. 284)

As semelhanças entre o conservadorismo presente em 1946 e o conservadorismo de “O ESP” são, portanto, patentes.

(3) A ênfase ao poder, autoridade e Estado como elementos fundantes, por assegurarem a ordem, impedindo a “anomia”, está espraiada em todos os itens; foi vista de forma detalhada, porém, à nota nº 1 do item “A Tutela Militar”.

(4) 01/03/86 Os aspectos políticos são, portanto, vitais para o apoio ao Plano.

(5) 04/03/86, grifos do jornal.

(6) 02/03/86

(7) 01/04/86, grifos nossos.

(8) Por mais que o jornal paulatinamente (com vigor progressivo) se posicionasse contra diversas medidas do Plano, a CUT e o PT continuaram (por, paradoxalmente, também discordar do mesmo) sendo alvo prediletos por quererem subverter a ordem - seja, entre outros, por instigar greves, requerer aumento de salários e aproveitar-se da sanha fiscalizadora da população. A contenda com o “outro”, no entanto, faz com que ora afirme fazer (o “outro”) uma “*fiscalização ideológica*” ora queira “*arrefecer a fiscalização*”. A primeira ocorreria para “*angariar respaldo político para outras propostas, como a que visaria à formação de comissões de fiscalização dentro de cada fábrica (...) [para o] controle da produção por parte dos cutistas*”. (13/03/86); Em relação à segunda afirmação, ocorrida apenas

uma semana após a passagem acima, diz acreditar que “a intenção dos líderes petistas (...) [objetiva] arrefecer a fiscalização popular (por ser ‘perigosa’) - o que haveria de estimular a ação dos inveterados remarcadores, comprometendo o plano de estabilização que ainda vai seguindo seu curso muito bem”. (20/03/86)

Qualquer posição do “outro” é tida, portanto, como intrinsecamente subversiva, utilizando-se, o jornal, de argumentos que se desdizem, como, a rigor, já havíamos visto no item “Os Novos Personagens...”

(9) 10/07/86

Os trabalhadores, ao exigirem reajustes em seus salários, seja por reposição de perdas seja por aumento real, estariam, inconsciente ou deliberadamente, atentando contra a estabilização da economia (que jamais se daria sem a adequação entre oferta e procura, donde o arrocho salarial cumpriria importante papel) assim como contra os empresários. Estes estariam, portanto, pressionados por dois lados: pelo governo, com seu rol de ações arbitrárias, e pelos sindicatos que, para conseguir seu intuito, deflagrariam greves. O governo federal estaria privilegiando os verdadeiros conspiradores e desestabilizadores do Plano (CUT, CGT, PT) ao considerar o empresariado como tal, pois:

*“Contra os empresários (...) desencadeiam-se fúrias presidenciais. A CUT e a CGT, que anunciam greves sobre greves para dentro em breve, essas continuam sendo embaladas pelo ministro do Trabalho. Este é de fato um estranho país. Um país cujo presidente da República (...) lança sobre os que sofrem as conseqüências de seus erros [os empresários - FCPF] a acusação de pretender desestabilizar as instituições: **de conspirar, em suma.** Estranho país, este, em que com toda certeza ninguém procurará verificar como é possível desestabilizar um governo que conta com o apoio maciço das Forças Armadas (...)” (10/01/87, grifos nossos e negritos do jornal)*

A defesa dos proprietários, contraposta aos trabalhadores e seus representantes, é evidente. É necessário dizer, contudo, que o que seria válido para os empresários no tocante à impossibilidade dos mesmos desestabilizarem o governo ou as

instituições - o apoio militar ao presidente - também o seria para os trabalhadores; em verdade, a efetividade seria ainda maior tendo em vista os recursos de poder, aí incluído o poderio econômico, com todas as suas conseqüências, ser incomparavelmente maior que o da força de trabalho.

(10) 22/08/86 É claro aqui a adesão ao que denominamos como efeito “bola de neve”. Observe-se que o mesmo só ocorre quando os interesses que o jornal defende estão em jogo.

(11) 10/10/86 A legalidade das leis e normas é interpretada pelo jornal de acordo com os interesses por ele defendidos e modeláveis conforme as circunstâncias, conforme vimos procurando demonstrar ao longo desta dissertação, pois seus princípios, reafirme-se, são relativos.

(12) 20/09/86 Enfatize-se que o referido “efeito bola de neve”, presente uma vez mais nesta passagem, e há pouco aludido, é de grande importância retórica, pois constrói um clima político aterrorizante capaz de impressionar os leitores ao passar-lhes a sensação da iminência de um sistema totalitário. Deixa implícito que os próprios cidadãos comuns seriam, cedo ou tarde, atingidos em sua vida pessoal. Por outro lado, a profunda e crescente irritação do jornal com o Plano econômico faz com que se utilize constantemente de ironias.

(13) 26/04/87, grifos nossos. O recurso à retórica exagerada é, em certas circunstâncias delicadas, como esta da vigência do Plano Cruzado - onde o empresariado passava por intransigente fiscalização popular e governamental -, utilizada pelo jornal como forma de demonstrar a gravidade inequívoca dos atos praticados. A comparação da “Nova República” com os períodos históricos citados neste editorial, por mais que efetivamente tenha havido transgressões a certas leis e o governo federal tenha *num certo sentido* se utilizado dos empresários como mote para ganhar as eleições (*num outro sentido, houve apenas uma rigorosa, e talvez imitada, fiscalização de preços*), o exagero das imagens é evidente. Tal exagero, contudo, sintetiza a retomada dos princípios liberais num momento conveniente para tanto, pois o empresariado encontrava-se cerceado.

(14) O contraste com o explícito e insistente apelo para a aplicação do “entulho” autoritário aos trabalhadores, como vimos à exaustão no item “Os Novos Personagens...”, é significativo.

(15) 24/05/86 Se vários dos posicionamentos do jornal podem ser considerados consentâneos a certa tradição liberal, por outro lado os mesmos não podem ser vistos como princípios universais, pois ora são tidos como válidos e insistentemente requeridos (caso deste editorial, que expressa toda a contrariedade com a ofensiva governamental em relação ao empresariado) ora desprezados em nome, contudo, dos mesmos princípios alegados quando de sua aceitação.

O liberalismo de “O ESP” parece se adequar, portanto, quase que exclusivamente à concepção de mundo que possui: eminentemente conservadora do *status quo*, donde dominação de classes e exclusão política são condicionantes.

(16) 18/09/86

(17) 18/12/86

(18) 08/08/86

(19) 03/08/86, grifos nossos e negrito do jornal. A preocupação com a degenerescência moral, havida aos seus olhos, parece provir da influência positivista, fortemente contemplada pelo jornal e vista com denodo no item “A Tutela Militar”.

(20) Enfatize-se que o jornal possui uma sólida visão de mundo, forjada pelo amálgama, que esta dissertação vem procurando demonstrar, entre postulações liberais, positivistas, tradicionalistas, relacionadas ao “darwinismo social”, entre outras, o que faz com que dificilmente adira à “ondas” ora reinantes por períodos determinados.

(21) Esta *atuação pragmática* do Estado é claramente observável em “O ESP”. Em relação à *agricultura*, diagnostica a prática do protecionismo nos países de

capitalismo desenvolvido, donde farta a concessão de subsídios. Mesmo afirmando se opor a tal prática por alegadas razões de princípio, constata que:

“Certamente (...) ninguém joga limpo (...) no comércio internacional (...) existem subsídios explícitos, que sempre serão condenados. (...) Não deve o Brasil silenciar (...) diante do protecionismo albeio, quaisquer que sejam as formas sob as quais se apresenta. (...) não pode o País cansar-se de denunciar a política de subsídios oferecidos aos produtores desses países (...)

Mas, por outro lado:

“Há de [se] reconhecer que a economia brasileira é fortemente protegida. Temos de defender parte desse protecionismo, como um momento histórico pelo qual passaram todos os países industrializados na fase de take off. Tal protecionismo, desde que tenha caráter temporário - como etapa predeterminada de extinção progressiva - justifica-se plenamente. Mas nem todas as formas de protecionismo podem ser justificadas, menos ainda quando as chamadas reservas de mercado estão contribuindo para manter o atraso da economia nacional”. (27/03/84, grifos nossos)

A temporariedade ressalvada das práticas protecionistas deve ser vista com reticências, pois nenhuma variável indicava alterações no sentido de um mercado livre, quadro ainda mais agravado por causa da consolidação do bloco econômico europeu e formação de outros, por excelência protecionistas. “O ESP” ou omite este fato para que sua posição não pareça transgredir seu alegado liberalismo ou apenas formula uma “profissão de fé” a uma realidade a qual se resigna. Já o protecionismo “radical” representado pelas reservas de mercado, notadamente da informática, não receberá tréguas do jornal, por implicar tanto o bloqueio à recepção de tecnologia numa área sensível e indutora de desenvolvimento, pois de ponta, como no isolamento do país em relação ao exterior. Exceto esta área, e apesar de se opor ao protecionismo enquanto ponto programático, propõe *pragmáticamente* que:

“O caminho a ser seguido pelo Brasil, se se quiser preservar o legítimo interesse nacional, é o que passa pelo fortalecimento da iniciativa parti-

cular, estimulada por subsídios que, em toda parte, têm proporcionado excelentes resultados. (...) Esse tipo de protecionismo tem causado significativo aumento no emprego rural nos países desenvolvidos. (...) [Deve o Brasil - FCPF] caminhar no rumo seguido pelos Estados Unidos e pela Comunidade Econômica Européia". (29/08/85, grifos nossos)

A referência aos países praticantes do protecionismo ostensivo, se absolutamente correta do ponto de vista comparativo, parece funcionar também como importante recurso retórico, pois "*seguir o caminho dos países desenvolvidos*" dilui enormemente o caráter não-liberal (enquanto programa) do protecionismo existente no mundo e pregado pelo jornal.

A proteção e fomento à agricultura poderia ocorrer de várias formas, exceto (como vimos detalhadamente no item "A Questão Social") adotando-se uma reforma agrária. Seria então a política agrícola o instrumento de transformação produtiva do campo brasileiro. Para tanto, "O ESP" também requer outras formas não atinentes ao *ideário* liberal, como "*investimento em infra-estrutura e pesquisa, e preço mínimo capaz de garantir rentabilidade a seu [do produtor - FCPF] esforço. (...) O preço mínimo garantido é, assim, a condição de sobrevivência do agricultor*" (16/08/86, grifos nossos). Ora, em especial "preço mínimo" não guarda qualquer relação com a proposição liberal do "mercado livre" e do "risco", pois significa uma forma de subsídio indireto, donde a presença do Estado é condição essencial.

A proteção à agricultura nacional por intermédio dos subsídios não é tida, contudo, pelo jornal de forma incondicional, pois ora será apoiada/solicitada ora criticada. As críticas dizem respeito ao fato de haver "*considerações políticas feitas pelos governantes de turno, que ora os aumentam ora os diminuem dependendo da mudança do vento*" (11/03/87), ou pelo seu financiamento através de emissão monetária, por excelência geradora de *déficits*, com repercussões inflacionárias.

Por fim, como última amostra de seu *pragmatismo* em relação à agricultura no âmbito maior do protecionismo econômico, requereu a continuidade dos subsídios ao Programa Nacional do Alcool (Proálcool) em resposta aos setores governamen-

tais que queriam a supressão ou diminuição de seus níveis. Considerando tais propostas “prematuras e precipitadas”, acredita que este subsídio conseguiu:

“(...) reduzir as importações de petróleo, desenvolver uma tecnologia revolucionária e criar um parque nacional que aí está. Todos, consumidor, indústria automobilística e industriais do álcool confiaram no governo. Não é justo agora, precipitadamente, voltar atrás e desonrar promessas espontâneas, solenemente feitas a toda a sociedade”.
(27/02/86)

Por mais variados que possam se apresentar os argumentos para a defesa dos subsídios, caso da “promessa” (Proálcool) do governo à sociedade, a defesa (como um todo) dos subsídios diz respeito, para o jornal: a) ao fato de expressar em muitos momentos o pensamento do empresariado; b) ao programa de desenvolvimento concebido ao Brasil; c) à consciência da inexistência de um mercado livre em nível internacional; e d) à tentativa de impulsionar o país para o chamado “primeiro mundo”.

(22) O *pragmatismo* em relação à indústria nacional obedece à mesma lógica expressa à agricultura. Há, igualmente, forte ênfase na necessidade, criteriosa, de favorecer o desenvolvimento industrial que, excetuadas as reservas de mercado, de qualquer tipo, implicam: a) a privatização e precedência da empresa privada em relação à pública, a redução do *déficit* público (no que cabe ao Estado em relação a si próprio), o apoio à vinda do capital estrangeiro e em formas de *proteção* ao parque industrial brasileiro. A constatação de que o mercado internacional assenta-se em práticas protecionistas - mesmo que, idealmente, requeresse mercados livres e cooperativos, notadamente entre Brasil e EUA - é de fundamental importância às posições de “O ESP”, pois: “*Não se pode pretender que um país como o Brasil tenha uma economia totalmente aberta (...); em contrapartida, nosso país dificilmente poderia suportar a intensificação do protecionismo nos países industrializados*”. (02/02/85)

O protecionismo dos diversos países, mas em especial o dos Estados Unidos (paradigma de capitalismo e de liberalismo para o jornal, lembre-se) é ao mesmo tempo criticado e encarado com realismo/resignação, o que implicará em, crite-

riosamente, repita-se, fazer o mesmo. Reconhece, todavia, sê-lo mais prejudicial às economias subdesenvolvidas, representando, contudo, um “mal internacional”, ao qual o Brasil participaria de maneira tanto positiva (quando contribui para o fortalecimento da economia nacional) quanto negativa (reservas de mercado/rejeição ao capital estrangeiro), pois:

“O protecionismo nos países industrializados e a suspensão dos fluxos de capitais dos países ricos para os países pobres (enquanto estes se estão tornando exportadores de capitais) só podem agravar o quadro internacional. (...)”

“É difícil para o Brasil denunciar o protecionismo, quando ele o pratica em grande escala [o jornal se refere à indústria da informática - FCPF], da mesma maneira que é delicado denunciar o desrespeito das regras do Gatt (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) por parte dos países industrializados quando nosso governo é campeão nesse setor...” (21/05/86)

O reconhecimento de que a economia brasileira é protegida não faz com que, como se observa, requeira sua total abertura - apenas pressiona pela maior entrada de capital estrangeiro além de parcerias do tipo *joint ventures*; há efetivamente uma aceitação de tal proteção. Enfatize-se que jamais deixou de requerer a cooperação comercial bilateral Brasil/EUA (e mesmo multilateral) no sentido de que ambos pudessem firmar, subentende-se, uma espécie de parceria comercial privilegiada, o que, na avaliação do jornal, poderia levar o Brasil mais rápido ao “primeiro mundo”. Nesse sentido, as reprimendas norte-americanas ao protecionismo da indústria da informática brasileira são vistas com enorme pesar, pois:

“Terá, a Nação brasileira, de assistir impassível a essa marcha irracional para o confronto, quando o interesse dos dois países aconselha um entendimento alto, tendo como pano de fundo a liberdade de comércio internacional, que é a condição da sobrevivência do Mundo Livre e das liberdades democráticas em países em desenvolvimento como o Brasil?” (16/02/86)

Diversas formas, contudo, de proteção à indústria são solicitadas, caso do “veto” à abertura do mercado brasileiro através da importação de produtos concorrentes.

Por isso, ao comentar o enorme aumento de preços no setor automobilístico, ao mesmo tempo critica o controle de preços realizado pelo governo, via CIP, como a ameaça de importação, pois:

"(...) não será o CIP que, tabelando ou congelando os preços, estimulará a livre concorrência, que é a forma mais eficaz de se combater os monopólios, oligopólios e os efeitos negativos que eventualmente provocam no mercado e na economia.

Porém:

"Se os preços de produtos de determinado setor sobem até se tornarem abusivos, muito acima da variação dos índices inflacionários, pelo fato de tais produtos não enfrentarem concorrência no mercado interno, não poderá o governo lançar mão desse expediente [importação de produtos similares - FCPF] - com conseqüências negativas para a indústria nacional?"

"A tecnocracia econômica governamental não poderá, de repente, descobrir que esta seria uma forma mais rápida e menos trabalhosa de fazer cair os preços de determinados produtos?" (02/02/85, grifos nossos)

Como se observa, os dois primeiros parágrafos da passagem acima são antitéticos, pela simples razão de que, por mais que afirme, no primeiro, o mercado livre, sendo autocorrigível suas distorções, nega-o completamente no segundo ao vetar a "livre-concorrência" com os produtos estrangeiros. Daí, torna-se claro requerer um mercado relativamente livre internamente, com a precedência (reafirme-se) da iniciativa privada em relação ao Estado, parcerias do capital privado nacional com o capital estrangeiro (para a absorção de tecnologia), competitividade entre as empresas nacionais com vistas a poderem exportar, entre outras medidas; porém, no que diz respeito à abertura do mercado brasileiro ao capitalismo internacional - concorrência entre produtos nacionais e estrangeiros -, é totalmente contrário, como se observa. Assim, se as idéias expressas em ambos os parágrafos são antitéticas em tese, não o são pela lógica dos interesses que defende e, mais, não o são à luz do jogo concreto do comércio internacional. "O ESP", portanto, apresenta-se consentâneo às práticas internacionais ao procurar defender dessa forma os interesses da indústria nacional.

É importante ressaltar que o caso argentino referente ao último período militar, quando houve uma verdadeira desindustrialização causada, entre outros motivos, pela importação de inúmeros produtos, é exemplo maior - em razão da proximidade e de certas semelhanças entre Brasil e Argentina - para que o mesmo aqui não se repetisse, para o jornal. Portanto, acredita que: *“As empresas nascentes brasileiras devem ser protegidas, não há dúvida, mas isso deve ser feito com barreiras alfandegárias (...)”*. (02/08/84)

O mercado livre é também transgredido, no contexto do pragmatismo de “O ESP”, ao exortar o governo federal a planejar as exportações, necessitando-se para tanto de uma política para o comércio exterior. Assim, acredita que: *“O planejamento do comércio exterior exige prévia revisão da política de importação (...) [sendo que] torna-se imprescindível um planejamento e uma política firme de exportação”*. (22/07/84) Observe-se que a tradição liberal travou disputas históricas, inclusive no Brasil (vide a genealogia deste embate em Moraes, R. C. C. de - Planejamento: Democracia ou Ditadura ..., op. cit.) com a tradição afirmadora da necessidade de se planejar o desenvolvimento, caso da CEPAL, tendo na figura de Celso Furtado o grande expoente brasileiro (ironicamente, tendo em vista a filiação do jornal, esta tradição liberal no Brasil fora encabeçada por E. Gudín).

Tal exortação de “O ESP”, assim como a preocupação com a existência e o funcionamento de uma estrutura básica que permitisse a plena atividade industrial, caso das macrousinas hidrelétricas, como: *“A usina de Itaipu (que não tem nada de gigantesca, agora, parecendo até pequena...) [que] garantirá a geração de energia, socorrendo o parque industrial brasileiro”* (25/06/86); tal exortação e preocupação, enfim, demonstram como “O ESP” é efetivamente porta-voz: do capitalismo enquanto modo de produção e do capitalismo brasileiro concebido produtivamente (em contraste com a feição especulativa), emoldurado pelo pragmatismo, insista-se.

Se a indústria nacional como um todo deveria ser protegida, as micro e pequenas empresas necessitariam de apoio especial por parte do Estado por representarem tanto a possibilidade (econômica) de desenvolvimento, com criação de tecnologia, divisas e empregos, como o fundamental *papel ideológico* de espraizar o capitalis-

mo por baixo, enraizando-o ao criar uma cultura empresarial voltada à produção. Afinal:

*“Os pequenos e micros (...) não possuem o fôlego necessário para ensaiar nenhuma resistência [à crise econômica e à voracidade fiscal do Estado - FCPF] (...) Apesar disso, respondem por 95% da produção nacional - o que significa que são uma miríade de empresas espalhadas pelas grandes e pequenas cidades, famílias que assumem o risco empresarial, com o sacrifício da renda possível, caso **aplicassem** (deixando de criar empregos); e que podem mudar a fisionomia social num período de crise. Não se dirá que são rigorosos cumpridores de seus deveres fiscais, trabalhistas e previdenciários; mas não há grandes que, igualmente, não o são?*

“O problema da pequena e microempresa não é apenas uma questão tributária e de juros altos, médios ou justos. Antes de mais nada, resume-se em criar condições para que ela continue empregando mão-de-obra e possa pagar em dia seus trabalhadores”. (10/02/84, grifos nossos e negritos do jornal)

Os micro - mesmo produzindo em bases familiares - e os pequeno empresários levariam a todos os rincões do país o binômio produção/cultura empresarial, podendo, depreende-se, tornar-se verdadeiros “empresários schumpeterianos”. Com isso, certos pressupostos da sociedade capitalista estariam sendo propagados, tais como o universo da produção (ética do trabalho, entre outros) e do mercado (lei da oferta e da procura, relação fornecedor/produzidor/consumidor etc), a propriedade privada dos meios de produção, o lucro, entre inumeráveis outros. Para tanto, tendo em vista a fragilidade destas proto ou nascentes empresas, o Estado deveria aliviar-lhes sobremaneira a carga tributária, chegando mesmo a isentá-los do pagamento de impostos. Aos que se opunham ostensivamente a esta proposta, acredita que:

“(...) só a falta de sensibilidade social explica o estardalhaço que está sendo feito em torno do assunto. As isenções de impostos propostas, principalmente a do Imposto sobre a Renda e a do ICM, não irão prejudicar, na verdade, nem a União nem os Estados, pois a simples dinamização da atividade econômica proporcionada pelos estímulos às pequenas em-

presas (...) trã de longe compensar aquela perda discutível. (...) [caso contrário - FCPF] A tendência é que passem para a clandestinidade, transformando-se em empresas-fantasma, a povoar a crescente economia subterrânea e, igualmente, não recolhendo impostos". (12/04/84)

Portanto, "O ESP" não quer vê-las jogadas na competição do mercado. Tem absoluta certeza de seu definhamento caso tivessem de competir, sem nenhum estímulo, com as grandes ou estruturadas empresas. O argumento do retorno financeiro compensatório à União e aos Estados por incrementar a atividade econômica, se verdadeiro, por outro lado resguarda (subjacente) o papel ideologicamente espraiador e mesmo "civilizador" (segundo sua própria expressão) do capital. Isto é, ao Estado caberia impulsionar, por meios diversos, estas empresas para que, incorporando-se, pudessem tomar a dianteira (a iniciativa privada) *econômica, política e ideológica*, em relação a este mesmo Estado. O que significa, ao menos em tese (mas não historicamente, como atestam os casos da industrialização alemã e japonesa, entre outros), um paradoxo. (É verdadeiro, por outro lado, afirmar que o Estado germânico e nipônico em diversos sentidos atuam paralelamente ao mercado)

Outras formas, contudo, de apoio às micro e pequenas empresas seriam requeridas, como a diminuição das taxas previdenciárias, mas que implicariam em ônus ou aos trabalhadores ou ao próprio Estado, pois teria de subsidiá-los.

Em relação aos trabalhadores destas empresas, quando não exclusivamente familiares, sabe-se que a exploração se dá, num certo sentido, de forma mais profunda do que nas grandes empresas, pois a relação com o patrão é direta (como nos inícios da Revolução Industrial), a relação capital/trabalho diluída devido à informalidade, com traços inclusive de lealdade pessoal (à guisa do período feudal), e as garantias profissionais/sociais quase que inexistentes, entre inumeráveis outras questões que "O ESP" sequer alude, pois procura relevar apenas os efeitos empresariais benéficos.

O receio de que estas empresas fossem levadas à clandestinidade revela, por outro lado, o objetivo do jornal em tornar o capitalismo brasileiro efetivamente robusto, o que implicaria em sua "formalização" - em contraste com o chamado mercado

informal tendo em vista o crescimento paulatino da atividade econômica de empresas com tal perfil. Além do mais, a sedimentação do capitalismo brasileiro, no que diz respeito a estas pequenas empresas, deveria ocorrer com o máximo de publicização e mesmo publicidade (que, a rigor, o jornal se encarregava de fazer), pois, enfatize-se, trata-se de um embate político/ideológico visando a obtenção da hegemonia liberal enquanto conjunto de valores fundantes da sociedade brasileira - capitalista e ocidental.

Tais empresários representariam verdadeiros “*guerrilheiros da prosperidade*” (28/05/86), mote que resume os valores: a) do progresso econômico do país; b) da ascensão social, pois *qualquer um poderia abrir uma empresa de ‘fundo de quintal’*, expressão aceita plenamente pelo jornal, criticando quem a desdenhasse; c) do espraiamento dos valores capitalistas, a ponto de criar um capitalismo semelhante ao dos EUA; e d) (como sintomaticamente expressa o próprio mote) da atuação, numa verdadeira “guerra de posições”, enquanto guerrilha ideológica dos valores liberais afirmadores do capitalismo, obtendo com isso a hegemonia no embate com outras ideologias e visões de mundo, mesmo que para tanto delegasse ao Estado papel primordial (sem jamais admitir retórica e ideologicamente, contudo) nesta tarefa.

Por fim, é interessante notar que o proselitismo liberal, em muito devido à contenda com intelectuais e políticos à esquerda, considerados xenófobos, é sempre ativado, mesmo com as evidências em contrário, como, a rigor, na prática, constata o jornal. Por isso, ao comentar aliviado a não represália norte-americana a certos produtos brasileiros, em agosto de 1985, tendo em vista o contencioso ligado ao protecionismo à informática, afirma que: “*A decisão do presidente Ronald Reagan de não impor cotas ou sobretaxas sobre a importação de sapatos brasileiros representa vitória do liberalismo contra as barreiras protecionistas que sempre causam mais prejuízos do que benefícios àqueles que se pretende defender com elas*”. (31/08/85, grifos nosso) O caráter apenas retórico é evidente por tudo que procuramos demonstrar acima.

(23) O pertencimento do Brasil ao “primeiro mundo” é objetivo expresso e altissonante do jornal, no contexto da ligação ao internacionalismo ocidental. Para tanto, além das políticas protecionistas para os setores agrícola e industrial, requer

a rejeição a qualquer iniciativa relacionada seja à radicalização do diálogo norte-sul em qualquer sentido (comércio e especialmente dívida externa etc) seja ao privilegiamento dos países do “terceiro mundo” como parceiros prioritários para o comércio exterior. Afinal:

“(...) o Brasil não pode ser considerado uma nação de Terceiro Mundo, pois está acima do ‘bloco dos pobres’. (...) que tipo de troca comercial pode ter o Brasil com estes países? O que podem eles oferecer em retorno que justifique o sacrifício de concessões difíceis? Não seria, ou melhor, não tem sido um erro atrelar a política internacional brasileira a este vago conceito do que seja o Terceiro Mundo (...) querendo colocar-nos em um mundo ao qual não pertencemos?” (05/02/85, grifos nossos)

Por mais que “O ESP” negue o pertencimento do Brasil a esta “faixa” na estratificação mundial (sendo tal negação insólita tendo em vista os parâmetros internacionais), além de se utilizar de sofismas, caso das supostas “concessões” aos outros países pobres, como se não se tratasse de comércio puro e simples; por mais que negue, enfim, na prática tais posições convivem com a *crítica dura à desigualdade política e econômica entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos*.

O caso da dívida externa é exemplar, pois o jornal reconhece explicitamente serem as negociações que a envolvem, e a própria dívida, *“um problema de ordem econômica, mas também de fortes conotações diplomáticas, até mesmo por suas conseqüências. É, portanto, uma questão de poder entre as nações”*. (10/09/87, grifos nossos) Concretamente, a correlação desigual e iníqua em relação à dívida externa estaria condicionada a decisões políticas internas aos Estados Unidos, representando um ônus insuportável à população dos países pobres, sendo que:

“Eles [os Estados Unidos - FCPF] têm plena consciência dos danos que a política orçamentária norte-americana pode trazer para a economia mundial. Esse mal (...) não está apenas na elevação necessária das taxas de juros, por causa da pressão do déficit público dos Estados Unidos, aumentando os compromissos dos devedores. O mal reside também em que uma prime rate elevada drena para os Estados Unidos capitais de outras partes para aplicação meramente especulativa. Com isso, o capi-

talismo deixa de ser um sistema de produção de bens, mercadorias e serviços para ser um sistema meramente argentário, produtor de renda monetária". (20/06/84, grifos nossos)

A explicitação da assimetria política na tratativa da dívida revela, portanto, que o intuito "primeiromundista", se continua vigente por outro lado é submetido ao crivo do realismo do poder mundial. Mesmo que jamais tenha aceitado os argumentos e objetivos dos políticos e intelectuais à esquerda no tocante a dívida - como moratória unilateral, radicalização, cartel de devedores, negociação política e coletiva, entre outros -, procurou se posicionar de forma a, simultaneamente, denunciar e combater tal assimetria (em diversos níveis, dos quais inclui-se a diferença de tratamento do FMI aos países dos dois blocos, ricos e pobres) e continuar pleiteando a inserção do país neste restrito clube do "primeiro mundo". Requerera, portanto, uma *nova ordem internacional*, que tornasse mais simétrico o diferencial de poder em pontos concretos e, com isso, possibilitasse, no que a ela coubesse (pois, internamente, também teria um programa concreto), o crescimento de um Brasil-potência, a ponto de que pudesse adentar ao referido e sonhado clube.

(24) 23/04/87, grifos nossos. Relembre-se, nesta mesma abordagem, a importância conferida à existência dos contratos e, especialmente, o cumprimento dos mesmos, conforme vimos no item "Os Novos Personagens..."

(25) Também não se pode descartar a similitude de pressupostos entre o neoliberalismo (hayekiano, por exemplo) e certas correntes liberais clássicas, caso da liberdade negativa. Afinal, a posição neoliberal extrai das vertentes conservadoras especialmente, e outras, do pensamento liberal, seu *corpus* doutrinário, elevando-as ao paroxismo, o que o faz aproximar-se em demasia do conservadorismo. De todo modo, todas as vertentes liberais (assim como qualquer outra ideologia), por mais divergências que eventualmente tenham entre si possuem eixos estruturantes, pois, caso contrário, não pertenceriam à mesma matriz intelectual. Ainda assim, ao jornal o caráter negativo da liberdade não é exclusivo nem radicalizado, justamente por sua visão de mundo ser um amálgama de correntes.

(26) 31/05/86 Tal resignação, não condizente ao caráter afirmativo e militante do jornal - o "bravo matutino -, é ainda mais claramente observável quando afirma saber "*que até 15 de novembro haverão de desmentir-nos, pois a refrega eleitoral o exige, mas temos certeza de que, logo após as eleições, o Plano Cruzado sofrerá profunda alteração para de novo corresponder ao sonho de seus idealizadores (...)*". (07/10/86, grifos nossos) Alternativamente, é possível compreender tal resignação talvez pelo fato de procurar não se posicionar, inicialmente, contrário à sua base maior de representação: os empresários. O fato de pautar sua atuação como "guia", condutor do empresariado no sentido de obter uma certa hegemonia liberal não suprime a necessidade de adequação e readequação constante entre seu discurso e a prática empresarial. Por outro lado, o apoio à "Aliança Democrática" como uma forma de derrotar os grupos à esquerda, no contexto do embate geral da transição e da disputa em particular na Constituinte, é igualmente plausível.

(27) 10/10/86, grifos do jornal.

(28) 29/08/86, grifos nossos.

(29) 28/09/86 O título do editorial que aludimos apresenta as afirmações das quais retiramos os excertos desta nota.

(30) 28/10/86

(31) 13/06/86, grifos nossos. O trecho grifado é de grande importância para o pensamento econômico "ortodoxo" do jornal (segundo sua própria definição), pois expressamente vinculado ao "monetarismo". Isto porque afirma possuir "*a obsessão do déficit*", título do editorial que diz:

"Nossa obsessão quanto ao déficit é justamente nossa preocupação com o desenvolvimento, partindo da idéia de que o pouco capital que o País tem deve ser utilizado para criar riquezas, e não para favorecer o empreguismo que hoje, em período eleitoral, continua infrene.

"Continuaremos a ter nossa obsessão, e assim pensamos ajudar o governo para que o Plano (...) não resulte em malogro dramático - o que nós, pelo menos, não desejamos". (16/05/86)

A explicitação de um fenômeno psicológico, caso da obsessividade, se por um lado possui um caráter pitoresco por outro revela que o *pragmatismo* do jornal é balizado por um conjunto de idéias que, mesmo se relativamente transigíveis devido à sua atuação concreta, norteia-se pelas proposições conservadoras do monetarismo. Tal conservadorismo se justifica pelo fato de não conferir ao Estado responsabilidade em lidar diretamente com questões como a do desemprego, a rigor privilegiada pela teoria antitética a este tipo de proposição: o "intervencionismo" (em sentido amplo) keynesiano. Um dos efeitos colaterais do *déficit* seria a emissão de moeda para cobri-lo, prática a qual "O ESP" sugere "*enquadramento penal*", o que demonstra todo o seu *radicalismo* (monetarista, reafirme-se) em termos de política econômica.

(32) 01/01/87, grifos nossos. O nível de contrariedade em relação ao Plano Cruzado, em seus múltiplos aspectos, no contexto da decepção geral com a "Nova República", fez com que "O ESP" requeresse, extemporaneamente tendo em vista o quadro e as forças políticas, eleições gerais diretas em 1987. Afinal:

"(...) a situação é de desordem - provocada pelo presidente da República - (...) [por isso] se torna imperioso abrir ao País uma perspectiva de ordem, progresso, respeito à lei, abandono da mentalidade de que os burocratas são a encarnação do Estado (...) É por eleições diretas já, hoje mesmo se possível, e em todos os níveis, de vereador a presidente". (13/11/87)

É instrutivo lembrar que quando da reprovação da emenda que restituía as eleições diretas e, mesmo depois, quando da vitória da "Aliança Democrática" no Colégio Eleitoral, o jornal considerou "impatriótico" continuar pressionando por eleições diretas, conforme vimos no item correspondente.

(33) 21/02/84

(34) 04/08/84, grifos do jornal. “O ESP” parece requerer, e propor, com a idéia de “consciência de missão”, que o empresariado (burguesia industrial) atuasse como “classe dirigente” e não apenas como (a vigente) “classe dominante”. Deveria, tal empresariado, convertido à ética do empreendimento (investimentos exclusivamente produtivos num contexto de competição e risco), dirigir a sociedade e o Estado, moldando-os aos valores do capitalismo.

Aparentemente o jornal propugna : uma espécie de “conclusão” da revolução burguesa. É oportuno lembrar que Wanderley Guilherme dos Santos, em “Ordem Burguesa e Liberalismo Político”, chama a atenção justamente para este aspecto do liberalismo brasileiro - não ter conseguido moldar à sua feição três setores ao seu ver essenciais à sociedade, casos da burocracia (Estado), do exército (aparato militar) e da escola (visão de mundo, via pedagogia). Cf. Santos, W. G. dos - Ordem Burguesa e Liberalismo Político, op. cit.

(35) 06/03/85, grifos nossos e negrito do jornal.

(36) A preocupação com o inculcamento de valores liberais à massa da população vinculados à ética do trabalho pode ser observada na contrariedade com os projetos propondo a legalização do “jogo do bicho” e dos cassinos (e também a conivência das autoridades com estes jogos, não reprimindo-os). Para o jornal, a eventual legalização destes jogos:

“(...) acabará por transformar todo o território nacional em um imenso ‘pano verde’ [referência irônica ao típico revestimento nos locais onde há jogos de “salão” - FCPF], o paraíso da jogatina mundial, justamente este país que tanto necessita de uma nova mentalidade, que valorize a produção de riquezas pelo esforço do trabalho, e não, exclusivamente, pelo aleatório das sortes e dos azares”. (05/11/85, grifos nossos)

Como é comum em “O ESP”, argumentos morais - “*não é pernicioso que tantos pais de família (...) [tirem] o leite das crianças (...) para ‘investir’ nos quiméricos proventos da jogatina?*” (02/12/84) - também contribuem para estimular a “ética do trabalho” em detrimento do ganho fácil ligado à sorte. A crença católica, apostólica, romana, ostensivamente assumida pelo jornal, é substituída pela “éti-

ca, protestante, do trabalho” no que diz respeito à introjeção dos valores liberais, pois: *“Há feriados demais no Brasil. O catolicismo há muito deixou de ser a crença oficial, porém os dias santificados são religiosamente observados, oferecendo o espetáculo de igrejas vazias e praias e centros de diversão cheios”*. (03/01/86) Reveja-se às notas nº 4 e nº 15 do item “A Questão Social” sobre, respectivamente, a “ética protestante” e a alegada filiação católica do jornal.

(37) 01/11/87, grifos do jornal.

(38) 13/10/87 O automatismo pregado pelo jornal no sentido de que a empresa, ao se desenvolver, conseqüentemente distribui a seus trabalhadores parte dos lucros, não é característico da lógica do capital e muito menos do empresariado brasileiro. O próprio requerer um capitalismo “de risco” no Brasil, como mostramos, significa que o mesmo ainda estaria por se instalar, ocorrendo portanto as conseqüências advindas de uma mentalidade “atrasada”. Além do mais, em todos os países a maior participação dos trabalhadores na renda produzida deveu-se a processos conflituosos, donde a luta político/sindical pressionou os empresários a concessões. Por fim, como aludimos anteriormente, na década de 1970 o regime militar brasileiro, apoiado pelo empresariado nacional, erigiu como mote a idéia de que o bolo econômico primeiramente necessitaria crescer para, aí sim, ser distribuído, o que, como atestam todos os indicadores, internos e de organismos internacionais, efetivamente não ocorreu na proporção do crescimento.

(39) 15/07/86

(40) 05/03/86, grifos nossos e negritos do jornal. A afirmação de “O ESP” de que seu liberalismo prega um sistema desprovido de tutelas é contrastada seja pela proposição de que as Forças Armadas devem defender a lei e a ordem, seja pela aceitação dos EUA como país com funções de “policar” o mundo, tutelando-o (conforme vimos, ambos, no item “A Tutela Militar”), seja ainda por requerer formas variadas de tutela/”entulhos” autoritários aos militantes à esquerda (como vimos no item “Os Novos Personagens...”). É claro, como também vimos nestes itens, que tais tutelas foram justificadas por defenderem a democracia, a liberdade, a ordem...

(41) O capitalismo desenvolvido contemporâneo, segundo Claus Offe, é necessariamente interventor, sendo tal intervenção aceita e mesmo requerida pelas diferentes classes sociais, que, ao terem o Estado como entidade reguladora, supridora, planejadora, entre outras, prescindem do elemento liberal fundante das sociedades capitalistas, o risco. Cada qual à sua maneira recorre ao Estado como forma de ver-se livre das perversões do mercado. O aparelho estatal, por sua vez, ao mesmo tempo tem interesse nesta regulação como está de tal maneira envolvido no suprimento (em sentido amplo) às classes, com vistas à reprodução do capitalismo, por intermédio da alocação/relocação das formas-mercadorias, capital e trabalho, que contribui decisivamente para a supressão da iniciativa individual informada pelo risco. Cf. Offe, C. - Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

(42) 19/07/86, grifos nossos.

(43) Isto significa que, ao Estado tenuemente interventor (enquanto intervenção direta, enfatize-se) na economia corresponderia um Estado robustamente atuante na política em relação aos trabalhadores (como vimos, tal “robustez” política, no item “Os Novos Personagens...”). João Almino já observara na Constituinte de 1946 esta *concepção dual do papel do Estado*, pois:

“Os que sublinham o ‘interesse nacional’ [caso ostensivo de “O ESP” em nosso trabalho - FCPF] tendem (...) em geral, a ressaltar a importância da não-intervenção do Estado na esfera econômica e social, à exceção da ‘valorização do trabalho’, ou seja, da intervenção do Estado para resolver os assuntos trabalhistas; tendem, além disso, a acentuar a importância do Estado na esfera política, entendendo que a liberdade deve se exercer no Estado e que cabe a este harmonizar os conflitos sociais”. (Almino, J. - Os Democratas Autoritários, op. cit., pág. 255, grifos nossos)

É clara, portanto, a importância do Estado para o liberal/conservadorismo, notadamente de “O ESP”. Reafirme-se que, por seu turno, esta “tênue” (ou melhor, *pragmática*) proposição da intervenção estatal é suficientemente distante de qualquer postulado vinculado ao *laissez faire*, o que é expressamente assumido.

entre outras situações, quando do encaminhamento sugerido pós-fracasso do Plano Cruzado, pois:

“Não se perca (...) a fé quanto à eficácia do mercado em corrigir as distorções. Tal não significa que estejamos pregando um laissez-faire, do tipo do século 19. Ao contrário, cabe ao governo intervir para que o mercado funcione da melhor maneira, procurando atuar globalmente para impedir os desvios. Dispõe-se, para tanto, de um instrumento de grande valia: a política monetária, que constitui a correia de transmissão das pressões inflacionistas”. (15/01/87, grifos nossos)

Note-se que o monetarismo é apenas uma das formas de intervenção do Estado (pragmático) na economia, como procuramos demonstrar na discussão acerca das posições pró-protecionistas do Estado em relação à economia nacional.

(44) 23/10/86

(45) 26/03/86, grifos nossos e negritos do jornal.

(46) 19/06/86 Veja-se mais acerca deste mote típico do darwinismo social à nota nº 11 do próximo item, “A Forma da Constituinte”.

(47) 01/09/87, grifos do jornal.

(48) O grupo “O ESP” apoiou diversas campanhas em geral promovidas por empresários e entidades ligadas a profissionais liberais contra seja a estatização seja a carga tributária (voracidade fiscal do Estado). Liderou, por sua vez, no início da década de 1980, como aludimos anteriormente, a campanha pela desestatização através do “Jornal da Tarde”. Tais campanhas possuem diversas implicações, uma das quais refere-se diretamente à classe média, pois:

“No tocante à impossibilidade de poupar que assedia o contribuinte pessoa física, cumpra assinalar que é ela [a voracidade fiscal do Estado - FCPF] responsável pelo processo aceleração de desaparecimento da classe média - a qual, quando desmoronar, acarretará a ruína da ordem social vigente”

e das atuais instituições vigentes do Estado, ninguém duvide. Será isso, seguramente, ingressar no desconhecido". (23/02/84, grifos nossos)

A importância da classe média para o jornal, para além de outras variáveis que continuaremos a analisar, poderia ser medida apenas por esta afirmação de que sua proletarização - tida como desaparecimento - levaria por terra o *status quo*. Isto quer dizer que tal classe possui papel estratégico na sociedade capitalista, devendo, por extensão, obter privilégios, entre os quais a diminuição da carga tributária, para se fortalecer.

(49) 16/08/84, grifos nossos.

(50) 08/03/85, grifos nossos.

(51) 20/07/84, grifos nossos e negritos do jornal. Relembre-se que o que o jornal denomina como "caminho soviético" diz respeito à série de reportagens que o "Jornal da Tarde" publicou no início da década de 1980 a respeito da atuação do Estado na economia brasileira, conforme vimos em outras circunstâncias.

(52) 04/11/84, grifos nossos.

(53) 13/01/85, grifos nossos e negritos do jornal. A contenda político/ideológica a qual "O ESP" se coloca perenemente faz com que afirme idéias que sempre negou e vice-versa. A assertiva de que haveria uma virtualidade autoritária no homem médio brasileiro, acalentada pela atuação do Estado, é totalmente contrastante com a concepção diversas vezes declarada de sua cordialidade, pois o povo seria "*bom, trabalhador, ordeiro, pacífico, sempre propenso a acreditar, marcado pela virtude da esperança*". (20/03/87)

Portanto, a referida propensão autoritária diz respeito apenas ao jogo retórico. Ver também a esse respeito à nota nº 24 do item "A Campanha Pelo Restabelecimento..."

DO ITEM “A FORMA DA CONSTITUINTE”

(1) 03/02/87, grifos nossos e negritos do jornal. Observe-se que o título deste editorial é: “A guerrilha da Constituinte exclusiva”. Observe-se igualmente que, embora a Constituinte fosse Congressual, o jornal a denomina corriqueiramente “Assembléia Nacional Constituinte”, diluindo, no dia-a-dia dos editoriais, a diferença entre uma e outra.

A alocação do tempo congressual devido à sobreposição de funções do Congresso Constituinte (Câmara, Senado, Congresso Nacional e Constituinte) foi o grande problema levantado pelo jornal em relação à forma da Constituinte, pois:

“A menor dificuldade que têm pela frente [os parlamentares - FCPF] é a que decorre da necessidade de trabalhar na legislação comum enquanto se dedicam a erguer os andaimes indispensáveis a levantar a estrutura do edifício da Carta Básica (...) A maior dificuldade será formular, com espírito público, instituições estáveis, afeiçoadas à índole do povo e adaptadas ao atual estágio de desenvolvimento econômico e político-social do País”. (27/01/87, grifos nossos)

Os problemas de alocação do tempo poderiam perfeitamente ser resolvidos com sentido de racionalidade e bom senso; seriam portanto uma questão simples. Seria inaceitável, contudo, qualquer proposta que implicasse na delegação de poderes legislativos ordinários ao presidente da República enquanto os congressistas elaborassem a Constituição, cabendo aos parlamentares apenas a possibilidade de derrogar ou emendar as leis. O “veto” a esta proposta ocorre principalmente por causa do perigo do poder Executivo atuar diretamente contra os empresários, pois a experiência do Plano Cruzado estava presente. Assim: “Esse objetivo aponta para o sentido antiempresarial do movimento em favor da delegação de poderes a pretexto de que a Constituinte seja exclusiva. (...) Essa manobra antidemocrática deve ser abortada desde já, sob pena de a crise nacional chegar ao paroxismo”. (29/01/87)

(2) 03/02/87 Observe-se não ser este editorial o mesmo citado à nota anterior. Trata-se de dois editoriais, publicados porém no mesmo dia e versando sobre aspectos diferentes da questão do Congresso Constituinte.

(3) 10/07/86, grifos do jornal. A discussão acerca dos partidos/sistema representativo foi vista no item “A Campanha pelo Restabelecimento...”

(4) Reafirme-se que, justamente por se envolver em inúmeras contendas ao longo de sua história, além de caracterizar-se como um aguerrido e combatente porta-voz de interesses capitalistas, M. H. Capelato e M. L. Prado intitulam o livro sobre o jornal como “O Bravo Matutino”, op. cit.

(5) 12/04/87, grifos nossos.

(6) 04/12/87

(7) 18/12/87, grifos nossos e negritos do jornal. Presumivelmente, é possível identificar os grupos à esquerda aos quais “O ESP” lança epítetos: “xiitas” (PT); “albaneses” (PC do B); “radicais e estatizantes” (os grupos à esquerda em geral, dos quais a expressão estatizantes também caberia a certos setores do PMDB). Os epítetos associados aos conservadores serão implícita e/ou explicitamente rejeitados por causa da identificação dos mesmos ao “centro” que, à guisa da geometria, afasta-se (ideologicamente) das extremidades.

(8) A democracia caracteriza-se por contemplar a diversidade de opiniões e comportamentos, de ordem pessoal e principalmente política. Segundo N. Bobbio, os outrora ideais de renovação da sociedade, tolerância e não-violência, entre outros, transformaram-se em realidade, permitindo o advento da democracia como um conjunto de procedimentos válidos para todos de uma comunidade política. Tais ideais modificaram a maneira de conceber os desacordos antes beligerantes entre pessoas e grupos políticos, suprimindo justamente o caráter belicoso das contendas. Para Bobbio:

“As tão freqüentemente ridicularizadas regras formais da democracia introduziram pela primeira vez na história as técnicas de convivência, destinadas a resolver

os conflitos sociais sem o recurso à violência. Apenas onde essas regras são respeitadas o adversário não é mais um inimigo (que deve ser destruído), mas um opositor que amanhã poderá ocupar o nosso lugar”. (Bobbio, N. - O Futuro da Democracia: Uma Defesa das Regras do Jogo, op. cit., pág. 39, grifos nossos)

Se é claro que a posição do jornal não é destruir fisicamente os agrupamentos à esquerda (até porque, como vimos no item “Os Novos Personagens...”, propugna a adoção de leis e aparatos institucionais para, *legalmente*, contê-los), é claro também que a retórica beligerante comunga de um mesmo espírito autoritário. As palavras de N. Bobbio contemplam o próprio jogo parlamentar, onde o ideal da não-violência e da tolerância se expressam na aceitação da existência de grupos que pensem e defendam interesses/visão de mundo diferentes. Além do mais, tais ideais, segundo Bobbio, provêm exatamente de uma certa tradição liberal. O veio autoritário do liberal/positivismo de “O ESP”, contudo, atenta contra tal premissa presente classicamente no liberalismo.

(9) 01/02/87, grifos nossos. Perceba-se como esta posição do jornal se assemelha a E. Burke tanto no que diz respeito ao tom como ao conteúdo, pois para o “pai” do conservadorismo:

“A única maneira de garantir a estas assembléias [isto é, o Parlamento - FCPF] uma conduta sábia e moderada é que elas sejam compostas por homens respeitáveis pela sua posição [social - FCPF], propriedade, educação e todos os hábitos de vida que possibilitam uma visão mais ampla e liberal”. (Burke, E. - Reflexões..., op. cit., pág. 75, grifos nossos)

Mesmo não tendo o mesmíssimo significado a referida “visão liberal” num e noutro, a importância da *proveniência social* e do *tradicionalismo* dos componentes do Parlamento é clara. Por outro lado, parece revelar também a *face aristocrática*, imiscuída ao caráter burguês e liberal, de “O ESP”.

(10) A tradição e o passado, para “O ESP”, deveriam nortear as ações dos agentes sociais e políticos. As mudanças levadas a efeito na sociedade jamais poderiam desvincular-se da experiência passada, à guisa, ao que parece, da definição de E. Burke, para quem:

“Desejávamos, quando da Revolução [Gloriosa, na Inglaterra - FCPF], e desejamos ainda derivar do passado tudo o que possuímos, como *uma herança legada pelos nossos antepassados*. (...)”

“Todas as reformas que fizemos até hoje foram realizadas a partir de referências ao passado; e espero, ou melhor, estou convencido de que todas as reformas que possamos realizar no futuro estão cuidadosamente construídas sobre precedentes análogos, sobre a autoridade, sobre a experiência”. (Burke, E. - Reflexões..., op. cit., págs. 67 e 68, grifos nossos e negritos do autor)

É portanto o passado o definidor do presente e do futuro. Representaria a segurança do que é conhecido e aceito, da previsibilidade e do equilíbrio. Em “O ESP” dá-se o mesmo, pois deveria haver a *“consciência de que o futuro só se pode construir sobre os ideais que o passado nos legou”*. (18/11/84) Tal consciência, contudo, seria constantemente transgredida pelos que são ávidos por reformas, na medida em que *“todos os reformadores sociais fazem por esquecer o que os outros viveram e iniciam tudo a partir do nada”*. (23/08/86)

Desprezariam a experiência, incorrendo em grave erro, o que produziria efeitos deletérios à sociedade brasileira. Afinal: *“Se o Brasil que se tem pela frente for diferente do de hoje e mais se assemelhar ao de nossos avós, ninguém perderia - e o futuro melhor a que todos fazem jus será mais fácil de construir e manter”*. (24/05/87, grifos nossos)

A ênfase ao passado, à tradição - “o tempo de nossos avós” -, para o jornal deveria desembocar numa sociedade em que certos valores seriam sua expressão, como a hierarquia social; a moral (pública e privada) rígida; o paternalismo mandonista; a precedência dos “sábios” (contemporaneamente seriam os mais cultos), dos proprietários (burguesia) e idosos (gerontocracia ou exercício do poder assentado na tradição, à guisa de um dos modelos de M. Weber); entre outras características.

Por tudo isso, a explosão demográfica seria um mal a se combater, pois os valores tradicionais ou ainda poderiam ser reinstaurados ou mínima e parcialmente salvos. O tradicionalismo, tanto de Burke como de “O ESP” é, *stricto sensu*, reacionário, pois, mais do que ter como referência o passado requer a reedição do mesmo. Na

visão de mundo do jornal este postulado é paradoxal com sua pregação do progresso - advinda, esta, tanto da matriz liberal como da positivista.

Ocorre porém que o amálgama representado pelo seu pensamento é capaz de associar idéias díspares e mesmo teoricamente incompatíveis, tornando de extrema complexidade o perfilhamento de suas idéias. Estas são, portanto, provindas de várias matrizes, sendo seu processo de reelaboração uma das características peculiares do jornal.

(11) O zelo de “O ESP” pela moral pública, fundamental em sua visão de mundo, parece advir do legado positivista donde também se inspira. Tal legado tem na moralidade, personificada no civismo, o fundamento da vida em sociedade, pois síntese da ordem, hierarquia e progresso. Para E. Durkheim:

“A ordem, a paz entre os homens não pode resultar, automaticamente, de causas inteiramente materiais, de mecanismo cego, muito requintado, embora. É obra moral”. (Durkheim, E. - Lições de Sociologia, op. cit., pág. 11)

Por outro lado, Durkheim acredita que:

“(…) as funções econômicas não existem por si mesmas; não passam de meio com vistas a um fim; são um dos órgãos da vida social, e a vida social é, antes de tudo, comunidade harmônica de esforços, comunhão dos espíritos e das vontades para o mesmo fim”. (Ibidem, pág. 14, grifos nossos)

Como o pensamento positivista é antiindividualista e, num certo sentido, antiliberal (não aceitação da precedência da lógica e da ética produtivista burguesa, como se observa), “O ESP” retira do mesmo apenas as partes que podem ser conciliadas com seu projeto liberal/burguês, ou seja, a ordem e a moral. De qualquer maneira, o tema da moralidade pública, via civismo e símbolos nacionais, sintetizados nas Forças Armadas para o jornal, é relevante a autores como Comte e Durkheim, para quem, este último:

“O que mostra bem quanto uma organização social [o Estado - FCPF] é necessária à moralidade, é que toda a desorganização, toda a tendência à anarquia política é acompanhada de acréscimo de imoralidade”. (Ibidem, pág. 67, grifos nossos)

A própria religião, assemelhada às corporações militares enquanto estrutura assentada na hierarquia e na disciplina, é concebida (como vimos no item “A Questão Social”) como importante balizador moral. Apesar de objetivar a moral “privada”, seu papel seria essencial por, acreditamos, preparar o terreno para a grande moral, aquela que normatiza a vida em sociedade: a moral pública. Assim, para “O ESP”, ao comentar as proposições de um empresário no sentido da superação da fragmentação empresarial, extrapola-a para toda a sociedade, pois acredita que:

“(...) perdeu-se o amor pela Pátria e os brasileiros se transformaram em milhões de individualistas, preocupados com seu bolso, sua família, seus amigos, sua empresa, seu partido’. É dramático o grito em prol da criação de uma consciência nacional solidária, que ultrapasse os limites de cada um de nós e nos faça sentir parte de um todo maior”. (15/12/87, grifos nossos)

É significativo que um porta-voz autoproclamado do liberalismo critique justamente um dos pilares da ideologia liberal - o individualismo. Como enfatizam praticamente todos os que se perfilham a esta corrente, é a lógica “egoísta” (do “individualismo possessivo”, nos termos de C. B. Macpherson), autocentrada na perseguição do lucro e do bem-estar pessoal, eminentemente individualista portanto, que, como resultado final, produz o desenvolvimento e a riqueza. Tal resultado, por excelência coletivo, ocorreria sem que os indivíduos produtores o quisessem ou teleologicamente o pretendessem. O coletivo, portanto, seria fruto do extremo individualismo. Estes elementos essenciais ao liberalismo são, algumas vezes, descartados pelo jornal. O veio positivista em certas situações torna-se mais forte.

Por outro lado, para além da ênfase no Estado, na autoridade etc. a própria utilização de expressões como moralidade/imoralidade, ordem/anarquia (ou de-

sordem), comunhão/anomia, entre tantas outras, denuncia o positivismo do jornal. Assim, ao comentar o avanço do crime organizado no Rio de Janeiro, afirma ser:

“Essa situação de absoluta anomia social (...) [podendo, grupos à esquerda, aproveitar-se de tal experiência criminosa, pois - FCPF] Quando isso acontecer, talvez seja tarde para restabelecer em sua plenitude a ordem jurídica, pois a contaminação do organismo social (...) terá impedido qualquer reação moral mais indignada e politicamente organizada”.
(20/08/87, grifos nossos)

(12) O darwinismo social representado pelo mote “os melhores e mais capazes”, aludido em outras circunstâncias, possui grande importância no conjunto do pensamento do jornal, como procura demonstrar o item em questão, pois relacionado ao conservadorismo de seu projeto político, aqui tomado em sentido amplo. O advento da sociedade de massas, com a inevitável demanda por igualitarismo, é alvo de críticas por parte de “O ESP” por ter desestabilizado antigos valores fortemente ligados à hierarquia e diferenciação sociais (como vimos há pouco), dos quais os “melhores” naturalmente se sobressairiam.

A idéia de que os melhores e mais capazes de uma certa classe (caso em questão) e especialmente da sociedade como um todo - como demonstra o complemento do mote: “*venham de onde vierem*” - deveriam estar no topo da hierarquia, notadamente a política, é expressa pelo jornal de diversas formas. Observe-se que tal mote representa um importante aspecto na concepção de democracia do jornal. Assim, seja no acesso ao 2º grau e especialmente à universidade (como vimos no item “A Questão Social”), seja na composição de secretariados e ministérios, seja nas perspectivas sociais franqueadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico, entre outros, esta solicitação reaparece. Assim, acredita ser a sociedade democrática aquela que, devido à precedência da iniciativa privada em relação ao Estado, “*se multipliquem as oportunidades para todos (...) [pois:] Isso equivale a, de fato, abrir a sociedade, dotando-a de elevadores pelos quais transitam os melhores e os mais capazes, venham de onde vierem, a fim de comandá-la*”.

(07/11/84, grifos do jornal)

Objetiva, portanto, a escolha de elites dirigentes - tal qual seu projeto de educação já o demonstrara claramente. Por outro lado, contudo, tal concepção de democracia possui um componente utópico e pré-político ao reivindicar que o primeiro escalão dos executivos (cargos por excelência ocupados por políticos pertencentes ao agrupamento instalado no poder e de confiança dos chefes dos executivos) adviesse desta “seleção natural”. Assim, ao criticar a composição do secretariado do governador eleito em São Paulo, Orestes Quércia, devido ao (na avaliação do jornal) seu baixo nível cultural, acredita que:

“(...) quando é desprezado o critério de escolha dos melhores e mais capazes, para ser posto em seu lugar o do compadrio, o da amizade pessoal, o da fidelidade cega (...) o que se pode esperar senão o sucesso garantido da ‘ousadia da ignorância’? De um modo geral, a classe política - especialmente a que está no poder - manifesta um sentido de exemplaridade para a população. (...) Dessa forma, é possível inferir-se que o maior ou menor nível intelectual, cultural, de escolaridade dos governantes e administradores poderá influenciar o nível geral (intelectual, cultural, de escolaridade) da população”. (24/03/87, grifos do jornal)

A concepção de democracia de “O ESP” fecha o círculo nesta articulação do mote darwinista com o exemplo dado pelos que estão no topo da hierarquia social e política. Reafirme-se seu caráter pré-político e, por isto neste caso, retórico, pois um jornal secular como *O Estado de S. Paulo*, participe de inúmeras contendas históricas jamais praticaria tal darwinismo se detivesse o poder do Estado pelo simples fato de que (como certamente o sabe) o poder, mesmo que transitória e legitimamente, pertence ao grupo que o conquistou. Em outras palavras, o universo concreto da política tem como pressuposto a representação social e o exercício do poder, por definição desconectados do conhecimento e saber formais, provenientes da educação apreendida na escola. Alternativamente, é possível dizer que “os melhores e mais capazes” deveriam provir das hostes proprietárias e liberais, representando, nessa perspectiva, o todo na visão do jornal.

(13) Se é verdadeiro que “O ESP” tem absoluta clareza de ser a imprensa uma das mais importantes trincheiras ideológicas (utilizando-se fartamente de suas

potencialidades), sabe também, de há muito, ser o ensino igualmente poderoso na formação de valores que edificam uma hegemonia (como vimos, este, no item “A Questão Social”). Por isso, requer a ocupação de todas as trincheiras existentes. É significativo, por isso, os constantes alertas que fez, quando da indicação e substituição de nomes para o Ministério da Educação e órgãos ligados ao ensino e cultura em geral, no sentido de que estariam os grupos à esquerda ávidos por dominar tais aparelhos culturais, pois:

“Há muito tempo que o marxismo-leninismo nacional (...) concentrou seu trabalho de proselitismo nas ‘superestruturas’ sociais: a universidade, a escola em geral, os meios de comunicação, as igrejas vêm sendo ‘ideologizados’, dentro do programa de conquista da sociedade civil, já que apossar-se das instituições formadoras da opinião é um passo gigantesco para o domínio de toda a sociedade”. (13/01/85)

Se substituíssemos, na passagem acima, o agente, isto é, o “marxismo-leninismo”, pelo liberalismo de “O ESP”, não haveria qualquer diferença ou erro, o que é rigorosamente comprovado por, o grupo detentor do jornal: a) ter sido um dos principais, senão o principal expoente na criação da Universidade de São Paulo; b) elevar o tema ensino/escola como primordial desde a década de 20; c) deter uma complexa rede de comunicações; e d) caracterizar-se como clerical, observando atentamente os movimentos da igreja romana e brasileira, procurando influenciar os rumos desta última.

(14) 20/12/87, grifos nossos e negritos do jornal. Esta transparente tomada de posição pró-“Centrão”. assim como em relação aos empresários e ao liberalismo, entre outros atores e idéias, evidencia ao mesmo tempo a singularidade da concepção de verdade e a importância da retórica no embate político/ideológico. Isso porque o jornal afirma categoricamente praticar a objetividade e a isenção jornalísticas, donde objeto (a notícia) e sujeito (o jornal) não se misturam, isto é, o último é completamente distanciado do primeiro, encarando-o de forma neutra, pois:

*“Não confundamos (...) as **notícias**, as informações de fatos veiculados pela imprensa, com as **opiniões** expressas em editoriais ou artigos. As*

*opiniões jornalísticas, em relação às quais inescapável é o cunho de subjetividade que transmitem sob forma escrita convicções e interpretações - e assim o é na imprensa livre de qualquer democracia - não são a mesma coisa que a objetividade das **notícias** publicadas por um veículo.*

“Em ambos os casos, contudo, não pode deixar de prevalecer o reconhecimento dos **fatos**, a informação sobre o que é real - mesmo que a isso se acresça uma opinião crítica, em espaço adequado do veículo, onde fique bem caracterizado o que é **opinião** e o que é **notícia**”. (19/11/85, grifos nossos e negritos do jornal)

Em verdade, a cobertura propriamente jornalística das notícias jamais pode des- toar dos editoriais, pois: a) editoriais e notícias compõem o todo de um jornal, possuidor de certos objetivos e interesses; b) a elaboração de um periódico obedece a uma linha editorial ditada pelos seus proprietários, sendo os jornalistas contra- tados obrigados a segui-la; c) um mesmo fato (a notícia) pode ser noticiado e interpretado de diversas maneiras, não sendo possível a neutralidade absoluta em qualquer atividade humana, mormente as relativas ao jogo político; d) em especial o jornal *O Estado de S. Paulo* atua ostensivamente, como estamos procurando demonstrar nesta dissertação, como agente político/ideológico, o que faz com que suas reportagens, à guisa de seus editoriais, obedeçam aos mesmos objetivos, defendendo e criticando atores, idéias e interesses - mesmo que de forma muito mais sutil.

Mesmo afirmando reconhecer o caráter subjetivo dos editoriais, é importante observar que acredita “prevalecer o reconhecimento dos fatos”, isto é, acredita comentar, nos editoriais, fatos “reais” - o que faria com que seus comentários não representassem uma interpretação, entre outras possíveis, e sim a única possibili- dade advinda da “realidade”, por excelência uma.

Por outro lado, a própria denominação do espaço formalmente *opinativo* em nada se apresenta como tal, pois intitulado “*Notas e Informações*”, o que dá a impres- são ao leitor desavisado de se tratar de um espaço como qualquer outro no jornal. Afinal, a idéia que especialmente o termo “informações” transmite relaciona-se com a transcrição de ocorrências (por mais que o relato destas, como dissemos,

implique numa maneira de interpretá-las), e não com comentários “subjetivos” sobre as mesmas. A objetividade apregoada é, portanto, uma peça retórica ao mesmo tempo que, uma vez mais, expressa a concepção unitária e exclusivista da verdade.

(15) 30/10/85, grifos nossos. É claro que o referido “brilhante teórico da política” é A. Gramsci. Tudo leva a crer ter sido escrito, este editorial, por Oliveiros Ferreira que, como já o dissemos, é autor de um livro sobre parte da obra deste autor, no caso os “Cadernos do Cárcere”. Cf. Ferreira, O. S. - “Os 45 Cavaleiros Húngaros”, op. cit.

(16) idem

CONCLUSÃO

Os posicionamentos da *revista VISÃO* e do jornal O ESTADO DE S.PAULO perante a agenda elaborada durante a transição para a democracia permitiram o desnudamento do projeto político que possuem.

A histórica vinculação do *liberalismo brasileiro ao conservadorismo e ao autoritarismo* foi corroborada - pois sintetizado pela imprensa a ele perfilhada - por nossa observação no período em foco, pois, como vimos, ambos os agentes autoproclamados liberais, entre outros movimentos: a) apoiaram a manutenção, apenas superficialmente modificada, do *status quo*, representado pela “conciliação pelo alto” via Colégio Eleitoral, partido governista (PDS) e figura do último vice-presidente do ciclo militar - Aureliano Chaves; b) requereram a intocabilidade da terra, mantendo a extrema concentração fundiária e o condicionamento da distribuição da renda exclusivamente ao seu crescimento, concebendo tal distribuição como um processo automático; c) desconsideraram a transição como um momento de negociação política no que diz respeito aos trabalhadores e seus representantes - o “outro” -, requerendo a aplicação do “entulho” autoritário aos mesmos, pois não conceberam o conflito como típico de uma sociedade capitalista de cunho liberal/democrática, numa clara postura de dominação de classes, assentada por sua vez na concepção “harmônica” da sociedade; d) requereram a tutela militar também em relação ao “outro” e seus representados *durante e após a transição*, devido ao papel constitucional que conferiram às Forças Armadas - no contexto de uma postura intransigente/intolerante às idéias, pessoas, grupos e partidos perfilhados à esquerda no espectro político/ideológico, em diversos setores, aos quais enfatizaram a ordem estabelecida; e) opuseram-se à intervenção do Estado no sentido de regular o mercado e o capital, considerando-a uma transgressão às leis da oferta e procura e ao Estado de Direito; f) apoiaram (e procuraram influenciar) a ação e as teses do agrupamento conservador no Congresso Constituinte - “Centrão” -, com vistas à obtenção da hegemonia liberal/conservadora na elaboração da nova Constituição. É importante realçar que justamente em relação ao fator trabalho - agregação e expressão de interesses do “outro” - houve uma convergência quase absoluta das posições adotadas.

Resumindo, lutaram por um Estado não ou pouco interventor na economia e repressor - em relação ao *fator trabalho* - na política, o que representou o fulcro da atuação de ambos os órgãos da imprensa observados.

Com isso, enfatize-se, acreditamos ter ao mesmo tempo confirmado e reatualizado estudos anteriores acerca deste caráter conservador e autoritário do liberalismo vigente no país.

Notamos, contudo, uma certa exacerbação de tal caráter - que implica no aprofundamento da exclusão social e política - na medida em que, em essência, as posições que adotaram tangenciam o *reacionarismo*. A transição para a democracia, por se caracterizar como momento singular (em vários aspectos) e efêmero, portanto privilegiado, e por ter razão de ser justamente para promover o reordenamento institucional do país, entre outras reformas, propiciou a demonstração de tal reacionarismo à saciedade; pois impeliu os agentes sociais - dos quais a grande imprensa liberal é componente-chave, enfatize-se, por sintetizar e universalizar o capitalismo - à explicitação de seus *projetos concretos*, impedindo a tergiversação ou a argumentação doutrinária. Afinal, o que estava em jogo era a elaboração da agenda (concreta) definidora tanto dos rumos da transição como do conteúdo da nova Carta Constitucional a ser edificado pelo processo constituinte.

Ocorre, como procuramos demonstrar, que o sentido conferido à *transição* pelos agentes liberais destoou radicalmente dos que a concebiam como momento de construção e projeção de uma sociedade democrática, o que necessariamente implicaria em reformas. Afinal, VISÃO e "O ESP" a associaram à *manutenção de certas estruturas existentes e à reação à reformas elementares*. Com isso, ora relegaram a plano secundário certos princípios pregados em nome de interesses defendidos ora demonstraram sê-los, por excelência, conservadores e autoritários.

Por outro lado, e diferentemente de outros estudos acerca da imprensa liberal, constatamos ser desigual o *modus operandi* de ambos os agentes observados. Há uma clara e importante diferenciação das *estratégias de convencimento* que adotam, pois implicam na utilização distinta de recursos retórico/argumentativos e das tonalidades impressas aos seus discursos mas, sobretudo, na maneira como se portam politicamente. Cumprem, dessa forma, *relevantes e complementares funções político-ideológicas*, pois propugnam essencialmente os mesmos interesses, como vimos acima, mas os viabilizam de forma diferenciada.

Tais estratégias, personificadas em *panfletária* (VISÃO) e *negociadora* (“O ESP”), adquirem enorme importância na transição justamente por ambos (os agentes) sentirem que o embate, nesta, requeria variação e alternativas. O fato do jornal e da revista possuírem tais características anteriormente à transição apenas reforça a importância da diferenciação de suas estratégias.

Assim, enquanto VISÃO monotematicamente se assumiu como fiel seguidora do pensamento de F. Hayek, reproduzindo-o na maioria das vezes, “O ESP” demonstrou filiar-se a diversas tradições intelectuais, tornando complexo o conjunto de suas posições. A revista procurou, única e exclusivamente, defender poucas idéias - ao mesmo tempo simples e radicalizadas -, repetindo-as à exaustão por toda a edição (nas várias editoriais), o que a permitiu *prescindir, por certos períodos descontínuos, dos editoriais*, o que por si só é muito significativo; já o jornal fez *infinitas mediações* e articulou a volubilidade das circunstâncias ao seu projeto ideal. O que justifica, como dissemos na Introdução, a desproporcionalidade do espaço necessário à explanação das posições de ambos; igualmente, o trabalho de investigação teve dificuldades desproporcionais, mesmo sendo necessária a leitura de diversas editoriais da revista, em contraste à análise exclusiva dos editoriais no jornal.

Por tudo isso, num breve cotejamento das posições adotadas em relação à *agenda da transição*, observamos que: em relação à questão sucessória (Campanha pelas “diretas-já”) VISÃO fixou-se no Colégio Eleitoral e, posteriormente, foi taxativamente contra as propostas de Pacto Social por sê-lo atentatório ao espontaneísmo do mercado, entre outros princípios hayekianos e “O ESP” propôs alternativas no âmbito e fora do Colégio, aceitando o referido Pacto desde que sem a participação dos “novos personagens”; no que tange à Questão Social VISÃO “vetou” os programas de atenuação à miséria - públicos e privados - e o projeto de reforma agrária, propugnando a ambos o espontaneísmo do “Deus-Mercado” e “O ESP” aceitou os primeiros desde que não inflacionários e concordou, em última instância, com a aplicação do “Estatuto da Terra” em relação ao último; em relação ao “Entulho” Autoritário e à Tutela Militar VISÃO enredou-se ostensivamente na vigência pura e simples de ambos para conter as ações deletérias do “outro” e “O ESP” condicionou, relativizou, utilizou-se de eufemismos e, mais importante, preocupou-se com as conseqüências em geral possivelmente

advindas, transigindo quando lhe pareceu estratégico; no que tange aos “Novos Personagens” (em termos gerais) VISÃO interpôs tão-somente o mercado como panacéia a ser rigidamente respeitado - donde a própria existência dos sindicatos foi tida como óbice - e o Estado de Direito vigente e “OESP” alavancou a opinião pública e diversas categorias universais a serem respeitadas, além de ter apoiado ostensivamente o cooperativo “sindicalismo de resultados” como prática sindical ideal; em relação ao Plano Cruzado VISÃO requereu simplesmente a vigência do “Estado Mínimo” como princípio e o universo da meritocracia, que teriam sido radicalmente transgredidos pelo intervencionismo estatal e “O ESP” inicialmente fez críticas apenas moderadas e anunciadas como construtivas tendo em vista que o combate à inflação - com seu cortejo de males políticos, econômicos, sociais e morais - justificava certas medidas intervencionistas. Afirmou torcer pelo Plano, sugerindo constantemente medidas que corrigissem seus rumos - considerou sempre estar em tempo para se fazer tais correções. Só se opôs radicalmente quando o empresariado, a quem defendia e atuava como guia/conselheiro, transformou-se em “bode expiatório” do fracasso do Plano. Requereu um Estado “pragmático”, que reproduzisse as relações sociais capitalistas e contribuísse para o desenvolvimento do capitalismo nacional, aceitando inclusive formas protecionistas com este fim. Demonstrou, portanto, transigir e negociar, transparecendo atuar como estrategista por mais que progressivamente tivesse criticado o Plano; por fim, no que diz respeito à Forma da Constituinte VISÃO fincou-se na edificação da Demarquia - um confuso e idealizado sistema de governo, supressor do caráter social conflitivo em nome de normas gerais e abstratas. Requereu o exclusivismo constituinte de uma Assembléia Nacional e a impossibilidade dos partidos terem representação, sendo conseqüentemente representantes apenas os candidatos “avulsos”. Objetivou tão-somente a liberação do mercado/cerceamento do fator força de trabalho. Já “O ESP” - donde a única divergência importante com a revista - apoiou um Congresso Nacional ordinário com funções constituintes tendo em vista considerações táticas e estratégicas (não queria correr risco de uma hegemonia dos grupos à esquerda) e a representação constituinte tanto partidária como “avulsa” devido à fragilidade dos partidos. Mais importante, portou-se como guia/conselheiro do “Centrão”, o que implicou necessariamente em negociar, por mais que se utilizasse de uma retórica beligerante contra seus adversários/inimigos. Quis ver no processo constituinte e especialmente na nova Constituição valores tradicionais, morais, elitistas e liberais.

Essa (única) diferença quanto à forma da Constituinte não traz qualquer prejuízo aos interesses que ambos os agentes defendem, pois a revista apenas radicaliza e panfleteia um princípio hayekiano que teria de ser negociado (tal forma constituinte) com as forças políticas concretas. Mesmo que implicasse numa cisão tópica, como os outros pontos (relacionados ao conteúdo) da agenda já estavam elaborados e como seria o processo consútuente, fosse qual fosse a forma de se elaborar a nova Constituição, que definiria - no sentido de corroborar um projeto hegemônico ou conciliar diversos projetos - a Carta Constitucional, uma eventual cisão não alteraria o sentido do embate para VISÃO e "O ESP".

Observe-se que a atuação panfletária tem o papel de "disparar" pesadamente a artilharia ideológica na tentativa de atingir o máximo de alvos dos adversários/inimigos, com o intuito de derrotá-los; já a atuação voltada à negociação é insubstituível quando não se consegue aquele intuito. Afinal, por temerem (os liberais) a efetivação de reformas, pois poderiam ser desencadeadas em monta, o *panfletarismo* tudo faz para que nada se altere, vindo logo em seguida a *negociação* para só transigir o mínimo (inevitável) possível.

O panfleto tem o condão de eleger poucos e simples valores-símbolo, verdadeiras palavras de ordem, reiteradamente enfatizadas, radicalizando o embate, sendo relativamente efêmero (a revista foi propriedade de H. Maksoud apenas entre 1974, no bojo da campanha empresarial pela desestatização pós-milagre econômico, e 1991, com a eleição de Fernando Collor de Mello com seu programa neoliberal); a negociação possui o sentido de tática e estratégia a curto, médio e longo prazos (daí a própria secularidade do jornal), e compromissos concretos que exigem acordos - mesmo que o jornal também se utilizasse do expediente do panfleto o fez de maneira auxiliar e sem jamais perder de vista tais sentidos e compromissos. Seriam, respectivamente na conceituação weberiana, *portadores da "ética da convicção"* e da *"ética da responsabilidade"*.

Por mais que atuassem na mesma trincheira ideológica com o mesmo fim - obter a hegemonia liberal em sua integralidade -, panfletários e negociadores, isto é, VISÃO e "O ESP", conjugaram suas estratégias, aparentando necessitar, *mesmo não havendo uma articulação teleológica nesse sentido*, reciprocamente do papel exercido pelo outro. A eficácia ou não dessa estratégia diferenciada, no

que tange ao processo constituinte, certamente é controversa tendo em vista a mixórdia e detalhamento da Carta elaborada em 1987/88. De qualquer maneira, no que diz respeito à *garantia da propriedade privada e à manutenção dos essenciais interesses empresarias*, a atuação dos agentes liberais, representados pelo “Centrão” no Congresso Constituinte, conseguiu inscrever tais garantias. Ocorre apenas que o projeto liberal não fora hegemônico, pois teve de - *sob a forma da negociação* - partilhar com os projetos à esquerda, entre outros, o conteúdo da nova Constituição. Enfatize-se que os interesses capitalistas foram preservados graças ao “Centrão”, por sua vez formado e atuante em parte devido ao papel da imprensa liberal que, cada qual à sua maneira, contribuiu para tanto, mas que teve em “O ESP” ainda maior relevância devido à necessidade insofismável de negociação, típica do Parlamento. O êxito destas estratégias liberais pode ser comprovado, além do mais, pelo conservadorismo com que a transição como um todo foi marcada.

Ambas as estratégias de atuação só foram possíveis (e também eficazes) devido a capacidade de VISÃO e “O ESP” generalizarem as relações sociais capitalistas no contexto da reprodução deste sistema. Isso permitiu que ambos atuassem como *porta-vozes do capitalismo* (emoldurado pela ideologia liberal), o que implicou na defesa da propriedade privada enquanto um princípio e, conseqüentemente, dos meios de produção e de seus proprietários - estes como classe concreta. Portanto, a não-representação de interesses corporativos ligados a setores empresariais específicos foi condição primeira e essencial para a consecução dessa universalidade - o que fez com que eventualmente colidisse com determinados segmentos do empresariado ou mesmo este como um todo.

Enquanto *agentes político/ideológicos* envolveram-se conseqüentemente em embates concretos requerendo fins objetivos ao manipular/representar os interesses dos proprietários (e da estrutura social que os envolve) como um todo - seja procurando formar a opinião (pública) de seus leitores com vistas ao espraiamento (reprodução) da mesma, seja buscando influenciar os centros decisórios, seja expressando os interesses (não corporativos, repita-se) de suas bases sociais, entre outras.

Por tudo isso, o caráter político/ideológico da imprensa autoproclamada liberal deve ser observado como de suma importância para a compreensão do embate político, notadamente em momentos de crises e incertezas, caso das transições para a democracia. A luta pela conquista da hegemonia liberal - crucial na transição - tem nos aparelhos privados de formação de opinião um *locus* privilegiado e, pois, imprescindível para tanto. Tal função dos meios de comunicação, entre outros aparelhos, é implícita ou explicitamente reconhecido por ambos.

Por sua vez, o *caráter empresarial*, pois são empresas jornalísticas também à procura do lucro, merece uma reflexão à parte. Afinal, o grupo "O ESP" atua exclusivamente no ramo das comunicações e os empreendimentos sob controle do grupo Maksoud são amplos e variados. Respectivamente, a retórica liberal (amalgamadas a outras matizes) e neoliberal não impediu que estivessem comercialmente vinculados ao Estado, na figura do poder Executivo.

No caso do grupo "O ESP", os anúncios publicitários estatais e a concessão pública à elaboração de listas telefônicas em São Paulo - em seu parque gráfico - implicam em relacionamento direto - comercial mas que imiscui-se ao foro político.

Já o caso do grupo Maksoud é infinitamente mais complexo nesse aspecto. Recordemos, pois como vimos na parte referente aos posicionamentos da revista (especialmente nas "Características Gerais" e nos itens "Questão Social" e "Plano Cruzado"), o grupo caracteriza-se pela extrema diversificação de investimentos, tanto no país como no exterior: atuação em todas as áreas de engenharia - via elaboração, execução e gerenciamento de projetos, especialmente na área de infra-estrutura, numa miríade de setores de atividade, das quais destacam-se todas as modalidades de transporte; projetos agropecuários; hotelaria de alto luxo; mercado imobiliário; mercado editorial, na qual a revista VISÃO é o principal mas não o único produto; e indústria da informática.

Contando com milhares de funcionários - permanentes, temporários e sub-contratados -, se relaciona diferentemente com uma multiplicidade de setores

empresariais mas especial e paradoxalmente com o Estado, em seus três níveis executivos.

Incomparavelmente mais denso do que o grupo "O ESP", o relacionamento comercial com o Estado é necessariamente perpassado por gestões políticas (aliás um reclamo de H. Maksoud). Nesse contato com o poder público destacam-se os projetos agropecuários, que envolvem incentivos fiscais, mas especialmente a *reserva à indústria da informática nacional*, onde o Estado lhe assegurava proteção de mercado antitética ao radicalismo neoliberal apregoado, no qual o mercado livre é propalado como panacéia. Como vimos, tanto a reserva à informática em si como o benefício da mesma por uma das empresas do grupo respectivamente não aparecem nas "reportagens" e nas propagandas institucionais, diferentemente, estas últimas, de outros de seus empreendimentos.

Se a dependência ao Estado era tamanha quais motivos levariam o grupo Maksoud, por intermédio de VISÃO, a radicalizar o discurso antiestatal, voltando-se integralmente ao privatismo?

Os reclamos à dependência - a rigor instável - ao aparato estatal e sua burocracia e a necessidade de gestões políticas intrincadas, tanto para firmar *contratos* (peça jurídica de extrema importância para o pensamento liberal) com o poder público como cliente como para receber pelos serviços prestados, talvez tivessem desgastado a figura empresarial de H. Maksoud. Figura esta ao mesmo tempo bem-sucedida e imperante enquanto "empreendedor", como se autodenominava.

A conquista de mercados em diversas áreas privadas - devido à atuação do grupo há anos em vários países, possuindo um bom trânsito internacional e encontrando-se *consolidado internamente* - talvez significasse que o "guarda-chuva" estatal deixara de ser tão importante aos seus interesses. Portanto, estaria, o grupo, no contexto das transformações do país, num novo momento, onde o Estado, de indutor transformara-se em óbice. Dessa forma, por causa de todas essas vinculações ao Estado somente uma postura generalizante acerca deste, aceitando-o ou o rejeitando completamente, lhe seria possível - afinal, a atuação corporativa, especialmente como porta-voz do próprio grupo ou do empresariado

afim em cada ramo de atividade em que estivesse envolvido, tornaria o corporativismo demasiadamente amplo, inviabilizando-o. A oposição às atividades estatais foi o caminho seguido, tendo em F. Hayek um guia completo para tanto.

O fator empresarial indica uma variável plausível a ser relevada. Tal variável, contudo, representa apenas uma *condição necessária* à compreensão dos posicionamentos da revista, *jamais uma condição suficiente*, pois o papel ideológico - especialmente na versão supostamente “self made man” de seu proprietário - e, mais importante, a *função panfletária em contextos de crises e incertezas, como o foi a transição*, foram indispensáveis à própria constituição da agenda política.

Por tudo isso, é possível dizer que a revista VISÃO - tradutora, em certa medida, do pensamento do grupo Maksoud - a partir de sua situação *enquanto empresa* atuou, notadamente durante o período em foco, como *porta-voz* dos interesses gerais do capital e da sociedade capitalista que o envolve. Portou-se conseqüentemente, enfatize-se, como *agente político/ideológico* ao desenvolver o jornalismo panfletário como (importante) função ideológica. O que não a impediu de se utilizar - assim como, de outra forma, “O ESP” - reafirme-se, de certas “vantagens” estatais.

É importante, por outro lado, lembrar que o jornal fez cerrada oposição ao instrumento da reserva de mercado, o que de modo algum desfaz as conclusões que chegamos, pois: a) divergências tópicas, mesmo que eventualmente importantes, não foram suficientes para romper o essencial - a dominação de classes, em sentido amplo, sofisticado e profundo, sendo a convergência de seus projetos, como o demonstramos, prova cabal; b) a participação múltipla no mercado, nacional e exterior, tornaria tal reserva dispensável ao *grupo* Maksoud; e c) mais importante, a proteção estatal às empresas - mesmo em relação as que adotam um discurso liberal, no sentido privatizante - é prática relativamente comum do capitalismo brasileiro desde há muito. Aqui, ocorre o que havíamos alertado na Introdução, isto é, *a tripla característica da imprensa liberal - como empresa, porta-voz de interesses e agente político/ideológico - ora se apresenta de forma complementar ora tensa, em vários sentidos.*

Finalizando, o *conteúdo* do projeto político e a *forma* de expressá-lo, por parte da imprensa liberal em questão, personificados respectivamente na *essência conservadora e autoritária* de suas posições - no limite do reacionário - e nas *estratégias de convencimento* que adotaram, tiveram primordial papel nos embates da transição por representar a "*trincheira ideológica avançada*" do *capitalismo brasileiro*. O projeto político da imprensa liberal, amostra do liberalismo brasileiro, se expressa, portanto, na lógica e na conformação sócio/econômica e político/institucional das "democracias autoritárias". Para além, conseqüentemente, das eventuais diferenças de concepção de mundo que seus agentes demonstraram possuir.

BIBLIOGRAFIA

-
- ADORNO, Sérgio - Os Aprendizes do Poder: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- AGUIAR, Roberto A. R. de - Os Militares e a Constituinte: Poder Civil e Militar na nova Constituição. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
- ALMEIDA, M. Herminia Tavares de - Tomando Partido, Formando Opinião: Cientistas Sociais, Imprensa e Política. São Paulo: Sumaré, 1992.
- ALMINO, João - Os Democratas Autoritários: Liberdades Individuais, de Associação Política e Sindical na Constitucional de 1946. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE MÍDIA. Ed. Meio & Mensagem, 1988.
- AQUINO, Cleber - História Empresarial Vivida, vol. 3. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1987.
- BARBOSA, Rui - A Imprensa e o Dever da Verdade. São Paulo: EDUSP, 1990.
- BARROS, R. Spencer Maciel de - Estudos Liberais. São Paulo: TAQ, 1992.
- BARRY, Norman P. - Hayek's Social and Economic Philosophy. London: Macmillan, 1979.
- BENEVIDES, M. Vitória de Mesquita - A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945 - 1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERLIN, Isaiah - Quatro Ensaios sobre a Liberdade. Brasília: UNB, 1981.

BOBBIO, Norberto - Liberalismo e Democracia. São Paulo, Brasiliense, 1988.

————— - O Futuro da Democracia: Uma Defesa das Regras do Jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOSCHI, Raul Renato, DINIZ, Eli, e LESSA, Renato - Modernização e Consolidação Democrática no Brasil: Dilemas e Perspectivas da Nova República. Rio de Janeiro: Vértice, 1989.

BOSI, Alfredo - Dialética da Colonização. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

BOTTOMORE, T. B. - As Elites e a Sociedade, 2ª edição. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

BRUNHOFF, Suzanne de - A Hora do Mercado: Crítica do Liberalismo. São Paulo: UNESP, 1991.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne - Gramsci e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BURKE, Edmund - Reflexões sobre a Revolução em França. Brasília: UNB, 1982.

CADERNOS DE DEBATE, vol. nº 1, 1976

CAMARGO, Aspásia. e DINIZ, Eli - Continuidade e Mudança no Brasil da Nova República. Rio de Janeiro: Vértice, 1989.

CAPELATO, Maria Helena - Os Arautos do Liberalismo - Imprensa Paulista: 1920 - 1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.

————— - Imprensa e História do Brasil. São Paulo: Contexto, 1988.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lídia - O Bravo Matutino - Imprensa e Ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

COMPARATO, Fábio Konder - Para Viver a Democracia. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COHN, Gabriel (org.) - Comunicação e Indústria Cultural. São Paulo, Ed. Nacional, 1978.

COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs.) - Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CRUZ COSTA - Contribuição à História das Idéias no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967

DAHL, ROBERT - Um Prefácio à Teoria Democrática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

————— - Um Prefácio à Democracia Econômica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

DAHRENDORF, Ralf - Sociedade e Liberdade. Brasília: UNB, 1981.

DEBRUN, Michel - A Conciliação e Outras Estratégias. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DRAIBE, Sônia - Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil (1930-1960). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DUMONT, René - Um Mundo Intolerável: O Liberalismo em Questão. Rio de Janeiro: Revan, 1989.

DURKHEIM, E. (Os Pensadores). São Paulo, Abril, 1978.

————— - Lições de Sociologia: A Moral, o Direito e o Estado. São Paulo, TAQ/EDUSP, 1983.

ESTUDOS CEBRAP, nº 3, jan. 1973

FERNANDES, Florestan - Nova República? Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FERREIRA, Oliveiros S. - As Forças Armadas e o Desafio da Revolução: Ed. GRD, 1964.

————— - Uma Constituição para a Mudança. São Paulo: Duas Cidades, 1986.

————— - Os 45 Cavaleiros Húngaros: Uma Leitura dos **Cadernos** de Gramsci. Brasília: UNB; São Paulo: Hucitec. 1986.

FERREIRA, O. S. et alli - Liberdade - Ensaios. São Paulo: Aleph, 1992.

FRANCIATTO, C. - A Façanha da Liberdade. São Paulo, OESP, s/d.

FRIEDMAN, Milton - Capitalismo & Liberdade. Rio de Janeiro: Artenova, 1977.

GRAMSCI, Antonio - Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____ - Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

_____ - Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HALEBSKY, Sandor - Sociedade de Massa e Conflito Político. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HAYEK, Friedrich von - O Caminho da Servidão. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

_____ - Os Fundamentos da Liberdade. Brasília: UNB; São Paulo: Ed. VISÃO, 1983.

HIRSCHMAN, Albert - A Retórica da Intransigência: Perversidade, Ameaça, Futilidade. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

HIRST, Mônica (org.) - Brasil-EUA na Transição Democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de - Raízes dos Brasil, 16ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

IDÉIAS: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ UNICAMP. Ano I, nº 1, janeiro/junho 1994.

KOUTZIL, Flávio (org.) - Nova República: Um Balanço. R. Gde. do Sul: L&PM, 1986.

LACERDA, Carlos - A Missão da Imprensa. São Paulo: EDUSP, 1990.

LEAL, Laurindo (org.) - Reforma Agrária da Nova República: Contradições e Alternativas. São Paulo: Cortez: EDUC, 1986.

LUA NOVA (revista CEDEC), vol. 1, nº 2, jul/set. 1984.

MACPHERSON, C. B. - A Teoria Política do Individualismo Possessivo: de Hobbes a Locke. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MAKSOUD, Henry - Constituinte Independente e Apartidária. São Paulo: VISÃO, 1986.

————— - Os Poderes do Governo. São Paulo: VISÃO, 1984.

————— - MARSHAL. T. H. - Cidadania, Classes Sociais e Status. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARX, Karl - O Capital, 9ª edição. São Paulo: DIFEL, 1984.

————— - Miséria da Filosofia. São Paulo: Ed. Grijalbo, 1976.

MERQUIOR, José Guilherme - O Argumento Liberal. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

————— - O Liberalismo: Antigo e Moderno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MOISÉS, J. Álvaro - Cenas de Política Explícita. São Paulo: Marco Zero, 1986.

MORAES FILHO, Evaristo de (org.) - Comte. São Paulo: tica, 1983.

MORAES, J. Quartim *et alli* - A Tutela Militar. São Paulo: Vértice, 1987.

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de - Planejamento: Democracia ou Ditadura? - Intelectuais e Reformas sócio-econômicas no pós-guerra. Tese de Doutorado, Depto. de Filosofia, USP, 1987.

MOTA, Lourenço Dias - A Nova República: O Nome e a Coisa. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MOTTA, Fernando - Empresários e Hegemonia Política. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MOURA, A. Sobreira de - O Estado e as Políticas Públicas na Transição Democrática. Rio de Janeiro: Vértice, 1989.

NISBET, Robert - O Conservadorismo. Lisboa: Ed. Estampa, 1987.

-
- NOGUEIRA, Marco Aurélio - *As Desventuras do Liberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- NOVAES, Sylvia Caiuby - *Jogo de Espelhos: Imagens da Representação de Si Através dos Outros*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- NOVOS ESTUDOS - Cebrap, nº 36, julho 1993.
- O'DONNELL, Guillermo e REIS, F. Wanderley (orgs.) - *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- OFFE, Claus - *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (org.) - *Militares: Pensamento e Ação Política*. Campinas: Papyrus, 1987.
- ORTEGA & GASSET, José - *A Rebelião das Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- OSAKABE, Haqira - *Argumentação e Discurso Político*. São Paulo, Kairós, 1979.
- PAIM, Antonio - *Evolução Histórica do Liberalismo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- PANIKKAR, K. M. - *A Dominação Ocidental na Ásia*. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1969.

REVISTA DEBATES SOCIAIS - CBCISS, Nº 48/49 - Rio de Janeiro, ano XXVI
- 1º e 2º sem./1990.

REVISTA USP - Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo. Março/Abril/Maio 1993.

RODRIGUES, Alberto Tosi - Mobilização e Conflito Político: A Campanha das
"Diretas Já" - Dissertação de Mestrado, Depto. de ciência Política, UNI-
CAMP, 1993.

ROMANO, Romano - Brasil: Igreja contra Estado. São Paulo, Kairós, 1979.

RUSSEL, Bertrand - O Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SADER, Emir (org.) - Constituinte e Democracia no Brasil Hoje. São Paulo:
Brasiliense, 1986.

SANDRONI, Paulo (org.) - Constituinte, Economia e Política da Nova República.
São Paulo: Cortez, 1986.

SANTOS, W. Guilherme dos - Ordem Burguesa e Liberalismo Político. São Paulo:
Duas Cidades, 1978.

————— - Paradoxos do Liberalismo. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

SARTRE, Jean Paul - Colonialismo e Neocolonialismo. Rio de Janeiro: Tempo
Brasileiro, 1968.

SOLA, Lourdes (org.) - O Estado da Transição: Política e Economia na Nova República. Rio de Janeiro: Vértice/Rev. dos Tribunais, 1988.

SOLA, Lourdes (org.) Estado, Mercado e Democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

STEPAN, Alfred (org.) - Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VÁRIOS - Eugênio Gudín Visto por seus Contemporâneos. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

VIANA, L. J. Werneck - Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

————— - A Transição (da Constituinte à Sucessão Presidencial). Rio de Janeiro: Revan, 1989.

MISES, Ludwig - Liberalismo, segundo a Tradição Clássica. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

WEBER, Max - Ciência e Política: Duas Vocações, 4ª edição. São Paulo: Cultrix, 1968.

————— - A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, 4ª edição. São Paulo: Pioneira. 1985.

WOLF, Robert - A Miséria do Liberalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.